

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

SUMÁRIO DO NÚMERO DE OUTUBRO DE 1939

ARTIGOS

<i>IMPRESSÕES DE UMA VISITA A COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL NO ESTADO DO PARÁ</i> , pelo dr. GASTÃO CRULS, diretor da Biblioteca Central de Educação do Distrito Federal ...	3
<i>OBSERVAÇÕES SOBRE A GUIANA MARANHENSE</i> , pelo prof. S. FRÓIS ABREU, Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia	26
<i>GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL</i> , pelo eng. MOACIR F. SILVA, Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia	55
<i>O PROBLEMA DA COLONIZAÇÃO PERMANENTE NO SUL DO BRASIL</i> , pelo dr. PRESTON E. JAMES, da Universidade de Michigan, E. U. A.	70

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

<i>BARÃO HOMEM DE MELO</i>	85
<i>ORVILLE A. DERBY</i>	88

COMENTÁRIOS

<i>FRONTEIRAS DO BRASIL NO REGIME COLONIAL</i> , obra do Embaixador J. C. de MACEDO SOARES, comentada pelo prof. DELGADO DE CARVALHO	91
<i>"LA GÉOGRAPHIE PSYCHOLOGIQUE"</i> , obra de GEORGES HARDY, comentada pelo prof. ANDRÉ GIBERT	110
<i>A PROPÓSITO DOS TOPÔNIMOS INDÍGENAS</i> , pelo dr. F. MARTINS DOS SANTOS	113
<i>EXTENSÃO DOS NOSSOS RIOS</i> , pelo Padre JOSÉ GERALDO FAUWELS	116

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

<i>ARPOADORES DE JACARES</i>	119
<i>TRECHO DE UM RIO NA AMAZÔNIA</i>	121

NOTICIÁRIO

<i>GENERAL RONDON PROCLAMADO "CIVILIZADOR DO SERTÃO"</i>	123
<i>COMISSÃO DE UNIFORMIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA BRASILEIRA</i>	124
<i>NONO CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA</i>	125
<i>RODOLFO VON IHERING</i>	128

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

<i>ATIVIDADES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA</i> Relatório do Presidente do I. B. G. E., lido no dia 1.º de julho de 1939, ao se instalarem os trabalhos das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística	131
<i>CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA</i> Relatório do Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, lido na sessão de encerramento da 3.ª Sessão de Assembléia Geral do Conselho	138
<i>DECRETO-LEI N.º 522, DE 28 DE JUNHO DE 1938</i> "que prorroga até 31 de dezembro o prazo para fixação dos novos quadros para a Divisão territorial"	141
<i>DECRETO-LEI N.º 782, DE 13 DE OUTUBRO DE 1938</i> , que "transforma provisoriamente a Secção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, no Serviço de Coordenação Geográfica, com as funções de secretaria geral do Conselho Nacional de Geografia e órgão dos serviços geográficos da Comissão Censitária Nacional	141
<i>DECRETO-LEI N.º 846, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938</i> , que "institue o "Dia do Município", regula a sua celebração e dá outras providências"	142
<i>DECRETO-LEI N.º 1.098, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1939</i> , que "prorroga até 31 de dezembro o prazo fixado no art. 13, do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938"	143
<i>DECRETO-LEI N.º 1.360, DE 20 DE JUNHO DE 1939</i> , que "estabelece disposições padronizadoras para o núcleo das Repartições Centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências"	143
<i>INDICADOR DO ANO I — 1939 — DA "REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA"</i>	145

RECENSEAMENTO GERAL DA REPÚBLICA EM 1940

Realizar-se-á em 1.º de setembro de 1940 o Recenseamento Geral do Brasil, visando o conhecimento preciso da situação demográfica, econômica e social do país.

O Governo da República empenha-se, vivamente, no pleno êxito dessa operação que virá a ter profunda repercussão na vida nacional. O decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, autorizou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a dar início aos trabalhos censitários, instituindo para êsse fim, como órgão nele integrado, a Comissão Censitária Nacional que, formada pelos mais expressivos expoentes da estatística e atividades correlatas brasileiras, tem a seu cargo a orientação dos trabalhos de preparação e execução do Recenseamento.

Nos anos 1938 e 1939 o Governo Federal atribuiu verbas especiais ao Instituto, destinadas aos trabalhos preparatórios do Recenseamento, que estão sendo intensamente realizados.

Entretanto, para o completo êxito do Recenseamento não bastam a decisão firme do Governo da União, a concessão, a tempo, de recursos financeiros suficientes, a assistência vigilante de uma prestigiosa organização geográfico-estatística já extensiva a todo o país, a entrega da orientação dos trabalhos a técnicos verdadeiramente capazes: é necessário ainda, e sobretudo, o concurso dedicado da população no pronto fornecimento de informações precisas.

De acôrdo com a lei, as declarações prestadas para a execução do Recenseamento terão caráter confidencial e não poderão, em hipótese alguma, servir para outros fins senão os censitários, e os próprios questionários e sistemas de coleta estão sendo projetados com o objetivo de impedir a individualização das informações.

Todos os brasileiros darão, com precisão e presteza, as informações solicitadas e o concurso necessário ao completo êxito do Recenseamento de 1.º de setembro de 1940 — é o que permite afirmar a tradição de patriotismo da nossa gente.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA

Ano I

OUTUBRO, 1939

N.º 4

IMPRESSÕES DE UMA VISITA À COMPANHIA FORD INDUSTRIAL DO BRASIL

(ESTADO DO PARÁ)

Reservados os direitos de reprodução.

Gastão Cruis

Em Setembro do ano passado, quando partimos do Rio para realizar uma segunda viagem de estudos à Amazônia, se ainda não tínhamos um plano bem delineado das várias regiões que iríamos percorrer, já levávamos, contudo, o firme propósito de conhecer *de visu* a famosa Fordlândia, ou melhor, o trabalho realizado pelos americanos do norte nas suas plantações de borracha à margem do Tapajós.

Vários motivos aguçavam-nos a curiosidade em relação a êsse empreendimento. Em primeiro lugar, fôra justamente em 1928, quando da nossa primeira viagem ao extremo norte, que se assinára o título definitivo da concessão feita pelo Estado do Pará à Companhia Ford Industrial do Brasil e, então, o assunto era agitado pelos jornais e provocava celeuma e discussões. Além disso, a despeito dos 10 anos decorridos entre uma data e outra, omissas e bastante controvertidas, pelo menos no sul do país, eram as notícias e informações sôbre os resultados colhidos nessa primeira grande experiência de plantio sistemático da *hevea*, tal como o fizeram os ingleses no Oriente, e que mais tarde foi a ruína de uma das nossas principais fontes de riqueza.

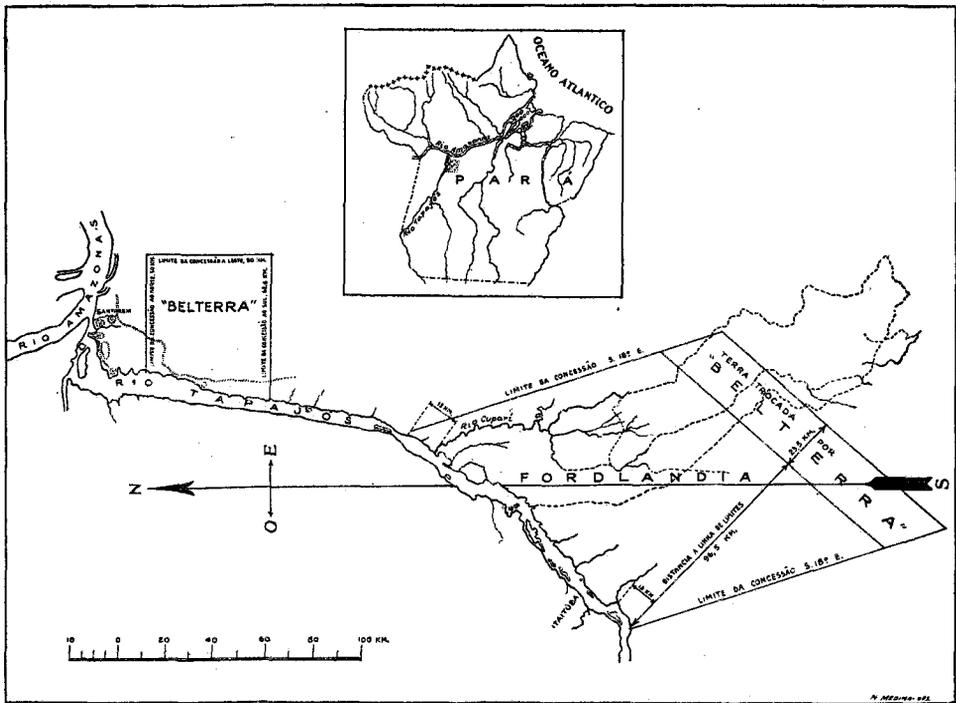
Diga-se desde logo que uma das razões por que até hoje tão pouco se sabe sôbre os notáveis trabalhos já realizados pela Companhia Ford, provém, em grande parte, da sua própria localização, bastante afastada da carreira regular dos navios que cortam as águas do Amazonas e, dest'arte, só visitada por aqueles que a ela mesma se destinam.

E' verdade que de 1934 para cá, quando, por um têrmo aditivo ao contrato, a Companhia pode trocar uma área da sua primitiva con-

cessão, por outra, de tamanho correspondente, mas situada bem mais próximo da foz do Tapajós, muito mais fácil se lhe tornou o acesso, pelo menos a essas novas plantações, aliás, talvez, hoje, de maior importância do que as primeiras, dada a sua extensão, e que foram justamente aquelas que pudemos percorrer.

Esclareçamos, porém, essa dualidade de sedes, para que melhor se possa compreender o que mais abaixo se dirá.

A primeira concessão Ford abrangia uma área de 1.000.000 de hectares, localizada na margem direita do Tapajós, na bacia do rio Cupari, dentro dos municípios de Aveiros e Itaituba. Foi aí, a uma distância aproximada de 115 milhas da cidade de Santarém, sita quasi à embo-



Situação das duas áreas (Belterra e Fordlândia) ocupadas pela Companhia Ford à margem direita do rio Tapajós

cadura do Tapajós, que os americanos iniciaram os seus trabalhos, fazendo grandes derrubadas, levantando belas edificações, e onde já foram plantados 1.600.000 pés de *hevea*.

Não tardou, entretanto, que essa mesma situação, em tão alto ponto do rio, lhes trouxesse sérios estorvos ao êxito da empresa. Assim, se o terreno aí é bastante acidentado e não raro se erija de cômoros e outras elevações maiores, por outro lado, agravando o já tão grande afastamento do pôrto de Santarém, e, portanto, da mão de obra, o rio, a essa altura, durante os meses de estiagem, não permite calado às embarcações maiores. E foi com o intuito de afastar alguns desses graves

inconvenientes, sobretudo aquele da dificuldade de comunicações com Santarém, que os dirigentes da Companhia pleitearam e obtiveram, em 1934, a permuta de uma área com 281.500 hectares, cortada ao fundo da sua concessão, por outra, das mesmas dimensões e também à margem direita do Tapajós, mas esta em região plana, uma esplêndida chapada, apenas a 30 milhas de Santarém, com frente para um trecho de rio sempre amplo e fundo, e onde, a qualquer época do ano, podem lançar ferro navios de boa tonelagem.

Belterra *Belterra* é o nome dessa nova sede, que da margem fluvial, entre as pontas do Pindobal, ao norte, e S. João, ao sul, se estende por 50 quilômetros de fundo, área essa quasi tôda compreendida no esplêndido platô de terras gordas e bem ensoalhadas que, a uns



Vista do pôrto de Belterra, à margem direita do rio Tapajós. À direita, o galpão de desembarque e, à esquerda, a residência do encarregado do pôrto

FOTO CIA. FORD IND.

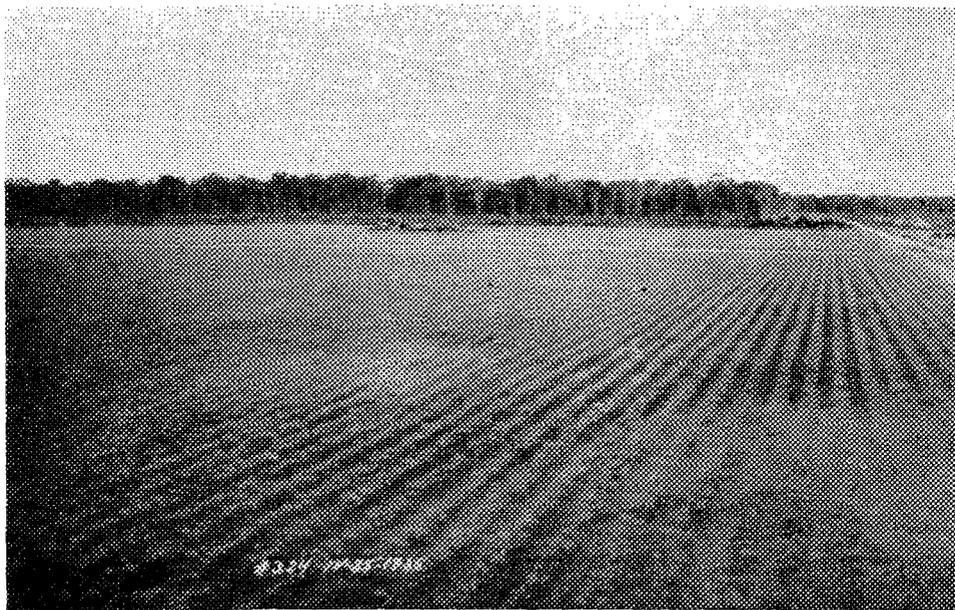
200 metros de altura, domina, nesse ponto e a breve trecho do rio, a borda direita do Tapajós.

É aí que, desde meados de 1934, trabalham intensamente os americanos, que, sem interromper as suas atividades na primeira concessão, ou Fordlândia propriamente dita, emprestam, contudo, o máximo de energia ao desenvolvimento de Belterra, onde já foram desflorestados 12.000 acres de terra e se acham plantados 2.400.000 pés de seringueira.

Só pode ser de surpresa e encanto a impressão de quem, do pôrto de Pindobal e através de uma magnífica estrada de rodagem, ao fim de

12 quilômetros de suave aclive, vencidos rapidamente de auto, chega a uma verdadeira cidadezinha em que tôdas as construções — escritório central, almoxarifado, hospital, escola, igreja, habitações particulares, casa de hóspedes — feitas de madeira e obedecendo a um mesmo tipo, perfeitamente adaptado ao clima da região, são amplas, claras e alegres. É dêsse centro que se irradiam as várias estradas conducentes não só às outras instalações da Companhia, tais a usina elétrica, a serraria, o novo pôrto em construção, como ainda às grandes áreas de plantio, o que tudo pudemos ver e examinar detidamente graças à gentileza do Snr. C. A. Pringle, superintendente geral das plantações e Dr. D. Kenneth Waddell, médico chefe da Companhia.

Plantações — Ao contrário do que, por motivos vários, não pode ser feito inicialmente na Fordlândia, aquí tem prevalecido um rigoroso critério de seleção e trato das culturas. Assim, tôdas as plantas nativas, isto é, oriundas de sementes amazônicas, ao atingirem um ano e meio, sofrem o enxêrto de outra *hevea*, esta de proveniência oriental, escolhida dentre inúmeras variedades (aproximadamente umas 60) que, há alguns anos, sob a forma de mudas, a Companhia conseguiu importar do Oriente. Hoje, conforme nos informaram, essa importação já



Bellssima vista de uma sementeira, em Belterra. Ao atingirem um ano e meio de idade, as árvores amazônicas são enxertadas com outra "hevea" de origem oriental

FOTO CIA. FORD IND.

não seria possível, devido a uma proibição dos produtores ingleses. Tôdavia, as plantas exóticas aquí se aclimaram muito bem e, cuidadas com particular desvêlo, já não há o perigo de que venham a faltar. Aliás, se a seringueira não medra de galho, cada uma daquelas mesmas plan-

tas importadas tem permitido um sem número de enxertos, uma vez que para tal fim o “cavalo”, como lá o denominam, é constituído pelo “ôlho” ou “borbulho” que se forma à maneira de cicatriz no ponto de arrancamento de um sub-galho. “Chicote” é o nome dos galhos em que se provocou a formação desses olhos. Cortados e levados para o local das lavouras, é só no instante da operação que se destacam desses galhos, sob a forma de pequenos losangos, os “cavalos” a serem bem ajustados no encaixe vivo das plantas, que os vão receber. Cada enxertia merece ainda o cuidado de ser protegida, durante 21 dias, por uma tira de pano parafinado que, à maneira de um curativo bem aderente, volteia várias vezes o tronco, até que fiquem poupados à humidade uns 10 centímetros da sua superfície. Preferentemente a operação é feita num dia seco, mas sempre durante os meses de inverno, de janeiro a junho, e tanto melhores serão os seus resultados quanto em ponto mais baixo do caule, isto é, a poucos centímetros do solo, tiver sido aplicada a borbulha. Vingada esta, ao cabo de um mês, pode a plantamãe ser cortada pouco acima dela, pois que logo entrará a desenvolver-se — e de uma maneira insólita — o côto do caule restante, conformando-se de tal modo que à sua semelhança, logo acode o nome por que é hoje conhecido: “pé de elefante”.



Caboclo fazendo uma enxertia. Em pouco tempo, segundo testemunho dos administradores, o nosso homem aprendeu o sistema e assenhorizou-se da prática da enxertia

FOTO CIA. FORD IND.

Não deixa de ser curioso que as nossas plantas sejam agora melhoradas pelo cruzamento com suas parentas próximas, descendentes daquelas outras originárias de sementes daqui mandadas para a Inglaterra, e justamente desse mesmo vale do Tapajós, no ano de 1876. Ao saber disso, o caboclo, sempre suspicaz, e ainda com a recordação dos

bons tempos do “ouro negro”, comenta esperançado: — “A nossa seringa está voltando...”

Mas, tornemos aos fatos.

As plantações são feitas por “quadras”, sendo que cada uma delas tem 40.000 acres ou sejam 161 km²,88. Feita a derrubada e preparado o terreno, a *hevea* é semeada com a distância de 5 metros entre cada planta. Essa sementeira (3 sementes para cada cova), tanto



Seringueiras plantadas pela Companhia, em Belterra. Os vestígios da “derrubada” atestam a fertilidade da terra e a exuberância de suas matas

FOTO CIA. FORD IND.

se pode fazer de maneira direta, no próprio campo de cultura, como previamente, em pequenos cestos, que serão depois transplantados para o local das lavouras. Atualmente, prefere-se o primeiro processo, muito mais simples, e que oferece ótimos resultados. Tão depressa germinem as sementes, entre as plântulas brotando de cada cova, far-se-á uma primeira seleção, mantendo-se apenas aquela que aparente compleição mais robusta. Os seringais assim iniciados, entram a merecer cuidados especiais de capinas sucessivas, e, quando já maiores, limpeza de cada planta em particular por uma turma de mulheres adestradas para êsse fim e que pacientemente as expurgam de lagartas e outros animais nocivos.

É de hábito deixar-se entre cada quadra de plantação, uma cortina de mato, como anteparo aos ventos e às queimadas vizinhas, além do que também servirá de eficaz reserva de madeiramento.

As terras recém-desbravadas e antes revestidas quasi sempre de espessa floresta, prescindem de adubação. Todavia, costuma-se plantar entre as *heveas* uma leguminosa da América Central, rica de nitratos e cujas vagens, caindo ao solo, o fertilizam naturalmente. Em certas

épocas do ano, quando esse feijão já apresenta grande desenvolvimento, faz-se-lhe uma capina, e as suas próprias ramas, abandonadas no local, mais contribuem para essa fecundação do terreno.

Como já dissemos, em Belterra estão plantados (fins de 1938) 2.400.000 pés de seringueiras, que ocupam uma área já laborada de 10.000 acres, ou sejam 40 km², 47. A Companhia esforça-se por plantar 2.000 hectares por ano, mas lutando permanentemente com falta de braços, esse programa não tem sido realizado. Assim, em 1938, não lhe foi possível chegar além de 800 hectares. Dado que a *hevea* só se torne planta eficiente a partir dos 8 anos de idade, em Belterra, onde as mais velhas plantações datam apenas de 1934, ainda se hão de esperar alguns anos até que as árvores se tornem boas produtoras de látex.

Além da *hevea*, principal escopo da Companhia, os seus dirigentes veem pensando em outras culturas, como a do algodão, plantado mesmo entre os seringais, e que já lhes deu promissoras colheitas de ensaio. O timbó, atualmente de tão grande procura, devido ao seu alto poder inseticida, é outro motivo das suas cogitações. Pensa-se também em adaptar ao *habitat* amazônico algumas plantas alienígenas, como a tunga (*Aleurites cordata*), de cujas sementes se extrai excelente óleo, muito



Escritório central da Companhia, em Belterra. Ao fundo, as residências de empregados do escritório e hospital

FOTO CIA. FORD IND.

empregado na indústria de tintas e vernizes, a teca, madeira de primeira qualidade, e certos agaves mexicanos, dentre aqueles de fibras mais valiosas.

Parecerá extranho que em pleno seio da Amazônia, talvez o maior parque florestal do mundo, se possa cogitar de qualquer cultura sistemática de arvores, visando exclusivamente o aproveitamento do seu

lenho, como é o caso da teca. Se nos lembrarmos, entretanto, dos grandes escolhos que assoberbam aí a indústria florestal, e aos quais se reportam Paul Le Cointe (1), o botânico inglês Gates (2) e outros, tudo se explicará.

De fato, no grande vale, são sem conta as essências preciosas, mas estas, ao contrário do que acontece em outros países, se acham extremamente disseminadas e, às vèzes, num simples hectare, podem ser encontradas 200 espécies diferentes. Isso sobremodo dificulta a sua exploração, principalmente se estivermos atentos à distância que separa muitas vèzes duas árvores aproveitáveis; espessidão da mata que as rodeia, não raro imersa em igapó; inúmeros óbices ao transporte dos paus por água, dada a diversidade dos respectivos pesos específicos; dureza muito variável dos cernes, a desafiar serras diversas... Assim, como já disse o Prof. Deffontaines, nesta mesma revista, "a riqueza botânica da floresta brasileira é uma pobreza econômica" (3). E disso mesmo já se teve a prova na própria Amazônia, quando, ao ser construída a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, os dormentes necessários, por maior comodidade, foram importados da Austrália. Aliás, de início, a Companhia Ford tentou a exportação de madeiras para os Estados Unidos, mas os



Casa para visitantes, em Belterra

FOTO CIA. FORD IND.

pedidos que de lá chegavam após as primeiras remessas, exigiam todos grandes quantidades de uma mesma e determinada espécie e a isso era impossível atender, por aqueles mesmos motivos já expostos acima.

(1) Paul Le Cointe — *L'Amazonie Bresilienne* — 2 vols. Paris, 1922.

(2) R. Ruggles Gates — *A botanist in the Amazon*. London, 1927.

(3) Pierre Deffontaines — *Geografia Humana do Brasil* — Revista Brasileira de Geografia. -- Ano I N.º I. — Janeiro 1939.

Instalações — Já dissemos da boa impressão que causam as construções de Belterra. Sem nada de luxuoso, tôdas num pavimento, nelas se encontram as melhores condições de conforto e higiene. Embora adaptadas a fins diversos, são quasi sempre os mesmos os materiais empregados nas várias edificações, das dependências administrativas às casas de moradia. Assim, todos os prédios, cobertos de telhas francesas que, frequentemente, também ensombram acolhedoras varandas, são de madeira — uma madeira aparelhada em ripas de formato particular e que,



Residências dos empregados no escritório da Companhia, em Belterra.
Foto CIA. FORD IND.

dispostas transversalmente, umas imbricando sôbre as outras, dão às paredes externas um gracioso “escameado”. “Escama” é mesmo o nome por que são conhecidas estas tábuas, que uma máquina especial afeiçoa de um só jato. Tetos e paredes internos ganham revestimento de *tritec*, um papelão comprimido, de fôlhas quadrangulares, mas sempre do mesmo tamanho, motivo pelo qual, quando já nos seus lugares, muito fica facilitada a aposição do friso de madeira que, sob a forma de um enxadrezado regular, lhes disfarçará os pontos de juntura.

É bem de ver que nas casas de moradia, consoante se destinem à alta administração ou empregados de menor categoria, variará em dimensões e acabamento êsse tipo de construções. Contudo, a tôdas presidirá sempre o mesmo espírito de confortabilidade e higienização, apoiado em bons serviços de iluminação, água canalizada e escoamento por meio de fossas sanitárias.

O custo de uma dessas casas oscilará entre 10 e 20 contos e as menores podem ser alugadas aos empregados da Empresa por uns cento e poucos mil réis mensais. A Companhia tem ainda outro tipo de habitação, esta para o trabalhador rural. Ainda de pau, mas então já muito

mais humilde, nesta se poderá morar à razão de 30\$000 mensais. O caboclo, porém, que quiser fazer a sua própria casa, está livre de qualquer ônus. E' só escolher o local e sair em busca das palhas de babassú ou curuá, duas palmeiras que por alí existem em abundância. Assim mesmo, nestes casos, a Companhia ainda lhe fornecerá gratuitamente, as esquadrias, com que se "civilizará" um pouco a sua choça.

Por ter sede a alguma distância do rio, em Belterra a água é captada em poços (por enquanto 2), de grande profundidade, e são enormes os reservatórios, construídos sôbre tórres, em que a mesma se armazena para acudir com fartura às necessidades da população.

A usina elétrica, com uma fôrça de 2.000 volts e 80.000 kilowatts, dada a modernidade da sua aparelhagem, ocupa apenas o trabalho de dois homens. E' ela que aciona a magnífica serraria, onde os grossos to-



Casas para operários à rua Nova, em Belterra

FOTO CIA. FORD IND.

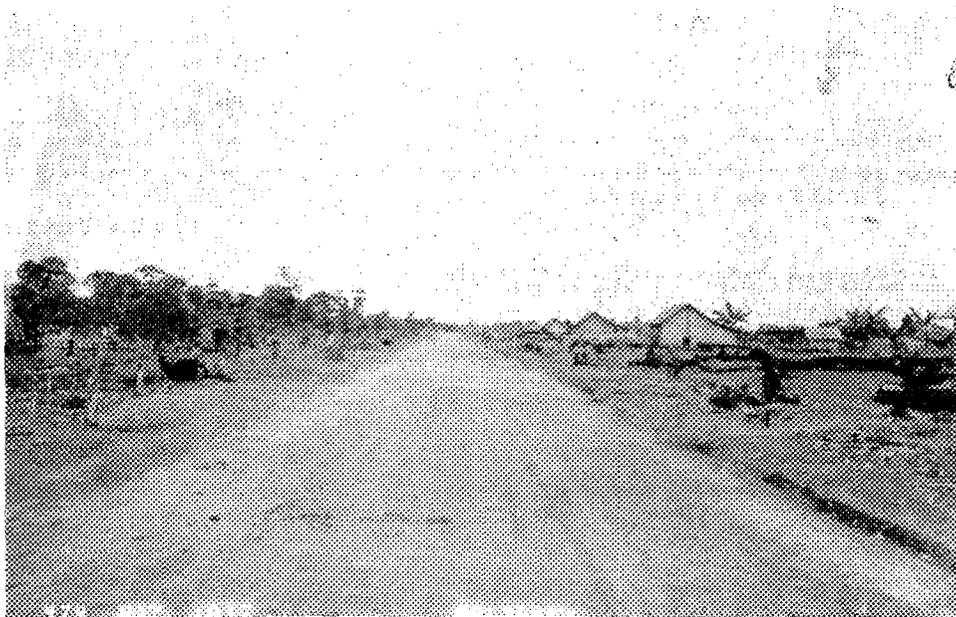
ros de itaúba, pau-d'arco, massaranduba, louro e tantas outras madeiras preciosas, sob maquinária aperfeiçoada, vão sendo rapidamente convertidos no mais variado material de construção.

Longe de qualquer centro de abastecimento, Belterra tem que se prover a si mesma e, por isto, é dos mais ricos e sortidos o seu almoxarifado. Nele as mercadorias, tôdas convenientemente fichadas e numeradas, arrumam-se com muita ordem em grandes armários metálicos, onde, a qualquer tempo, será sempre fácil achar o artigo procurado. Diga-se, entretanto, que todo êsse material serve apenas para ocorrer às necessidades da empresa. Aos particulares, seus empregados, com exceção de gêlo, a Companhia nada vende. Isso ela o pode fazer porque, dentro da sua sede, permite e facilita mesmo o estabelecimento de pe-

quenas casas comerciais, como mercearias, padarias, açougues, barbeiros, alfaiates... Lá se encontra até uma sucursal das conhecidas "Casas Pernambucanas" e há também quem se dê ao luxo de manter um restaurante.

Numa região em que o nativo humilde é quasi sempre espoliado pelo regatão, ou pelo "aviador", é de grande importância educativa que o caboclo, como paga do seu trabalho, veja, enfim *dinheiro*, e possa ter a liberdade de comprar o que quiser e onde quiser.

O hospital, com capacidade para 40 doentes, embora de instalação singela, tem tudo o que pede a ciência moderna. Laboratório, farmácia, Raios X, sala de operações permitem-lhe não só as mais precisas investigações diagnósticas, como o recurso terapêutico das mais sérias intervenções cirúrgicas.



Uma das estradas de Belterra, ao longo das quais estão localizadas as casas para trabalhadores

FOTO CIA. FORD IND.

Já nos reportamos ao pôrto de Pindobal, com uma ponte bem lançada sôbre o rio e grande armazém a que se recolhe tôda a mercadoria em tráfego. Agora, cogita-se de outro ponto de atracação, apenas a 5 quilômetros do escritório central e onde já foram iniciadas várias edificações, algumas de cimento armado, para depósitos, e também outras, mais ligeiras, para ulterior instalação do serviço médico, pôsto fiscal, pôsto policial, guarida aos trabalhadores que chegam...

Tanto em Belterra, como na Fordlândia, existem escolas gratuitas, mantidas pela Companhia, mas sob a direção de professores públicos designados pelo Governo Estadual.

Buscando amenizar a vida naquelas alturas, não foram esquecidos alguns centros de diversão. Assim, se os diretores e empregados gradua-



Panorama de Fordlândia, vendo-se o vapor "Almirante Jaceguai", da frota do Loide Brasileiro, quando da visita da caravana do "Touring Clube do Brasil" àquela localidade

FOTO CIA. FORD IND.

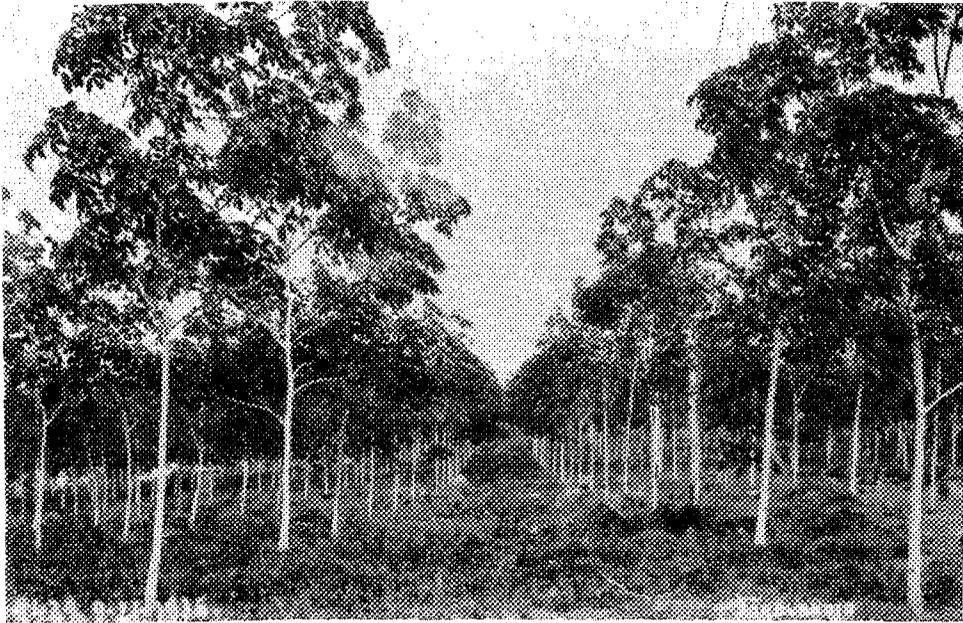
dos teem um clube, provido de bilhares e outros jogos, e onde os americanos e brasileiros se conçoçam na melhor harmonia, os operários também possuem sede para as suas festas, além do que "torcem" no futebol e uma vez ou outra assistem a sessões de cinema.

Para terminar, digamos que Belterra está ligada pelo rádio a Santarém e Fordlândia e uma extensa rede telefônica estabelece o contacto entre tôdas as suas dependências. Além disso, 70 quilômetros de boas estradas de rodagem cortam-na em várias direções, sendo que muito breve, uma delas, e das maiores, por acôrdo e despesas divididas com a municipalidade de Santarém, deverá chegar até esta cidade.

Administração — No dia do nosso regresso, após dois dias de estada em Belterra, tivemos oportunidade de conversar com o Sr. A. Johnston, diretor-gerente da Companhia, e que naquela manhã chegara da Fordlândia. São dele a maioria das informações que se seguem, com exceção daquelas relativas ao serviço médico e condições sanitárias da região, ouvidas do Dr. Kenneth Waddell.

A Companhia Ford Industrial do Brasil já dispendeu 9 milhões de dólares (175.500:000\$000) e ainda tem a dispender 19 milhões, ou seja um pouco mais do dôbro.

O maior óbice com que vem lutando a empresa é o da falta de braços. Desde o início dos seus trabalhos, o máximo de homens que a concessão já poude ter a seu serviço, foi, na Fordlândia, em 1931, 3.100. Esse número, entretanto, que mesmo agora precisaria ser mantido e até aumentado, caiu logo, e hoje não vai além de uns 1.700 trabalhadores ru-



Seringueiras plantadas pela Companhia, na Fordlândia

FOTO CIA. FORD IND.

rais, assim distribuídos pelas duas plantações: 1.200 em Belterra e 500 na Fordlândia.

Acredita o Sr. Johnston que êsse entrave seja em grande parte devido à falta de hábito que tem o caboclo amazonense por qualquer trabalho metódico e com fixação à terra, uma vez que sempre se entregou ao nomadismo da indústria extrativa. Justamente em 1938, houve uma prova típica e comprovante dessa asserção. Tendo-se dado uma alta súbita no preço das sementes de cumarú (*Dipteryx*, diversas espécies), perto de 300 homens abandonaram a Companhia para ir tentar a sorte, por conta própria, na apanha daquele produto. É bem de ver que terminada essa colheita erradia, grande parte deles quis voltar ao trabalho regular e a Gerência, por não ter quem os substituísse, fechando os olhos a essa falta, recebeu-os de muito bom grado.

E não se diga que a Companhia paga mal aos seus trabalhadores. O salário inicial mínimo, a sêco, de 6\$000 diários, ao cabo de dous meses de bons serviços, passa logo a ser aumentado e pode chegar a 10\$000 e 12\$000 por dia. Ora, assim, não vemos procedência a certas críticas por nós ouvidas posteriormente, desde que em Belém, na própria capital do Estado, onde o custo da vida é muito mais caro, o inquérito aberto pelo Ministério do Trabalho, afim de apurar os salários mínimos, encontrou estivadores, carregadores e o trabalhador braçal de certas fábricas, percebendo apenas de 4 a 5\$ diários.

Ao contrário do que muita gente supõe, exceção feita da sua alta administração, com uns 8 a 10 cargos ocupados por americanos, e 2 holandeses especializados na cultura da *hevea* no Oriente, todo o pes-

soal que trabalha na Companhia, inclusive aqueles com atribuições mais elevadas no escritório central, são genuinamente brasileiros.

Para o operário rural, o trabalho se inicia às 6.30 e termina às 15.30, com uma hora para almoço. Assim, ainda lhe poderá sobrar algum tempinho à tarde para cuidar dos interesses próprios, fazendo a sua roça, se quiser. Tanto a entrada como a saída de serviço, são marcadas em relógio registrador, sendo que para aqueles que se destinam às plantações mais distantes da residência, êsse assinalamento deve ser feito com antecedência que lhe permita alcançar a tempo o seu ponto de trabalho. Contudo, facilitando essa obrigação, ha relógios espalhados por vários pontos.

Apoiada num decreto do Govêrno Estadual, em tôda a concessão são proibidos o uso de venda de bebidas alcoólicas. Mas isso não impede que uma vez ou outra alguém se disponha a um contrabandozinho. Apenas, como aquí não há a frascaria apropriada com que nos Estados Unidos se fazia o tráfico clandestino dos espirituosos, o caboclo já tem sido pilhado a sobraçar, cuidadosamente, um gordo melão ou melancia cujo bojo vai bem cheio de cachaça.

Quanto à capacidade física, acha o Snr. Johnston que o nosso caboclo, quando sadio e afeito ao trabalho regular, pode ser comparado ao seu irmão da América Central e das Antilhas. O Snr. Pringle faz referências especiais à inteligência e certas aptidões demonstradas por muitos dos nossos homens a seu serviço e cita a turma dos rapazolas de 16 a 20 anos que está hoje perfeitamente habilitada no delicado tra-



Fordlândia — Extração do "látex". Verifiquem-se os cortes nas árvores e as tigelinhas utilizadas na colheita

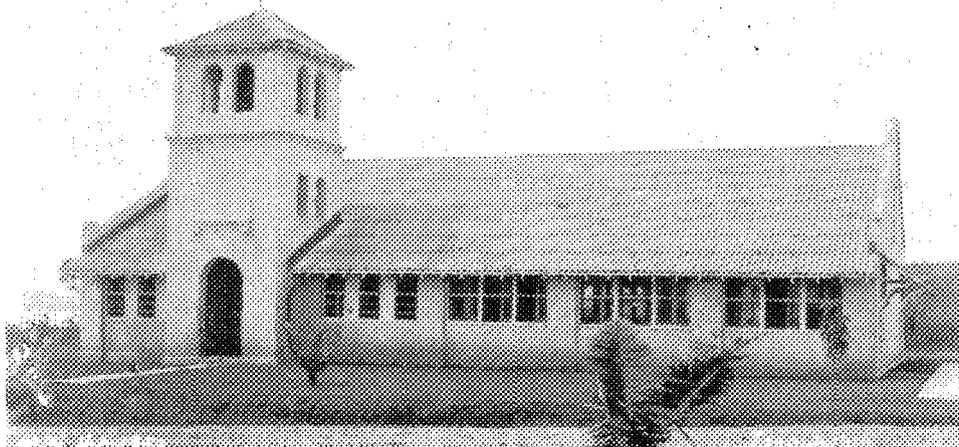
FOTO CIA. FORD IND.

balho das enxertias. Igualmente, a usina elétrica pode ser confiada a 2 nativos, que cedo se familiarizaram com o seu mecanismo.

Serviços médicos — Já tivemos oportunidade de louvar o hospital de Belterra; mas estendam-se êsses elogios à perfeita organização dos serviços médicos de tôda a Companhia, dirigidos pelo Dr. Kenneth Waddell, com a colaboração de dois outros patrícios nossos, e cuja maior vitória está no permanente e magnífico estado sanitário que se desfruta ali. Mesmo nos momentos mais perigosos, como aqueles em que, na Fordlândia, se fazia um intenso trabalho de derrubadas e plantações, com 3.000 homens em serviço, nunca houve qualquer epidemia séria e que mais uma vez viesse depor contra o já tão caluniado clima da Amazônia. Isso, entretanto, só se consegue com atilados e perseverantes cuidados higiênicos e profiláticos, aliás na dependência de fartos recursos pecuniários, o que nunca faltou à Companhia, certamente um dos motivos principais por que já fracassaram entre nós outras tentativas do mesmo gênero.

Se em Belterra não existem mosquitos, já na Fordlândia se mantém uma polícia de focos, abrangendo também o combate às moscas. Todo trabalhador novo sofre rigorosa inspeção médica, visando sobretudo o combate ao impaludismo e verminoses, de que não raro será portador, e vacinas o imunizarão contra a varíola, as infecções colitíficas, a febre amarela e a difteria. Em caso de morte, se necessário for aos interesses da ciência, ninguém se livrará da autópsia, por têmo assinado no momento da admissão.

Corroborando a opinião do diretor-gerente, acha o Dr. Waddell, por cujas mãos já passaram alguns milhares de indivíduos, que o nosso



Grupo Escolar da Fordlândia

caboclo é de rija compleição e, se sadio e bem nutrido, mostra-se um bom trabalhador. Outra observação valiosa que lhe ouvimos, foi a respeito da sífilis e do alcoolismo, com índices muito mais baixos entre a gente aos seus cuidados, do que geralmente se propala a respeito do nosso povo.

Fordlândia Como já dissemos, dificuldades de transporte privaram-nos de visitar a Fordlândia, também conhecida por *Boa Vista*, nome de uma antiga propriedade, hoje compreendida na concessão.

Alí, onde as plantações se iniciaram em 1929, muitos seringais já estão em idade de ser sangrados. Acontece, porém, que a maioria dessas árvores, por motivos vários, inclusive a falta de seleção prévia de sementes e mudas, e talvez as más condições do terreno, está longe de ter alcançado o tipo de *hevea* por que aspira a Companhia. Daí os repetidos exames a que vem sendo submetido o seu látex, em provas que se realizam nos Estados Unidos e cujos resultados, quando desfavoráveis, já levaram à condenação 40.000 plantas.

Para essas análises, o látex viaja em latas de querosene, hermeticamente fechadas. Segue líquido, tal como foi colhido da árvore, e as-



Hospital "Ford", na Fordlândia

FOTO CIA. FORD IND.

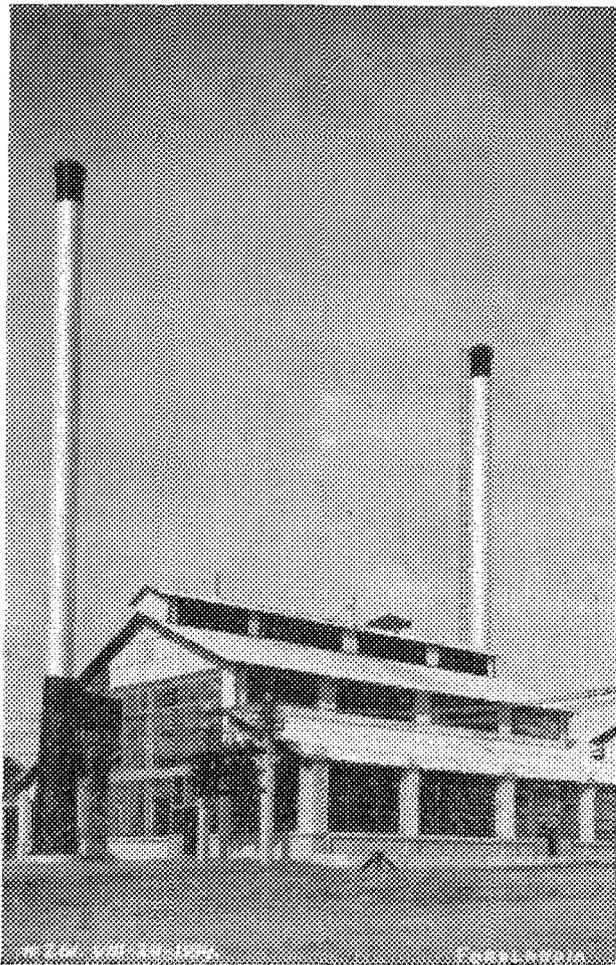
sim se conserva graças à adição de um soluto amoniacal, que lhe obsta a coagulação.

Mas a despeito de tudo, na Fordlândia, já foram desflorestados 8.500 acres e existem 1.600.000 seringueiras, sendo que as plantadas de 1933 para cá, tôdas se acham enxertadas com as *heveas* asiáticas.

No tocante às instalações da primitiva concessão, dizem-nas muito mais importantes do que as de Belterra. Haja visto a serraria, que é apontada como modelo, talvez sem cópia na América do Sul. Ricas e de grande acabamento são também as habitações particulares, algumas de custo maior a cem contos.

E tudo aquilo num ponto, onde, de início os índios surgiam aqui e ali — Araras do rio das Mortes, escorraçados pelos garimpeiros, ou qualquer tribo do Xingú, premida pelos Caiapós. Mas nunca se apurou ao certo quem, com boas razões, havia de ter olhos curiosos para tôda aquela maquinária, bastante diferente dos seus modestos terens.

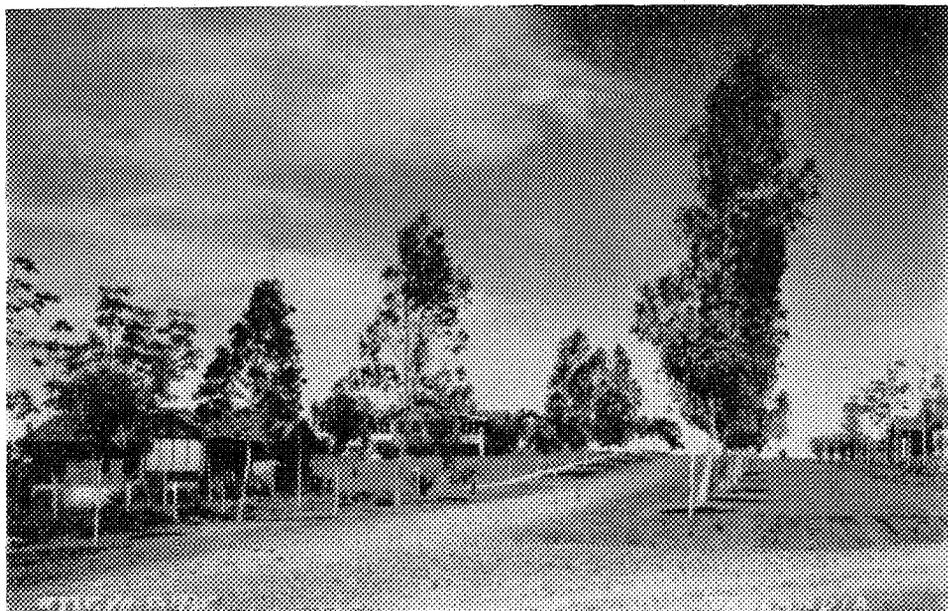
Belterra, por êsse lado, será mansão mais benévola ao sono dos americanos. Ali, quando muito, existem as “terras pretas”, denunciadoras de antigos aldeamentos indígenas e onde também se encontram fragmentos da tão misteriosa cerâmica de Santarém. Mas isto é apenas uma pálida reminiscência de remota civilização extinta, como extinta também está hoje aquela valorosa nação dos Tapajós, origem da aludida cidade e de que, assim, ainda nos falava Hêriarte, em 1639: “Bota de si 60.000 arcos quando manda dar guerra” (4).



Magnífica usina elétrica da Fordlândia. A de Belterra, apesar de menor, é de 2.000 “volts” e tem a potência de 80.000 “kilowatts” FOTO CIA. FORD IND.

O vale do Tapajós e os americanos Não deixa de ser curioso que, na imensa região amazônica, já por duas vèzes o vale do Tapajós merecesse a preferência dos americanos. Agora pela Companhia Ford. Há mais de 70 anos, por aquela leva de emigrantes, quasi todos do sul que, descontentes com o desfêcho da Guerra de Secessão, vieram parar no extremo-norte do Brasil e, em

(4) Maurício de Hêriarte — *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá, e rio das Amazonas.* — Viena d’Áustria, 1874.



Fordlândia — Residências dos dirigentes da Companhia

FOTO CIA. FORD IND.

grande parte, se fixaram nas cercanias de Santarém. Ainda hoje, nesta mesma cidade, vivem, já muito idosos, dois remanescentes daquela gente, os irmãos Riker, e não são raros os brasileiros que ali trazem sobrenomes como Jennings, Hennington e outros, atestando-lhes a procedência. Hartt (5) e Smith (6) referem-se longamente a êsses seus patrícios, sobretudo um deles, de nome Rhome, que fundou ou se instalou no sítio "Taperinha", ainda lá existente, e situado nas imediações da boca do Tapajós. Êsse foi, entre os exilados americanos, um dos que melhor se adaptaram à Amazônia, no sentido do domínio da terra e bom aproveitamento dos recursos naturais. Assim, ao tempo em que a sua propriedade foi visitada pelos ilustres viajantes, era de franca abundância a situação do exilado voluntário que, cercado da mulher e filhos, vivia feliz e confortavelmente entre inegualáveis plantações de cana, arroz, feijão, mandioca e fumo.

E a êsse respeito, Smith chega a conclusões que, de uma maneira geral, se poderiam aplicar a todos aqueles que desejam realizar vida agrícola na Amazônia. Ê o caso que entre os *yankees* emigrados, só lograram vencer aqueles que, tendo alguns recursos pecuniários, não contavam apenas com o próprio esforço individual. Exemplo disto, é o já aludido Sr. Rhome que, depois de instalado aquí, pode voltar aos Estados Unidos para adquirir arados e todo o material necessário à montagem de usinas, serraria, etc.

E êste, em ponto grande, não será também o motivo por que vai triunfando a Companhia Ford quando a seu lado ou no passado, tan-

(5) Ch. Fred. Hartt — Morgan Expeditions. 1870 (Bulletin of the Cornell Univ. Science. Vol. I, n.º 1 — Ithaca, n.º 91.874).

(6) Herbert H. Smith — *Brazil — The Amazons and the Coast*. London. s. d.



Avenida Boa-Vista, na Fordlândia, apresentando casas de trabalhadores
 FOTO CIA. FORD IND.

tas outras tentativas de igual feição, mas sem as suas possibilidades financeiras, não lograram ir avante ?

Vale dizer, a bem da verdade, que a despeito de todos os óbices, são cada vez mais frequentes e promissoras de êxito as iniciativas particulares que buscam libertar as riquezas amazônicas da indústria exclusivamente extrativa, uma das causas da sua quasi nenhuma produtividade econômica. Haja visto, só para citar uma, a Sociedade Anônima que, nas cercanias de Manaus, congrega fervorosos patricios, entre os quais se destaca o Sr. Cosme Ferreira Filho, e que vem fazendo, há alguns anos, intensivo plantio de seringueiras e castanheiras.

Mas não esqueçamos a preferência dos americanos pelo vale do Tapajós. Que razões teriam levado a Companhia Ford a alí localizar as suas concessões, quando tantas outras áreas lhe devem ter sido assinaladas como igualmente favoráveis ao cometimento? Inquirido a respeito, limitou-se o Snr. Johnston a dizer-nos que essa escolha fôra confiada a uma comissão em que figuravam vários brasileiros e que após acurados estudos a mesma voltara as suas vistas para o município de Parintins, já no Estado do Amazonas (será a zona atualmente ocupada pelos japoneses?) e a bacia do Tapajós, optando finalmente por esta última.

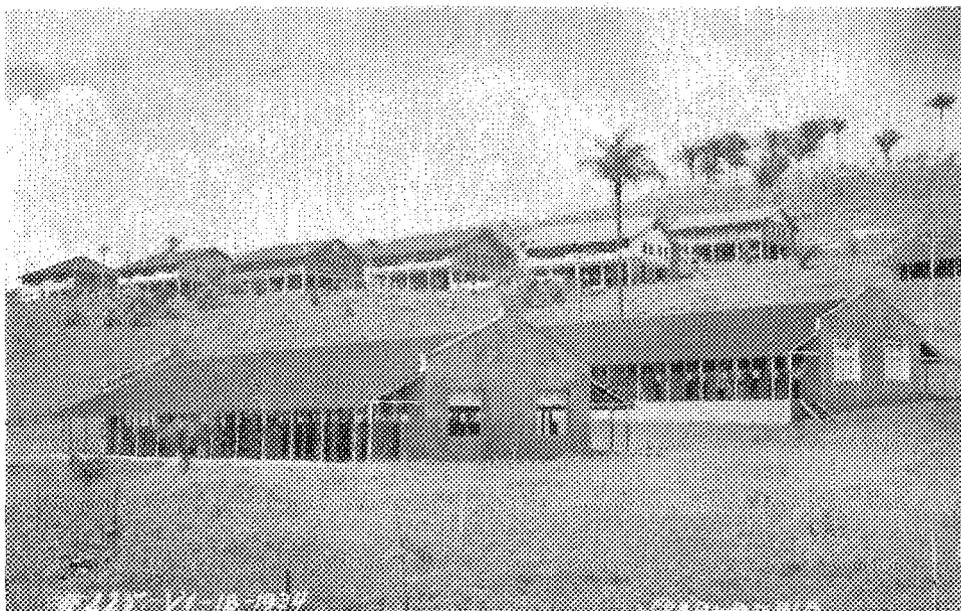
Considerações finais Não será ocioso perguntar se, iniciada, em grande escala, a colheita da nossa borracha de plantação, poderá êste produto concorrer com o seu similar asiático. Dois simples argumentos, confortam-nos sôbre êsse ponto. Em primeiro lugar, favorecidos por condições geográficas, estamos muito mais perto

do maior mercado consumidor do produto: os Estados Unidos. Em segundo, a despeito de muito impura, para inúmeros misteres, a nossa borracha, conhecida no estrangeiro sob o nome de "Pará", devido à elasticidade, ainda é preferida à asiática ou "Plantation" (7).

Ora, sendo assim, qual não será a sua procura quando ambas competirem isentas de escórias, mas a nossa mantendo sempre as qualidades que lhe são inatas ?

Mas antes de atentar para o futuro, motivos outros já nos rejubilavam o coração ao tornar da visita à Companhia Ford.

E' que alí se faz mais um clamoroso desmentido àqueles raros que ainda supõem ser impossível, nos dias presentes, o aproveitamento agrícola do Amazonas. Por outro lado, após tanto tempo de vida vária e erradia, o nosso caboclo fixa-se pela primeira vez à terra e a sua mão, que quasi só sabia colhêr e depredar, habitua-se enfim ao gesto do semeador.



Fordlândia — Barracões para os trabalhadores solteiros, no primeiro plano. Ao fundo, residências de empregados. Bons serviços de iluminação, água canalizada e escoamento por meio de fossas sanitárias

Foto Cia. Ford Ind.

(7) Cosme Ferreira Filho — *A borracha, problema brasileiro*. Manaus 1938.

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

Le Dr. Gastão Cruls, auteur très connu de plusieurs études sur l'Amazonie, nous présente dans cet article, les impressions de sa visite à la *Compagnie Ford Industrielle du Brésil*, qui, dans l'état du Pará, entreprend de grandes plantations de caoutchouc ("hevea brasiliensis"), dont le "latex" se destine surtout aux industries Ford dans les États Unis.

La concession occupe une étendue de 1.000.000 d'hectares, et est située en deux points sur la rive droite du fleuve Tapajós; le premier appelé *Belterra*, près de la ville de Santarém et l'autre, la *Fordlândia*, situé plus au nord.

À l'Amazonie a appartenue jusqu'à la fin du siècle passé, l'hégémonie mondiale de la production du caoutchouc. Cependant après les plantations de ce produit dans l'Inde, son

prestige est déchu. Manquant de symétrie dans la manière de planter, les arbres en Amazonie, s'écartaient parfois de quelques dizaines de mètres les uns des autres, la récolte du "latex" devenant ainsi difficile, ce qui enchérissait le produit.

La plantation actuelle faite par la *Ford Industrielle du Brésil*, obéit, au contraire, au plus modernes procédés d'exploration. En outre, la qualité du caoutchouc a été améliorée par le greffage d'une "hevea" d'origine orientale. C'est curieux, remarque l'auteur, que les plantes brésiliennes soient améliorées par les descendantes de leurs graines originées de l'Amazonie et envoyées en 1876 à l'Angleterre.

Ce greffage est pratiqué dans la plante agée d'une année et demie, et les *bourgeons* sont retirés des "specimens" importés de l'Inde avant l'actuelle prohibition. Cette prohibition d'ailleurs ne nuit en rien les plans de la Compagnie, car elle dispose déjà de quelques centaines de pieds de la dite "hevea" en traitement soigneux.

Les traitements culturels sont continus. Les plantations sont faites en *rectangles* de 161.88 km². En chaque *fosse* on plante 3 graines conservant la distance de 5 mètres entre elles. Séparant les *rectangles* on y laisse un rideau de buisson qui sert de rempart aux vents et aux "*queimadas*" (incendies de forêt) voisines. Au temps convenu on procède à la sélection en arrachant les *bourgeons* moins résistants. En 1938, à *Belterra*, 2.400.000 "heveas" ont été plantées, et 1.600.000 à la *Fordlândia*, la *Compagnie Ford* espérant y planter encore 2.000 hectares par an.

Néanmoins ses bonnes conditions sanitaires et le raisonnable paiement, la Compagnie lutte contre le manque de bras. Le salaire initial est de 6\$000 par jour, pouvant atteindre jusqu'à 12\$000.

Les installations de la Compagnie sont splendides: des hopitaux équipés avec les plus modernes appareils medico-chirurgicaux; des écoles, des maisons pour les fonctionnaires et ouvriers, des usines électriques, des fabriques de glace, etc. Les photographies qui illustrent cet article, montrent le confort qui existe à la concession. Neuf millions de dollars ont été déjà dépensés, la Compagnie ayant encore à y employer 19 millions.

Par rapport au personnel, le directeur-gérant Mr. A. Johnston, fait des éloges à l'intelligence de l'ouvrier brésilien et le Dr. Kenneth Waddel, chef des services sanitaires, assure qu'il est de solide complexion, ajoutant encore que les indices se rapportant à la syphilis et à l'alcoolisme sont bien plus bas que ce que l'on dit.

L'auteur termine en prévoyant que le caoutchouc brésilien, par sa qualité ainsi que pour sa proximité du marché consommateur — l'Amérique du Nord — reviendra à son ancienne importance.

El doctor Gastão Cruis, conocido autor de estudios sobre la región amazónica, presenta, en ese artículo, las impresiones de su visita a la *Compañía Ford Industrial del Brasil* que, en el Estado del Pará, realiza extensas plantaciones de goma ("Hevea brasiliensis"), cuyo "latex" se destina, sobre todo, a las industrias de la Ford en los Estados Unidos.

La concesión, ocupando una área de 1.000.000 de hectáreas, está situada en dos puntos de la margen derecha del río Tapajós, siendo el uno *Belterra*, cerca de la ciudad de Santarém, y el otro, *Fordlândia*, más arriba.

Cupo a la Amazonia, hasta el fin del siglo pasado, el dominio mundial de la producción de goma. Después de las "plantations" de India, declinó su prestigio. Sin plantío simétrico y los árboles distando, a las veces, decenas de metros los unos de los otros, era difícil la cosecha de la "leche", lo que encarecía el producto.

En el plantío presentemente realizado por la *Ford Industrial del Brasil* son obedecidos los más modernos procesos de explotación. Es también mejorada la calidad de la goma por el injerto de una "hevea" de procedencia oriental. No deja de ser curioso, dice el autor, que las plantas brasileras sean mejoradas con la descendientes de las simientes originadas de la Amazonia y mandadas a la Inglaterra en 1876.

Este injerto es practicado cuando la planta alcanza la edad de un año y medio y los "ojos" son retirados de "mudas" importadas de India antes de la actual prohibición que allí existe. Esta prohibición, aliás, no prejucará los planos de la Compañía. Ella ya dispone, en cariñoso trato, de centenas de pies de la mencionada "hevea".

Los tratos culturales son continuos. Las plantaciones son hechas en *cuadras* de 150.000 metros cuadrados. En cada *cueva* plantan 3 simientes, con distancias de 5 metros entre las *cuevas*. Entre las *cuadras* dejan una cortina de mata como protección contra los vientos y "quemadas" vecinas. En la época debida proceden una selección, sacando los "brotos" menos resistentes. Ya están plantados (1938) 2.400.000 "seringueiras", en *Belterra*, y 1.600.000 en *Fordlândia*, esperando la *Ford* plantar 2.000 hectáreas en cada año.

Lucha con la falta de brazos, apezar de las condiciones sanitarias serén buenas y la Compañía pagar razonablemente a sus trabajadores. El salario inicial es de 6\$000 diarios, subiendo hasta 12\$000.

Otimas instalaciones: hospitales con moderno aparato medico-quirúrgico; escuelas, residencias para los funcionarios y trabajadores, usinas eléctricas, fabricas de hielo, etc. Los fotos que ilustran el artículo muestran el confort que existe en la concesión. Nueve millones de dolares ya han sido gastos, debiendo emplearse aún 19 millones.

Con referencia a los empleados el director-gente, sr. A. Johnston, elogia la inteligencia del trabajador brasiler y, el dr. Kenneth Waddel, jefe de los servicios sanitarios, asegura que el dicho trabajador tiene fuerte complexion, y añade que los indices referentes a la sífilis y el alcoholismo son más bajos do que se dice a respeto.

Finaliza el autor previendo que, por su calidad y proximidad del mayor mercado consumidor — los Estados Unidos — la goma brasilerá volverá a su antiguo prestigio.

Il Dott. Gastone Cruis, apprezzato autore di studi sulla regione amazzonica, espone, in questo articolo, le impressioni tratte da una visita alla *Compagnia Industriale Ford del Brasile*, che possiede nello stato del Pará estese piantagioni di alberi della gomma ("Hevea brasiliensis"), il cui lattice è destinato principalmente alle industrie della "Ford" negli Stati Uniti.

La concessione, che occupa un'area di un milione di ettari, è situata sulla riva destra del fiume Tapajós, in due zone, di cui una, *Belterra*, vicina alla città di Santarém, e l'altra, *Fordlândia*, più in su.

L'Amazzonia tenne fino al termine del secolo scorso il primato nella produzione mondiale della gomma. Dopo le piantagioni fatte in India, il suo prestigio declinò. Per la irregolare di-

istribuzione delle piante e la forte distanza tra un albero e l'altro (talora perfino decine di metri), la raccolta del lattice era difficile, ed era alto il costo del prodotto.

Nelle piantagioni fatte ultimamente dalla C. I. Ford del Brasile, sono stati applicati i metodi più moderni. Inoltre, la qualità della gomma è stata migliorata con l'innesto di una "hevea" di provenienza orientale. È singolare, però, nota l'A., che le piante brasiliane siano migliorate con le discendenti delle sementi originali dell'Amazzonia mandate in Inghilterra nel 1876.

L'innesto è fatto quando la pianta raggiunge l'età di un anno e mezzo; le gemme sono tolte da piante importate dall'India prima della proibizione che ora è in vigore. Proibizione che non contrarierà l'azione della Compagnia, poiché essa possiede già centinaia di piante di questa "hevea" orientale, che sono coltivate con grande cura.

Il terreno coltivato non ha interruzioni. Le piantagioni sono fatte in lotti di 161,08 km². Le buche per la semente sono ad intervalli di 5 metri, ed in ognuna si introducono tre semi. Tra un lotto e l'altro è lasciata una striscia di bosco, a protezione contro i venti e gli incendi.

A tempo opportuno si fa una scelta delle piante, strappando gli arbusti meno resistenti. Sono già stati piantati (1938) 2.400.000 alberi di gomma in Belterra, e 1.600.000 in Fordlândia; la Ford progetta di piantare 2.000 ettari ogni anno.

La Compagnia lotta contro la mancanza di opera manuale, sebbene le condizioni sanitarie siano buone ed i lavoratori siano pagati abbastanza bene. Il salario iniziale è di sei milreis giornalieri, ed aumenta poi fino a dodici.

Vi sono ottime installazioni: ospedali, con attrezzamento medico-chirurgico moderno, scuole, case per gli impiegati e per gli operai, officine elettriche, fabbriche di ghiaccio, ecc. Le fotografie che accompagnano l'articolo mostrano il conforto esistente nella concessione. Furono già spesi nove milioni di dollari e ancora devono essere impiegati 19 milioni.

Parlando del personale, il direttore-gerente A. Johnston elogia l'intelligenza dell'operaio brasiliano. Il capo dei servizi sanitari, dott. Kenneth Waddel, afferma che questi è di costituzione resistente, e che la frequenza dell'alcolismo e della sifilide è minore di quanto si suole ritenere.

Concludendo, l'A. prevede che la gomma brasiliana riconquisterà il suo antico prestigio, grazie alla sua qualità e alla sua maggior vicinanza al principale mercato consumatore, l'America del Nord.

Dr. Gastão Cruis, well known author of several studies about the Amazon region, offers in this article, the impressions of his visit to the *Ford Industrial Company of Brazil*, which in the state of Pará, realizes large plantations of caoutchouc (*hevea brasiliensis*), from which the "latex" is chiefly destined to the *Ford* industries in United States.

The concession, holds an extension of 1.000.000 of "hectares"; it is situated in two points at the right border of the Tapajós river, one of which, *Belterra* is seen near Santarém city and the other the *Fordlândia*, situated north ward.

To the Amazon region untill the end of last century, belonged the world's hegemonic caoutchouc production. After the plantations in India, its importance declined. With no symmetry in the planting, the trees being sometimes ten yards distant one another, it was difficult to catch the "latex", the product growing so, much more dear.

The planting now realized by the *Ford Industrial of Brazil*, obeys to the most modern methods of exploration. And yet, the caoutchouc quality is ameliorated by the grafting of an "hevea" of oriental origin. It is curious, says the author, that the brazilian plants should be ameliorated by the descendants of seeds came from the Amazon region and sent to England in 1876.

This grafting is practised after the plant is one year and half old, and the buds are pulled away from the "specimens" imported from India before the present interdiction. This interdiction, although, will not disturb the Company plans, for it disposes already of some hundred feet of this "hevea" in careful treatment.

The cultural treatments are lengthened. The plantations are made in *rectangles* of 161,88 km². In each *ditch*, 5 yards distant one from the other, three seeds are planted. Between the *rectangles* is left a curtain of bushes that serves as a rampart to the winds and "queimadas" (forest burnings) of neighbourwood. In proper time the selection is done, pulling away the less opponent buds. In 1938 there were already planted in *Belterra* 2.400.000 of caoutchouc trees and 1.600.000 in *Fordlândia*, hoping *Ford Company* to plant by year 2.000 "hectares".

In spite of the good sanitary conditions, and the reasonable payment, the Company finds difficulties in arranging workmen. The first salary is of 6\$000 the day, but it can attain untill 12\$000.

The instalations of the concession are splendid: hospitals, supplied with modern medical-surgical instruments; schools, houses for functionaries and workmen, electric usines, ice fabrics, etc. The photographs that illustrate this article, show the comfort that exist in the concession. Nine millions dollars were already spent and nineteen more are yet to be employed.

Reporting to the personal, the director-manager, Mr. A. Johnston, praises the intelligence of brazilian workman, and Dr. Kenneth Waddel, chief of the sanitary service, assures that he is of strong complexion, the signs of syphilis and alcoholism being lower then what one use to hear about.

The author finishes his work, foreseeing that; by its quality and greater proximity to the consuming market — North America — brazilian caoutchouc, will come to its first importance.

Der durch seine Arbeiten über das Amazonasgebiet bekannte Dr. Gastão Cruis gibt im vorliegenden Artikel die Eindrücke wieder, die er bei seinem Besuch der brasilianischen Ford-Industrie-Gesellschaft (*Companhia Ford Industrial do Brasil*) gewonnen hat. Diese Gesellschaft hat im Staate Pará grosse Kautschuk-Pflanzungen angelegt ("Hevea brasiliensis"), deren milchiger Saft hauptsächlich zur Verwendung in den Ford Werken der Vereinigten Staaten von Nordamerika bestimmt ist.

Die Konzession umfasst eine Fläche von 1.000.000 Hektar und liegt am rechten Ufer des Tapajós-Flusses und zwar an zwei verschiedenen Stellen: die eine in der Nahe der Stadt Santarém; sie heisst *Belterra* die andere, weiter oberhalb: *Fordlândia*.

Bis zum Ende des vergangenen Jahrhunderts stand das Amazonasgebiet in der Weltkautschuk-erzeugung an erster Stelle. Es verlor seinen Vorrang, als man in Indien Kulturen anlegte. Da

es keine planmäßige Pflanzung gab, und die Bäume bisweilen mehrere zehn Meter auseinander standen, war die Milchgewinnung schwierig, und die Erzeugung wurde dadurch verteuert.

Bei der gegenwärtig durch die brasilianische Fordindustrie (*Ford Industrial do Brasil*) vorgenommenen Pflanzanlage werden die neuesten Gewinnungsmethoden befolgt. Ausserdem verbessert man die Kautschukqualität durch Veredlung mit einer Hevea orientalischer Herkunft. Es entbehrt nicht eines besonderen Reizes, zu sehen, sagt der Verf., wie jetzt brasilianische Pflanzen mit den Abkömmlingen der ursprünglich aus dem Amazonasgebiet stammenden und 1878 nach England versandten Sämereien aufgebessert werden.

Die Veredlung erfolgt, sobald die Pflanze anderthalb Jahre alt ist; dann okkultiert man sie mit der aus Indien vor der jetzigen Ausfuhrsperrung eingeführten Art. Uebrigens vermag diese Sperre den Pflanzern der Gesellschaft keinen Abtrag zu tun. Sie verfügt bereits über Hunderte von kleinen Pflänzchen der erwähnten Hevea und pflegt sie sorgfältig.

Die pflegliche Behandlung erfährt keine Unterbrechung. Die Pflanzungen sind in 161.88 km² grossen Abteilungen angelegt. Man legt jedesmal drei Samen in eine Grube ein und lässt 5 m. Zwischenraum zwischen den Gruben. Zwischen den einzelnen Abteilungen lässt man ein Stück Wald stehen zum Schutz gegen den Wind und gegen das Abbrennen auf dem Nachbarrundstück. Wenn es soweit ist, nimmt man eine Auslese vor und verwirft die weniger widerstandsfähigen Pflänzchen. Z. Z. (1938) bestehen die Pflanzungen in Belterra aus 2.400.000, die in Fordlândia aus 1.600.000 Kautschukbäumen, und die Fordgesellschaft hofft, jedes Jahr 2.000 Hektar bepflanzen zu können.

Sie hat mit dem Mangel an Arbeitskräften zu kämpfen, wiewohl die sanitären Zustände gut sind, und die Gesellschaft ihre Arbeiter durchaus angemessen entlohnt. Der Anfangslohn beträgt 6\$000 täglich und steigt bis zu 12\$000.

Hervorragende Anlagen: — Krankenhäuser mit moderner medizinischer und chirurgischer Einrichtung, Arbeiter- und Beamtenhäuser, Stromversorgung, Eisfabriken usw. Die dem Art'kel beigegebenen Photographien zeigen die im Konzessionsgebiet vorhandenen Bequemlichkeiten. Bis jetzt hat man bereits neun Million Dollars hereingesteckt und will weitere 19 Millionen investieren.

Was das Personal angeht, so spricht sich der leitende Direktor A. Johnston lobend über die Intelligenz des brasilianischen Arbeiters aus, und der Vorsteher des Gesundheitsdienstes Dr. Kenneth, der die Zähigkeit der Körperkonstitution feststellt, gibt an, dass Syphilis und Trunksucht weniger verbreitet sind als man gemeinlich sagt.

D-ro Gastão Cruls, konata aŭtoro de studoj pri la Amazona regiono, prezentas, en tiu ĉi artikolo, la impresojn de sia vizito al la "*Companhia Ford Industrial do Brasil*", kiu, en Stato Pará, faras grandajn plantadojn de kaŭĉukarboj (*Hevea brasiliensis*, kies "*latex*" sin destinas, precipe, al la industrioj de la Kompanio Ford, en Usono.

La koncesio, kiu okupas 1.000.000 da hektaroj, estas lokita en du punktoj ĉe la dekstra marbordo de rivero Tapajós, nome, *Belterra*, proksime de la urbo Santarém, kaj *Fordlândia*, pli supre.

Apartenis al Amazonio, ĝis la fino de la lasta jarcento, la monda superregado de la kaŭĉuka produktado. Post la plantadoj en Hindujo ekfiniĝis ĝia prestiĝo. Sen simetria produktado, kun arboj lokitaj kelkfoje je dekoj da metroj unuj de la aliaj, estis malfacila la rikolto de la "*lakt*", kaj tio plikarigis la produkton.

Ĉe la plantado ĵus farita de la "*Ford Industrial do Brasil*" estas obeataj la plej modernaj procedoj pri esplorado. Krom tio, oni plibonigas la kvaliton de la kaŭĉuko per la greftado de "*hevea*" el orienta deveno. Estas nepre kurioze, diras la aŭtoro, ke la brazilaj plantoj estas plibonigitaj per la idoj de l' semoj el Amazonio senditaj al Anglujo en 1876.

Tiu ĉi greftado estas farataj, kiam la planto atingas la aĝon de unu jaro kaj duono kaj la "*olhos*" (burĝonoj) estas prenitaĵoj el "*mudas*" (plantidoj) importitaj el Hindujo antaŭ la nuna malpermeso tie ekzistanta. Cetere tiu ĉi malpermeso ne difektas la planojn de la Kompanio. Ĝi jam havas, zorge konservitajn, centojn da trunkoj de tiu menciita "*hevea*".

La kulturaj flegadoj estas seninterrompaj. La plantadoj estas farataj en "*quadras*" (kvadrataj bedoj) je 161,88 km². En ĉiu "*cova*" (terkavaĵo) oni plantas 3 semojn, en distancoj de 5 metroj inter la "*covas*". Inter la "*quadras*" oni lasas kurtenon da arboj, kiel ŝirmilon kontraŭ la ventoj kaj najbaraj "*quetmadas*" (bruladoj). En la konvena epoko oni faras selekton, elŝirante la "*brofos*" (burĝonojn) malpli rezistajn. Jam estas plantitaj (1938) 2.400.000 kaŭĉukarboj en *Belterra*, kaj 1.600.000 en *Fordlândia*, kaj oni esperas, ke la kompanio plantos 2.000 hektarojn da ili ĉiujare.

Ili luktas kontraŭ la manko de brakoj, malgraŭ tio, ke la sanigaj kondiĉoj estas bonaj kaj la Kompanio sufiĉe pagas siajn laboristojn.

Bonegaj instaloj: — hospitaloj, kun moderna medicin-kirurgia aparataro; lernejoj, loĝejoj por oficistoj kaj laboristoj, elektraj uzinoj, glacifabrikoj, k. c. La fotografadoj, ilustrantaj la artikolon, elmontras la komforton ekzistantan en la koncesio. Naŭ milionoj da dolaroj jam estas elspezitaj kaj 19 milionoj ankoraŭ estas elspezotaj.

Rilate al la oficistaro la direktoro-administranto, s-ro A. Johnston, laŭdas la inteligentecan de la brazila laboristo, kaj d-ro Kenneth Waddell, ĉefo de la sanitaraĵ servoj, asertas, ke tiu ĉi havas rigidan karakteron, aldona, ke la indicoj rilataj al la sifiliso kaj alĥoolismo estas pli malaltaj ol tiuj diskongitaj tiurilate.

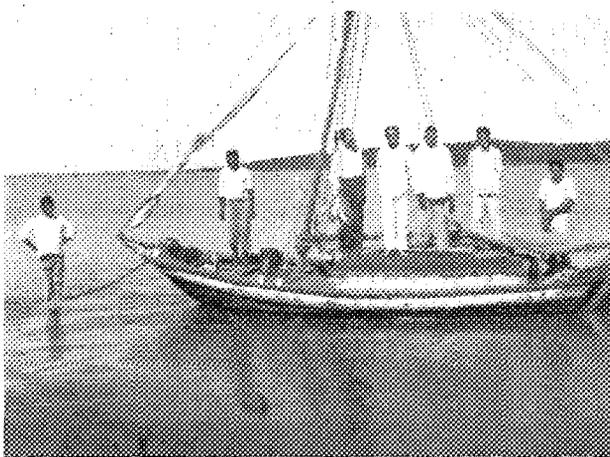
La aŭtoro finas sian artikolon antaŭvidante ke, pro sia kvalito kaj pli granda proksimeco de la plej granda konsumanta merkato — Nordameriko, la brazila kaŭĉuko reakiros sian antaŭan prestiĝon.

A região em aprêço tem sido visitada por poucos observadores, não obstante o grande atrativo que encerra: — minas de ouro, riqueza florestal e presença de tribus indígenas, — o que representa campo cobiçado por aventureiros em busca de fortuna, seringueiros e etnógrafos.

Todos os trabalhos sôbre a região são pouco conhecidos e contam-se entre os que são dignos de estudo, o relatório de Arrojado Lisboa, recentemente reproduzido pelo *S. F. P. M.*, os relatórios do engenheiro Dodt, publicados na *Coleção Brasileira* e comentados ligeiramente nesta Revista (n.º 3), o folheto sôbre a expedição do Alto *Turi-Assú*, do barão de Tromai, os relatórios do prof. Rúbens de Almeida e os relatórios técnicos de Pedro de Moura, Glycon de Paiva, Cáper de Sousa e S. Fróis Abreu que estiveram na região, nestes últimos anos, preocupados com problemas de geologia e mineração.

Até 1930 a região estava mantida em círculo fechado pelo temor que os índios *urubús* infringiam aos viajantes, porém com a pacificação dos mesmos, realizada pelo antigo *Serviço de Proteção aos Índios*, em 1928 esclareceu-se o verdadeiro limite da influência indígena, conheceu-se melhor a natureza e número daquelas tribus e verificou-se a possibilidade duma penetração, sem o perigo indígena, em grande parte do Noroeste maranhense. Coincidiu êsse conhecimento das condições do problema indígena com a alta do ouro, de modo que para a região convergiu a atenção de muitos garimpeiros, que animados com fartos achados nos primeiros contactos com o território, fizeram com que em muito pouco tempo se criasse alí um grande núcleo de exploração aurífera.

O autor do presente artigo fez uma viagem em 1935 entre Turi-Assú e Viseu, passando pelos principais centros de garimpagem da região e observando o ambiente, um tanto apressado, como viajante que era, mas bastante interessado nas questões de geografia local, pelo hábito de professar a matéria no *Instituto de Educação do Distrito Federal*.



O barco de vela utilizado pelo autor em sua excursão pelo litoral. Na fotografia vê-se o dr. Luiz Côrtes Vieira da Silva, juiz de Direito de Turi-Assú, e o viajante francês Camille Roy, que pouco tempo depois faleceu vitimado pelo impaludismo. Fotografia tomada perto de Igarapé Grande

FOTO S. FRÓIS ABREU

Os conceitos aquí emitidos e a documentação fotográfica dão bem uma idéia do que há por aquelas ínvias paragens e sugerem estudos de outras zonas do País, com documentação fotográfica que sirva para permitir que nossos compêndios de Geografia possam sempre dar exem-

plos brasileiros, em substituição às gravuras do estrangeiro que geralmente ilustram as páginas dos nossos livros escolares.

No caderno de notas destaco as seguintes informações que representam uma contribuição para a geografia regional: —

Caminhamento entre S. José e o Inglês Partida a pé de São José, às 7,20 da manhã, com o rumo S 70°. W. Acertado o passo de marcha e relacionado com o tempo: cada 5 minutos — 500 passos — 330 metros.

As 7,50 numa mina velha. As 7,59 da estrada, rumo N 60°. E parte o picadão para a mina do *Mestre Antônio*. Sigo rumo W justo. As 8,01 um grande barranco à esquerda e logo o *Igarapé do Jussaral*, para o S a mina do *Jussaral*, 20 minutos de pesquisas aí. As 8,30 temos vários caminhos: a N 30°. E segue o caminho para o Frechal que dista cerca de uma hora de marcha a pé; a S 70°. W o caminho para a mina do *Jenipapo*, perto; a S 30° para a mina *Barriguda*, que dista cerca de meia hora. Partimos às 8,35, às 8,38, no rumo N 50°. W fica a duas centenas de metros a mina *Manjaca*. As 8,52 o riacho *Perdiz* que corre para N 70°. W. Aí encontramos lajes dum xisto ferruginoso (filito decomposto?) e blocos de quartzo. As 8,55 penetrámos num terreno cheio de colinas de alturas de 10 a 20 metros. As 9,01 um riacho que corre rumo N 50°. W menor que o anterior. Aquí fica a mina *Califórnia*. Há um jussaral cujo solo é aurífero e já deu muito ouro. Todo o terreno está remexido e a mata rarefeita. As 9,05 outro riacho, ainda da *Califórnia*, com o mesmo rumo, que o anterior. O lugar já está muito trabalhado; por todos os lados, montículos de cascalho e terra revolvida. Aquí diz o guia que é a *casa do ouro*. Estamos na zona de matas no seu limite; para o rumo NW, muito perto daqui começam as campinas do litoral. Continuando, sobe-se uma colina duns 20 metros onde há um grande pé de bacurí. As 9,10 deparámos com barrancos de quartzo duro e escuro, encaixada nas argilas vermelhas, com uma possança visível de 2 m. Dêste ponto, a estrada vai sempre cambando para SW. As 9,30 chegámos à mina do *Genipapo*. Trabalham aí há 7 anos. Informa o guia que deu um “*ourão*”; deu pedras de 5 e 8 contos de réis. Um caboclo que está na cadeia, cumprindo sentença, por crime de morte, achou uma “pedra” que deu 8 contos de réis, quando o ouro estava sendo pago na zona a 6\$000 a grama. Daquí para N NE fica a casa das velhas. Nos arredores encontramos filitos decompostos muito ferruginosos, com camadas de itabirito e manganéz. Estão na direção N 50°. E e se apresentam quasi verticalmente. Ao Sul dessa mina do *Genipapo* fica a Serra *Pirocaua*. As 10 horas partimos do *Genipapo*, com rumo SW, 100 metros adiante fica o rio *Genipapo*, que é apenas um filete d’água de 1 metro de largo e 5 cm de profundidade. Rumo N, mais 300 metros e chega-se ao campo que se estende por uns 2 quilômetros para o N até a fazenda das velhas. As 10,06, partimos daí e às 10,16 chegámos ao marco do terreno das velhas, bem perto do lugar onde há uma linda tatajubeira, no terreno do

Govêrno. Seguimos rumo S para a Serra *Pirocaua*. Entre 10,18 e 10,40 sobe-se a borda do planalto com certa dificuldade. A diferença de nível é de perto de 80 metros e o planalto superior tem uns 300 metros em cada direção. Para SE notam-se os vestígios do trabalho dos ingleses. Há uma lagoa no alto, entre pequenas depressões no chapéu de ferro. A Serra é uma massa de bauxita fosforosa, coberta de laterita (chapéu de ferro). Ao descer da serra almoçámos na casa do Firmino Caxias, no lugar Juiz de Fora. A Serra fica ao S da Casa e acompanha o mangue que é a vala do *Juiz de Fora*. A vala sai para o N e vai para E. Da casa do Firmino, após o almoço às 13,20 seguimos para o *Inglês*. Às 13,27 água do *Juiz de Fora* que corre para o N. Daí a estrada segue rumo NW, passando por colinas e matas com madeira guariba para casas. Às 13,45 chegámos à mina do *Japó*, já do distrito do *Inglês*. Alguns dias atrás haviam apanhado aí um "pedaço" de 6 contos. Pouco ao N deste lugar, no mangue, havia muito ouro. Foi explorada e "era só contos de réis" diz o guia. A *Japó* fica no alto numa chapadinha. As matas nos arredores contêm muita baunilha. Às 13,52 partimos do *Japó*, rumo W às 13,57 estávamos entrando no *Inglês* e passámos em frente a um engenho *banguê*, moendo cana e fabricando açúcar. O casario alinhado vai tomando nomes em cada trecho; logo à entrada fica a *Avenida Cearense*, depois *Vila Nova*, *Boa Vista* e *Inglês*. A direção do arreamento é NW.

O meio físico O Noroeste do Maranhão na parte que abrange as presentes considerações está compreendido entre os paralelos de 1.^o e 2.^o lat. S e entre 45° e 46°30' long. W de Greenwich. A abundância de chuvas, sua frequência durante quase um ano inteiro e a viração de ventos alíseos, peculiares à zona inter-tropical, são características locais. No trecho especialmente considerado neste artigo, que abrange uma área superior a 3.000 quilômetros quadrados, não há sequer uma cidade importante. Turi-Assú, a principal, nada mais é que um agrupamento de antigos casarões, hoje quase em ruínas, denunciando uma época de antiga prosperidade.

A falta de comunicações parece ser a razão principal da decadência regional.

A navegação, outrora mais abundante, foi escasseando e hoje está praticamente suprimida. Somente pequenos barcos de vela, fazem viagens irregulares e muito escassas, para São Luiz. A facilidade que o regime de ventos trás à navegação de vela, poderia criar um tráfego intenso como acontece na Baía.

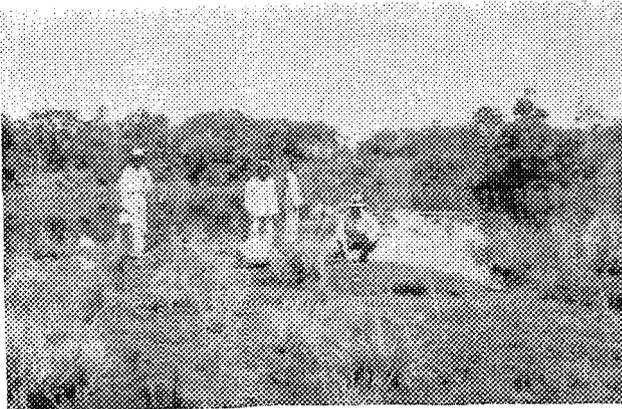
As comunicações por terra quase não são utilizadas, tendo contribuído para isso os ataques dos índios bravos que vindos das aldeias mais do sul, faziam frequentes incursões no baixo *Gurupí*, baixo *Maracassumé* e baixo *Turi*.

A falta de um grande incentivo à agricultura e as dificuldades trazidas pela carência dos meios de transportes trouxe aquela intensa de-

cadência à zona, fazendo da grande cidade de Turí-Assú, dos tempos idos, pouco mais que uma tapera nos dias que correm.

Tôda a zona do Noroeste maranhense se enquadra no tipo duma planície que tem à guisa de serras apenas alguns testemunhos de antigas formações poupadas à erosão. As serras são elevações da ordem de menos de uma centena de metros, sôbre os terrenos adjacentes. *Tiracambú*, visitada por Cáper de Sousa, *Pirocaua*, pelo autor, são apenas resíduos de outras formações onde talvez uma capa laterítica tenha facilitado a permanência até os nossos dias. O aspecto geral é chato, os rios são sinuosos e meândricos, sobretudo na larga faixa influenciada pelas marés.

Os panoramas aéreos pintam bem êsse ambiente anfíbio da extensa orla litorânea, sulcada de rios sinuosos que se comunicam por



Alto da Serra Pirocaua, vendo-se uma pequena lagoa nas depressões do chapéu de ferro laterítico

FOTO S. FRÓIS ABREU

um emaranhado de meandros que criam ilhas de mangues por tôda parte. A orla lodosa nalguns pontos penetra muitos quilômetros para o interior, noutros trechos ela cede logo o espaço à formação de campinas, atapetadas por uma relva verde claro que contrasta muito com o escuro da folhagem dos mangues. Noutros pontos, em geral no centro das ilhas

de mangues, ou nos trechos já menos visitados pelas marés, aparecem os apicuns com o solo já mais consistente e rarefeito de vegetação. O litoral tem um nítido aspecto guianense e foi com grande propriedade que Glycon de Paiva propôs a denominação de *guiana maranhense* para tais rincões. A fisiografia é geral aos litorais guianenses, à quem ou além do *Oiapoque*.

Segundo Glycon, "os únicos autores que, de um modo ou outro, tiveram, talvez ao mesmo tempo, intuição do prolongamento, para o sul do Rio Amazonas, da feição geofisiográfica constituída pelas Guianas, foram Arrojado Lisboa e Katzer. Lisboa inculca completa identidade entre o *Gurupí* e as Guianas do Norte claramente significada nas seguintes palavras suas: "Nenhum outro país como a Venezuela se apresenta em condições tão semelhantes ao *Gurupí*".

De fato, situada igualmente na zona equatorial, com um mesmo relêvo topográfico e idêntica constituição geológica, a região aurífera está coberta de espessas matas e cortada por inúmeros igarapés com o mesmo regime hidrográfico".

Para Harrison, o conhecido geólogo que maiores conhecimentos tem divulgado sobre a geografia e recursos minerais da Guiana Inglesa, a Guiana “se estende ao longo da costa da América do Sul, desde a foz do rio *Orinoco* até a foz do *Amazonas* e interior do Brasil”. Glycon de Paiva em “*Ouro e Bauxita na região do Gurupí*” — Boletim n.º 13 do *Serviço de Fomento da Produção Mineral*, Rio, 1937 — estende mais para este o limite fixado por Harrison, fazendo chegar o tipo *Guiana* até a foz do rio *Turí-Assú*, tomando como “traços distintos e peculiares a essa feição” características geológicas e geomorfológicas resumidas em duas frases:

1) Coexistência contínua de um fundamento arqueano único, petrologicamente complexo, dinamometamorfosoado e pene-planado expondo rochas intensamente decompostas em lateritas e cangas, graças ao clima e à densa vegetação equatorial.

2) Subsistência universal, sobre êsse fundamento, dos derradeiros despojos de uma série tão metamórfica como a “Série de Minas”, atingida ao longo da feição considerada, pelas mesmas orogeneses plasmando, em tôda parte, uma só direção geral paralela ao alongamento geográfico das Guianas”.

As citadas feições geológicas cumpre ainda adicionar outros elementos de identidade geográfica representados pelo regime hidrográfico da baixada, com seus rios de estuários e o movimento do curso ditado unicamente pela maré; a flora dos mangues e o tipo de costa concordante, com sua larga plataforma continental, verdadeira baixada imersa correspondente à baixada emersa, revolvida por tôda a parte pelo enxame dos garimpeiros.

O clima A região tem as características do clima equatorial super-úmido, peculiar à costa setentrional da América do Sul a partir da foz do *Amazonas* para o ocidente. Na *Guiana Maranhense* o clima faculta uma intensa decomposição das rochas, transformando os feldspatos preferencialmente em materiais lateríticos, pela solubilização de parte da sílica. Analisando-se os dados meteorológicos sobre a região de *Turí-Assú*, observa-se que reina sempre na região uma umidade muito grande, da ordem de 80 a 90% em 9 meses do ano, superior a 85% em 7 meses. Na época seca que abrange os meses de Setembro, Outubro e Novembro a umidade relativa baixa apenas a 77% e 80%. A quantidade de chuvas é de ordem superior a 2000 m/m, caindo abundantemente entre Janeiro e Julho, época em que grande parte da planície fica completamente encharcada. Nos meses de Março, Abril e Maio, é comum chover 25 dias em cada mês. Pode-se assim, avaliar como ficam os caminhos, atendendo-se ao fato de que são simples veredas, por dentro da mata sobre solo argiloso! Os dados sobre umidade são médias de longos períodos de observação na estação de Turí-Assú; na zona da

mata pode-se afirmar que durante tôda a época das chuvas reina a saturação.

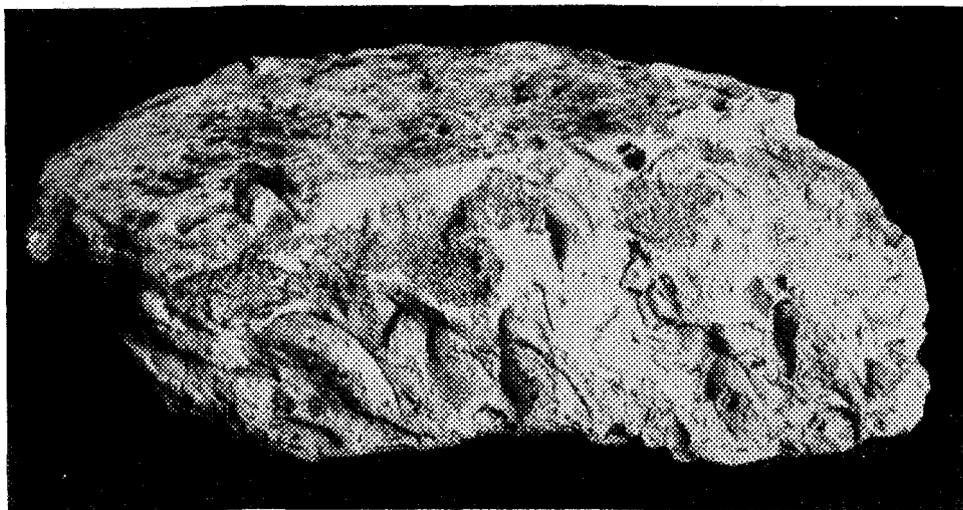
A temperatura média anual é de 26° com uma variação apenas de dois graus entre o mês mais quente e o mês mais frio.

A natureza geológica Os estudos geológicos são grandemente dificultados principalmente pela cobertura de aluviões modernos que escondem os poucos afloramentos do *substractum* rochoso.

As observações mais meticulosas permitem ver-se alguns despontamentos de rochas cristalinas antigas (grano-dioritos, granitos) e eruptivas mais modernas (diabasios); vestígios duma série altamente metamórfica, porém já muito metasomatisada, em vários trechos, já no curso baixo dos rios *Gurupí*, *Tromai*, *Maracassumé*, *Turi*, afloramentos de camadas calcáreas e arenitos com fósseis no litoral (*Carutapera*).

Em todo o litoral da *Guiana Maranhense*, o complexo cristalino acha-se encoberto e provavelmente se encontra a grandes profundidades sob as séries sedimentares terciárias. Mais para o interior encontram-se camadas da série metamórfica ("Série do Gurupí", de Pedro de Moura), profundamente alteradas, com mergulhos quasi verticais e sensivelmente peneplanizadas. Na zona do *Inglês* tivemos mesmo oportunidade de observar camadas que nos pareceram de filitos decompostos, pequenas lentes de itabiritos e leitos de pirolusita, sôbre os quais assentavam as camadas de aluviões e coluviões auríferos.

Só muito para o interior aparecem arenitos referidos ao cretáceo, por Pedro de Moura. Propriamente a zona guianense se compõe da



Arenito terciário dos arredores da cidade de Turi-Assú. O material é empregado nas construções antigas da cidade sob a forma de lajes. Trata-se de um arenito calcáreo, poroso e cheio de impressões de fósseis. Nesta gravura pode-se notar a abundância de lamelibrânquios do gênero *Mytilus*

baixada com as pequenas ondulações proporcionadas pelo fundamento arqueano e pelos resíduos de "Série do Gurupí" com seus filões de quartzo, e raras "ilhas" de lateritas e bauxitas fosfatizadas. Representam essa feição, a *Trauira*, na foz do *Maracassumé*, verdadeira ponta do continente, feita apenas pela interferência dum igarapé na sua parte sul, e a serra *Pirocaua*, de natureza idêntica porém sobre um núcleo que parece ser representado pelos sedimentos algonquianos.

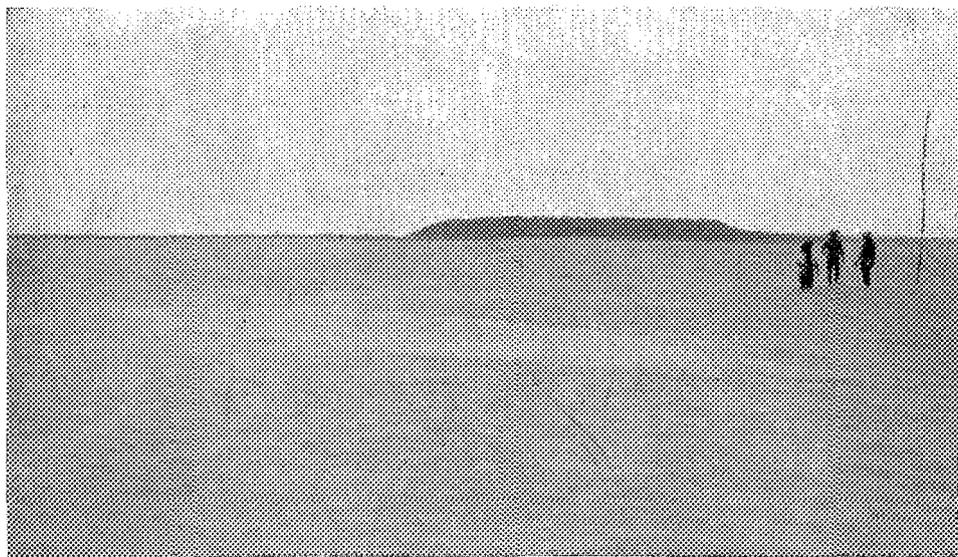
Em TuríAssú afloram arenitos calcíferos que encerram uma fauna marinha que tem revelado caracteres modernos.

Material dessa procedência foi estudado há anos nos Estados Unidos e descrito na monografia do *Serviço Geológico* referente aos fósseis terciários.

Por ocasião de nossa viagem colhemos algumas amostras de arenitos em Turí-Assú com abundantes impressões de MYTILUS, amostras que mereceram um pequeno estudo do paleontologista Matias Roxo, publicado resumidamente no *Relatório Anual do Serviço Geológico* referente ao ano de 1935.

Em Carutapera, na foz do *Gurupí*, Arrojado Lisboa encontrou camadas calcáreas fossilíferas que foram referidas ao mioceno e comparadas às de *Pirabas*, na costa do Pará. A fauna de *Pirabas* tem grandes afinidades com outras da América Central e Antilhas.

E' possível que as camadas miocênicas se tenham estendido até a zona do *Turí-Assú*, pelo litoral, ao norte do limite de exposição do cristalino e dos xistos metamórficos. Esse fato tem uma grande significação



Ilha "Trauíra", na costa do Maranhão, junto à foz do rio "Maracassumé". O litoral aí tem grandes extensões de baixios que dificultam a navegação. A ilha representa um núcleo diabásico laterizado e posteriormente fosfatizado. Fotografia tomada do banco de areia entre "Trauíra" e a ilha do "Apeú"

FOTO ENG.º PER BERTH



No primeiro plano, coberto de gramíneas, o alto da ilha Trauíra. No fundo, os mangues do litoral. Foto olhando para o Sul

FOTO S. FRÓIS ABREU

no ponto de vista econômico, pelas possibilidades na ocorrência de petróleo.

A natureza geológica do território se resume principalmente na existência dum núcleo — rochas cristalinas abissais, modificadas por injeções ácidas e intenso metamorfismo, — de sedimentos algonquianos peneplanizados e duma cobertura quaternária generalizada, dando lugar somente a pequenos despontamentos do mioceno. Disso resulta a topografia uniforme e chata da baixada. Não há acidentes de relêvo, salvo as colinas dos restos do cristalino e da “Série do Gurupí” e as capas de natureza laterítica, feições que não chegam a elevar muitas dezenas de metros acima das áreas adjacentes.

O tipo dos rios Na rede hidrográfica do noroeste do Maranhão atuam três fatores principais: a intensa pluviosidade, a natureza do solo e a influência das marés.

A grande precipitação de chuvas que como vimos, é de ordem superior a 2 mil milímetros anuais, faz alagar grandes tratos de terra, quer na zona das matas, quer na dos campos.

A natureza do solo é impermeável, pois se compõe em grande parte de argilas resultantes da desintegração dos antigos montes de filitos e xistos argilosos, de modo que não encontrando fácil circulação subterrânea, fica em parte estagnada nas depressões, enquanto o restante corre para os rios que, de um modo geral, correm de S para N mostrando quasi nulo declive.

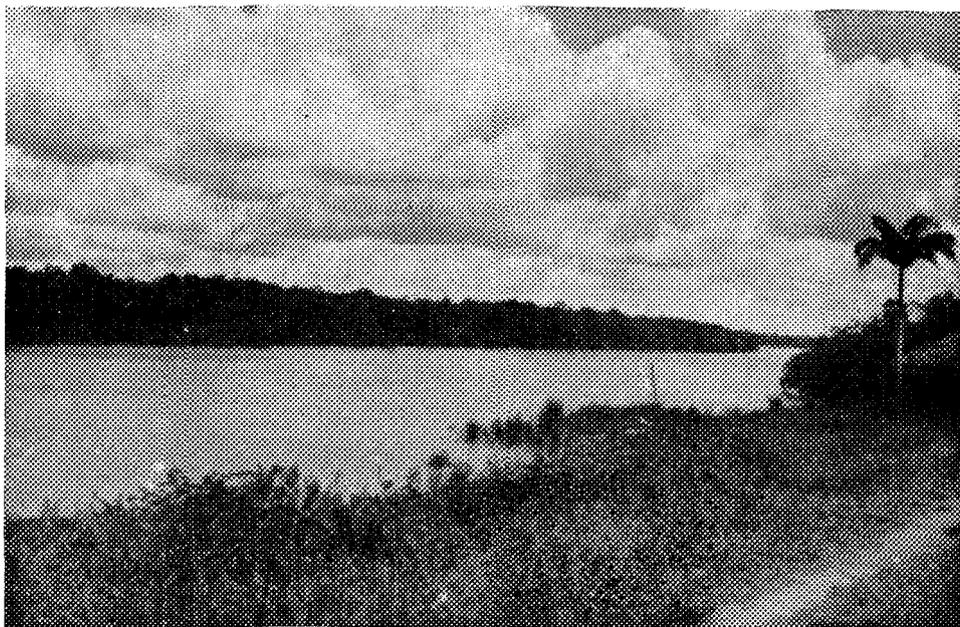
Disso resultam as grandes enchentes na estação de mais intensa pluviosidade e a formação de pântanos que criam uma condição propícia ao péssimo estado sanitário da região.

As marés em todo o Maranhão são muito grandes de modo que em virtude da pequena declividade do solo, na maré enchente as águas são recalçadas causando os alagados extensos nas várzeas dos rios. Os rios teem dois perfis característicos: os que são longos, como o *Gurupí*, o *Maracassumé*, o *Turí*, teem um curso alto, na região dos arenitos cretáceos, no cristalino e nos xistos metamórficos onde há corredeiras e uma certa declividade, depois o curso bai-



Rio Maracassumé. Note os meandros e o tipo de vegetação litorânea

FOTO CAPPER DE SOUZA



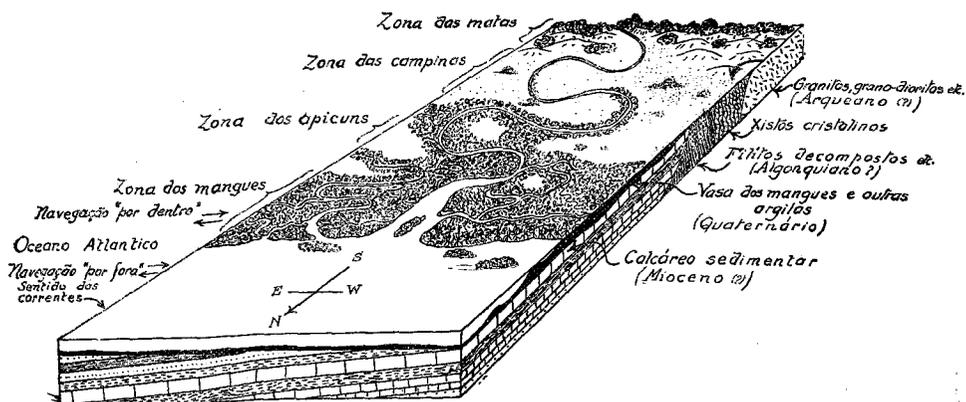
Vista do rio Turí-Assú, nos arredores da cidade do mesmo nome

FOTO S. FRÓIS ABREU

xo na planície onde ficam sujeitos à maré. Os outros, os mais curtos, tem muitas vêzes pouco mais que o estuário, largo, em forma de trombeta, e são praticamente salobros, salvo nas extremidades mais ao Sul, onde se reduzem a valetas cortando a planura argilosa das campinas ou as pequenas e leves ondulações dos terrenos mais antigos.

A forma da costa O litoral é extremamente recortado pela presença dos rios com a foz em forma de trombeta e pelo rendilhado de ilhas formadas pelos furos sinuosos que retalham as terras baixas cobertas de mangues. A plataforma continental é extensa, o mar é bastante raso, os baixios são frequentes e causam grande perigo à navegação.

A costa se filia ao tipo baixo e lodoso, sem nenhuma discrepância especial do tipo guianense entre a foz do *Orinoco* e do *Amazonas*. Segundo Katzer os caracteres peculiares à costa entre o *Gurupi* e o *Amazonas* são devidos a ser uma costa de desagregação, sujeita às ações destrutivas após sua emersão em período não muito antigo.



Blcco diagrama representando as condições gerais do litoral da guiana maranhense, segundo as idéias de S. Fróis Abreu

Katzer, há mais tempo, e Glycon recentemente, puseram em destaque êsse levantamento do litoral do Pará e Maranhão. Um fato digno de registro é a interrupção das "Séries das Barreiras", no trecho entre *Gurupi* e o *Turi*, pelo menos das suas feições mais salientes. Das barreiras se notam pequenos vestígios aplainados e ao nível do solo indicando que uma atividade erosiva grande se manifestou naquele trecho carregando camadas de argilas variegadas que noutros pontos do litoral maranhense assinalam bem a faixa terrígena da sedimentação pliocênica. Teria havido portanto, em época post-pliocênica, um abaixamento progressivo que provocou a ingressão marinha, destruindo as barreiras e, posteriormente, uma emersão que deu a grande planura úmida de largura variável.

Ficariam como testemunhas alguns nódulos mais resistentes, como as camadas de bauxitas fosfatizadas de *Trauira* e *Pirocaua*, e os pequenos despontamentos de xistos metamórficos algonquianos, com veios de quartzo.

A foz dos rios é trabalhada quasi exclusivamente pela ação das marés, que na zona tem amplitude bem acentuada. Segundo os dados de Arrojado Lisboa, em Viseu é de 4 m 63, devendo ser dessa ordem de grandeza em tôda a zona considerada. Como assinalam todos os autores que já observaram a costa, não há formação de deltas porque faltam duas condições precípuas para a elaboração desses depósitos: o transporte abundante de sedimentos e a calma das águas marinha no litoral.

Devido à insignificancia do declive dos rios e à suavidade do relêvo em tôda a zona até as cabeceiras, a massa de argilas transportada é pequena. A influência da maré se faz sentir muito no interior e só a ela se deve o transporte de algum sedimento que, chegado ao mar, é levado pelas correntes oceânicas passando na costa com rumo SW.

Vale a pena transcrever algumas palavras de Glycon de Paiva que pintou com felicidade as condições gerais da costa, nesse trecho:

“Em resumo, as características essenciais do litoral considerado são: costa chata, em emersão, com uma extensa plataforma continental (150 — 200 milhas) franjada de um formigamento de “ilhas”, simples bancos de areia conquistados pelos mangues e invadidos pela maré alta. Os estuários dos rios desmedidamente largos e desproporcionados aos cursos a que servem. Estes, tem declividade muito fraca e nenhuma capacidade de transporte nos trechos inferiores.

Os grandes agentes físicos nestes organismos são as correntes do litoral em marcha para o norte, e as correntes da maré avançando, de arrepio na enchente pelo interior das terras como legítimo rio salobro, ou escoando, à feição na vasante.

A vida do navegante nos baixos rios dos *lindes* Pará — Maranhão está polarizada pela maré: espera-se a maré enchente para subir e a vasante para descer. Só com a maré cheia se podem vencer as “cachoeiras” inferiores, como *Santo Antônio*, *Curucaua*, etc. As próprias distâncias se contam em marés: do pôrto A ao pôrto B, são, por exemplo, duas marés, o que quer dizer que a viagem exige duas “enchentes” ou duas “vasantes” com um intervalo de espera”.

Dado o sistema de transportes naquele litoral, onde se utilizam ou pequenas canoas a vela, remo e vara ou os batelões maiores a vela, e como pelos meandros dos furos, entre duas paredes altas da vegetação do mangue, o vento pouco representa, a maré constitue o principal fator nas comunicações. As canoas chegam ou partem de acôrdo com a maré que assim representa um fator preponderante na circulação humana em tôda a região litorânea.

O manto vegetal As formações vegetais podem ser consideradas grosso-modo de sul para norte como fazendo parte de três tipos essenciais: a mata, a campina e o mangue.

Evidentemente não existe uma separação nítida, segundo latitudes, porém partindo da costa, depara-se a princípio com a formação dos mangues que a seguir é substituída pelas gramíneas dos campos secos ou alagados e finalmente penetra-se na zona das matas. Essas às vezes avançam muito para o Norte enquanto os campos penetram fundo para o Sul, consoante condições locais, favoráveis ou não.

O mangue é um tipo de vegetação inconfundível e apresenta características muito especiais. Vive num ambiente salgado, tem uma grande capacidade de reprodução e invade facilmente as zonas lodosas agindo como um importante fator de consolidação dos terrenos. Os mangues cobrem tôdas as regiões lodosas alagadas pelo mar, emitem um emaranhado de raízes aéreas que provocam a fixação da planta. Esse é o que corresponde ao *Rhizophora mangle* L., cujas cascas são ricas em taninos e exploradas em alguns pontos, como Parnaíba, donde se faz exportação para os cortumes do Sul.

Ocupa os terrenos em contato direto com as águas levemente salobras ou bastante salinas ao passo que o chamado mangue seriba, siriúba, saraíba, dá preferência às zonas de águas menos carregadas de sais. Em geral, os mangues formados pelo *Rhizophora mangle* (mangue vermelho) e *Lagunculária racemosa* (mangue branco) ocupam as frentes que recebem diretamente as águas da maré enchente e os siriubais ficam na retaguarda, em terreno já menos salino e menos visi-



Vegetação de mangues no litoral maranhense. Em toda a costa NW. do Estado os mangues tomam grande desenvolvimento, formando árvores de 10 m de altura e troncos até de 1,50 de circunferência, na base. A gravura mostra bem o emaranhado de raízes adventícias do mangue vermelho ("*Rhizophora mangle*") crescendo na vaza litorânea

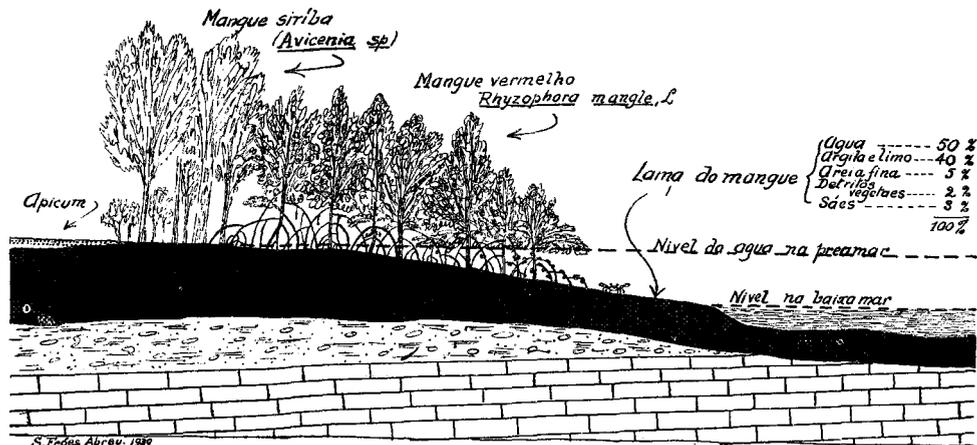
tado pelas águas da maré. O mangue seriba corresponde, pelo menos, a duas espécies de *Avicennia*, não tem aquelas raízes aéreas que tornam tão característico o porte do mangue vermelho e não pode ser considerada uma planta tanífera. A madeira do mangue vermelho é utilizada em construção e dá bons caibros, muito resistentes à água; é madeira dura e pesada. A do mangue seriba é muito inferior. Os mangues formam uma importante orla litorânea cobrindo para mais de 50.000 H e acompanham também em certa extensão o curso dos rios formando uma pequena pestana, enquanto nas margens se encontram terrenos alagadiços e suficientemente salinos.

A campina é constituída essencialmente, por uma relva de gramineas que atapeta as baixadas entre a região dos mangues e a das matas.

Em geral, na região percorrida, não tomam grande extensão porque a formação florestal em alguns pontos chega muito perto da costa e quasi toca o mangue. Mais para o oriente do *Turi*, os campos tomam grande desenvolvimento e representam uma feição fitogeográfica dominante.

Nalguns dos campos entre os mangues e as matas tem havido intensa garimpagem, pelo encontro de aluviões bastante remuneradores.

As matas, ao sul dos campos da baixada, devem ser filiadas ao tipo amazônico, conquanto não cheguem a representar a verdadeira pujança da *Hyloea*. São formações hidrófilas, com muitos representantes típicos da flora amazônica encontrando-se, mesmo, em alguns trechos a *Hevea brasiliensis*. Infelizmente aqui já ela não encontra o perfeito *habitat* e as tentativas feitas para seu aproveitamento, ao que nos consta, foram mais ou menos fracassadas. Palmeiras da *Hyloea* como assaí (*Euterpe*) são comuns; a baunilha é até objeto de exploração e as madeiras de lei poderiam representar uma rendosa atividade se a isso não se opusesse a dificuldade de transporte.



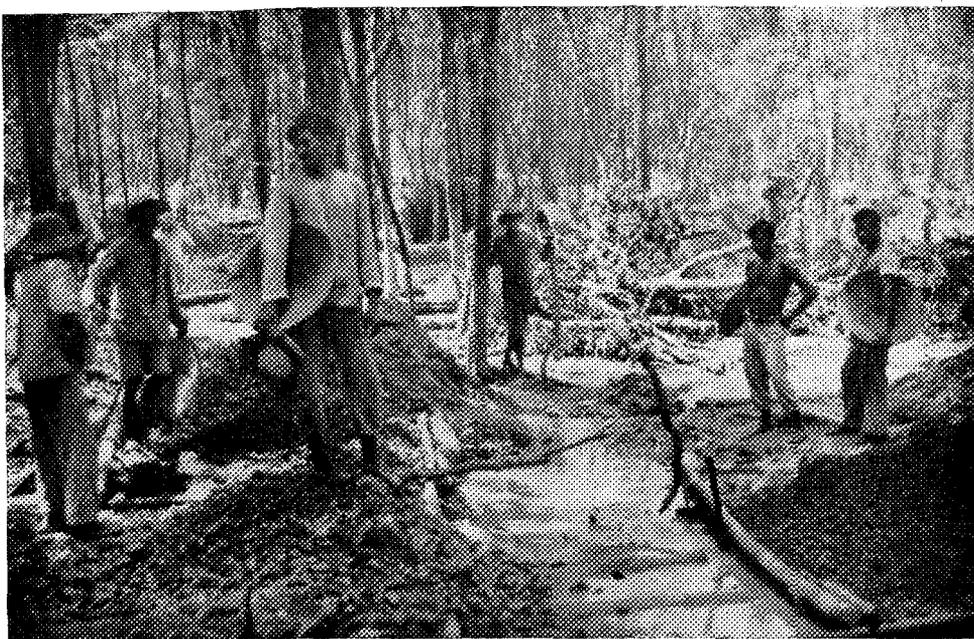
Desenho esquemático dum corte no litoral da guiana maranhense, mostrando o mangue vermelho com suas raízes aéreas fixando a planta no terreno inconsistente formado pela vasa negra

As matas do *Turi* e do *Maracassumé* são tidas como portadoras de excelentes essências florestais. Em alguns trechos baixos há verdadeiro igapós como no vale Amazônico. As matas, em seu conjunto, representam uma faixa no limite sul da baixada e cedem o terreno aos campos do planalto do interior, já em zona mais sêca.

As riquezas minerais

Por muito tempo a região foi tida como inacessível, pelo terror que infringiam os índios *Urubús*, porém com a pacificação os técnicos puderam percorrê-la em várias direções e dêste modo aquilatar as riquezas do solo.

Ainda se conhece muito pouca cousa respeito às riquezas minerais do oeste maranhense; os pesquisadores tem passado apressadamente e



Aspecto da mina das "Piabas", uma das mais exploradas, no distrito do "Inglês". Não obstante a época de estiagem, note-se como o solo é alagado por tôda parte

Foto S. Fróis ABREU

a zona apresenta dificuldades sem par. Só Cáper de Sousa permaneceu longos meses numa atividade profissional, digna de relêvo, o que lhe permitiu um conhecimento de certo modo minucioso, principalmente com relação ao problema do ouro.

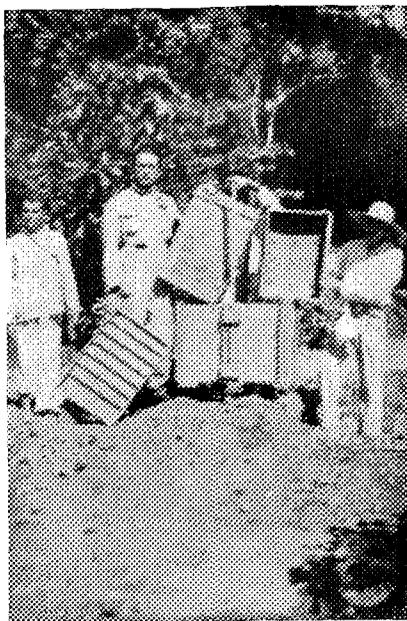
Dois são os produtos minerais já conhecidos e merecedores de atenção: o ouro e a bauxita; há ainda um terceiro que poderá trazer grande interesse à região — é o petróleo, cuja existência, se bem que não provada é, contudo, possível mercê das condições geológicas existentes.

O ouro do oeste maranhense é conhecido desde o tempo do Império e já o barão de Capanema havia se interessado pela exploração, co-

missionando Arrojado Lisboa para estudar as condições de seu aproveitamento.

Recentemente o *Departamento Nacional da Produção Mineral* deu atenção ao problema e os estudos de Pedro de Moura, Glycon de Paiva e Cáper de Sousa em publicações recentes, atestam a atividade de técnicos do Ministério da Agricultura naquele distrito aurífero do País.

De todos os trabalhos realizados nessa fase moderna de estudos, chegou-se a um conhecimento bem exato das condições de ocorrência do metal precioso naquela região. Cáper de Sousa que permaneceu na zona durante meses a fio, pode organizar um mapa geral dos garimpos e minas em exploração ou abandonadas, descrevendo os caracteres essenciais dos diversos tipos de jazidas. De seus trabalhos se con-



A maquinária mais adiantada na exploração do ouro no distrito do "Inglês". São peças feitas de madeira e tela metálica. Na fotografia vê-se o autor deste artigo. Garimpo perto da serra Pirocáua

FOTO S. FRÓIS ABREU



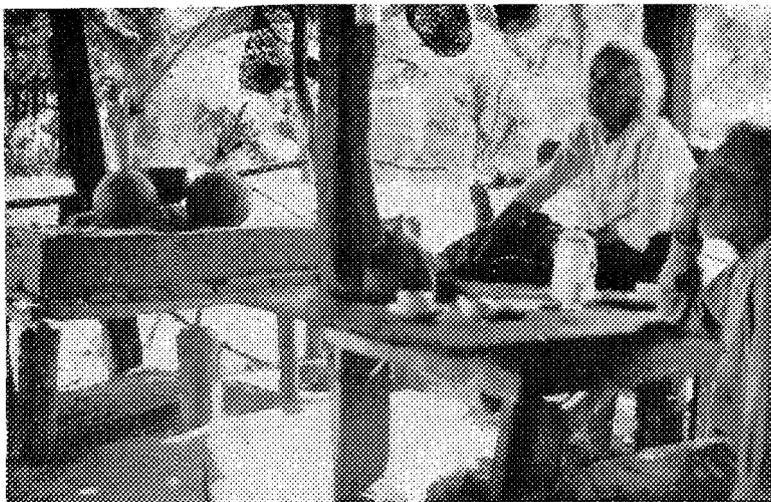
Um aparelho de lavagem de ouro, armado para funcionar. No chão, em frente, cascalho fino já lavado e apurado. Vêem-se dois garimpeiros em trajes de repouso e o francês Camille Roy, companheiro de viagem do autor

FOTO S. FRÓIS ABREU

clue que os depósitos auríferos do oeste maranhense se classificam em dois tipos — coluviões (ocasionalmente eluviões e aluviões) e depósitos primários em filões quartzosos e enriquecimentos ligados com intrusões magnéticas.

Entre os depósitos de *placers* alguns teem a particularidade de serem *placers de marinha*, onde se explora o metal na vasa do manguê nos terrenos alagados pela maré.

As jazidas primárias ficam mais para o Sul (*Alto Gurupí, Alto Maracassumé*), porém geraram também *placers* nas cercanias. O ouro



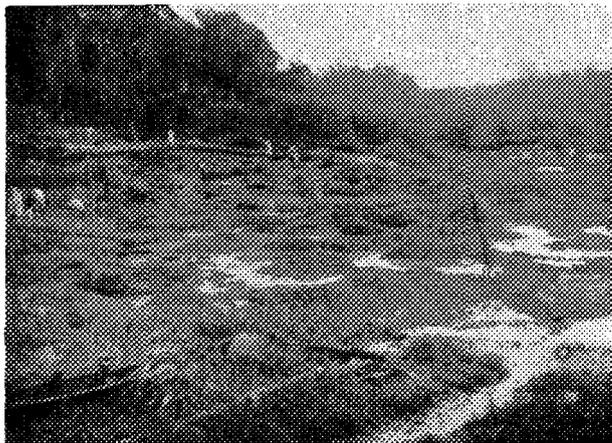
Lar dum casal de velhos na região aurífera. Para sustentar a panela, utilizam esferas de aço que serviram nos moinhos de bola da mineração dos ingleses. Sobre uma delas está um cadinho refratário, do tipo usado para análise de ouro. Na região é frequente o encontro de peças e objetos de laboratório duma Companhia inglesa que fracassou ali

Foto S. FRÓIS ABREU

da região, segundo Cáper, parece provir todo originalmente de disseminação difusa nos granodioritos que formam essencialmente a formação cristalina dominante na região entre o Turi e Gurupí.

Essas rochas mostram um metamorfismo dinâmico intenso, com passagens graduais para gneiss, horfelds e xistos cristalofilianos. Também ocorrem xistos metamórficos muito laminados, que constituem a Série do Gurupí, provavelmente representando um tipo correspondente à "Série de Minas".

A região dá mostras de ter sofrido uma intensa erosão que fez desaparecer todo o relêvo que devera ter existido outrora, mercê dos indícios de falhas e da perturbação das rochas folheadas. O *substractum* cristalino acha-se num estado de peneplanização e os elementos detríticos dêsse intenso trabalho erosivo, espalhados na baixada e provavelmente também na plataforma continental, encerram por tôda parte pequenas quantidades de ouro. As concentrações locais na planície é que constituem as "minas" tão espalhadas, entre o Gurupí e o Turi. Uma das características dêsses *placers* maranhenses é a presença de ouro em grandes pepitas. Fala-se do achado de uma de cerca de 2.000 gr e são frequentes as que pesam mais de 100 gr.



Um pequeno garimpo em trabalho. Zona entre S. José e Tromai

Foto S. FRÓIS ABREU

A produção aurífera da zona não pode ser fixada com rigor, porque a evasão sem as vistas dos poderes fiscais ainda é grande, devido às condições naturais ali reinantes. Segundo nossas avaliações, em junho e julho de 1935, a produção na



Um instantâneo do trabalho febril na exploração do ouro no Noroeste do Maranhão. O solo da mata, até quasi um metro de profundidade, é retirado avidamente e transportado pouco adiante para ser lavrado e apurado. Nessa fotografia, que apanha 19 pessoas, a maioria usa chapéu, mostrando a rudeza do clima. Há duas mulheres no trabalho, uma cavando e a outra transportando o material sobre a cabeça. A proporção de mulheres é da ordem de 10%. A mulher que está cavando é uma velha que há poucos dias havia encontrado uma enorme pepita

FOTO S. FRÓIS ABREV

zona, seria da ordem de 10.000 gr o que daria uma produção *per capita* relativamente pequena, pois considerando o número de 3.000 garimpeiros em toda a região, se teria uma produção de 3 gr por homem por mês; mesmo se admitíssemos a metade de trabalhadores, teríamos 6 gr e que daria um salário de 120\$000 para um trabalho penoso e exaustivo.

Outro recurso mineiro da região são os depósitos dos fosfatos de alumínio que se acham na ilha *Trauira* e na serra de *Pirocaua*. Trata-se de camadas possantes duma rocha fosfatada que resulta da ação de guano sobre depósitos de bauxitas e lateritas. A ilha *Trauira* é constituída por um bloco rochoso, na costa, junto à foz do rio *Mara-cassumé*, com uma elevação da ordem de trinta metros e uma extensão máxima de 750 metros, toda coberta de rocha fosfatada.



Garimpo nos arredores do "Inglês". Mina das "Piábas". Exploração de ouro no interior da mata. Note-se a derrubada expressamente para dar espaço para as escavações entre os grandes troncos e o emaranhado de raízes

FOTO S. FRÓIS ABREV

Dentre vários tipos do minério, salientam-se a rocha porosa, clara, de baixo teor de ferro e a capa superior, onde por fenômenos de



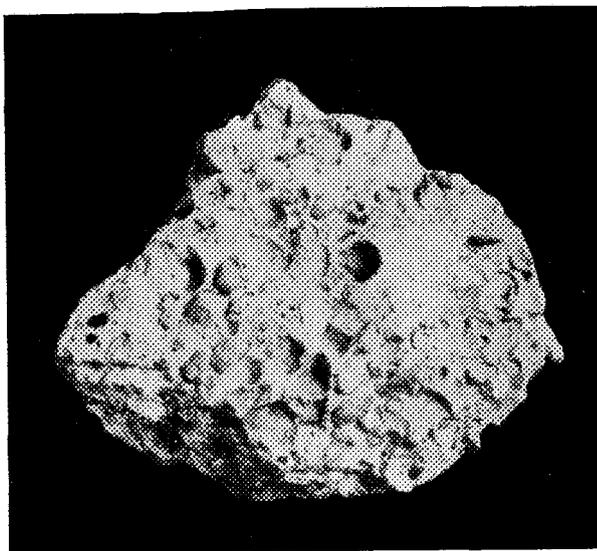
Lavagem de ouro num ribeirão dentro da mata. Vêem-se três máquinas em descanso. Note-se um norte-americano, garimpeiro, com a casquete de marujo. Nessa fotografia as mulheres estão em atividade e os homens repousam

FOTO S. FRÓIS ABREU

migração o ferro se acha acumulado, constituindo um chapéu de ferro, ora uniforme, ora por uma racha salpintada onde as concreções de óxido de ferro estão ligadas pelo fosfato de alumínio. Sob o nome genérico de bauxita fosforosa descrevemos o material numa publicação do *Serviço de Fomento da Produção Mineral* (Boletim n.º 13. Rio, 1937); a jazida foi prospectada por uma comissão alemã que efe-

tuou várias sondagens que trouxeram um esclarecimento perfeito da natureza do depósito. Verificou-se deste modo que a camada fosforosa assenta sobre um núcleo diabásico, que apresenta uma zona alterada e mais acima a zona fosfatizada.

A explicação mais razoável para a origem desses dois depósitos de bauxitas e lateritas fosforosas funda-se na absorção do fósforo re-



*Bauxita fosforosa pisolítica. Serra do "Pirocúua".
1/2 do tamanho natural*

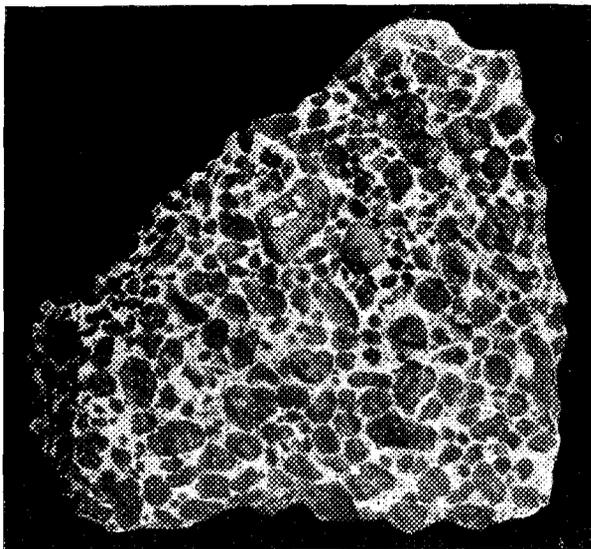
FOTO ALFREDO COSTA

sultante de dejeções de bandos de aves que vivessem outrora sobre os mares rasos da costa do Maranhão. A falta de outros pontos salientes, em tôda a região sujeita a uma intensa peneplanificação e a erosão das barreiras terciárias, fez concentrar sobre *Trauira* e *Pirocaua* todos os dejetos de aves, dando-se naqueles pontos os mesmos fatos que ainda hoje se verificam nas ilhas *Chinchas*, na costa do Pacífico.

Da ação química do guano sobre as bauxitas e lateritas, resultou o minério constituído essencialmente de fosfato de alumínio. O material é um agregado rochoso, mas as pesquisas muito meticulosas dos alemães permitiram a descoberta de uma nova espécie mineral, classificada por Friederich Brandt, de Berlim, como *harbortita* em homenagem ao célebre prof. Harbort que chefiou a comissão de estudos na ilha *Trauira* e morreu pouco tempo depois em consequência de moléstia ali contraída. A *harbortita* é um fosfato de alumínio, octaédrico, de signo ótico negativo; índice de refração entre 1,602 e 1,618, pêsos específicos 2,798 — 2,781, dureza 5 a 5,5 e se acha quer sob a forma de pequenos octaedros, quer sob a forma de pequenos esferolitos, na rocha fosfatada de *Trauira*.

A exploração desses fosfatos não foi ainda feita pela dificuldade de encontrar mercado consumidor, em consequência de se achar o fósforo ligado ao alumínio. As rochas fosfatadas exploradas correntemente no mundo são os fosfatos de cálcio, cujo processo de tratamento está por demais generalizado.

O minério maranhense, embora muito rico em fósforo, tem composição muito diversa, de modo que exige processos especiais para o seu aproveitamento e as usinas que tratam o fosfato de cálcio não estão aparelhadas para utilizar o fosfato de alumínio. Não obstante essa particularidade, os dois depósitos representam uma massa de *muitos milhões de toneladas* de um elemento indispensável à agricultura racional, de modo que em breve terão de ser aproveitados. A grande firma alemã I. G. Farbenindustrie interessou-se muito pela aquisição da ilha *Trauira*; mais recentemente, técnicos japoneses estiveram visitando os depósitos e fazendo negociações em torno da jazida.



Chapéu de ferro na ilha "Trauira". A rocha se compõe de pisolitos e fragmentos angulosos de limonita cimentados por fosfato de alumínio. Tamanho natural

FOTO ALFREDO COSTA

Nas Antilhas (ilha *Redonda*) e na costa da Guiana Francesa (ilha *Grande Connetable*) também foram achados depósitos semelhantes a êsses do Maranhão, já explorados até o esgotamento. Êsse fato põe mais uma vez em evidência as analogias profundas que integram a costa ocidental do Maranhão na grande província Guianense do norte da América do Sul.

Não queremos encerrar essas linhas referentes à riqueza mineral da região em apreço sem consagrar algumas palavras ao problema do petróleo.

Na época de nossa viagem às zonas do *Turi* e do *Gurupi* (1935) ouvimos ligeiras referências à existência de petróleo, mas não foi possível precisar algo digno de especial registo. A questão, entretanto, não nos passou completamente despercebida, pelas analogias de caráter geográfico e geológico entre a *Guiana Maranhense* e a *Guiana venezuelana*. A grande baixada, continuando mar a dentro pela extensa plataforma continental e a presença dos sedimentos miocênicos com a fauna de *Pirabas*, aflorando em Carutapera e provavelmente continuando para Este sob o manto dos aluviões quaternários foram os elementos que chamaram nossa atenção para as possibilidades de petróleo.



Garimpeiros do lugar Cristóvão, ao N. de Turi-Assú, abrindo uma cata de sociedade. O homem desmonta, o menino conduz e a mulher apura o material. Note-se o hábito de fumar

FOTO S. FRÓIS ABREU

Esta sob o manto dos aluviões quaternários foram os elementos que chamaram nossa atenção para as possibilidades de petróleo.

É sabido que a costa brasileira é uma parte da província malacológica caraílica e que as faunas terciárias do Nordeste e Norte têm

grandes analogias com certos depósitos da Venezuela, Colômbia, Antilhas, América Central e Sul dos Estados Unidos.

Se bem que unicamente no domínio das possibilidades, a baixada do oeste, junto ao litoral merece atenção dos geólogos. Um grande contingente para o problema foi dado recentemente por Cáper de Sousa no trabalho "*Rochas da Região de Bragança a Turi-Assú*" (Boletim 32 do S. F. P. M. -- 1938) assinalando num mapa a distribuição das rochas cristalinas e dos sedimentos altamente metamorfisados.

Infelizmente as observações naquela região são grandemente dificultadas pelas condições climáticas e pelas endemias reinantes, além da própria dificuldade imposta pelo manto de argilas que cobre as camadas que interessam ao problema.

A ocupação pelo homem Desde o princípio do século XVII o oeste maranhense foi visado pelos colonizadores, que por via marítima penetraram nos vales do *Turi* e *Gurupi*.

A fraqueza da massa colonizadora diante da resistência áspera da floresta bruta foi patente; o Homem não conseguiu dominar as dificuldades e não conseguiu criar ali um centro permanente de trabalho e de progresso.

Não obstante a excelência das terras para culturas, o isolamento em que se acharam foi um dos principais fatores para o fracasso da colonização. Muito mais tarde, as minas de ouro do alto *Gurupi* e alto *Maracassumé*, criaram uma possibilidade de povoamento que não chegou a se efetivar por insucessos das Empresas.

A zona a povoar não era das mais fáceis, com índios bravios a sobressaltar os poucos que se aventuravam àquelas paragens e com isolamento que fazia ampliar as dificuldades de toda natureza.

Para mais dificultar, aquela vegetação amazônica, num clima quente e súper úmido, fadado a amortecer entusiasmos e estimular a proliferação dos insetos daninhos, inimigos do Homem.

Diz muito bem Raimundo Lopes, geógrafo maranhense que melhor pintou certos panoramas do seu Estado natal:

“A mesma vitalidade da mata foi obstáculo à expansão humana. Nem as possibilidades do ouro amarelo, nem mesmo as ainda mais certas, do “ouro negro” no *Gurupi* e no *Carú*, conseguiram povoar a região. Para êsse abandono contribuíram também, de certo, as facilidades da própria orla florestal a leste e norte, onde se constituíram as zonas agrícolas e onde se concentravam as populações, pois nenhuma outra região maranhense mais se apropria à vida”.

.....

Assim, ignorada, fechada até hoje à marcha avassaladora da civilização, tendo repulsado os vários homens de vontade e de ambição que a quiseram devassar, a grande floresta do Maranhão é um campo aberto às iniciativas mais audazes. E' o problema do *oeste maranhense*, o mais desafiador de quantos se nos antolham na Geografia do Estado; e sua resolução tem sido até agora retardada pelo caráter hesitante das tentativas, pela ausência de um impulso constante e de um critério”.

Contra o estabelecimento dum povoamento duradouro, no oeste maranhense, atuaram principalmente três fatores: o clima, o índio e a mata, que foram mais poderosos nas suas ações ante-colonizadoras, que os fracos atrativos apresentados pela borracha e pelo ouro.

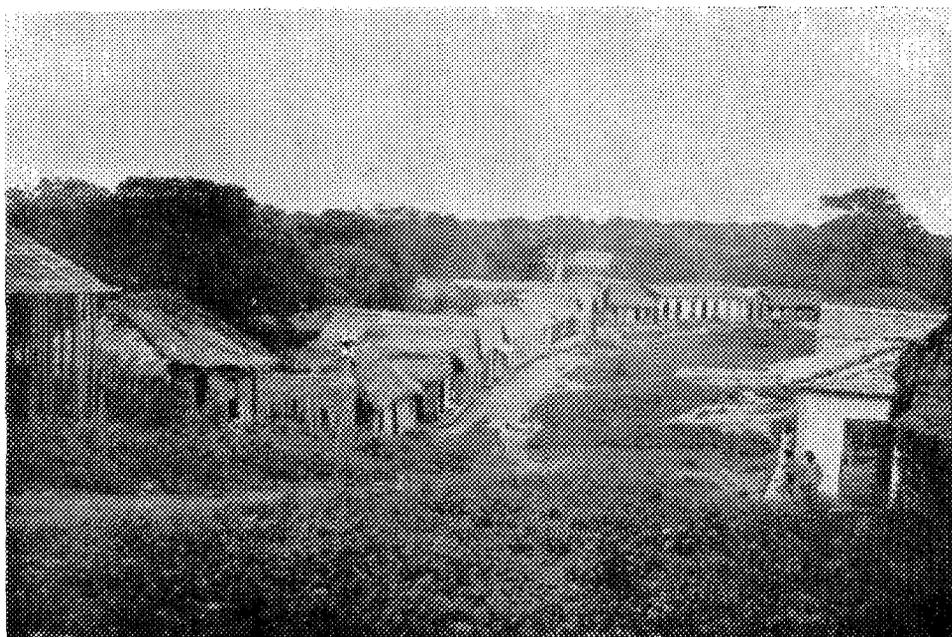
Depois de vários períodos de pequenos surtos, a partir de 1930 a exploração aurífera aumentou consideravelmente, com a grande

afluência dos faiscaadores vindos do Norte, do Nordeste e até da Guiana Francesa.

Um verdadeiro enxame de garimpeiros se espalhou pelos *placers* entre o *Turi* e o *Gurupí*, revolvendo o solo em busca de ouro.

Desenvolveram-se muitos povoados, pontos de concentração de garimpeiros; dentre eles, sobressai o *Inglês*, quasi no estuário do Tromai.

A expansão do *Inglês* se deve à posição geográfica; situado junto a um estuário acessível à navegação costeira e ao lado de *placers* importantes, cresceu vertiginosamente e tornou-se o mais importante



Vista parcial do povoado do "Inglês". Entre o plano da rua e a elevação do fundo corre o rio do "Inglês", já bem perto da foz. O "porto" fica atrás das últimas casas da rua

FOTO S. FRÓIS ABBRU

centro de negociações de ouro, na mesopotâmia entre o *Turi* e o *Gurupí*.

Em 1935 quando já havia passado o período de máxima afluência naquela zona, presenciámos a um espetáculo curioso, sem dúvida, ainda não verificado em outros logarejos do Brasil.

Sentavam-se à mesa do hotel súbditos de várias nações, conversava-se em seis idiomas diferentes: (português, francês, inglês, idish, castelhano e árabe). Ali estavam na mais completa promiscuidade, sírios e judeus, franceses, espanhóis e chilenos, norte-americanos e negros de Barbados, portugueses e guianenses.

Dentre os nacionais, não é preciso lembrar que se punham em evidência alguns cearenses, com a habitual loquacidade.

Nos escritórios de compra de ouro as transações teem sempre um caráter misterioso e hierático. As habitações de garimpeiros denun-



Um aspecto típico de habitação de garimpeiro no Maranhão. Construção de "supapo", coberta de folhas de palmeiras. Um pátio aberto, aos lados, onde ficam armadas várias redes para dormida à noite e para a sesta durante o dia

FOTO S. FRÓIS ABREU

ciam o caráter provisório do povoamento. As casas são pouco mais que simples ranchos, somente a rede e a bateia são os companheiros inseparáveis do garimpeiro.

A população se apresenta com um acentuado índice de mobilidade, oscilando para um lado e para outro, conforme as notícias de sucessos nos diferentes garimpos. Daí o caráter reservado dos vendedores de ouro que sempre receiam a invasão de seus domínios pelo avalanche de garimpeiros.

A civilização da garimpagem produzida pela onda humana que está "passando" pelas terras maranhenses, trás apenas consequências temporárias. Neste momento representam um gênero de atividade de que não se terá o menor vestígio daqui há pouco tempo. Os centros animados se transformarão em taperas que de-

saparecerão em três invernos. As enxurradas encherão de lama as catas e espalharão os montes de cascalho, apagando os últimos indícios da febril atividade que passou.

Nestas condições nada restará na região mais que a lembrança desse bom tempo, dessa afluência que movimentou tantas energias, sem deixar ali uma obra de caráter duradouro.

E' essa a característica da civilização da garimpagem. Somente o ouro filoneado poderá levar algum dia uma "civilização" mais duradoura, às longínquas paragens do oeste maranhense. Somente grandes companhias com organizações complexas poderão enfrentar os difíceis problemas da mineração naqueles lugares.

A exploração da borraça quando a extra-



Um rancho tosco de garimpeiro. À frente da casa o proprietário apresenta-se com os objetos inseparáveis: a pá, a bateia e o chapéu. No fundo, pendurada, a rede. À esquerda, junto à mata, outro rancho. Região do rio S. José

FOTO S. FRÓIS ABREU

N.º 2321

Inspetoria Fiscal Aurifera

Mina de Piaba
 Em 7 de Nov. de 1934
 O Garimpeiro n.º 114, Cizino
Bezerra pesou hoje:
 Ouro fino gramas... 42,05
 " pepita " 369,75
 Soma... 411,80
 Que vai vender ao Sr. João Alfredo
Antônio
Alencar

Of. 301

Fiscal de Mina

"Fac-simile" do talão de fiscalização da mina "Piaba". O garimpeiro Cizino Bezerra recolhera 42,05 gr de ouro fino e oito pepitas pesando 369 gr

ção dêse produto ainda compensava grandes sacrifícios, nunca teve ali grande importância.

Outros produtos florestais, como o cumarú, a copaíba e as madeiras de lei também nunca puderam representar grande comércio.

Houve, não há muito, uma tentativa de exploração de babassú e culturas tropicais na zona de Turi-Assú, sob o influxo de capitais bel-

gas. Infelizmente a falta de orientação e o desentendimento entre promotores e executores foi a causa do fracasso da Empresa que se estabeleceu no Castanhal.

Como se vê, os atrativos regionais, atualmente, não são muito eloquentes. E' preciso que se continue a estudar a região em busca de algo que anime o Homem a lutar contra a Natureza rude. Melhorar a região fazendo o saneamento indispensável a uma ocupação duradoura, criando meios de transporte e fixando emigrantes seria exigir um sacrifício demasiado dos poderes públicos.

Descobrir novas riquezas que atraiam o Homem e o fixem à região — é o problema que agora se impõe e que cabe aos nossos jovens viajantes, que tenham espírito de iniciativa, alma de pesquisador e energia de bandeirante.

N.º 70

Inspetoria Fiscal Aurifera

Mina de Japó
 Em 4 de Jan. de 1934
 O Garimpeiro n.º 289, Antônio
Moraes pesou hoje:
 Ouro fino gramas... 26,1
 " pepita " 446,5
 Soma... 472,6
 Que vai vender ao Sr. João Alfredo
Antônio
Alencar

Of. 301

Fiscal de Mina.

"Fac-simile" do talão de fiscalização da mina "Japó". Entre ouro fino e pepitas o garimpeiro Antônio Moraes recolheu 472,6 gr

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

Le présent article, écrit par un ancien professeur de Géographie, renferme des considérations intéressantes sur une région du nord du Pays encore peu connue mais très curieuse et remplie d'attraits pour les géographes et pour les naturalistes.

Le titre répand un concept récemment divulgué par le géologue Glycon de Paiva et maintenant rendu encore une fois public par S. Fróes Abreu — celui de considérer une partie du littoral, de l'état du Maranhão, comme appartenant à une même unité physiographique appelée d'une manière générale Guyane. L'auteur du travail expose quelques données cueillies au cours d'un voyage dans la région, appelant l'attention pour les principaux aspects relatives à la constitution géologique, au climat, à la physiographie, aux ressources naturelles et au peuplement. Voyageant dans l'intérieur, à pied, ou en bateau, l'auteur a voulu nous donner dans cet article un extrait exact de son cahier de notes de voyage, qui peut bien servir de modèle pour les jeunes géographes débutant dans la vie pratique. En ces parages lointains, encore sans cartes exactes et sans points de coordonnées déterminées les cheminements avec des observations de voyageurs et les petits levés rapides avec boussole et podomètre, sont des éléments de grande valeur pour la géographie et la cartographie régionales et devraient être toujours entrepris par ceux qui y passent, même en voyage rapide, comme est arrivé à l'auteur de cet article.

En décrivant le milieu physique, Fróes Abreu nous montre que la région visitée est une grande plaine de littoral bas, boueux et extrêmement recoupé par des fleuves de large embouchure et par l'existence de plusieurs petites îles cousues à la côte.

Il fait une description rapide des formations géologiques, indiquant qu'il existe un ancien embasement cristallin qui affleure à quelques kilomètres de la côte, se montrant très érodé et aplani. Plus au nord, on y voit des schistes très métamorphisés et grandement décomposés; ceux-ci disparaissent sous une couverture d'argiles qui couvre une grande étendue de la plaine auprès de la côte. En quelques endroits comme en Carutapera, on a découvert des couches de calcaire avec des fossiles qui indiquent l'âge tertiaire, eocène, et qui méritent une attention toute spéciale car ils démontrent la possibilité de l'existence de couches pétrolifères dans la région. L'auteur, en outre la collection de photographies typiques qu'il nous fournit dans cet article, nous donne encore deux dessins schématiques, bien intéressants. L'un d'eux se rapporte à la formation des mangroves, représentant les deux espèces principales et sa position relative — mangroves rouge avec des racines aériennes occupant toujours les zones plus salines et qui sont en contact direct avec la marée; les "siriubais", plus reculés, et baignés par des eaux moins salées. L'autre dessin est un diagramme représentant le type physiographique de la côte de la Guyane du Maranhão, où l'on figure les formations végétales, le relief, et la constitution géologique.

Traçant les caractéristiques du climat, l'auteur rehausse la grande pluviosité et l'intense humidité relative qui facilite la décomposition des roches en créant des conditions de salubrité peu favorables à l'être humain.

Étudiant la forme de la côte, l'auteur décrit son type, indiquant les caractéristiques saillantes qui la placent au rang des côtes en voie d'émergence, basses, boueuses et extrêmement influencées par la vague de la marée.

L'auteur, dans ses considérations sur la couverture végétale, montre qu'il existe une zone de forêts qui appartient au type de la forêt amazonienne, avec les "heveas", le "cumarú", la "copaiba" et les bois de construction; vers le sud, cette forêt est substituée par une végétation semi-xérophile propre des plateaux de l'intérieur du Brésil. La zone des forêts, près du littoral est remplacée par les "campinas" (campagnes) ou les graminées seules se détachent; le sol cède ensuite à la végétation des mangroves qui est décrite avec détails. Quant aux ressources minérales l'auteur fait des rapides appréciations sur l'exploration des "placers" aurifères et sur les gisements primaires, situés plus au centre; il étudie les dépôts de bauxite et des laterites qui ont été phosphatisés postérieurement. L'auteur dédie alors quelques lignes à l'étude de la possibilité de l'existence du pétrole relationné avec les couches tertiaires de la région.

En terminant son article avec quelques considérations sur l'occupation humaine, l'auteur peint un aspect général de la région, en s'appuyant en des autorités comme Raimundo Lopes, pour prouver combien la zone est ingrate à la conquête de l'homme.

En se rapportant au peuplement actuel, l'auteur donne à ses conditions présentes le nom de "civilization de la Garimpagem" (recherche de diamants dans les rivières) et la considère insuffisante pour créer un état permanent de civilization à cause de la mobilité des occupants qui ne songent pas à se fixer à la terre. Il conclut que les attraits de la région sont encore trop pauvres pour provoquer un mouvement de conquête à la barbarie, et qu'il faut que les jeunes générations de géographes et d'explorateurs, étudient cette zone en y recherchant des richesses qui puissent encourager l'homme à lutter contre une si rude nature.

El presente artículo, de autoría de un antiguo profesor de geografía, encierra consideraciones sobre una región del norte del País, aún poco conocida pero muy curiosa y llena de atractivos para los geógrafos y naturalistas.

El título divulga un concepto hace poco lanzado por el geólogo Glycon de Paiva, y ahora divulgado más una vez por S. Fróes Abreu — lo de considerar parte del litoral maranhense como perteneciente a una misma unidad fisiográfica englobada en la denominación general de Guayana. El autor del trabajo expone algunos datos cogidos en un viaje por la región, llamando la atención para los principales aspectos relativos a la constitución geológica, al clima, a la fisiografía, a los recursos naturales y al poblamiento. Viajando ora en barco, ora a pie, por el interior quizo el autor nos dar en este artículo un trecho exacto de su cuaderno de apuntes de viaje, que sirve bien de padrón para los jóvenes geógrafos que inician la vida práctica. En esos parajes lejanos, aún sin mapas exactos y sin puntos de coordenadas determinados, *caminnamientos* con observaciones de viajero, y pequeños levantamientos expeditos con brújula y podómetro, son elementos de mucho valor para la geografía y cartografía regional y deberían ser hechos siempre por aquellos que pasan, mismo en viaje rápido, como la del autor del artículo.

Describiendo el medio físico, muestra Fróes Abreu que la región visitada es una gran planicie, de litoral llano, fangoso y extremadamente recortado por la frecuencia de rios de estuario ancho y por la presencia de muchas islas bajas cosidas a la costa.

Hace una ligera descripción de las formaciones geológicas, resaltando que hay embasamiento cristalino antiguo que aflora a pocos kilómetros de la costa, el cual se presenta muy erodido y peneplanizado. Más al norte, aparecen esquistos muy metamorfizados y altamente descompuestos; estos desaparecen bajo el manto de arcilla que cubre una gran extensión de la región llana, bien junto a la costa. En algunos puntos, como en Carutapera, fueron encontrados estratos de rocas calizas con fósiles que indican la edad terciaria, eocénica y que merecen atenciones muy especiales, en vista de las posibilidades de la existencia de estratos petrolíferos en

la región. El autor, alen de la gran colección de fotos típicos que nos ofrece en este artículo, nos da dos esquemas bien interesantes. El uno se refiere a la formación de los mangles, representando las dos especies principales y su posición relativa — mangle rojo con las raíces aéreas, ocupando siempre las zonas de mayor salinidad y directamente en contacto con la marea; los "siritubais" ya más reculados, y bañados por aguas menos saladas. El otro dibujo es un bloco-diagrama mostrando el aspecto fisiográfico padrón en la costa de la Guiana marañense, adonde están representados, esquemáticamente las formaciones vegetales, el relieve y la constitución geológica.

Dando las características principales del clima pone en relieve la grand pluviosidad y la intensa humedad relativa facilitando la descomposición de las rocas y creando condiciones de salubridad bien poco favorables al Hombre.

Haciendo consideraciones sobre la forma de la costa describe el tipo, resaltando los aspectos principales que la colocan en la clase de las costas en vía de emersion, llanas, fangosas y muy influenciada por el oleaje de marea.

En las observaciones sobre el manto vegetal, mostra que hay una zona de matas del tipo del bosque amazónico, con "neveas", "cumarú", "copaiba" y maderas de ley, la cual, más para el sur es substituida por vegetación medio xerofítica de las "chapadas" (planaltos) del interior del Brasil. La zona de matas, junto al litoral es substituida por las campiñas, adonde solo las gramíneas tienen papel destacado, después cede el suelo a vegetación de los mangles que son descritos por el autor con cierto detalle. Sobre los recursos minerales hace ligeras apreciaciones sobre la explotación de los "placeros" auríferos y sobre los yacimientos primarios, situados más al centro; trata de los depositos de bauxita y laterita que fueron posteriormente fosfatizadas y finalmente dedica varias líneas a la cuestión de la posibilidad de la existencia de horizontes petrolíferos relacionados con los estratos terciarios.

Finalizando el artículo con algunas consideraciones sobre la ocupación por el Hombre, pinta el autor un panorama general de la región, apoyandose tambien en autoridades como Raimundo Lopes, para mostrar como la zona es ingrata a la conquista humana.

Refiriendose al poblamiento actual, el autor bautiza la condiciones que perduran de — civilización de "garimpagem" — y la considera insuficiente para crear un estado permanente de civilización, en consecuencia de la movilidad de los ocupantes que estan lejos de se fijaren a la tierra. Concluye que los atractivos de la región no son suficientes para incentivar un movimiento de conquista a la barbaria y que es menester que las nuevas generaciones de geógrafos y exploradores estudien la zona en busca de riquezas que animen el Hombre a luchar contra aquella naturaleza tan aspra.

Il presente articolo, dovuto al geografo professore Sylvio Fróes Abreu, Consulente Tecnico del Consiglio, contiene uno studio su di una regione del Nord del Brasile, poco nota, ma interessante e ricca di attrattive per i geografi ed i naturalisti.

Il titolo é ispirato al concetto di considerare una parte della costa del Maranhão appartenente ad una unità fisiografica, compresa nella denominazione generale di Guiana, concetto recentemente propugnato dal geologo Glycon de Paiva ed ora ripreso dall'A. Questi espone alcuni dati raccolti durante un viaggio in quella regione, mettendo in rilievo i principali aspetti della costituzione geologica, del clima, della fisiografia, delle risorse naturali e del popolamento. L'A., che viaggiò ora a piedi ed ora in battello, volle darci in questo suo articolo un brano reale del suo diario di viaggio, che può ben servire di modello per i giovani geografi che cominciano la loro attività pratica. In quelle regioni lontane, ancor prive di carte esatte e di punti di coordinate determinate, itinerari corredati di osservazioni del viaggiatore, e piccoli rilievi rapidi, eseguiti con l'aiuto della bussola e del podometro, sono elementi di grande valore per la geografia e la cartografia locale, e dovrebbero essere sempre attuati da chi attraversa la regione, sia pure durante un viaggio affrettato, come quello dell'A.

Descrivendone l'aspetto fisico, Fróes Abreu mostra che la regione visitata é un'ampia pianura, col litorale basso, paludoso, e molto frastagliato, per la frequenza di fiumi con largo estuario, e per la presenza di molte isole basse, vicinissime alla costa.

Facendo una sommaria descrizione delle formazioni geologiche, l'A. nota l'esistenza di un antico basamento cristallino, molto eroso e quasi appianato, che affiora a pochi chilometri dalla costa. Più al Nord, appaiono schisti profondamente metamorfizzati e decomposti, dissimulati sotto lo strato di argilla che copre una grande estensione della pianura, nelle vicinanze della costa. In certi punti, come in Carutapera, si trovano strati di calcari con fossili indicanti l'era terziaria (periodo eocenico), che meritano una speciale attenzione, per la possibilità che indicano dell'esistenza di strati petroliferi in quella regione.

L'A., oltre una grande collezione di fotografie tipiche 'espone in questo articolo due schemi molto interessanti. Uno si riferisce alla localizzazione dei manghi, rappresentandone le due specie principali e la loro posizione relativa: mango rosso, con radici aeree, che occupa sempre le zone più soleggiate e in contatto diretto con le maree; siriuva, più arretrata e bagnata da acque meno saline. L'altro diagrama rappresenta l'aspetto fisiografico, generale della costa della Guiana Maranhense; vi sono rappresentati schematicamente la flora, il rilievo e la costituzione geologica. Indicando i principali caratteri del clima, l'A. rileva l'abbondanza di piogge e la forte umidità relativa, che facilita la decomposizione delle rocce e crea un ambiente sfavorevole per l'uomo.

Trattando della forma del litorale, l'A. ne descrive il tipo ed i principali caratteri che lo fanno classificare tra le coste in via di emersione, basse, fangose, e molto sottoposte all'influenza delle maree.

Trattando della flora, l'A. nota che esiste una zona di foresta, del tipo della foresta amazzonica, con "neveas", "cumarú", "copaiba", e essenze da legname fino. Questa flora é sostituita più a Sud dalla vegetazione semi-xerofila caratteristica degli altipiani dell'interno del Brasile; e, verso la costa, prima da praterie costituite per la maggior parte da graminacee, poi dai manghi, sui quali l'A. s'intrattiene largamente.

Accenna anche alle risorse minerarie: allo sfruttamento dei filoni auriferi, ai giacimenti primari, che sono situati più verso il centro della regione; ai depositi di bauxite e di laterite che posteriormente si fosfatizzarono; e, infine, dedica alcune linee alla questione della possibilità di esistenza di orizzonti petroliferi, in relazione con gli strati terziari.

Concludendo con alcune considerazioni sull'occupazione della regione da parte dell'uomo, l'A. ne delinea un panorama generale, per dimostrare, appoggiandosi anche a fonti autorevoli, come Raimundo Lopes, quanto la natura della stessa zona sia sfavorevole alla esistenza umana.

Riferendosi al popolamento, l'A. designa le condizioni attuali come "civiltà di cercatori d'oro", insufficiente per la creazione di uno stato di civiltà permanente, causa la mobilità degli abitanti, che sono lungi dallo stabilirsi e fissarsi alla terra. Le attrattive della regione sono insufficienti a stimolare un movimento di conquista contro la barbarie, ed é necessario che nuove generazioni di geografi ed esploratori studino la regione stessa, per cercare ricchezze che spingano l'uomo a lottare contro la natura tanto ostile.

The present article written by an ancient professor of Geography, encloses some interesting considerations about a region of the north of the Country, little known, but very curious and full of attraction to geographers and naturalists.

The title reveals a conceit some time ago published by the geologist Glycon de Paiva, and now once more divulged by S. Fróes Abreu — which considers part of the littoral from the state of Maranhão as belonging to a same physiographical unity, generally designed by the name of Guyana. The writer exposes some data collected during a trip through the region, pointing out the principal aspects reporting to geological constitution, to climate, to physiography, to natural resources and to peopling. Travelling in the interior of the country, on boat or on foot, the author gives us in this article a real fragment of his note book, which may serve as standard to young geographers whom initiate practical life. In those distant sites with no maps, no points of coordinates determined, sketch with travellers observations, and rapid surveys with magnetic needle and pedometer, are precious elements to geography and cartography of the region and should be undertaken by all travellers, even when in rapid trip as happened to the author of this article. Describing physiographic aspect of the visited region, Fróes Abreu shows that it is a large plain with low and muddy littoral extremely cutted by large mouthed rivers and by the presence of several small and low islands stuck to the coast.

The author makes a rapid description of the geological formations, ressaunting that there is an ancient crystallin embasement which arises some kilometers from the coast, and that shows itself very eroded and planed. Northward appear some schists very metamorphized and greatly decomposed; they disappear under a clay cover that shelters large part of the plain, near the coast. In some places as in Carutapera, were found calcareous layers with fossils that prove tertiary age, eocenic, and that deserve special attention, on account of the probability of the existence of petrol layers in the region. The author beyond the large collection of typic photographs he offers in this article, presents two interesting schematic designs. One of them reports to the formation of mangroves, showing the two principal species and its relative position — red mangrove, with aerial roots occupying always the most salted zones in strait contact with the tide; the "siriubais" behind-hand, and bathed by less salted waters. The other design represents a diagram, showing the typical physiographic aspect of the coast of the Guyana in the state of Maranhão, where are figured the vegetal formings, the relief and the geological constitution.

Pointing out the principal characteristic of climate, the author ressaunts the great pluviosity and intense relative humidity which turns ease the decomposition of the rocks and causes very poor wholesome conditions to man.

Studying the coast form, the author describes its type, ressaunting the mainly characteristics which place it in the rank of the coasts in way of emersion, low, muddy, and suffering tide influence.

In his observations upon vegetal cover, the writer shows that there is a forest zone which belongs to the Amazonian type, with the "heveas", the "cumarú", the "copaiba" and timbers, and that towards the south is substituted by a half-xerophyllum vegetation proper of the plateau of the interior of Brazil. The forest zone, near the littoral is substituted by fields where only the grass play important part; soon after the soil is submitted to the mangrove vegetation that is described by the author with details. Examining mineral resources the makes rapid appreciations about the exploitation of the auriferous "placers" and the primary couches, located in the center; he studies the deposits of bauxite and laterite which were latterly phosphatized; finally, the author consecrates a few lines to the study of the possibility of petrol existence in this region, in relation with the tertiary layers which were there found.

Concluding his work, the writer studies man occupation, painting a general aspect of the region and supporting his considerations in the opinion of names, like Raimundo Lopes, to prove how ungrateful is this zone to man's conquest.

Referring himself to the actual population, the author terms its present conditions, as "Garimpagem civilization" (diamants, searching in the rivers), and thinks it insufficient to conduct permanent civilization mood due to the inconstance of the people who have no idea of sticking to the zone. The author concludes that the zone has no sufficient attractives to encourage a conquest movement to barbarity, and that it is necessary that the young generations of geographers and explorators study the zone, seeking for riches which may hearten Man to fight against such a rough nature.

Der vorliegende Artikel aus der Feder eines alten Geographen enthält interessante Betrachtungen über eine im Norden unseres Landes gelegene Gegend, die noch wenig bekannt, aber für Geographen und Naturwissenschaftler sehr eigenartig und anziehend ist.

Der Titel (Observações sobre a Guiana Maranhense) gebraucht einen zusammenfassenden Begriff, der erst vor kurzem von dem Geologen Glycon de Paiva geprägt wurde und jetzt von S. Fróes Abreu aufgenommen wird: nämlich das Küstengebiet von Maranhão als zu der unter dem Oberbegriff Guiana zusammengefassten natürlichen geographischen Einheit gehörig anzusehen. Verf. zeigt verschiedene anlässlich einer Reise durch das Gebiet festgestellte Gegenbenheiten auf; er weist auf die Hauptpunkte geologischer Beschaffenheit, auf Klima, natürliche geographische Bedingungen, Bodenschätze und Bevölkerungsfrage hin. Verf., das Innere des Landes bald zu Wasser, bald zu Fuss durchquerend, möchte uns im vorliegenden Artikel einen genauen Auszug aus seinen Reiseaufzeichnungen geben, die für junge, ins praktische Leben tretende Geographen gut als Vorbild dienen können. Auf weitentlegenen Lagerplätzen, ohne genaue Karten und ohne Festlegung von Koordinatenpunkten, bei Reisebeobachtungen auf Wanderungen, bei kleinen Excursionen mit Kompass und schrittmesser Pedometer ergeben sich Grundfragen hohen Wertes für die regionale Geographie und Kartographie; das sollte immer auch von denen, die, wie Verf. nur eine schnelle Reise, machen, im Auge behalten werden. Fróes Abreu beschreibt die natürliche Beschaffenheit des von ihm bereisten Gebietes: eine grosse Ebene, küste-abwärts, schlammig und äusserst zerfurcht durch viele breite Flussdeltas und mit vielen, der Küste vorgelagerten flachen Inseln.

Verf. gibt eine kurze Schilderung der geologischen Formation, wobei er hervorhebt, dass es eine alte kristallinische Grundschicht gibt, die wenige Kilometer von der Küste auffaucht diese selbst ist sehr zerklüftet und felsig. Weiter nördlich zeigt sich Schiefer im Zustande grosser Umwandlung und hoher Zersetzung; dieser verschwindet unter einer Lehmedecke, die einen grossen Teil des flachen Gebietes ganz nahe an der Küste einnimmt. An einigen Stellen, wie in Carutapera hat man kalkhaltige Schichten gefunden mit Fossilien, die offenbar dem Tertiäralter angehören, das Eozän und die besondere Aufmerksamkeit verdienen im Hinblick auf das mögliche Vorhandensein von petroleumhaltigen Schichten der dortigen Gegend. Verf. gibt dem Text eine grosse Anzahl typischer Aufnahmen bei und ausserdem zwei sehr interessante schematische Uebersichten. Eine davon betrifft die Gestalt der Mangu-Bäume und zeigt die beiden Hauptarten und ihre Bedingungen -rote Mangu mit Luftwurzeln, die immer in den heissesten Sonnengenden und nur in unmittelbarer Abhängigkeit von Ebbe und Flut

vorkommt; die Siriuba, die schon weiter ab wächst und eines weniger salzhaltigen Wassers bedarf. Die andere Zeichnung ist ein Diagramm, das die für die Küste von Maranhão-Gulana wesentlichen physischen Eigentümlichkeiten aufzeigt; man sieht im Schema Vegetation, Erdoberfläche und geologische Zusammensetzung.

Bei der Betrachtung des Grundcharakters des Klimas hebt Verf. die grosse Regendichte hervor und die übermässige relative Feuchtigkeit, durch welche das Gestein zersetzt wird, und dem Menschen wenig günstige gesundheitliche Bedingungen entstehen.

Bei der Betrachtung der Küstenformation und der Beschreibung ihres Typs, betont Verf. den Grundcharakter; sie gehöre zu den Küsten, die auftauchen, niedrig und schlammig sind und in starkem Masse von der Brandung beeinflusst werden.

Bei der Betrachtung der Vegetation zeigt Verf., dass es eine Waldgegend gibt, die dem Typ der Wälder im Amazonasgebiet zugehört mit Hevea, Cumarú, Copalba und Edelhölzern; dieses Gebiet wird weiter nach Süden hin durch eine Vegetation abgelöst, wie sie sich in Gegenden mit etwas grösserer Trockenheit auf den Hochebenen Inner-Brasiliens findet. Die Waldgegend an der Küste wird durch Steppen abgelöst, denen lediglich die Grasflächen das Gepräge geben, dann kommt der Boden, auf dem die Mangues gedeihen, die vom Verf. ausführlicher behandelt werden. Bei der Besprechung der Bodenschätze kommt Verf. kurz auf die Ausbeutung der goldhaltigen Schichten zu sprechen und auf die ursprünglichen Lagerstätten, die weiter nach dem Innern zu gelegen sind; er behandelt das Vorkommen von später mit Phosphor durchsetzten Bauxiten und Lateriten; schliesslich widmet er ein paar Zeilen der Möglichkeit von Petroleumvorkommen innerhalb der Tertiärschicht.

Verf. beschliesst seinen Aufsatz mit einigen Betrachtungen über die Nutzbarmachung des Gebietes durch menschliche Arbeit; er zeichnet ein allgemeines Bild dieser Gegend und stützt sich dabei auf Autoritäten wie Raimundo Lopes, um zu beweisen, wie sehr sich die Gegend menschlicher Nutzbarmachung widersetzt.

Was den gegenwärtigen Bevölkerungsstand angeht, so bezeichnet Verf. die nun schon lange andauernden Verhältnisse als "Diamantsucher-Zivilisation"; er bezeichnet sie als unzulänglich, um einen Dauerzustand der Zivilisation zu schaffen, da die Bewohner freizügig bleiben und nicht daran denken, sich wirklich anzusiedeln. Die Verlockung, die von diesem Gebiete ausgehe, so schliesst der Verf., sei nicht gross genug, eine Bewegung zur Erschliessung des Landes ins Leben zu rufen; neue Generationen von Geographen und Unternehmern müssten das Land auf seine Reichtümer hin zu erforschen suchen um so den Auftrieb zu gewinnen, den Kampf gegen die feindliche Natur aufzunehmen.

La nuna artikolo, verkita de antikva profesoro de geografio, enhavas interesajn konsiderojn pri nordbrazila regiono, ankoraŭ malmulte konata, sed tre kurioza kaj plena de allogaĵoj por la vojaĝantoj kaj naturistoj.

La titolo diskonigas opinion antaŭ nelonge esprimitan de la geologo Glycon de Paiva, kaj nun unu fojon plian diskonigitan de S. Fróes de Abreu - tio estas, tiun, kiu konsideras parton de la marbordo de ŝtato Maranhão kiel apartenantan al unu sama fiziografia uzuo kuniĝinta en la ĝenerala nomo Gujano. La aŭtoro de la verko montras kelkajn elementojn rikoŝtitajn dum vojaĝo tra tiu regiono, atentigante pri la ĉefaj aspektoj rilataj al la geologia komponeco, al la klimato, al la fiziografio, al la naturdotoj kaj al la loĝatigo. Vojaĝante, jen per barko, jen piede, tra la interlando, la aŭtoro volis doni en tiu ĉi artikolo ekzaktan pecon de sia vojaĝa notbiletto, kiu servas kiel modelon por la junaj geografoj, kiu komencas sian praktikan vivon. En tiuj malproksimaj lokoj, ankoraŭ sen ekzaktaj mapoj kaj sen fiksitaj koordinatoj, vojaĝaj kartoj faritaj per observoj de vojaĝantoj, kaj trarapidaj kartverketoj pere de komposaj kaj paŝmezuriloj, estas elementoj multvaloraĵoj por la regionaj geografoj kaj kartografio kaj ili devas esti ĉiam farataj de ĉiuj trapasantoj, eĉ dum rapida vojaĝo, kiel okazis al la aŭtoro de tiu ĉi artikolo.

Priskribante pri la fizika medio Fróes de Abreu montras, ke la de li vizitita regiono estas granda ebenaĵo, kun malalta marbordo, ŝlima kaj ekstreme tranĉita de larĝenfluejaj riveroj kaj multaj malaltaj insuloj kudritaj al la marbordo.

Li faras rapidan priskribon pri la geologiaj formacioj, reliefigante ke estas antikva kristaleca bazaĵo, kiu emerĝas je malmultaj kilometroj de la marbordo kaj sin prezentas erozia kaj duonebenigita. Pli norde aperas skistoj tre metamorfizitaj kaj ege diserigitaj; tiuj ĉi malaperas sub la kovrilo de argiloj kovranta grandan vastecon de la ebena regiono, proksimege de la marbordo. En kelkaj punktoj, kiel en Carutapera, li trovis tavolojn de kalkaĵoj kun fosilioj, kiuj indikas terciaran aĝon, kocenikan, kaj meritas tre specialan atenton, antaŭ la ebleco ekzisti petrolhavan tavolon en la regiono. La aŭtoro, krom la granda kolekto da tiraj fotoĉarajoj, kiujn li prezentas en tiu ĉi artikolo, li donas al ni du tre interesajn skemojn. Unu el ili rilatas al la formado de la manglejoj prezentante la du ĉefajn specojn kaj ties koncernan pozicion - ruĝa manglo kun ĝiaj aeraj radikoj, ĉiam okupanta la plej solenajn zonojn kaj rekte en kontakto kun la marmovo; la "siriubais" jam pli malproksimaj de la marbordo kaj banitaj de malpli salitaj akvoj. Alia desegnaĵo estas diagram-bloko prezentanta la fiziografian aspekton, kiu estas modelo de la marbordo de Gujano Maranhense, kie estas skeme reprezentataj la vegetaj formacioj, la reliefo kaj la geologia komponeco.

Donante la ĉefajn karakterojn de la klimato li reliefigas la grandan pluvemecon kaj la intensan rilatan malsekecon, kiu faciligas la diserigon de la rokoj kaj kreas kondiĉojn de sanigeo tre malmulte favorajn al la Homo.

Konsiderante pri la formo de la marbordo li priskribas ties tipon, reliefigante la ĉefajn karakterojn, kiujn ilin metas en la klason de la ekemergantaj marbordoj, malaltaj, ŝlimaj kaj forte influtaj de la tajdondo.

Ĉe la observoj pri la vegeta kovrilo, li montras ke estas zono de arbaroj filiitaj al la tipo de la Amazonia arbaro, kun kauĉukarbo, "cumarú" (kumaruo), kopaĵo kaj ĉefligno, kiu pli sude estas anstataŭita de vegetaĵo duonkserofila kiu floras en la brazilinternaj altebenaĵoj. La arbara zono apud la marbordo estas anstataŭita de la herbebenaĵoj, kie nur la gramenacoj havas reliefan rolon, poste venas la manglejoj, kiujn la aŭtoro detale priskribas. Pri la mineralaj naturkapabloj li faras rapidajn konsiderojn pri la esplorado de la *piaceras* orhavaĵaj kaj pri la primaraj mintavoloj, lokitaj en la centro; li pritraktas pri la deponejoj de bauksitoj kaj lateritoj, kiuj estis poste fosfatigitaj, kaj fine li dediĉas diversajn liniojn al la demando pri la ebleco de ekzistado de petrolhavaĵoj horizontoj en rilato kun la terciaraj tavoloj.

Finante sian artikolon per kelkaj konsideroj pri la Okupado fare de la Homo, la aŭtoro pentras ĝeneralan panoramon de la regiono, sin apogante ankaŭ sur la opiniojn de aŭtoritatuloj kiel Raimundo Lopes, por montri kiel la zono estas maldanka al la homo konkeri.

Parolante pri la nuna loĝatigo la aŭtoro baptas la daŭrajn kondiĉojn "Civilização da Garimpagem" (Civilizado de la Diamant-esplorado) kaj ĝin konsideras nesufiĉaĵ por krei daŭran staton de civilizado, kaŭze de la moviĝemo de la okupantoj, kiuj tute ne fiksigas sur la tero. Li finas dirante ke la allogaĵoj de la regiono ne estas sufiĉaj por stimuli movon de konkeri al la barbareco kaj ke estas necese ke la novaj generacioj de geografoj kaj esploristoj studu la zonan serĉe de riĉaĵoj, kiuj incitos la Homon batali kontraŭ tiu tiel malmilda naturo.

GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES NO BRASIL

Moacir M. F. Silva

Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia
Secção XXXVI — "Geografia dos Transportes"

III — INTERIORIZAÇÃO

O desbravamento dos sertões. — Fixação do povoamento no "interior". — A "Geografia das bandeiras". A "Carta Geral" de Taunay. — Entradas e Bandeiras. Classificações esquemáticas. Basílio de Magalhães. Capistrano de Abreu. Gentil de Assis Moura. — O cavalo e o "cargueiro", nas bandeiras. — Das trilhas dos índios se originaram as veredas de penetração dos bandeirantes. Dêstes caminhos provieram as rodagens coloniais e destas as estradas de ferro. — Bandeiras povoadoras. — Sertanistas baianos. Caminhos da Baía para o Maranhão, Minas e S. Paulo. — Internação e devassamento da Amazônia. — O paulista, o criador e o jesuíta. — As três "Histórias". — O sertanejo, o matuto e o gaúcho

Os portugueses descobriram apenas o litoral do Brasil e realizaram somente ligeira penetração em seu território, mas, logo em seguida, "o encanto do primeiro encontro com a terra desconhecida desaparecia aos poucos para ser substituído por uma dura realidade em que o colono se via abafado pela mata virgem, picado por insetos, envenenado por ofídios, exposto às feras, ameaçado pelos índios, indefeso contra os piratas". (Paulo Prado, "Retrato do Brasil", Rio, 1931).

Daí provém, talvez, o conceito de Frei Vicente do Salvador, relativo aos "Portugueses, que sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos".

Por isso, o desbravamento dos sertões brasileiros foi, indiscutivelmente, obra dos nacionais, mestiços, mamelucos, principalmente dos paulistas, mais do que empreendimento espontâneo dos colonizadores alienígenas.

A internação dêstes só se possibilitou, desde os primeiros séculos de formação da nacionalidade, à proporção que o cruzamento contínuo de portugueses e ameríndios ia constituindo "a matéria-prima da colonização", no dizer de Basílio de Magalhães.

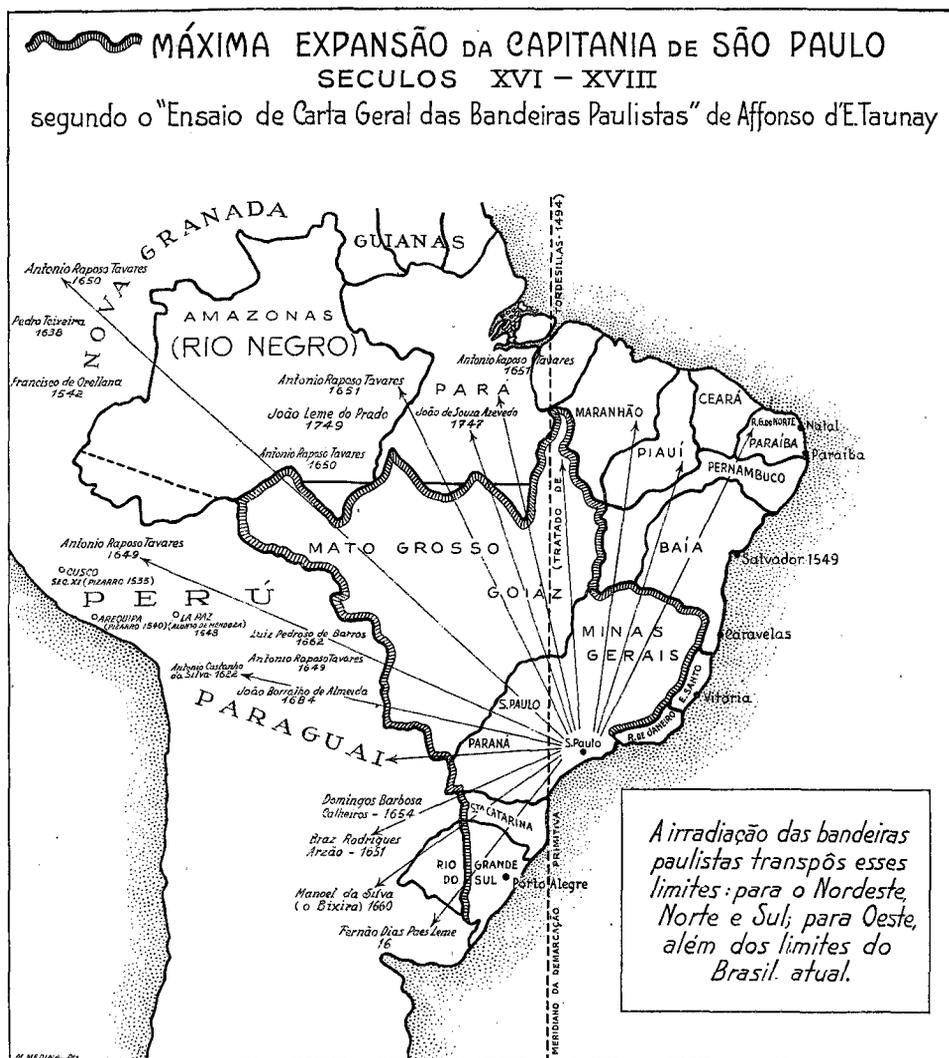
E assim, foram nacionais que penetraram o Amazonas, visto que as antigas expedições de Orelana e dos espanhóis do Perú, descendo o rio, não colonizaram a terra; nacionais os que disseminaram fazendas e gados pelas margens do S. Francisco, subindo-o; nacionais os que povoaram a bacia do Paraná, descendo o Tieté, o Grande e outros rios; e ainda, já em nossos dias, foram nacionais, cearenses, maranhenses e outros, que completaram a colonização pacífica da Amazônia.

A falta de mais expressivo termo com que possamos sintetizar os vários aspectos dêsse fenômeno social de completo devassamento do território e consequente formação de núcleos de povoamento adensado,

denominamo-lo *interiorização*. Conjunto das grandes penetrações demoradas, pelo *interior*, antes desconhecido; das longas travessias do sertão, em vários rumos, que a História estuda sob as denominações genéricas de *Entradas* e *Bandeiras*, distinguindo-as por características especiais.

Dessas remotas incursões é que provieram as primeiras notícias sobre a geografia do país, fornecendo elementos para sua incipiente cartografia colonial; os conhecimentos iniciais da flora e da fauna; das riquezas minerais, e, na ausência destas, ou, concomitantemente, a fixação do homem ao solo do *interior*, na vida agrícola e pastoril.

A *geografia das bandeiras* já foi escrita, em linhas gerais, por Eugênio de Castro (*"Geografia Linguística e Cultura Brasileira"*, Rio 1937). Nesse interessante estudo, recorda, de passagem, que o uso e a designação de *bandeiras* provieram do *"costume tupiniquim referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra"*.



Gentil de Assis Moura o confirma e amplia: “As bandeiras partiam levando como *símbolo de guerra* um *estandarte* e eram acompanhadas por *tambores, que rujavam na ocasião dos combates*”.

Afonso de E. Taunay, que tem dedicado grande parte de sua oporidade admirável ao estudo do bandeirismo paulista, organizou, em 1922, sôbre o mapa do Brasil na escala de 1: 5.500.000, o “*Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*” (séculos XVI — XVIII) trabalho gráfico valioso, que vem completar seus eruditos estudos a respeito, tão apreciados.

Curioso comparar-se a área de máxima expansão da Capitania de S. Paulo, segundo essa “*Carta*”, com a retroterra (interlândia tributária) do pôrto de Santos, segundo J. J. Silva Freire (“*Expansão Econômica de S. Paulo*” — Rio, 1914).

Divergem os historiadores no definir as *entradas* e as *bandeiras*.

Assim, o Pe. R. Galanti (*História do Brasil*, 1895) diz: “*Entradas*, porque era um verdadeiro *entrar* pela espessura das imensas matas do Brasil; *bandeiras*, porque os sertanejos, que se reuniam para essas



entradas, levavam um estandarte ou *bandeira*, como sinal de reunião, e distintivo das diversas companhias”.

Para João Ribeiro (*“História do Brasil”*, 1901): “As *Entradas*” eram expedições feitas pelo colono à cata de índios para escravizá-los ou ainda à busca de minas de metais e pedras preciosas, de que corriam sempre fantásticas notícias. E’ uma face inteiramente nova, diferente do movimento pastoril, ao qual precede”.

O eng. José Luiz Batista — (*“História das Entradas”* → *Determinação das áreas que exploraram*) — adota essa definição, completando-a: “E’ indispensável acrescentar que as *entradas*, quando não eram ordenadas diretamente pelo govêrno, correndo tôdas as despesas por conta da fazenda nacional, eram pelo menos encorajadas, protegidas e animadas pelas autoridades locais. Tríplice era a vantagem que se conseguia com as incursões aos sertões: — aquisição de braços para a agricultura incipiente, com a escravização dos índios; esperança nunca esvaecida, de encontrar as grandes minas de ouro, prata e pedras preciosas; e afastamento, cada vez mais para o alto sertão, das tribus dos índios inimigos, aos quais se faziam perseguições tremendas”.

Quanto às *bandeiras*, João Ribeiro não as define, descreve-as apenas, informando, entre o mais: “As *bandeiras* organizadas para a exploração das terras tinham constituição especial, que só tornavam explicavel o gênio e a pertinácia dos aventureiros que as compunham”.

“Nessas *bandeiras* vemos figurar tôda a gente, homens de tôdas as qualificações, índios de tôdas as tribus, mulheres, padres e crianças e grande número de animais domésticos, cães, galinhas, carneiros, fora as bestas de carga. E’ uma cidade que viaja com os seus senhores e seus governados.

“No íntimo das terras marcham como si navegassem através dos mares, com a orientação da bússola e das noites consteladas.

“Nada as detém, nem os desfiladeiros e precipícios, nem a sêde ou a fome, nem as comoções da natureza ou as fadigas do espírito, nem a guerra ou as ciladas da terra desconhecida. No tempo do *resgate* ainda tinham um têrmo essas expedições, que era o dos primeiros rios navegáveis. Na época do *ouro* não conheceram mais limites, avassalaram o deserto, por centenares de leguas desde o *Tieté* a Santa Cruz de la Sierra, da Serra do mar atlântico até onde se avistam os perfís da cordilheira andina”.

Basílio de Magalhães distingue as *entradas* pelo “cunho oficial” e as *bandeiras* pela sua “*espontaneidade*”, acentuando que nas *entradas* “os roteiros foram geralmente fluviais, isto é, subiam das fozes atlânticas às cabeceiras, e desciam das nascentes no sertão às bocas dos rios no oceano, quer volvendo pela mesma corrente da partida, quer descrevendo um arco de círculo não extenso”; ao passo que nas *bandeiras* “as vias terrestres foram sempre o sulco dominante”; observando ainda que “somente de 1719 em diante é que o descobrimento dos “*placers*”

auríferos de Goiaz e Mato Grosso e a ocupação definitiva dessas paragens se efetuam pelas “estradas que andam”, pelo *Tieté*, pelo *Paraná*, pelos afluentes dêste, e, palmilhando pequenos varadouros, pelo *Paraguai* e seus tributários”.

Alfredo Elis Junior esclarece também que a via fluvial “só foi utilizada, no período das “monções” setecentistas, em navegação permanente entre Piratininga e Mato Grosso. Mas essas “monções” nada mais teem que ver com o bandeirismo que havia já passado. E’ preciso não confundir, para que de uma confusão lamentável não resultem injustiças e inverdades. O esforço bandeirante foi muito maior do que o simples aproveitamento de vias fluviais”.

Basílio de Magalhães na sua obra “*Expansão Geográfica do Brasil Colonial*” (Memória premiada pelo Inst. Hist. Geog. Bras.), diz que aquele movimento assim se processou:

I — *Ciclo das Entradas ou Ciclo Oficial* da expansão geográfica — (1504 a 1696) —

Pequena expansão, oriunda do litoral e realizada quasi tôda dentro da linha de Tordesilas.

Estas entradas podem agrupar-se em *quatro ciclos regionais*: baiano — sergipano — cearense e espírito-santense.

II — *Ciclo das Bandeiras ou Ciclo Espontâneo* da expansão geográfica — (1526 — 1700) — Subdividido em:

a) — *Ciclo do ouro de lavagem*, —

que se opera numa faixa estreita da ourela atlântica, tendo seu *climax* no território do atual Estado do Paraná, na segunda metade do século XVII;

b) — *Ciclo da caça ao índio*, —

que principia com o assalto às tribus do *Paraíba* em 1562 e termina em 1695;

c) — *Grande Ciclo do Ouro*, —

isto é, do ouro de bêtea, do ouro de fundição, que reponta em 1693 e vai até o século XVIII.

III — *Os criadores de gado* —

Expansão espontânea, dentro da linha de Tordesilas, peculiar ao norte do país, e efetuada de 1590 a 1690, com o auxílio dos bandeirantes do sul, na segunda metade do século XVII.

IV — *Os Missionários Católicos* —

Ocupação do vale do *Amazonas*, realizada quasi tôda fora da linha de Tordesilas, no século XVII.

V — *Expansão geográfica no século XVIII* —

Compreendendo:

- a) — Conquista e povoamento de Mato Grosso;
- b) — Conquista e povoamento de Goiás;
- c) — Viagens pelo Rio *Madeira*
Francisco de Melo Palheta (1722-1723)
Manuel Félix de Lima (1742-1743);
- d) — Novos descobrimentos em Minas, Baía e Espírito Santo;
- e) — Nova expansão de S. Paulo para o Sul e para Oeste.

Paulo Prado (*op. cit.*) sintetiza: — “As entradas pioneiras ou de resgate, abrindo-se em leque das costas marítimas em diferentes diretrizes à procura dos sertões, formaram o grande processo de exploração e povoamento que é a própria história do país”.

“Será assim possível reunir e resumir a nossa expansão geográfica da maneira seguinte:

- a) — *bandeiras paulistas*, ligando o *Paraná* ao *Paraguai*, e pelo *Guaporé*, *Madeira*, *Tapajós* e *Tocantins* atingindo o *Amazonas* (o *Xingú*, pelas más condições de navegabilidade, nunca foi frequentado); *bandeiras paulistas*, ligando o *Paraíba* ao *São Francisco*, ao *Parnaíba* e *Itapicuru* até o *Piauí* e *Maranhão* por um lado; ligando o *São Francisco*, o *Doce*, o *Paraibuna*, ao *Paraíba do Sul*, galgando a *Serra dos Órgãos*, para terminar na *Guanabara*; *bandeiras paulistas*, entre a *Serra do Mar* e o *Paraná*, tôdas elas atravessando o *Uruguai* para o Rio Grande do Sul;
- b) — *bandeiras baianas*, ligando o *São Francisco* ao *Parnaíba* e chegando ao *Maranhão* pelo *Itapicuru*; *bandeiras baianas*, ligando o *São Francisco* ao *Tocantins*; *bandeiras baianas*, que indo do Sêro e Minas Novas, procuravam o Rio pelo caminho da terra do ouro;
- c) — *bandeiras pernambucanas*, entre o *Capibaribe* e a *Serra de Ibiapaba*, muito menos importantes que as duas anteriores, traçadas a menor distância do litoral, pelo sertão “de fora”, recebendo muita gente diretamente do litoral, subindo os rios que nele desembocam;
- d) — *bandeiras maranhenses*, de pouco alcance, ligando o *Itapicuru* ao *Parnaíba* e *São Francisco*, e o *Parnaíba* às terras aquém de *Ibiapaba*;
- e) — *bandeiras amazônicas*, que pelo *Madeira* se ligaram às de São Paulo; alcançaram os limites do *Javari* e ocuparam a *Guiana*”.

Paulo Prado informa dever êsse esquema a uma nota inédita de Capistrano de Abreu, posteriormente incluída no livro, dêste, "*Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*".

Gentil de Assis Moura, em "*As Bandeiras Paulistas — Estabelecimento das diretrizes gerais a que obedeceram, e estudo das zonas que alcançaram*", observa que "si é certo que figuram em maior número as bandeiras que se formaram sob a preocupação do ouro, contudo muitas outras colimaram outros fins". E lembra as seguintes denominações:

1. — *Bandeiras de expansão*. — Formadas pelos vicentistas nos primeiros anos do seu povoado e prosseguidas, ao depois, pelos piratininganos e paulistas no sul e no oeste do país e ultimadas por D. Luiz Antônio, na conquista de Iguatemi (1532 — 1770).
2. — *Bandeiras religiosas*. — Dirigidas pelos jesuitas para a catequese dos índios e prosseguidas pelo padre Mateus Nunes de Siqueira (1549 — 1664).
3. — *Bandeiras guerreiras*. — Organizadas pelos vicentistas para ataque do Rio de Janeiro e Cabo Frio, prosseguidas pelos piratininganos contra os *carijós* e, mais tarde, por Antônio Pires de Campos, Domingos Barbosa, Matias Cardoso e Pascoal Araujo, Bartolomeu Bueno do Prado e Amador Bueno, na destruição dos índios e quilombos, guerra dos emboabas, etc.
4. — *Bandeiras exploradoras de ouro*. — Grande ciclo que começa em 1532 com os oitenta expedicionários de Martim Afonso e termina com a desanexação de Mato Grosso e Goiaz da Capitania de São Paulo, em 1749.
5. — *Bandeiras de exploração científica*. — Compreende a exploração do sertão do Tibagi, mandada fazer por D. Luiz Antônio".

Quanto às diretrizes, adota igualmente cinco divisões:

- A. — *Bandeiras do sul*, — compreendendo as bandeiras que percorreram as províncias jesuíticas do Paraguai e tóda a região entre os rios *Tieté* e *Paraná* e a costa do Atlântico.
- B. — *Bandeiras de Mato Grosso*, — que se referem às expedições que ocuparam a região entre os rios *Paraná*, *Iguatemi* e *Paraguai*, nas vertentes do *Prata*, *Guaporé*, *Madeira* e *Arinos*, na bacia do Amazonas.

- C. — *Bandeiras goianas*, — que abrangem as excursões feitas nos vales dos rios *Araguaia* e *Tocantins* até sua foz no *Amazonas*.
- D. — *Bandeiras mineiras*, — compreendem as bandeiras que percorreram tôda a região de Minas Gerais e o vale do rio *Doce*, no Espírito Santo.
- E. — *Bandeiras do Norte*, — organizadas para a destruição de aldeias de índios e mucambos desde a Baía até o Maranhão e socorro a Pernambuco, na ocasião da guerra dos holandeses.”

Alfredo Elis Junior (“*O Bandeirismo Paulista e o recuo do Meridiano*”, S. Paulo, 1934) afirma: — “O bandeirismo que fez a penetração no território desta parte do continente; que fez a expansão geográfica; que foi o grande veículo da civilização; que foi a grande alavanca sociológica desta região, para ser bem estudado precisa ser classificado de duas formas:

- a) — quanto ao tempo
b) — quanto ao objetivo.

Quanto ao tempo, classifica-se em:

Do Século I (quincentista) —

“preparou o cenário e criou as personalidades, que deveriam representar o grande drama das bandeiras”.

Do Século II (seiscentista) —

“foi o grande século das bandeiras. Foi no seiscentismo que o ouro tão buscado, por tão ínvias paragens era esplendidamente revelado.”

Do Século III (setecentista) —

“foi o fim da imortal epopéia. Foi o túmulo engrinaldado do bandeirismo que se findara.”

Quanto ao objetivo, o bandeirismo foi:

- a) — da caça ao índio
b) — de busca aos metais.

“O bandeirismo de caça ao índio tinha que ter o caráter agressivo e tinha que agir em ofensiva, tirando o máximo partido da iniciativa e da surpresa. Eram corpos armados, de certo vulto em milhares de homens, por força do que procuravam em lutas bélicas o seu objetivo. Eram expedições guerreiras ofensivas que deviam assim ser organizadas. As bandeiras de caça ao índio eram corpos de cerca de 3 a 4 mil índios com 3 a 4 centenas de paulistas e portugueses.

“O bandeirismo de busca aos metais era diferente. As expedições não tinham caráter ofensivo, e por isso eram despidas de condições que lhes dariam as possibilidades da agressividade. Muito menores em pro-

porções, compunham-se apenas de algumas dezenas de homens que, agindo defensivamente, evitavam as tribus contra as quais não era seu objetivo lutar. Assim faltava-lhes a organização militar e se carregavam armas, o faziam para defesa própria e contra os animais.”

Julga êsse mesmo autor que: — “O cavalo era quasi inexistente nas organizações bandeirantes. Quem percorre a documentação paulista; os *Inventários* e *Testamentos*, principalmente, tem a impressão de que não havia cavalaria nas organizações militares paulistas. Aliás o terreno a ser percorrido pelas bandeiras, de natureza montanhosa, enrugado, pedregoso, coberto de vegetação arbórea entrelaçada de cipoais, não permitia a passagem fácil senão ao infante. O peão seria pois o grande elemento das bandeiras”.

Parece-nos mais consentânea a opinião de Gentil de Assis Moura (*op. cit.*): “Eram dois os meios de viação: por água e por terra. No primeiro, desciam a corrente do *Tieté* e *Paraná* e subiam o afluente dêste último rio que servisse para atingir a região desejada, conforme iam para Guaíra, Cuiabá ou Iguatemi. As expedições por água seguiam em *monções*, formadas de uma flotilha de canoas, cada uma das quais comportava 500 arrobas de carga ou transportava 60 a 80 pessoas.”

“A marcha por terra era feita pelos trilhos dos índios, caminhos que cortavam o país em tôda a sua extensão. O cabo da tropa e os capitães seus ajudantes, os sacerdotes e demais pessoas qualificadas, seguiam a cavalo, o restante marchava a pé. A alimentação era conduzida em *cargueiros* e ombros dos escravos e consistia em passoca, farinha, sal, rapaduras, carnes sêcas e aguardente.”

Além do que anotamos no capítulo anterior (II) dêste ensaio, relativo à pré-existência de caminhos indígenas que permitiriam o uso de cavalos e *cargueiros*, outros autores reforçam tal afirmativa. Assim, João Ribeiro (*op. cit.*): “Recolhem por tôda a parte as lendas e histórias dos índios que falam de outros países distantes e de *caminhos ainda não trilhados pela civilização*”. Teodoro Sampaio e Washington Luiz (*Rev. do Inst. Hist. de S. Paulo*, julho, IV e XVI), tratam também “dos trilhos indígenas e dos mais que seguiram os sertanistas na primeira centuria de sua irradiação”.

O engenheiro Jaime Cintra, da *E. F. Paulista*, escreveu também que: “ainda antes do seu descobrimento, além de *caminhos entre tribus indígenas vizinhas, havia, no Brasil, estradas longas, ligando regiões distantes*” (“*Viação Férrea nos Estados de S. Paulo e Mato Grosso*” — Revista do Clube de Engenharia, setembro, 1934).

O eng. Luiz Cntanhede, esclarece ainda mais: “As estradas de ferro brasileiras, seguiram em grandes extensões as direções, e, frequentemente, os próprios leitos, das rodagens coloniais e essas rodagens já

se haviam aproveitado dos caminhos dos bandeirantes, devassadores dos sertões coloniais, que em muitos casos haviam também, por sua vez, apenas melhorado os primitivos caminhos dos índios". (Apud Moacir Silva, "*Pneu versus Trilho*", Rio, 1937, p. 40).

Romário Martins ("*História do Paraná*", Curitiba, 1937), classificando as bandeiras pelos três primeiros séculos, refere-se ainda, já no século XIX, a quatro *bandeiras povoadoras*, tais seriam as pequenas expedições, com essa finalidade, realizadas entre os anos de 1809 e 1839.

Para não deixar sem referência os bandeirantes baianos, de ação notável no norte do país, mencionaremos apenas o "caminho para o Maranhão" aberto pelo *segundo* Francisco Dias de Avila (1694) e os roteiros para Minas e S. Paulo. Urbino Viana ("*Bandeiras e Sertanistas Baianos*", S. Paulo, 1935) transcreve os roteiros de Antonil e de Quaresma. Francisco Borges de Barros ("*Bandeirantes e sertanistas baianos*", Baía, 1919) esclarece: "As entradas de Fernão Dias Pais Leme, de Matias Cardoso e Antônio Gonçalves Figueira, pelo ano de 1676, abriram os caminhos entre a Baía e S. Paulo, por onde logo se fez o movimentado comércio do gado das vastas fazendas do *S. Francisco, Inhambupe, Itapicurú e Rio Real*". Refere-se a várias estradas antigas, abertas desde o século XVI a começos do século XIX, entre as quais, o *Caminho do Sertão*, partindo de Cachoeira em demanda do Sul, para comunicação com Minas, S. Paulo e Rio de Janeiro; e que "de 1700 em diante era a estrada mais frequentada" (págs. 230-1).

A penetração nas regiões amazônicas verificou-se em dois sentidos:

1) — no *sentido natural*, isto é, subindo a imensa caudal "mais comparável a um braço do oceano que varasse a cabeça da América do Sul do que propriamente um rio" (Basílio de Magalhães). "O rio-mar e os seus tributários da foz e das duas margens foram as veredas naturais da conquista da Amazônia no século XVII, para a sua decisiva integração em nossa pátria no século XVIII".

Tal, entre outras, a viagem de Francisco de Melo Palheta (1722-23) subindo o *Madeira* e o *Mamoré*. (O mesmo sargento-mor Palheta que, depois, em 1727, trouxe da Guiana Francesa as primeiras sementes de cafeeiro que entraram no Brasil).

2) — no *sentido inverso*, isto é, descendo os formadores e afluentes da margem direita do *Amazonas*.

A êste ciclo de *bandeiras fluviais* pertencem as de Manoel Félix de Lima, descendo o *Guaporé*, o *Mamoré* e o *Madeira* (1742-43); João de Sousa Azevedo, descendo o *Arinos* e o *Tapajós* (1740-47) e Francisco Leme do Prado, cuja passagem no *Guaporé* (1743) foi impedida pelos espanhóis na aldeia de Santa Rosa. Antônio Rolim de Moura (1751-65) substituiu essa aldeia por um presídio militar (N. S. da Conceição) mais tarde (1776) substituído pelo Forte do Príncipe da Beira. (Em julho de 1938, visitámos êsse *forte*, que, embora meio arruinado, impressiona fundamente por sua grandiosidade, não já falando nas dificuldades que representa sua construção, na época em que foi realizada).

Da mesma orientação geral participam os *cinco roteiros* indicados pelo Gal. Couto de Magalhães (“*O Selvagem*”, VI) para penetrar da bacia do *Prata* na do *Amazonas*: o primeiro, pelo *Guaporé*, o segundo pelo *Tapajós* e os outros três pelo *Araguaia* e *Tocantins*.

Henrique Santa Rosa (“*A depressão amazônica e os seus exploradores*”) classifica as explorações realizadas no *Amazonas*, desde seu descobrimento, em:

- a) — *explorações fortuitas*, devidas a causas imprevistas, ou incertas, com resultados inesperados. Tal a descoberta da foz (*Santa Maria de la Mar Dulce*) por Vicente Yanez Pinson (1500); e a descida de Orellana, desde o rio *Napo* (1539). Daí provém o nome de rio *das Amazonas* dado em lembrança das *mulheres guerreiras* (?) habitantes da região do *Nhamundá*, que tentaram impedir a passagem de Orellana.
- b) — *explorações de ação e reação*, determinadas pelo interêsse da conquista ou do afastamento das resistências contrárias à civilização. Tal a de Pedro Teixeira, indo até Quito, e voltando (1637-39); a de Pedro da Costa Favela aos *tapajós* (1664); a de Palheta, ao *Madeira* (1722) e outros.
- c) — *explorações de interêsse comum ou individual*.
- d) — *explorações de catequese ou de propagação da fé*, — “sobretudo dos jesuitas que encheram de vida com as suas missões o deserto do Amazonas até o *Javari*” (João Ribeiro, op. cit.).
- e) — *explorações comerciais*. A procura de produtos naturais, a baunilha, a salsa, a copaíba, o cravo, o cacau, o cumarú e outras riquezas silvestres, teria, certamente, como o ouro, aumentado a atividade dos exploradores, até que, com o desenvolvimento da agricultura, se fôsse criando uma certa estabilidade das populações.

f) — *explorações científicas*. Inúmeras, desde as de C. M. de La Condamine (1741-43) até as dos nossos dias.

Santa Rosa refere-se ainda a explorações improducentes, que melhor seria dizer tentativas de exploração, sem resultado.

Estudando a “formação do Brasil” João Ribeiro conclue:

“O *jesuita*, o *criador* e o *paulista* são os três grandes fatores da grandeza territorial do Brasil. O jesuita ao norte e ao sul, conquista os vales extremos do *Paraná* e do *Amazonas*; o criador ocupa tóda a região interior do Piauí à Baía; o paulista bandeirante das nascentes do *São Francisco* e *Rio Doce* penetra até Goiaz e Mato Grosso”.

Basílio de Magalhães julga que a ordem *direta* deve ser: — “os *paulistas*, os *criadores* de gado e os *missionários católicos*, pois que a ação dos bandeirantes meridionais, por sua intenção e extensão no tempo e no espaço, foi em muito superior à dos outros coeficientes da constituição geográfica do Brasil. Si se tomasse em conta o avanço para além da linha de Tordesilas, devera a atividade dos religiosos ser posta no segundo plano. Mas os bandeirantes, quer setentrionais, quer seus diretos auxiliares meridionais, que conquistaram e ocuparam a zona de criação, deixaram proveito real, até hoje observado, que os sobreeleva aos eclesiásticos povoadores do vale do *Amazonas*”.

Oliveira Lima (*Rev. do Inst. Hist.* de S. Paulo, XVII, 17) acentua que “do sul ao norte do país, foi, portanto, o bandeirante o agente por excelência do seu desenvolvimento econômico e o seu traço de união moral”.

Vicente Licínio Cardoso (“*À margem da História do Brasil*”, São Paulo, 1933), em sua conferência “o Rio de S. Francisco — base física da unidade do Império”, referindo-se às *três histórias*; os *Brasis*, observou: “a nossa história pátria é composta de *três histórias* que se superpõem e entrelaçam, espelhando as próprias terras altas, os chapadões e os tableiros, vinculados à costa pelas trajetórias variadíssimas de nossos rios. E, sem a *história dos jesuitas*, ainda por ser escrita, sem a *história das bandeiras*, só agora em execução avançada, ficou a nossa evolução histórica debilmente resumida na *história da costa*, dos alvarás, dos donatários, das côrtes, dos piratas e conquistadores, de nacionalidades várias, em suas arremetidas dos primeiros séculos, a *história oficial dos reis em suma*”.

Também Oliveira Viana (“Populações Meridionais”) julga que, antropogeograficamente “é possível distinguir, da maneira mais nítida, pelo menos *três histórias diferentes*: a do norte, a do centro-sul, a do extremo sul, que geram por seu turno, três sociedades diferentes: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, com seus três tipos específicos: o sertanejo, o matuto, o gaúcho.

E' impossível confundir êsses três tipos, como é impossível confundir essas três sociedades, como é impossível confundir essas três *Histórias*, como é impossível confundir êsses ecumênos".

As cidades, vilas e povoados atuais nasceram, no litoral, nos pontos da costa que ofereceram às antigas naus portuguesas "pôrto seguro", boa água, pau-brasil, etc. Pelo interior, os agrupamentos humanos provieram dos antigos "pousos" dos "bandeirantes" e "faiscadores", nas "entradas" ao sertão, em busca de "minas" de ouro e pedras preciosas, ou em perseguição e captura dos índios. "*Violador de sertões, plantador de cidades*", eis como o poeta, em um só verso alexandrino, sintetizou a ação do "bandeirante", do "caçador de esmeraldas" inexistentes, fantásticas.

Mas, modernamente, como surgirão as futuras cidades?

Da confluência das estradas? Nos pontos de boa água? Nos locais de melhor clima? Mais provavelmente, das explorações agrícolas ou industriais, em larga escala, como vinham, para exemplo, fazendo, na Amazonia, os japoneses e a empresa Ford.

São novas "entradas", de norte para o sul, da margem direita do rio Amazonas, em direção à encosta do planalto central, que irão subindo... Certamente, outras muitas surgirão, paralela e perpendicularmente, a estas, para a extração da borracha, das madeiras, do côco bambassú, etc. tendendo tôdas para o centro do país, mais elevado, ou mais continental, e geralmente, mais saudável.

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

L'ingénieur Moacir Silva, Consultant Technique du Conseil National de Géographie, continue dans le présent numéro, la publication de sa "Géographie des Transports au Brésil".

Initialement l'auteur affirme que la colonization des "sertões" (intérieur) brésiliens a été entreprise par les nationaux, surtout par les paulistes. Les portugais découvrirent à peine le littoral du Brésil. Cette colonization est appelée, par l'auteur, *intériorisation*, titre qu'il donne à ce chapitre.

En étudiant la dévastation de l'hinterland l'auteur rehausse la brillante épopée des "bandeiras" et des "entradas" (expéditions à l'intérieur du pays). Les naturels du pays, par moyen de ces "bandeiras" s'enfonçaient dans les forêts, faisant face à toute sorte de dangers. Bravant la forêt vierge, ils bâtirent la grande nation brésilienne et dilatèrent les limites de leur patrie, au prix de sacrifices énormes. La principale voie de communication a été la fluviale, c'est à dire, les grands fleuves. Les marches, à travers les chemins ouverts par les indiens, ont été faites à pied, car le cheval ne comptait que très peu dans l'organisation des "bandeiras". Il cite plusieurs auteurs, noms illustres, qui ont décrit le grand mouvement d'expansion géographique désigné par le nom de "bandeiras". Ces "bandeiras" peuvent être classées quant au temps et quant au but.

Quant au temps, elles comprennent les années de 1550 jusqu'à 1750, durant lesquelles la scène a été préparée, s'est étendue et a terminé la période épique de la pénétration. Les buts étaient deux: la chasse aux indiens et la recherche des métaux, ce dernier étant le plus important des deux.

Les "bandeiras" religieuses des Jésuites destinées à la catéchèse des indiens ont été également remarquables.

En terminant, l'auteur explique que les villes, villages et bourgs existant au littoral sont nés en des points considérés comme de "port sûr" (baies, golfes, etc.), les agglomérations humaines de l'intérieur du pays se dérivant des "pousos" (points d'arrêt) des "bandeiras" au cours de leur mouvement de pénétration. Les "sertanistas", ou pionniers de cette période ont été appelés "*profanateurs du sertão*", ou bien semeur de villes. L'auteur se demande ensuite d'où viendront les villes futures. Jailliront elles de la confluence des routes? naîtront elles des lieux où l'on trouve un bon climat ou de l'eau excellente?

Il estime, plus probablement, que les villes futures dériveront des lieux d'exploration agricole ou industrielle en grande échelle, comme par exemple on prévoit pour l'Amazonie, où s'est installée la Compagnie Ford Industrielle du Brésil.

El ingeniero Moacir Silva, Consultor Técnico del Consejo Nacional de Geografía, continúa, en este número, la publicación de su "Geografía de los Transportes en el Brasil".

Inicialmente asegura que el desbravamiento de los bosques brasileños fué hecho por los nacionales, principalmente los paulistas. Los portugueses apenas descubrieron la costa del Brasil. Este desbravamiento es llamado, por el Autor, *interiorización*, título del presente Capítulo.

Hablando de esa devastación del "hinterland" resalta la brillante epopeya de las "bandeiras" y "entradas". Los naturales del País, por medio de esas "bandeiras" se embriaron en las selvas, arrojando peligros de toda especie. Avanzando contra la *mata-virgen* construyeron la gran Nación brasileña y dilataron los límites de su Patria, a costo de inauditos sacrificios. La principal vía de penetración fué la vía fluvial ó sean, los grandes ríos. Las marchas por tierra, por los caminos abiertos por los indios, eran hechas a pie, pues el caballo era casi inexistente en la organización de las "bandeiras".

Cita varios autores, nombres ilustres, que tienen descrito el admirable movimiento de expansión geográfica llamado "bandeiras". Estas se pueden clasificar cuanto al tiempo y cuanto al objeto.

El tiempo va de los años de 1.500 a 1.700, durante los cuales fué preparado el escenario, se expandió y terminó el período épico del desbravamiento. Dos eran los objetos: la caza al indio y la busca a los metales, siendo el último el más importante.

Notables fueron, igualmente, las "bandeiras" religiosas de los jesuitas, destinadas a la catequesis del salvaje.

Finalizando, dice que las ciudades, vilas y poblaciones existentes en la costa nacieron en los puntos de "puerto-seguro" (bahías, ensenadas, etc.) al paso que las aglomeraciones humanas del interior del País provinieron de los *posos* o grandes *parais* de las "bandeiras", en su movimiento de penetración. "Violador do sertão, plantador de cidades" fueron llamados los "sertanistas" o pioneros de aquel período. Pregunta el Autor, como surgirán las futuras ciudades. Surgirán de la confluencia de estradas? de los puntos de buena agua ó de buen clima?

Juzga que, con más probabilidades, las ciudades del porvenir surgirán de los lugares de explotación agrícola ó industrial en gran escala, como es ejemplo, en la Amazonia, la Compañía Ford Industrial del Brasil.

L'ingegnere Moacir Silva, Consulente Tecnico del Consiglio Nazionale di Geografia, continua, in questo numero, la pubblicazione della sua "Geografia dei trasporti in Brasile". Da principio afferma che il dissodamento dei "sertões" brasiliani fu effettuato da elementi nazionali, principalmente dello Stato di San Paolo. I portoghesi scorsero soltanto la costa del Brasile. Questo dissodamento è chiamato dall'autore "Internamento", titolo del presente capitolo.

Trattando di questa penetrazione nello "hinterland", ricorda la brillante epopea delle "bandeiras" e "entradas". I nativi del paese, per mezzo di queste "bandeiras", penetrarono nelle foreste, affrontando pericoli di ogni sorta. Attaccando la foresta vergine, edificarono la grande nazione brasiliana e allargarono i confini della patria, a costo di inauditi sacrifici. La principale via di penetrazione fu quella fluviale (dei grandi fiumi); le marce per terra, attraverso i sentieri aperti dagli Indii, si facevano a piedi, poiché il cavallo quasi mancava nelle "bandeiras".

Cita vari illustri autori che hanno descritto l'irresistibile movimento di espansione geografica, denominato "bandeiras". Queste possono essere classificate secondo l'epoca e secondo gli scopi.

L'epoca va dal 1550 al 1750; durante questi anni fu preparato lo scenario, si sviluppò ed ebbe termine il periodo épico del dissodamento. Due erano gli obiettivi: la caccia agli Indii e la ricerca di metalli preziosi; quest'ultimo era il più importante.

Furono anche notevoli le "bandeiras" religiose dei gesuiti, destinate a convertire gli indigeni.

Concludendo, nota che le città, i villaggi e i borghi esistenti lungo il litorale sorsero nei punti di approdo (bale, golfi, ecc.), mentre gli agglomerati umani dell'interno del paese provennero dalle tanne o grandi soste delle "bandeiras" nel loro movimento di penetrazione. "Violatore del sertão, fondatore di città", furono chiamati i "sertanistas" o pionieri di quel periodo. L'autore si domanda come sorgeranno le future città. Nasceranno negli incroci di strade? nei luoghi ove si trovi acqua buona o clima favorevole?

Egli pensa che probabilmente le città del futuro sorgeranno in luoghi di vasto sfruttamento agricolo o industriale, come per esempio quello della Compagnia Ford Industriale del Brasile nell'Amazonia.

Engineer Moacir Silva, Technic Adviser of the National Geographic Council, follows in the present number, the publication of his "Geography of Transport in Brazil".

The author begins this chapter, assuring that the colonization of the Brazilian "sertões" (interior), was realized by people belonging to the country, mainly by the paulistas. The Portuguese discovered only the littoral of Brazil. This colonization is called by the author "interiorization", and it is how he entitles this chapter.

Studying the devastation of the *hinterland*, he ressums the brilliant epoees of the "bandeiras" or "entradas" (expeditions towards the interior of the country). The natural of the country, by means of these "bandeiras", engaged themselves into the thickest of the forests, facing all sort of dangers. Attacking the virgin forest, they erected the great Brazilian nation and enlarged the boundaries of their country, in expense of big sacrifices. The principal way of communication was the fluvial, that is to say, large rivers. The journeys through the roads cleared by natives, were done on foot, for the horse was nearly inexistant in the organization of the "bandeiras".

The writer recalls several authors, eminent names, who have described the splendid movement of *geographical expansion* designed by the name of "bandeiras". These one may be classed regarding the period or their purpose.

The period of the "bandeiras" includes the years 1500 to 1700, during which the scene was prepared, opened and ended the epic period of penetration. The purpose were two: hunting the natives or searching metals, the second one being the most important of both.

Remarkable were also the Jesuit's religious "bandeiras", with the purpose of catechising the natives.

Ending his study, the writer declares that the cities, villages and boroughs which exist in the littoral zone, rised from the places considered as "sure harbour" (bales, gulfs etc.), at the same time that human agglomerations of the interior of the country, derived from the "posos" (resting place) of the "bandeiras" in their penetration movement. The "sertanistas"

or pioneers of this period were called *ravisher of the "sertão"* or then *cities planter*. Following, the author enquires, from which points will rise the cities of the future. Shall they derive from the roads confluence? or shall they come from the spots of excellent water and climate?

The author thinks that probably, the cities of the future will rise from the points where agricultural or industrial exploration are carried on, as for instance in Amazon region, where the Ford Industrial Company of Brazil is installed.

Moacir Silva, Ingenieur und technischer Beirat beim Conselho Nacional de Geografia gibt in der vorliegenden Nummer die Fortsetzung seiner "Verkehrsgeographie von Brasilien".

Eingangs weist er nach, dass die Erschliessung des Inneren von Brasilien eine nationale Tat, vor allem der Paulistaner (Einwohner des Staates São Paulo) gewesen ist. Die Portugiesen hätten nur das brasilianische Küstengebiet entdeckt. Verf. bezeichnet diese Erschliessung als "Interiorisation" (Eroberung des Innern), und gibt dem vorliegenden Kapitel diese Ueberschrift.

Bei der Schilderung der Versuche, das Innere zu erobern, preist Verf. die heldischen Taten der "Bandeiras" und "Entradas" (Pioniere in Urwald und Steppe). Die wahren Landeskinder bahnten sich mit Hilfe dieser "Bandeiras" einen Weg ins Dickicht und bestanden dabei vielerlei Gefahren. Unter unerhörten Opfern, im ständigen Vormarsch gegen den Urwald halfen sie, die grosse brasilianische Nation aufzubauen und weiteten die Grenzen ihres Vaterlandes. Als Hauptzugangsstrasse diente der Flussweg, d. h. die grossen Ströme. Auf dem Landweg musste man zu Fuss auf Pfaden der Eingeborenen vordringen; denn es gab nahezu kein Pferd in den Gruppen der "Bandeiras".

Verf. führt verschiedene Autoren, illustre Namen, an, die die machtvolle, mit dem Namen "Bandeiras" bezeichnete Bewegung trefflich geschildert haben.

Sie umfasst die Zeit zwischen 1500 und 1700; in diesen Jahren wurde der eigentliche Schauplatz bereitet; in ihr breitet sich aus und endet die heldische Zeit der Erschliessung. Ihr Ziel war ein doppeltes: einmal die Jagd auf die Eingeborenen und dann die Suche nach Erzen; und diese war das Wichtigste.

Auch die religiösen "Bandeiras" der Jesuiten zur Bekehrung der Heiden verdienten Erwähnung.

An der Küste, heisst es zum Schluss, seien die Ansiedlungen, Ortschaften und Städte an den Stellen natürlicher Häfen (Buchten, Reeden usw.) entstanden, während im Innern des Landes die menschlichen Niederlassungen ihren Ursprung von den Lagern und grossen Haltepunkten der "Bandeiras" auf ihren Kolonisationszügen genommen hätten. "Bezwinger der Wildnis" und "Städtegründer" hätte man die Urwaldleute oder die Pioniere der damaligen Zeit genannt. Und wie werden künftig Städte entstehen? fragt sich der Verf. Werden Strassenverbindungen oder Orte mit gutem Wasser oder gutem Klima den Ausschlag geben?

Verf. kommt zum Schluss, dass künftige Städte an den Stellen entstehen dürften, an denen es um landwirtschaftliche oder industrielle Kultur grossen Ausmasses geht, wie es das Beispiel des Amazonasgebiets in der brasilianischen Ford-Gesellschaft dartut.

Ingeniero Moacir Silva, Teknika Konsilisto de la Nacia Konsilantaro de Geografio, daŭrigas, en tiu ĉi numero, la publikigon de sia verko pri "Geografio de la Transportoj en Brazilo".

Komence li asertas, ke la traesplorado de la braziliaj "sertões" (interlandoj) estis faritaj de la enlanduloj, precipe de la loĝantoj en Stato São Paulo. La portugaloj nur eltrovis la Brazilan marbordon. Tiu ĉi eltrovo estas nomata de la aŭtoro *landinternigo*, titolo de la nuna ĉapitro.

Parolante pri tiu invado de la "interlando" li reliefigas la brilajn epopeon de la "bandeiras" kaj "entradas". La enlanduloj, per tiuj ĉi "bandeiras" enprofundiĝis en la arbarojn, sin riskante al ĉiuspecaj danĝeroj. Atakante la *praarbarojn* ili konstruis la grandan brazilan Nacion kaj plivastigis la limojn de sia Patrujo, koste de eksterordinaraj oferoj. La ĉefa penetradvojo estis la rivera vojo, tio estas, la grandaj riveroj. La surteraj marŝadoj, tra la vojoj malfermitaj de la indiĝenoj, estis farataj piede, ĉar la ĉevalo estis preskaŭ neekzistanta ĉe la organizado de la "bandeiras".

Li citas diversajn aŭtorojn, famkonatajn, kiuj priskribadis pri la nerezisteble ekkaptan *movon de geografia ekspansio* nomatan "bandeiras". Tiuj ĉi povas esti klasigitaj rilate al la tempo kaj al ilia celo.

La tempo iras de la jaroj 1.500 ĝis 1.700, dum kiuj estis preparita la scenejo, disvastiĝis kaj finiĝis la epopea periodo de la traesplorado. Du estis ilia celo: — la ĉasado al la indiĝenoj kaj la serĉado de metaloj, kiu estis la plej grava.

Notindaj estis same la religiaj "bandeiras" de la jezuitoj, destinitaj al la kateĥizado de la indiĝeno.

Finante sian artikolon li diras, ke la urboj, urbetoj kaj vilaĝetoj ekzistantaj ĉe la marbordo naskiĝis en la punktoj de "porto-seguro" (sekura haveno) (golfejoj, rodoj, k. c.), dum la homamasoj en la internlando devenis de la *posos* (restadejoj) aŭ de grandaj "paradas" (haltejoj) de la "bandeiras", en ties penetradmovo. "Violador do sertão, plantador de cidades" (enlanda invadinto, urbplantinto) estis nomataj la "sertanistas" aŭ pioniroj de tiu periodo. La aŭtoro demandas kiel estiĝos la estontaj urboj. Ĉu ili estiĝos el la kunfluiĝo de la vojoj? Ĉu el la punktoj kun bona akvo aŭ bona klimato?

Li opinias, ke pli probable la estontaj urboj estiĝos el la lokoj de grandskale terkultura aŭ industria esploradoj, kiel pruvas, en Amazonio, la "Companhia Ford Industrial do Brasil".

O PROBLEMA DA COLONIZAÇÃO PERMANENTE NO SUL DO BRASIL

Por Preston E. James

Da Universidade de Michigan Ann Arbor,
Michigan — E. U. A.

Publicamos, em seguida, os tópicos principais de uma conferência feita pelo professor de Geografia da Universidade de Michigan, Dr. Preston E. James.

E' um conhecedor de nossa terra, tendo-a visitado, longamente, conscienciosamente e com muita simpatia, em 1930 e em 1938.

São palavras que foram dirigidas pelo sagaz observador aos membros da "Associação dos Geógrafos Brasileiros". Elas não foram ditas para nos lisonjear, mas o grande interêsse e amor ao nosso país, que elas traduzem em cada parágrafo, não impediram o autor de observar meticulosamente. No interior do Brasil, êle teve ocasião de manter interessantes e sugestivas conversas com elementos estrangeiros mal assimilados. Em algumas questões de detalhes, certas ponderações podem ser feitas a respeito do que diz Preston James, mas, no seu conjunto, o quadro que apresenta é de profunda realidade.

Fazemos questão de não privar os nossos leitores dêste interessante estudo, porque nele não achamos, como em muitos outros escritos estrangeiros, a recorrência de um "leit-motiv" incondicionalmente elogioso a todo propósito. No trabalho de tradução tomámos a liberdade de alterar um certo número de expressões do autor, esperando não ter assim adulterado profundamente o seu pensamento. A "lição dos Estados Unidos", que conclue o estudo e a sugestão final, são da mais elevada significação e oportunidade.

D. de C.

O contraste entre a cidade e o interior é um característico muito significativo do Brasil moderno. Uma compreensão total da magnífica cidade do Rio de Janeiro ou da trepidante São Paulo só é possível quando êsses grandes centros urbanos são apreciados em contraste com o interior rural. E êsse interior, sejam quais forem as suas possibilidades futuras, apresenta hoje um comovente espetáculo; durante quatro séculos o solo brasileiro, longe de ser devidamente aproveitado, foi submetido à forma tradicional de exploração destrutiva para ganho temporário. Uma população relativamente pequena utilizou, devastou e abandonou uma grande porção de território; e no entanto, apenas em alguns lugares esparsos, foi o país colonizado de uma forma que o geógrafo pudesse chamar permanente.

Ainda mais, nos distritos rurais a atual população é insuficiente, quer para utilizar efetivamente qualquer porção importante do território nacional, quer para constituir uma base biológica adequada à produção de uma população suficiente num futuro próximo.

Êste contraste entre a cidade e o interior é mais do que físico: é também um contraste de idéias e modos de existência. Por exemplo, a idéia de um estabelecimento industrial em grande escala, procurando

suas matérias primas e vendendo seus produtos muito além do território imediatamente vizinho, não tem cabimento na mesma região com a indústria em pequena escala, servindo apenas à população de uma pequena comunidade. Na Europa essas duas idéias pertencem a diferentes períodos históricos. Entretanto, coexistem hoje no próprio Estado de São Paulo.

O mundo moderno está cheio de idéias novas, novos modos de existência e novas fórmulas para a solução de nossos problemas. E essas idéias teem uma geografia, como teem uma história. As idéias se originam habitualmente nos centros de população e se espalham dêsses centros para os lugares mais remotos. As idéias do ano passado podem ser encontradas hoje determinando as atividades de pessoas a diferentes distâncias de suas origens; a rapidez, porém, com que as novas idéias se produzem e se espalham torna-se cada vez maior. Por êste motivo, constatámos em lugares distantes o estranho fenômeno do conflito das mais recentes fórmulas com os modos de existência de uma época mais atrasada, expandindo-se geograficamente num ritmo mais lento.

E' esta hoje, em poucas palavras, a dificuldade essencial aquí no Brasil. As idéias mais recentes alcançaram estas plagas antes que os degraus intermediários conduzindo a formação dessas idéias na Europa e na América do Norte, se pudessem desenvolver aquí. A idéia de uma existência urbana e industrial surgiu na Europa e na parte oriental da América do Norte somente depois da base rural e agrícola se ter desenvolvido convenientemente. Neste momento, as idéias políticas que se concentram numa Europa densamente povoada, saturada de problemas econômicos e ódios internacionais, parecem estranhamente deslocadas num país notoriamente rico em recursos inexplorados e tradicionalmente livre de preconceitos de raça. A limitação da imigração no país em que todo projeto de desenvolvimento encontra as palavras fatais: "faltam braços", pareceria um absurdo, uma idéia surgida em outro país para resolver um problema que aquí não existe. Será, porém, um absurdo? Vamos considerar mais de perto o problema da colonização no Brasil.

O sistema da fazenda Não é necessário estender-me aquí sôbre esta forma tradicional da colonização rural no Brasil — a fazenda. Mas desde que ela constitue o sistema fundamental com o qual os recentes modos de viver teem estado em concorrência, devemos mencionar dois característicos essenciais dêste sistema.

Em primeiro lugar, êle nunca ofereceu uma vida muito atrativa ao imigrante estrangeiro. Antes de 1888, a situação do trabalho livre era incerta; imediatamente após 1888, porém, veio o primeiro dos grandes períodos de imigração, durante o qual uma grande percentagem de italianos veio para o Brasil e principalmente para São Paulo. Mas êsses novos colonos, com algumas exceções óbvias, não encontraram

no Brasil um caminho rápido para a fortuna. O padrão de vida era modesto e o sistema da fazenda não oferecia ao imigrante o incentivo que era oferecido pelo sistema do "homestead" em outros países novos.

O segundo aspecto da fazenda foi a natureza temporária da utilização da terra. A fazenda, pelo menos neste século, é, com poucas exceções, em primeiro lugar um instrumento de exploração da terra para o máximo lucro imediato, com pequena atenção à qualidade da produção ou à conservação dos recursos da terra, tais como o solo, a água e a mata. A diminuição do lucro não dá como resultado a utilização mais intensiva das melhores terras, tal como descrita nos livros clássicos de economia agrícola na Europa e na América, e sim o abandono das velhas plantações, a mudança para novas áreas e mesmo para novos produtos. O apêgo da população ao solo não foi bastante forte ao ponto de impedir uma mudança para novas áreas.

Indústrias urbanas Era este o aspecto do interior agrícola em contraposição ao qual as indústrias urbanas começaram seu desenvolvimento. A idéia de uma indústria em grande escala e da vida em cidades, é uma invenção européia. Por vida de cidade, eu não me refiro a viver em pequenas cidades com seus arredores rurais mais próximos: refiro-me à vida nas grandes cidades, essencialmente separadas das cousas rurais. As máquinas tornaram tudo isto possível. A máquina a vapor e, agora, os inúmeros artifícios empregados para o controle da força inanimada, não só conduziram ao grande estabelecimento industrial, como também forneceram os meios de transporte barato pelos quais as máquinas foram alimentadas de matérias primas e os produtos foram enviados a mercados distantes. O aumento espetacular da população e a concentração sem precedentes das populações nas cidades são um resultado direto deste novo modo de vida. A organização industrial essencialmente urbana é a antítese completa do regionalismo econômico no qual cada unidade política procura se tornar tão independente quanto possível de todas as outras regiões, ao passo que a moderna cidade industrial depende intimamente, na vida econômica, das diferentes partes do mundo.

O conflito desta nova idéia com os antigos modos de existência tem prosseguido, durante cerca de século e meio.

Originando-se pelas margens do Mar do Norte na Europa Ocidental, mais ou menos no começo do século XIX, a transformação das propriedades rurais com pequenas cidades, de importância local apenas, em grandes cidades industriais, se veiu procesando em círculos cada vez mais ampliados. Nos Estados Unidos a história dessa transformação é dolorosa. As regiões do meu país em que estes dois sistemas tiveram seu principal surto eram geograficamente separadas: o Norte e o Sul.

Este fato levou à separação política e, por fim, à Guerra Civil cujas cicatrizes só agora começam a desaparecer com o desenvolvimento rá-

pido da idéia da indústria urbana no Sul. No Brasil, a situação é diferente. Não existe aqui uma separação geográfica entre cidades industriais e plantações rurais, que pudesse ter produzido uma guerra civil, baseada em motivos verdadeiramente fundamentais, pois tanto as fazendas como as indústrias têm seu surto principal na mesma região e os proprietários rurais estão se tornando, em grande número, proprietários industriais.

Contudo, o conflito entre êsses dois modos de existência não se dá sem perturbações fundamentais. Um dos resultados sérios é a rápida migração da população do campo para a cidade, não só em quantidade como em qualidade. Em cada geração, os rapazes e as moças mais enérgicos procuram a vida urbana. O resultado é que o interior agrícola, já fraco no início, torna-se cada vez mais fraco com o desenvolvimento das grandes cidades. O contraste entre a cidade e o campo torna-se cada vez maior.

A falta de um "hinterland" econômico rural revela-se geograficamente pela relação entre as ferrovias e a densidade da população.

Uma cidade de 100.000 habitantes na Europa Ocidental ou na parte leste dos Estados Unidos estaria ligada à rede de transportes do país não só por meio de boas estradas, para bom ou mau tempo, como também por muitas vias férreas convergentes. Sem ferrovias, nossas cidades não poderiam existir. O abastecimento da cidade de Detroit, por exemplo, cessaria dentro de 48 horas se as ferrovias deixassem de funcionar. Mas observem as ligações de estradas em São Paulo, com sua população de mais de um milhão. É desnecessário estender-me aqui sobre o fato curioso que as ligações ferroviárias e rodoviárias existentes em São Paulo seriam inadequadas a uma cidade cinco vezes menor na Europa e na América do Norte.

Observem também os maiores entroncamentos ferroviários nesta parte do Brasil. Em vista da experiência na Europa e na América, esperar-se-ia encontrar muitos centros industriais e comerciais brotando onde importantes ferrovias se cruzam. Um mapa ferroviário do Brasil mostra claramente que em muitos dos mais importantes entroncamentos ou não há desenvolvimento urbano algum, ou há uma cidade de pequena importância, dependente de serviços ferroviários.

Observem, por exemplo, o cruzamento da linha tronco da *Sorocabana* e a extensa ligação ferroviária com os Estados do Sul, que é em lugar distante à oeste da cidade de Sorocaba. Observem a junção entre a linha tronco da *Paulista* e o ramal de Baurú que faz a ligação com todo o Noroeste. Pensem ainda em Barra do Piraí, talvez o maior entroncamento ferroviário desta parte do Brasil, ocupado por uma cidade de relativamente pequena importância. Observem, também, as muitas cidades importantes situadas em ramais. O sentido de tudo isso é claro: as ferrovias representam um papel muito pouco importante na ligação das cidades com o interior rural. O desenvolvimento extraordinariamente rápido das grandes cidades brasileiras carece ainda de raízes.

A MIGRAÇÃO E A COLONIZAÇÃO RURAL

Mesmo no Estado do Brasil que é o mais adiantado economicamente, São Paulo, a população rural ainda está fracamente apegada à terra; enquanto esta situação durar não pode haver valores econômicos seguros, mesmo nas cidades. O deslocamento do limite do café, do Vale do *Paraíba*, primeiro para Campinas, depois para o norte e para oeste, e mais recentemente para sudoeste, é uma história bastante conhecida. O deslocamento do limite foi sempre acompanhado do abandono das velhas zonas cafeeiras. Nos últimos anos anteriores a 1930 a migração na direção do oeste tem sido efetuada, como Monbeig mostrou, por pequenos proprietários rurais. Os aspectos essenciais do quadro permaneceram, porém, os mesmos. A febril atividade de desbravamento na "frente pioneira" paulista hoje, é exercida por uma pequena parte de elementos novos.

Em 1936, apenas 20 % dos que entraram no Estado de São Paulo eram imigrantes estrangeiros. A grande maioria dos que tomaram parte na colonização da "frente pioneira" tinha vindo das velhas zonas cafeeiras que sofriam devido a uma séria redução de trabalho ou tinha vindo da Baía ou de Minas também em consequência da redução de trabalho naqueles Estados. Em 1936, o café já não era a cultura ideal — êle fôra substituído pelo algodão; mas agora já não é mais o algodão — as laranjas são a última palavra. Em parte alguma encontra-se fixidez ou estabilidade; apenas a corrida a novas formas de exploração para lucro imediato.

E agora somos levados a iniciar a "marcha para oeste". Comparando com o que se passou nos Estados Unidos, vemos que lá o movimento em direção ao oeste se deu depois que uma densidade de população muito maior tinha sido alcançada à leste e a concentração dessa população só diminuía em poucos lugares. O movimento foi mantido por uma torrente de imigração. Ainda mais, na América do Norte o movimento encontrou, justamente à oeste dos *Apalaches*, algumas das melhores terras do mundo para a cultura do trigo e do milho, a criação de gado e de porcos.

.....

... O Brasil possui também grandes áreas de boa terra para cultura, apropriada à colonização agrícola permanente. Nenhuma nação de extensão comparável à sua, perde tão pequena porção de seu território devido a elevações íngremes, excesso ou deficiência de umidade. Omitindo a planície do *Amazonas* que, ocupada à maneira do Oriente, poderia sustentar milhões de pessoas empregadas na cultura do arroz, e omitindo o Nordeste que, com o auxílio da irrigação, poderia tornar-se muito produtivo, somente as partes central e meridional do país poderiam absorver tôda a imigração que possa vir para o Brasil no tempo em que aquí estivermos para presenciá-la. O vale do Rio *São Francisco*

apresenta vantagens fisiográficas indubitáveis para a produção do algodão, só faltando gente e meios de acesso. Mas o algodão é uma especulação arriscada no mundo moderno e não deve ser recomendado como base de uma colonização permanente. Mato Grosso, ao sul da linha da *Noroeste* e no Pantanal, ao longo do Rio *Paraguai*, oferece algumas boas terras para o gado, mas o isolamento deste território, aliado à incerteza



Estrada na parte oeste do novo território de colonização da "Cia. de Terras Norte do Paraná", aberta através da mata virgem na terra roxa — terras de 1.ª ordem para os pioneiros

FOTO PRESTON JAMES

das chuvas, sugere que os projetos de colonização agrícola sejam empreendidos com cuidado extremo. O próprio Estado de São Paulo pode ainda absorver um considerável aumento de população, especialmente nas regiões de terra roxa e da formação de Baurú, estendendo-se à oeste em direção ao Paraná, ao longo dos espigões. O Noroeste do Paraná, com êsses dois tipos de solo cobrindo

grandes áreas e ocupando a zona de transição entre as culturas das latitudes médias e as tropicais, oferece provavelmente as melhores terras agrícolas do Brasil.

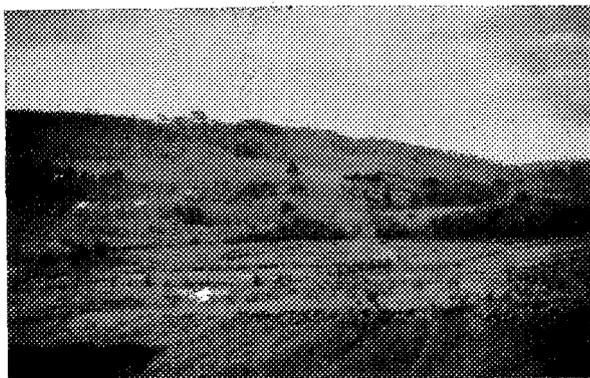
Mas nem tôdas essas terras puderam esperar o advento da colonização permanente. Uma área espantosa já foi destruída pelos desbravadores. Estes homens praticam neste momento a pior forma de exploração destrutiva. Grande quantidade de valiosas madeiras foi cortada e queimada para dar lugar a culturas de milho de subsistência precária. A potassa das cinzas da madeira teve como efeito matar as bactérias do solo de modo que, em pouco tempo, se perdeu a



Derrubadas no oeste do Paraná

FOTO PRESTON JAMES

riqueza potencial acumulada pela natureza durante séculos. A produção diminui depois do primeiro ano e o desbravador acha mais fácil mudar-se para novas derrubadas, abandonando as velhas ao junco nativo, conhecido por *taquaral*. As casas são sem confôrto, construídas facilmente com o material à mão e também abandonadas com facilidade. Os campos apenas mostram relações caóticas para com o solo,



Fazenda de colonizadores europeus, perto de Guarapuava, no oeste do Paraná

FOTO PRESTON JAMES

contudo, também, seus aspectos brilhantes. Há muitas fazendas em São Paulo que são modelos de bom método agrícola. Em muitas partes do Estado, o uso dos alinhamentos horizontais nas encostas dos morros começa a substituir o uso tradicional dos alinhamentos verticais. Uma das mais importantes escolas agrícolas do Brasil, o *Instituto Agrônomo de Campinas*, está fazendo serviço de desbravamento de importância internacional no estudo dos solos tropicais.



Colonização alemã perto de Rolândia

FOTO PRESTON JAMES

E há, também, as colônias européias e japonesas.

Um geógrafo que chega de chofre a uma dessas colônias experi-



Colonização alemã perto de Rolândia, Paraná. Observe as matas no "espigão"

FOTO PRESTON JAMES

pois as derrubadas são encontradas no fundo dos vales, nas encostas dos morros ou no alto dos espigões sem nenhuma idéia de uso racional ou permanente. Uma população relativamente escassa conseguiu destruir assim uma grande área do sertão no Noroeste do Paraná.

O quadro da colonização rural no Brasil tem

ção rural no Brasil tem

isoladas propriedades podem ser alcançadas de automóvel, pelo menos com tempo sêco; e não muito longe, ao longo da ferrovia, há cidades providas de armazéns, cinemas, hotéis e escolas. Quer sejam as velhas colônias, tais como Caxias, no Rio Grande do Sul, ou Blumenau, em Santa Catarina, ou as novas colônias como Terras Novas ou Londrina, no Paraná, tem-se a impressão de que essa gente construiu casas e não acampamentos.

Várias nacionalidades estão representadas nessas colônias. Italianos, polacos e japoneses são os que mais facilmente se encontram. Elas nos lembram colônias semelhantes de estrangeiros nos Estados Unidos que, ficando isoladas, permaneceram distintamente diferentes do resto do país e formam agora pequenas ilhas de feitiço especial.

Restrição à imigração Agora uma nova idéia se impõe ao Brasil — a idéia da restrição à imigração. Este plano foi projetado nos Estados Unidos com dois objetivos: primeiro, proteger o trabalho norte-americano, com seu padrão de vida relativamente alto, contra a competição do trabalho estrangeiro barato, especialmente num período em que de três a dez milhões estavam regularmente desempregados devido a mudanças de técnica; em segundo lugar, proteger a composição da população contra uma diluição demasiada por elementos que, pensava-se, não podiam ser absorvidos por aquela notável mistura de povos diversos conhecidos como norte-americanos. Enquanto que a imigração foi proposta muitos anos antes, a restrição só foi adotada depois de se terem ocupado tôdas as terras de primeira qualidade dos Estados Unidos. A “frente pioneira”, no verdadeiro sentido da palavra, existe hoje apenas em alguns lugares isolados ou nos *studios* de Hollywood.

Esta idéia da restrição à imigração vem ao Brasil muito antes de se ter atingido uma fase similar da colonização. Não há certamente necessidade de proteger o trabalho no Brasil contra uma competição com o trabalho barato dos imigrantes.

O propósito das atuais restrições é, supomos, proteger o Brasil contra a vinda de estrangeiros tão numerosos que permaneçam inassimilados. A nova lei é bastante detalhada. Cada colônia deve ser composta de, pelo menos, 30 % de pessoas nascidas no Brasil, e não deve exceder 25 % de pessoas de qualquer país estrangeiro. As escolas devem ser dirigidas por brasileiros e a instrução dada em português. A tendência atual da maioria dos imigrantes a se fixar nas grandes cidades é reprimida pelo dispositivo de que 80 % de cada quota devem ficar nos distritos rurais durante quatro anos pelo menos.

Já que um grande número de colônias européias e japonesas se compõe inteiramente de uma nacionalidade, a aplicação desses dispositivos a colônias já existentes exigiria um movimento de população em grande escala. Outras partes da lei, contudo, já foram aplicadas...

... O ponto de vista brasileiro é compreensível. Essas colônias de estrangeiros, insistem êles, permaneceram grandemente separadas do resto do Brasil. Muitos temem que novas idéias políticas, formuladas em outros continentes, tenham pronta aceitação nesses grupos inassimilados e que o resultado venha pôr em perigo a estabilidade política do país. Que êles não se assimilaram e que, no nosso mundo nacionalista de hoje, são talvez inassimiláveis, é inegável. A dificuldade é com as idéias, não com o povo; as colônias mais antigas, estabelecidas antes da presente era de intenso nacionalismo, foram sendo absorvidas pouco a pouco na formação de vida brasileira. Mas o espírito dos novos colonos é diferente. Similarmente, estão os japoneses estritamente preocupados com o duro labor de fazer surgir lares das selvas. Quanto às idéias políticas estrangeiras, essas encontram seus principais adeptos e promotores entre a gente citadina — os colonos rurais estão demasiado preocupados com outros assuntos.

De qualquer modo, a imigração estrangeira acha-se num impasse.

O problema da colonização Eis como o Brasil se vê a braços com um problema da maior importância. O processo de transformar a riqueza potencial do interior brasileiro em valores econômicos exigiria o esforço de muitos homens. Se a população permanecer relativamente pequena e se continuarem os métodos tradicionais de exploração agrícola, o patrimônio nacional irá pouco a pouco se desgastando. Essa ruína se dará, em grande parte, em porções tão insignificantes que a consciência nacional não será despertada. Seria necessário para mudar do sistema tradicional para um sistema de colonização permanente, uma imigração igual à que teve lugar nos Estados Unidos entre 1870 e 1890.

A população atual do Brasil é insuficiente para fornecer esta mão de obra. Excetuando-se pequenas porções das antigas colônias européias dos Estados meridionais, cada avanço da “frente pioneira” brasileira foi acompanhado dum decréscimo de população nas zonas mais antigas. Essa “frente” em outras palavras, está vazia — é apenas uma onda de exploração e não o limite de uma zona de colonização que avançou vitoriosamente para o sertão. Na verdade o sertão tanto fica à frente como atrás. Se com a “marcha para oeste” se quer significar mais do que o deslocamento de um grupo de pessoas de uma velha zona de exploração para uma nova, ela deveria ser alimentada por uma imigração em muito maior escala — uma imigração estrangeira como o Brasil ainda não viu.

No mundo atual não é fácil sugerir as fontes possíveis de uma corrente imigratória tão vasta, mesmo que não houvesse restrições. Em primeiro lugar é pequeno o número de europeus dispostos a aceitar a vida de fazenda. Quasi tôda gente hoje deseja morar na cidade. Esta é uma das novas idéias que invadiram o Brasil com demasiada rapidez.

Somente quando a vida rural puder gozar de todos os benefícios dos serviços públicos, desconhecidos no tempo dos pioneiros norte-americanos, se encontrará um grupo numeroso de homens dispostos a ir voluntariamente para as "frentes pioneiras". Do contrário, o único incentivo será o desejo de fazer fortuna rápida e um breve regresso à cidade. Existem, no entanto, algumas pessoas com o espírito de aventura e amor à terra, que constituem justamente os elementos imprescindíveis à vida de explorador. Afora os japoneses, que são, em grande parte, agricultores, as principais fontes possíveis de imigrantes para as zonas rurais são os alemães, os polacos, os lituanos e outros povos da Europa Oriental.

Outro fator importante na dificuldade atual de encontrar imigrantes é o surto do espírito de nacionalismo econômico de após-guerra. Apesar da pobreza e até mesmo da fome, o fogo de patriotismo inflama tão intensamente entre alguns povos, que o servir ao Estado sobrepõe-se às aspirações de liberdade individual. Os italianos, pelo menos presentemente, envidarão todos os seus esforços na colonização da Etiópia. É difícil asseverar que os colonizadores alemães estejam dispostos a adotar outra bandeira pelo resto da vida.

Presentemente, portanto, as severas restrições impostas pela nova legislação não são de maneira alguma, absurdas... Como medida temporária destinada a retardar a colonização durante um período de insânia mundial, o qual esperamos que não dure indefinidamente, as restrições à imigração podem ter real valor. Mas não se pode considerar essa política como sendo de algum modo construtiva nem definitiva...

**Uma lição vinda
dos Estados Unidos**

Durante este período em que a colonização deve ser efetuada paulatinamente, se o for de algum modo, os geógrafos brasileiros tem sobre si a responsabilidade de uma missão de grande importância. Esta Sociedade (*Associação dos Geógrafos Brasileiros*) não poderia dedicar-se a uma tarefa mais importante do que prestigiar e dirigir uma pesquisa sistemática sobre as realidades econômicas do Brasil.

Oxalá que as minhas palavras vos possam transmitir a importante lição que tivemos através uma experiência amarga na América do Norte e que dependa de vós agora utilizá-la para evitar o desastre da colonização rural não dirigida. Com poucas exceções conspícuas, as nossas terras nos Estados Unidos foram ocupadas sem plano ou conhecimento adequado do progresso, e, agora que os nossos levantamentos começam a suprir esta lacuna, é tarde demais para evitar as perdas econômicas e sociais produzidas pelo fracasso.

Deixem-me expor, muito rapidamente, nossa experiência no Estado de Michigan. A maior zona deste Estado se estende para o norte como uma enorme península entre os lagos *Michigan* e *Huron*. Os dois

terços ao norte desta península estavam originalmente cobertos de vastas reservas de pinheiros. O solo, contudo, é na sua maior parte de origem glacial — areias e cascalho com pouca fertilidade natural. Ainda mais, a duração da estação do crescimento entre as últimas geadas da primavera e as primeiras geadas do inverno é de menos de 150 dias, tornando arriscado o cultivo do milho.

A fronteira agrícola, depois de atravessar os *Apalaches*, deslocou-se para oeste, através de uma região que era talvez uma das melhores do mundo para a produção do milho — a *Corn Belt*. Depois de 1900, a fronteira continuou adiantando para oeste pelos campos semi-áridos de Kansas e Nebraska, e para o Norte por Michigan, Wisconsin e Minnesota. O longo período dos caçadores de peles foi finalmente interrompido pela chegada dos desbravadores de matas que derrubaram as magníficas florestas até a última árvore. Mas, logo após os desbravadores de matas, vieram os colonos agrícolas. Eles construíram estradas, cidades e casas de fazenda; araram a terra e plantaram. E o resultado foi o desastre. Ante a dificuldade da curta duração da estação do crescimento e da pobreza do solo, foram forçados pouco a pouco a mudar-se para qualquer outro lugar ou ficar na miséria. Lá por 1920, o Estado viu-se proprietário de grandes áreas tornadas devolutas por não pagamento de taxas. A população desta região do Estado era insuficiente para manter as despesas do governo, incluindo a manutenção das estradas, serviço postal e escolas. Que política se poderia adotar na tentativa de fazer com que aquele solo voltasse a ter uma utilização produtiva?

Os geógrafos da *Universidade de Michigan* foram aproveitados na organização e direção de um levantamento que, desde então, mereceu grande atenção pública através de todos os Estados Unidos e tem servido de modelo para outros levantamentos similares — o *Michigan Land Economic Survey*. Para este problema, prepararam-se mapas detalhados — na escala de cerca de 1:10.000 — com os seguintes acidentes para análise: grau de declive; solo; tipo de revestimento florístico; forma de utilização naquele momento, se existente; distribuição da população; e vários tipos de dados econômicos.

Baseando-se nesses mapas podiam-se separar certas áreas para culturas adequadas, outras áreas para estações de veraneio, outras para reservas de caça e ainda outras para o reflorestamento.

Porque, perguntarão, dirigiriam os geógrafos trabalhos desta natureza? Porque não deixar os do serviço florestal planejar o reflorestamento, os técnicos agrícolas a melhor utilização do solo, e os técnicos de caça e pesca a preservação dos animais? A resposta foi bem dada por este levantamento em que se utilizaram amplamente dos serviços desses técnicos. Em geral, os técnicos florestais pensam apenas em obter mais árvores, os técnicos agrícolas mais colheitas. Somente o geógrafo, aplicando a técnica do levantamento detalhado de campo, poderia ver a

região em conjunto e em suas relações com as outras regiões. Os estudos acadêmicos dos professores encontraram ali aplicação prática na solução de um problema social e econômico premente.

O Brasil possui hoje imensas áreas de terras com potencial agrícola. Mas uma "marcha para oeste" geral, encontraria também grandes áreas demasiado úmidas, ou com chuvas muito incertas, ou com doenças tropicais demasiado frequentes para as formas comuns de colonização rural. Mesmo na rica zona do oeste do Paraná a terra, quando considerada em detalhe, não se presta em sua totalidade às culturas. Os altos dos espigões, por exemplo, deviam conservar as matas, ou o resultado será uma erosão séria, quando a terra roxa secar. As regiões de geada não deviam ser plantadas com café. Numa quantidade de detalhes, a colonização devia ser orientada por conhecimento científico, e, neste trabalho, os geógrafos poderiam assumir a direção.

O estabelecimento de um levantamento geográfico no Brasil exige antes de tudo, a construção de mapas topográficos precisos em escala ampla. Esta *Associação* poderia tomar a si a tarefa de estimular os agentes competentes para uma atividade muito maior. O *Serviço Geográfico do Exército*, por exemplo, poderia ser levado a empregar o seu equipamento de aerofotogrametria para o levantamento imediato das áreas que, no consenso geral, são mais próprias para a colonização. E então, afim de ter em dia um corpo competente de operadores de campo, que saibam o que representar cartograficamente e como fazê-lo, os jovens brasileiros, que mostrarem interesse e habilidade nesta espécie de trabalhos, poderiam receber um treino intensivo nos campos técnicos da América do Norte.

Reconheço que isto é propaganda estrangeira. E' esta uma das novas idéias que tiveram origem em outra parte do mundo e que veem ao Brasil antes dele estar preparado para ela. Eu me atrevo, contudo, a esperar que a idéia de um levantamento geográfico, levado a efeito no campo com mapas detalhados, formando a base de uma colonização agrícola, possa criar raízes neste grande país, antes que os penosos desastres de uma colonização não dirigida sejam experimentados, como nós, seus amigos do Norte, os experimentámos.

NOTA — As observações que serviram de base ao presente trabalho, foram realizadas nos meses de abril e agosto de 1938, no território compreendido entre Pirapora ao norte, Corumbá ao oeste e Rio Grande do Sul ao sul. Em parte, esses estudos foram estipendiados pelas "bolsas" do *Social Science Research Council of New York*, e da *Faculty Research Fund of the University of Michigan*.

RESUMÉ — RESUMEN — RIASSUNTO — SUMMARY — ZUSAMMENFASSUNG — RESUMO

L'auteur, éminent professeur de Géographie à l'Université de Michigan (Ann Arbor) E. U. A., présente une contribution pour l'étude du problème de la colonisation permanente au sud du Brésil, basée sur des observations, notées au cours d'un récent voyage.

L'auteur commence par étudier le contraste entre la ville et la campagne ce qui caractérise très significativement le Brésil moderne, contraste qui s'étend jusqu'aux idées et aux manières d'existence.

Il examine la forme traditionnelle de la colonisation rurale — la forme-, avec un système de vie généralement modeste et distinguée par la nature temporaire de l'utilisation des terres, fait étroitement lié à la culture extensive et qui donne origine à des mouvements de population vers les régions de terres vierges, pas encore épuisées.

Examinant ensuite les industries urbaines, il montre comme au Brésil il n'existe point de séparation géographique entre les régions des villes industrielles et celles des plantations rurales, puisque les formes comme les industries ont leur principal essor dans une même région. Il étudie encore les relations entre les chemins de fer et les grands centres urbains, indiquant leurs aspects caractéristiques et conclue, que les chemins de fer jouent un rôle insignifiant dans la liaison des villes avec l'intérieur du Pays.

L'auteur examine ensuite l'actuelle situation de l'immigration et de la colonisation rurale. Il montre que l'activité de la colonisation du "front pionnier" pauliste est exercée principalement par des brésiliens venus des zones pauvres, et à peine en 20%, par des immigrants étrangers. Il compare l'actuel mouvement de la "marche vers l'ouest" avec un mouvement analogue vérifié et siécle passé aux États Unis, et maintenu par un fort courant d'immigration. L'auteur passe en revue les zones brésiliennes propices à la colonisation, indiquant la région du nord-ouest du Paraná comme les meilleures terres agricoles du pays.

Il s'attarde en étudiant les causes de la présente restriction à l'immigration, causes au Brésil bien différentes de celles qui aux États Unis imposèrent des providences semblables.

Ici, l'idée fondamentale est l'assimilation de l'immigrant et le soin d'éviter la formation de kystes ethniques.

L'auteur rehausse la nécessité de résoudre le problème de la colonisation de l'intérieur du pays, c'est à dire, la réalisation de la dite "marche vers l'ouest", qui, sans préjudice pour la région orientale, pourrait être possible par moyen d'une immigration étrangère en grande échelle; mais il reconnaît, d'autre part, les actuelles difficultés pour la politique de colonisation, à cause des obstacles créés par les pays d'émigration, et aux actuelles restrictions à l'entrée d'immigrants, restrictions qui sont d'ailleurs nécessaires "dans une période de folie mondiale".

Terminant son étude, par le chapitre intitulé — "Une leçon venue des États Unis, l'auteur présente des intéressantes suggestions. Il as rapporte à la colonisation du nord de l'État de Michigan, qui fût désastreuse à cause de l'ignorance des vrais conditions du sol et du climat de la région. Il raconte comment les géographes de l'Université de Michigan ont été appelés pour faire un levé général de ces terres, indiquant les surfaces propres aux diverses cultures, à l'élevage, au reboisement, etc., pour que la région puisse alors retourner à une utilité productive.

L'auteur prouve de cette manière que la colonisation devrait être orientée scientifiquement, les géographes prenant sur soi la direction de ce travail. En terminant, il fait un appel aux géographes brésiliens pour qu'il soit entrepris au Brésil une exploration géographique intense, avec des cartes détaillées, qui serviraient de base à une colonisation agricole bien dirigée, évitant des résultats désastreux, comme ceux qui se sont vérifiés en son pays natal, ainsi que prouve l'exemple auquel il vient de se rapporter.

El autor, profesor de Geografía de la Universidad de Michigan (Ann Arbor) E. U. A., presenta una contribución para el estudio del problema de la colonización permanente en el Sur del Brasil, basada en las observaciones a que procedió en reciente viaje.

Inicialmente estudia el contraste entre la ciudad y el campo, característico muy significativo del Brasil moderno, contraste que se estende a las ideas y a los modos de existencia. Examina la forma tradicional de colonización rural — la hacienda — con un padrón de vida generalmente modesto y caracterizada por la naturaleza temporaria de la utilización de la tierra, hecho este estrechamente ligado a la cultura extensiva y que da origen a movimientos de población para regiones de tierras vírgenes, aun no agotadas. Pasando a tratar de las industrias urbanas, muestra como en el Brasil no hay separación geográfica entre regiones de ciudades industriales y de plantaciones rurales, puesto que tanto las haciendas como las industrias tienen su desarrollo principal en una misma región. Estudia también las relaciones entre los ferro carriles y los grandes centros urbanos, muestra sus aspectos característicos y concluye que los caminos de hierro representan un papel poco importante en la ligación de las ciudades con el interior.

El autor pasa a estudiar la situación actual de la inmigración y de la colonización rural. Muestra que la actividad del desbravamiento de la "frente pionera" paulista se ejerce principalmente por brasileros provenientes de zonas pobres y, apenas en 20%, por inmigrantes extranjeros. Compara el actual movimiento de "marcha para el oeste" con el movimiento análogo verificado en los Estados Unidos en el siglo pasado, mantenido por una fuerte corriente de inmigración. Pasa en revista las zonas brasileras propicias a la colonización, apuntando la región de noroeste del Paraná como las mejores tierras agrícolas del país.

El autor se detiene en el estudio de las causas de la actual restricción a la inmigración, causas aquí diferentes de las que, en los Estados Unidos, impusieron providencias semejantes. En el Brasil la idea fundamental es la asimilación del inmigrante y el cuidado de evitar la formación de quistes étnicos. Sallenta, por un lado, la necesidad premente de resolver el problema de la colonización del país, ó sea, la llamada "marcha para el oeste", la cual solo será posible, sin daño para la región oriental, con una inmigración extranjera en gran escala; pero reconoce, por otro lado, los obstáculos actuales para una política de colonización, debido a las dificultades por parte de los países de emigración, como también por causa de las restricciones actuales a la entrada de inmigrantes, restricciones necesarias "durante un período de insania mundial".

Finalizando su trabajo, el autor presenta interesantes sugerencias en el capítulo intituado — "Una lección venida de los Estados Unidos". Refiere a la colonización de la parte norte del Estado de Michigan, la cual resultó en fracaso debido al desconocimiento de las verdaderas condiciones del suelo y del clima de esa región. Cuenta como los geógrafos de la Universidad de Michigan fueron llamados para hacer un levantamiento general de esas tierras, indicando las áreas apropiadas a las diversas culturas, a la pecuaria, al repianto de bosques, etc., de modo que la región volviera a tener una utilización productiva. Muestra, así, que "la colonización debía ser orientada por conocimiento científico, y, en este trabajo, los geógrafos poderían asumir la dirección". Concluyendo, hace un apelo a los geógrafos brasileros para que se haga, en el Brasil, un levantamiento geográfico intensivo, con mapas detallados, que sirvan de base para una colonización agrícola bien dirigida, de modo a que se eviten resultados desastrosos como los que se verificaron en su país natal, en el ejemplo a que acabara de referirse.

L'autore, professore di geografia all'Università di Michigan (Ann Arbor) negli Stati Uniti, presenta un contributo allo studio del problema della colonizzazione permanente nel Brasile meridionale, basato nelle osservazioni raccolte in un recente viaggio.

Esponde dapprima il contrasto fra la città e la campagna, caratteristico del Brasile moderno, che si estende alle idee e al modo di vita. Esamina la forma tradizionale della colonizzazione rurale — la "fazenda" —, con un tenor di vita generalmente modesto e caratterizzata dalla natura temporanea dell'utilizzazione della terra: fatto strettamente legato alla cultura estensiva e che dà origine a movimenti di popolazione verso regioni di terre vergini, ancora non esauste.

Passando a trattare delle industrie urbane, mostra come nel Brasile non esista divisione geografica fra zone di città industriali e di coltivazioni agricole, poiché tanto le "fazendas" quanto le industrie hanno il loro principale sviluppo in una stessa regione.

Studia anche le relazioni tra le ferrovie e i grandi centri urbani; mostra i loro aspetti caratteristici e giunge alla conclusione che le ferrovie hanno una funzione poco importante nel congiungere le città con l'interno.

L'autore studia in seguito l'attuale situazione dell'immigrazione e della colonizzazione rurale. Mostra che l'attività di dissodamento del terreno della "fronte pioneira" paulista è esercitata principalmente da brasiliani provenienti da zone povere, e soltanto per il 20% da immigranti stranieri. Confronta il movimento attuale di "marcia verso l'occidente" col movimento analogo verificatosi negli Stati Uniti nel secolo scorso, col favore di una forte corrente di immigrazione. Passa in rassegna le zone brasiliane propizie per la colonizzazione, indicando la regione del Nordest del Paraná come quella che possiede le migliori terre agricole del paese.

L'autore si sofferma nello studio delle cause dell'attuale restrizione all'immigrazione: cause diverse da quelle che imposero provvedimenti restrittivi negli Stati Uniti. Nel Brasile la direttiva fondamentale è quella dell'assimilazione dell'immigrante: si pone ogni cura nell'evitare la formazione di cisti etniche. Sottolinea da una parte, la necessità urgente di risolvere il problema della colonizzazione dell'interno del paese, cioè la così detta "marcia verso l'occidente", che sarà possibile, senza danni per la regione orientale, soltanto con una vasta immigrazione straniera; ma riconosce, d'altra parte, le difficoltà odierne di una politica di colonizzazione, dovute così agli ostacoli opposti da parte dei paesi di emigrazione come alle restrizioni dell'entrata di immigranti, divenute necessarie "durante un periodo di follia mondiale".

Concludendo l'autore offre interessanti suggerimenti nel capitolo intitolato — "una lezione offerta dalla esperienza degli Stati Uniti". Si riferisce alla colonizzazione della parte settentrionale dello Stato di Michigan, che fu un insuccesso, per causa dell'ignoranza delle vere condizioni del suolo e del clima della regione. Racconta come i geografi dell'Università di Michigan furono chiamati a rilevare una carta generale di quelle terre, indicando le aree adatte alle diverse culture, all'allevamento del bestiame, al rimboscamento, ecc., in modo che la regione potesse riavere un'utilizzazione produttiva. Mostra, così che "la colonizzazione dovrebbe essere orientata dalla conoscenza scientifica, e, di quest'opera, i geografi potrebbero assumere la direzione". E fa un appello ai geografi brasiliani affinché si proceda ad un rilievo geografico intensivo, con carte particolareggiate, che servano di base per una colonizzazione agricola ben diretta, in modo da evitare risultati disastrosi come quelli che si verificarono nel suo paese natale, nell'esempio sopra ricordato.

The author professor of Geography in the Michigan University (Ann Arbor), U. S. A., offers an aid to the study of the problem of permanent colonization in the south of Brazil, founded in observations caught during a recent voyage.

He examines preliminarily the contrast that exist between city and country, characteristic very expressive of modern Brazil, and which extends itself to the ideas and living moods. He studies the traditional form of rural colonization — the farm — with its general simple life, remarked by the temporary utilization of land, fact that is strictly related to extensive culture and which causes population movements towards virgin regions, not yet exhausted.

Considering city industries, he shows that in Brazil there is no geographical difference between regions of industrial cities and those of rural plantations, for the farms as the industries find their principal outleap in a same region. He studies also the relations that exist between the railways and large city centers, pointing out their characteristic aspects, and deduces that railway plays no important part in the binding of cities with the interior of the Country.

The author studies then, the present situation of immigration and rural colonization. He shows that the active colonization of the paulista pioneer front, was exercised chiefly by brazilians who came from poor zones, and only in 20% by foreign immigrants. He compares the actual movement, termed as the "march towards the west" with a resembling one happened last century in United States and maintained by immigration in large scale. He examines the brazilian zones favourable to colonization, pointing the northeast region of the state of Paraná as the country best agricultural lands.

The writer detains himself considering the causes of actual restriction to immigration, which are here quiet different from those that in United States imposed resembling measures. In Brazil the principal idea, is the immigrant assimilation and the care to avoid the formation of ethnic cyst. He ressaunts, in other side, the pressing necessity of resolving the country interior colonization problem, that is to say, the called "march towards the west", which will only be possible, with no prejudice to oriental region, by means of foreign immigration in large scale; but the author confesses in other side the present difficulties to a colonization politic, due to the impediments which exist in the countries of emigration as also on account of the present restrictions to immigrant ingress, restrictions which are necessary "during a period of madness in all the world."

Concluding his work, the author presents interesting suggestions in the chapter entitled — "A lesson came from United States". Referring to colonization of the north of the state of Michigan, which failed, due to ignorance of soil and climate real conditions in this region. He tells how the geographer of Michigan University were called to undertake a general survey of these lands, pointing out the proper surfaces to different cultures, to breeding and to reforestation, so that the region should return to activity. Thus he proves, that colonization should be scientifically undertaken, and the geographers should assume the direction of this work. Finishing the author makes an appeal to brazilian geographers, so as to be done in Brazil, a geographical intensive survey, with detailed maps that would serve as base to a well directed agricultural colonization, so as to avoid the misfortune whics happened in his country, as relates the example he just reported.

Verf., Dozent der Geographie an der Universität Michigan (Ann Arbor) U. S. A. gibt einen Beitrag zur Frage der Dauersiedlung in Südbrasilien, den er auf Beobachtungen anlässlich einer jüngst gemachten Reise gründet.

Eingangs untersucht er die Gegensätze von Stadt und Land, die im heutigen Brasilien sehr bedeutungsvoll sind und sich auf das Denken und die Lebensweise erstrecken. Die traditionelle Form landwirtschaftlicher Siedlung — das Landgut — hat im allgemeinen einen bescheidenen Lebensstandard, dem die Möglichkeit nur zeitweiliger Bodenausnutzung das Gepräge gibt; in innigem Zusammenhang damit steht die Extensivkultur, die ihrerseits wieder Ursache von Abwanderungen nach Gebieten mit jungfräulichem, noch nicht erschöpftem Boden ist. Weiter behandelt Verf. die städtische Industrie und zeigt, wie es in Brasilien zwischen Industrie-stadtgebiet und landwirtschaftlichem Anbaugelände keine Scheidung gibt, da sowohl Landgut wie Industrie ihren Hauptaufschwung in gleicher Gegend nehmen. Verf. untersucht charakteristische Erscheinungsformen und kommt zum Schluss, dass die Eisenbahnen keine wesentliche Rolle in der Verbindung der Städte mit dem Hinterland spielen.

Dann geht er dazu über, den gegenwärtigen Stand der Einwanderung und der ländlichen Besiedlung zu besprechen. Die Tätigkeit der Landeserschließung durch die Paulistaner "Pionierrfront" wird hauptsächlich von aus armen Gegenden herstammenden Brasilianern und nur zu 20% von ausländischen Einwanderern besorgt. Die heutige Bewegung des "Marsches nach dem Westen" vergleicht Verf. mit einer ähnlichen Bewegung des vergangenen Jahrhunderts in den Vereinigten Staaten, die von einem starken Einwandererstrom begleitet war. Verf. lässt die für eine Besiedlung geeigneten Gebiete Brasiliens vor seinem Auge vorüberziehen, wobei er den Nordwesten von Paraná als den besten landwirtschaftlichen Boden bezeichnet.

Verf. untersucht eingehender die Ursachen der heutigen Einwanderungsbeschränkung, die andere sind als die, welche die Vereinigten Staaten zu ähnlichen Massnahmen veranlassten. In Brasilien ist die Hauptfrage die Assimilierung der Einwanderer und das Bestreben, die Bildung ethnischer Kerne zu vermeiden. Auf der einen Seite zeigt Verf. die dringende Notwendigkeit eine Lösung des Besiedlungsproblems für das Landesinnere auf, d. h. also den sogenannten "Marsch nach dem Westen", ohne Schaden für den Osten nur durch eine im grossen Stil vorzunehmende Einwanderung von Ausländern möglich; auf der anderen Seite aber vorkennt er auch die heutigen Schwierigkeiten einer Besiedlungspolitik nicht die sowohl auf die Schwierigkeiten von Seiten der Emigrationsländer als auch auf die einer gegenwärtigen Zulassung von Einwanderern entgegenstehenden Bedenken zurückzuführen sind, notwendige Beschränkungen "in einer Zeit der die ganze Welt beherrschenden Unvernunft".

Am Schlusse seiner Arbeit gibt Verf. in einem Kapitel, das "Eine aus den Vereinigten Staaten kommende Lehre" überschrieben ist, interessante Anregungen. Er führt die Besiedlung von Nord-Michigan an, welche infolge der Unkenntnis der wirklichen Boden- und Klimabedingungen dieses Gebietes von Scheitern verurteilt war. Er erzählt, wie man die Geographen der Universität Michigan beauftragte, um eine Gesamtaufnahme des Geländes vorzunehmen, die für verschiedenen Anbau, für Viehzucht, Aufforstung usw. geeigneten Flächen aufzuweisen, sodass das Land einer Nutzbarmachung wieder zugeführt werden könne. So zeigt er, "dass die Besiedlung sich an wissenschaftlicher Kenntnis orientieren müsse, und hierbei müssten die Geographen die Führung übernehmen". Zum Schluss ruft er die brasilianischen Geographen auf, in Brasilien eine eingehende geographische Bestandsaufnahme zu machen, mit ausführlichen Karten, die zur Grundlage für eine gut geleitete landwirtschaftliche Besiedlung dienen können; so könnten die Fehlergebnisse, die, wie Verf. an dem erwähnten Beispiel zeigt, in seinem Heimatland sich ergeben haben, vermieden werden.

La aŭtoro, profesoro de Geografio en la Universitato de Michingam (Ann Arbor) Usono, prezentas kontribuojn por la studo pri la problemoj de la fiksa koloniigo en Sudbrasilio, bazitan sur la observoj, kiujn li notis dum freŝdata vojaĝo.

Komence li studas la kontraston inter la urbo kaj la kamparo, karakterizaĵo tre signifa de la moderna Brazilo, kiu disetendiĝas al la ideoj kaj la vivmanieroj. Li ekzamenas la tradician formon de la kampara koloniigo — la farmbienon —, kun vivnormo ĝenerale modesta kaj karakterizata de la nedaŭra naturo de la terutiligo, kio estas intime ligita al la malintensa kulturo kaj naskas la movojn de la loĝantaro al la regionoj kun virgaj grundoj, ankoraŭ ne foruzitaj. Parolante pri la urbaj industrioj li montras kiel en Brazilo ne estas grafika apartigo inter regionoj de industriaj urboj kaj de kamparaj kulturejoj, ĉar ne nur la farmbienoj kiel ankaŭ la industrioj havas sian ĉefan progresadon ĉe la sama regiono. Li ankaŭ studas la rilatojn inter la fervojoj kaj la grandaj urbocentroj, montras iliajn karakterizajn aspektojn kaj konkludas, ke la fervojoj ludas malmulte gravan rolon ĉe la kunligo de la urboj kun la internlando.

La aŭtoro ekstudas la nunan situacion de la enmigrado kaj de la kampara koloniigo. Li montras, ke la traesplorata aktiveco de la "pionira fronto" en S. Paulo estas ĉefe farata de brazilanoj venintaj de malriĉaj zonoj kaj, nur je 20%, de fremdaj enmigrintoj, kaj komparas la nunan movadon de "marŝo okcidenten" kun la analoga movado okazinta en Usono dum la pasinta jarcento, tenita de forta fluo de enmigrado. Li ekzamenas la brazilajn zonojn favorajn al la koloniigo, kaj citas la regionojn de la nord-oriento de Stato Paraná kiel la plej bonajn terkulturajn grundojn en la lando.

La aŭtoro studadas la kialojn de l'nuna limigo al la enmigrado, kiuj estas tie ĉi malsamaj ol tiuj, kiuj, en Usono, altrudis samajn antaŭrimedojn. En Brazilo la fundamenta ideo estas la asimilo de la enmigrinto kaj la zorgo eviti la formadon de rasaj kistoj. Li reliefigas, unuflanke, la preman neceson solvi la problemon pri la koloniigo de la internlando, tio estas, la nomata "marŝo okcidenten", kiu nun estos ebla, sen malprofito por la orienta regiono, per grandskala fremda enmigrado; sed, aliflanke, li rekonas la nunajn malfacilaĵojn por koloniiga politiko, dank' al la malfacilaĵoj venintaj de la enmigradaj landoj, kiel ankaŭ por la aktualaj limigoj al la eniro de enmigrantoj, limigoj necesaj "dum periodo de monda frenezeco".

Finante sian verken la aŭtoro prezentas interesajn sugestiojn ĉe la ĉapitro titolita — "leciono veninta de Usono". Li preparolas pri la koloniigo de la norda parto de Stato Michingam, kiu rezultigis frakason dank' al la nesciado de la vera kondiĉoj de la grundo kaj de la klimato de tiu regiono. Li rakontas kiel la geografoj de la Universitato de Michingam estis nomataj por verki la ĝeneralan karton de tiuj teroj, montrantan la tersupraĵojn taŭgajn por la diversaj kulturoj, la brutedukado, la rearbarigo, k. c., tiamaniere ke la regiono reavigus produkteman utiligon. Li tiel montras, ke "la koloniigo devas esti orientata per scienca kono, kaj, en tiu ĉi laboro, la geografoj povus preni sur sin la direktadon". Finante li faras alvokon al la brazilaj geografoj, por ke estu farata en Brazilo intensa geografia kartverkadado kun detalaj mapoj, kiuj estu bazoj por bone orientita terkultura koloniigo, evitanta la ruinigajn rezultojn similajn al tiuj konstatitaj en lia patrolando, ĉe la ĵus montrita ekzemplo.

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL



F. A. M. Hornum de Melb.

HOMEM DE MELO

(1837 - 1918)

GEÓGRAFO eminente do Império, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, nascido na então vila, hoje cidade paulista de Pindamonhangaba, foi um dos precursores do estudo da geografia nacional e figura marcante da metodologia do seu ensino.

Após completar o curso de ciências jurídicas na Faculdade de São Paulo rumou para a política e para o magistério. Portador de cultura e caráter invejáveis foi chamado a ocupar os cargos de professor, parlamentar e estadista, nos quais se houve com pleno êxito, sendo distinguido pelo governo imperial com o título nobiliárquico de Barão Homem de Melo.

Sua obra geográfica se caracteriza ora pela pesquisa "in loco" de cientista e explorador, ora pela feição didática de mestre consumado. Seus trabalhos de campo encerram vasta documentação cartográfica: resultado do estudo acurado da topografia das regiões percorridas. Também dos relatórios circunstanciados das suas explorações e excursões decorre valiosa contribuição para o estudo da geografia do Brasil.

Tendo dedicado grande parte da sua atividade ao magistério como professor de Geografia e História Universal, revelou o seu espírito altamente didático dando à publicidade, em 1889 — quando catedrático dessas disciplinas no Colégio Militar do Rio de Janeiro — o seu "Atlas do Império do Brasil", 23 anos depois remodelado e correto na "Geographie-Atlas do Brasil". Expressando nestas obras as áreas nacional e provinciais em quilômetros quadrados, o que era feito até então em léguas quadradas, foi um dos primeiros divulgadores do sistema métrico, então de recente uso no Brasil.

Cartógrafo competente que era, forneceu os "Subsídios para a organização da Carta Physica do Brasil" e, em 1909 publicou, atualizado, o "Atlas do Brasil", trabalho de mérito e precisão, em 66 páginas de texto e 33 mapas impressos em seis cores.

Extensa é a sua produção bibliográfica, destacando-se dentre inúmeras monografias, teses, conferências e outras publicações de caráter geográfico, "A Orographia Brasileira", "O Oyapock", "Viagem ao Paraguay" e "Excursão ao Itatiaya".

Na sua obra "O Oyapock" — magnífica contribuição para o estudo da geografia e história desse rio limite — provou à luz de documentos históricos os direitos do Brasil. Com a determinação astronômica da situação do Oiapoque, Homem de Melo decidiu de uma vez a controvérsia geográfica em torno da localização verdadeira desse rio.

Dedicando-se também com carinho e erudição ao estudo do Passado brasileiro, foi excelente historiador, produzindo várias obras de reconhecido valor histórico. Foi presidente não só do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro como também sócio honorário de todos os institutos congêneres do Brasil. Falereu a 4 de janeiro de 1918, na localidade de Campo Belo, no Estado do Rio de Janeiro, hoje Barão Homem de Melo.

Cientista-geógrafo e professor, muito trabalhou para tornar o imenso território nacional conhecido dos seus concidadãos.

ORVILLE A. DERBY

(1851 - 1915)

MEMBRO da expedição Morgan 1870-1871, que, sob a direção do Prof. Charles F. Hartt, percorreu grande parte da Amazônia em explorações geológicas, Orville A. Derby, ainda estudante da Universidade de Cornell, com 21 anos de idade, monstrou tão excepcional capacidade como geólogo e como fisiógrafo, que se tornou desde logo o principal geólogo das comissões Hartt.

Quando o Governo Imperial resolveu crear a Comissão Geológica do Império, Derby foi incluído no corpo de geólogos da novel instituição, onde prestou os mais assinalados serviços. Os trabalhos dessa Comissão em sua quasi totalidade, estariam irremediavelmente perdidos se Orville A. Derby não tivesse sido designado para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, para onde transferiu o material científico coletado pela extinta Comissão.

No Museu Nacional, Derby pôs em ordem as coleções de mineralogia e paleontologia, coordenou as observações de Hartt e as suas próprias sobre os estudos na Amazônia, escrevendo, então, a importante memória "Contribuições para a geologia do Baixo Amazonas", cuja leitura é ainda hoje indispensável para todos quantos desejarem ter um conhecimento, sob bases científicas, da fisiografia da bacia do rio-mar.

De real importância geográfica é a sua memória sobre a região diamantina do Estado do Paraná, então Província (1876). Nela foram delineadas, sobre base de estrutura geológica, as feições topográficas do futuro Estado do Sul. Na qualidade de geólogo da expedição que, sob a direção de Halfeld, fez o levantamento do rio S. Francisco, Derby fez numerosas observações não só ao longo do rio, como em grandes tratos de terras limítrofes. Com as observações aí colhidas Derby escreveu importantes memórias, dentre as quais ressalta, pelo seu valor geográfico, o "Reconhecimento Geográfico e Geológico do Vale do rio S. Francisco".

"Os picos altos do Brasil" é uma contribuição de alto valor geográfico; dentre os fatos mais salientes nela elucidados, destaca-se a altitude da serra dos Pirineus, Minas Gerais, à qual foi atribuída, por algum tempo, o título de ponto culminante do Brasil. Derby concluiu, baseando-se em uma observação do engenheiro de minas Crispiniano Tavares, feita em uma parte do rio Paranaíba, que a serra dos Pirineus teria no máximo 1352 m., o que foi confirmado pelos trabalhos da Comissão Cruls, em 1892.

Outro trabalho de notável valor geográfico resultou de um rápido reconhecimento geológico da Chapada Diamantina, no Estado da Baía, com o objetivo de estudar o modo de ocorrência do diamante. Resultou dessa rápida observação a definição perfeita da fisiografia da região, baseada na estrutura geológica das formações. Posteriormente, já Diretor do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Derby publicou a memória "The Serra of Espinhaço", um dos mais importantes trabalhos de sua lavra, tanto do ponto de vista geológico como geográfico.

Caracterizou a estrutura geológica da Serra do Espinhaço, desde Minas Gerais até a Baía, criou e definiu a "Série de Minas" e, apoiando-se na estrutura geológica, interpretou a fisiografia da Serra do Espinhaço e Chapada Diamantina.

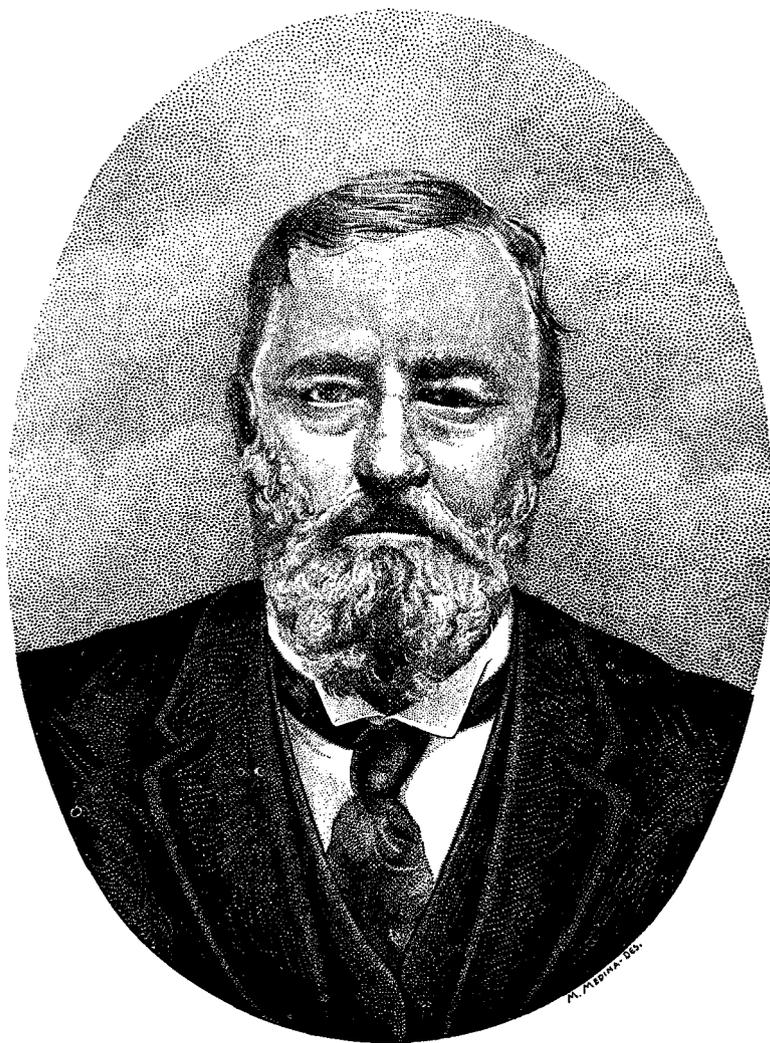
Autor de 154 memórias originais, sobre geologia e ciências conexas, Derby foi também um historiador muito consciencioso. A paleontologia era a ciência predileta, à qual se dedicou até os seus últimos dias de vida.

Foi Diretor e fundador da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil.

Homem de perfeita integridade moral, cientista rigoroso e altamente precavido no emitir opiniões, escritor de estilo claro e conciso, Orville A. Derby, falecido na idade de 62 anos, deixou brilhante tradição de trabalho e de cultura, como geólogo e como fisiógrafo.

EUZÉBIO DE OLIVEIRA

2/10/939



Quill A. Derby

COMENTÁRIOS

AS FRONTEIRAS DO BRASIL NO REGIME COLONIAL

Há livros que fazem honra ao país que os produziu, ao povo ao qual se referem, aos leitores a quem são destinados. Há livros que marcam uma data na evolução artística de uma nação tanto quanto no seu pensamento político. Dêstes livros, não conheço exemplo mais perfeito entre nós do que "*Fronteiras do Brasil no regime colonial*" do Embaixador Macedo Soares. A sua execução é primorosa em todos os seus detalhes. É uma obra prima de bom gosto e de representação histórica, isto é, cada capítulo se acha interpretado historicamente pelos desenhos que o acompanham, em estilo da época com reconstituição do passado. A página inicial do Capítulo I, por exemplo, intitulado "A Bula de Alexandre VI", traz uma vinheta em quadro estilo Renascimento, encimado por um querubim portador de chaves e da tiara. A maiúscula inicial, em quadro de 5 por 5 1/2 centímetros, reproduz uma cena de eclesiásticos estudando e dissertando diante do Pontífice, armado de compasso e de pena, sentado à mesa diante da Bula. O cabeçalho do Capítulo II relativo ao Tratado de Tordesillas representa, em quadro manóelino, a esfera armilar ladeada dos escudos de Portugal e da Espanha e as respectivas caravelas e bandeiras. O capítulo relativo ao Tratado de Utrecht traz cabeçalho do estilo francês com centro azul, a coroa da França e os dois L cruzados. A página-título da "Incorporação do Uruguai" é uma artística composição de armas, ponche, rebenque e boleadeira, encimadas simbolicamente pelo sol uruguaio. Seria longo entrar na apreciação do valor artístico da contribuição de J. Wash Rodrigues. Há letras iniciais que são verdadeiras miniaturas, o B da bibliografia, por exemplo, com a Torre de Belém; o D da página 55 evoca os versos de Herédia sobre as caravelas na noite austral.



Iluminura da primeira maiúscula da obra

Em suma, a apresentação artística do livro de Macedo Soares está à altura da larga erudição que êle revela. Cada capítulo se acha seguido de notas e citações que marcam o contacto em que se achou o autor com as fontes históricas do assunto. A bibliografia é constituída de nada menos de cento e noventa e seis obras referidas, sem incluir as obras em que se acham contidos os diferentes tratados e bulas.

Introdução Ao escrever as primeiras linhas, o autor tem uma expressão feliz para qualificar os tratados assinados nos tempos coloniais: chama-os "tratados dinásticos". Os usos e as tradições do regime feudal tinham deixado vestígios profundos sobre os costumes políticos, mesmo nos tempos modernos, e a diplomacia, que era a expressão dêstes costumes, revelava a preocupação dinástica dos monarcas que consideravam terras e populações como feudos e propriedades suas. Uma princesa bretã, Cláudia, herdeira do ducado de Bretanha, ao casar com Francisco I de França trazia-lhe a província como apanágio. Uma herdeira de Borgonha, casando com Maximiliano d'Áustria, abriu a secular rivalidade da França e da casa d'Áustria. A Infanta D. Catarina

de Bragança levava, em 1662, a seu esposo Carlos II da Inglaterra, as conquistas portuguesas de Tânger, Bombaim e direitos sôbre Ceilão. Quando dez anos depois de viúva, voltou a Portugal, não lhe foi devolvido o dote. Por pouco não foi o Brasil cobiçado pelos Stuarts! Que rumo teria então tomado, quando acabava de libertar-se dos holandeses?

Mas voltemos à introdução de Macedo Soares que, em poucas linhas, contém uma valiosa lição de filosofia da história, em quatro proposições:

1.º — Os aventureiros bandeirantes conquistadores do sertão, desrespeitaram a linha dos tratados dinásticos, porque no Novo Mundo nunca vingou êste sentimento dinástico que ainda reinava na Europa. O contraste é marcado: “nascemos com a idéia nacionalista”.

2.º — “A fronteira, diz o autor, é o continente do conteúdo nacional. A fronteira completa, define e especifica o país, sede de um povo organizado. A fronteira assegura o instinto de propriedade tão natural e imperioso nos povos, como nos indivíduos”. Não é esta a teoria do “espaço vital”, mas sim do “conteúdo nacional”, isto é, da união dos tipos sociais que se integram, numa mesma língua, numa mesma religião, nas mesmas tradições do passado, nos mesmos usos, costumes e instituições do presente.

3.º — A vastidão do território não permitiu, entretanto, que se criasse a “sensação concreta da fronteira internacional”, pensa o Embaixador Macedo Soares. “O pequeno trecho da fronteira realmente sentida no Rio Grande do Sul, serve de testemunho à enorme abstração da quasi totalidade das linhas divisórias do imenso Brasil”. E’ exemplificação típica do que Vallaux chama “fronteira viva”. Os limites do nosso Rio Grande, de fato, oscilaram ao sabor dos tratados; aí ainda está a nossa fronteira “viva”, “sentida”, como diz o autor.

4.º — “Para atingirmos a plenitude da consciência nacional carecemos de contacto, da posse efetiva de todo o território brasileiro”. Por isso, acertadamente paga o ex-chefe da diplomacia brasileira, um tributo especial à dedicação do Exército Nacional entregue aos trabalhos da demarcação das fronteiras, “obra de conquista e de fundação nacional”. E’ o bandeirismo do tempo presente.

O pensamento de Macedo Soares, resumido nestas duas páginas da Introdução, reflete bem as suas convicções de diplomata e historiador. Em novembro de 1936, saudando o estadista americano Cordell Hull, dizia o então Chanceler brasileiro: “Nascemos desarticulados e fomos mantidos assim em tôda a duração do regime colonial. O nosso país, estendendo-se em latitude, havia de fundar sua unidade na diversidade. Mas, enquanto a colonização portuguesa nos estabelecia na descontinuidade política, ela nos consolidava na continuidade moral, sem frinchas nem cesuras. Pela raça, pela religião, pela linguagem, pelos costumes, pela tradição e pelo ideal somos a nação coesa, inabalavelmente unida”.

I. A bula de Alexandre VI Iniciando o seu trabalho de pesquisa histórica, o autor começa por situar a ação no tempo, descrevendo os usos e costumes aos quais se conformaram o Infante D. Henrique e os Reis de Portugal, procurando a proteção de Roma para legitimar os descobrimentos e conquistas.

“Os que criticam a ingerência da Santa Sé neste negócio, diz pitorescamente Varnhagen, citado por Macedo Soares, esquecem-se de que não vivem no século em que ela teve lugar”.

De fato, era um século interessante; ao subir ao trono pontifical um príncipe da Igreja, recebia êle "obediência" por missões diplomáticas dos soberanos cristãos; em 1514, a jovialidade do Medicis foi estimulada pela fauna que lhe trazia de Portugal Tristão da Cunha, embaixador de D. Manoel: elefante, onça, cavalo persa e dois leopardos.

Em Roma, ainda estava viva a tradição medieval que levava os Pontífices a dispor das terras e dos povos: Urbano II tinha concedido a Córsega ao Bispo de Pisa; Adriano IV a Irlanda ao Rei da Inglaterra; Xisto IV as Canárias aos Reis da Espanha.

Antes de serem os reis da Espanha titulados "Reis Católicos" (1492), era natural que as terras conquistadas aos infiéis fôsem confiadas à empreendedora atividade da casa de Aviz. Efetivamente, desde 1436, Papas sucessivos, Eugênio IV, Nicolau V, Calisto III e Xisto V vinham confirmando os direitos de Portugal durante a "arrancada homérica da grande epopéia naval portuguesa".

Em 1493, porém, a situação era outra: subira o Bórgia ao trono pontifical. Era um espanhol, era um político; a Santa Sé ainda não se tinha desvencilhado da atmosfera medieval dos interesses dinásticos. A própria união de Castela e Aragão tinha resultado de um interesse desta ordem.

Livres dos Mouros, os Reis Católicos estavam, por fim, em condições de se consagrar às descobertas e conquistas, embora com atraso sobre os portugueses. Para isso, valeram-se da ciência portuguesa, pois cosmógrafos e cartógrafos lusos serviram a Espanha e, o que sabia Colombo, tinha êle aprendido em Lisboa.

O papa espanhol entrou no plano dos interesses dinásticos, e no dia 3 de maio do primeiro ano de seu pontificado redige duas bulas: numa, estende aos Reis Católicos os privilégios antes concedidos aos Reis de Portugal, nas terras e ilhas descobertas e a descobrir (Bula *Eximiae Devotionis*); "não à instância vossa ou de petição de outrem apresentada em vosso favor a respeito disso, mas de nossa mera liberalidade e com a mesma ciência e plenitude do poder apostólico", diz o texto pontifical.

Noutra Bula, a célebre *Inter coetera*, faz pública a concessão feita aos reis de Espanha, ressaltando apenas os direitos de outros príncipes cristãos.

Não fazia um mês que Fernando e Isabel tinham recebido Colombo de volta à Espanha e recorrido ao Sumo Pontífice, por intermédio do Cardeal Carvajal, para obter a investidura temporal e espiritual.

A noite é boa conselheira; no dia seguinte, 4 de maio, o Bórgia pegou novamente na pena, e, para não se alienar "seu ilustre filho caríssimo em Cristo", El-Rei D. João, redigiu novamente a Bula *Inter coetera*.

Nesta segunda redação, não só caprichou no vocabulário, pois a "*repertas et reperiendas*" substituiu como qualificativos as ilhas "*inventas et inveniendas, detectas et detegendas*", como também traçou uma linha do polo ártico ao polo antártico, distante de "cem léguas de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas Açores e Cabo Verde, para o Ocidente e Meio-Dia".

Longe de "dividir o mundo em metades" como geralmente se diz, o papa entregava o mundo Ocidental a seus patricios. "Pela Bula *Inter coetera*, diz muito bem Macedo Soares, Alexandre VI teria encerrado o ciclo das navegações portuguesas, pois outorgara à Espanha tôdas as possibilidades relativas aos descobrimentos, se não fôra... a vontade firme de D. João II e as deficiências da própria Bula..."

Não é de admirar que, na sua "Corografia paraense" escrita em 1833, o Coronel Acioli de Cerqueira e Silva tenha qualificado a Bula em aprêço de "monumento da extravagância humana".

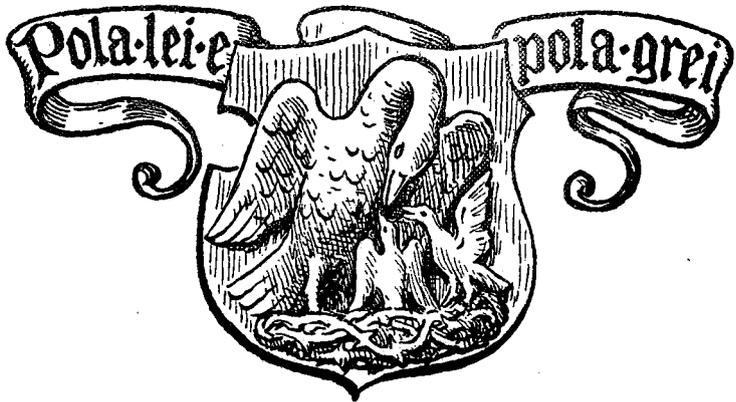
O Pontífice espanhol deve ter andado cismado com a linha que traçara, pois há referências a uma Bula de 26 de setembro do mesmo ano, cujo original latino desapareceu, e que amplia a doação feita à Espanha, e num parágrafo mal humorado, revoga pura e simplesmente as doações e concessões feitas a Portugal pelo poder Apostólico.

II. O tratado de Tordesillas

O muito discutido conhecimento que tinham os portugueses, nos secretos arquivos de Ultramar, de terras existentes no hemisfério ocidental, outras que não as Índias, parece confirmado pela atitude de D. João, o Perfeito, na segunda entrevista que teve com Colombo (1).

Desde o tempo do Infante D. Henrique, iam se multiplicando as doações e concessões a personagens reais de "ilhas perdidas" a leste dos Açores. Era pois natural, como refere João de Barros, citado pelo autor, a "confusão" d'El-Rei que acreditava lhe pertencer a terra descoberta pelo genovês.

Por isso, resolveu imediatamente o soberano enviar aos Reis Católicos um embaixador que pleiteasse o paralelo das Canárias como limite meridional das navegações castelhanas. Em vez de um meridiano, julgavam os cosmógrafos portugueses mais acertada a escolha de um paralelo. Era acertadamente indicado o paralelo das Canárias por estar a solução de acôrdo com o tratado de Alcaçovas de 1479, pelo qual D. Afonso V tinha obtido as ilhas "achadas e por achar, das Canárias para baixo", mediante o abandono da causa da Infanta D. Juana, infeliz sobrinha da Rainha Isabel. (Outro tratado "dinástico"). A proposta foi adiada pelos espanhóis que tinham já enviado a Lisboa Lopes de Herrera com uma contra - proposta. Fernando e Isabel temiam uma iniciativa imediata da armada portuguesa e preferiam negociar. A proposta portuguesa do paralelo foi então rejeitada e El-Rei dirigiu-se ao papa. A resposta de Roma foi a Bula de setembro, assás desanimadora, como vimos.



Escudo e divisa d'El-Rei D. João II

Só restava a D. João II o recurso da violência. Refere Macedo Soares um escrito do XVIII século, em que o padre jesuíta Bonucci conta que El-Rei, cansado de controvérsias inúteis, enviou aos dois plenipotenciários espanhóis, então em Lisboa (García Carbajal e Pedro d'Áyala) dois papéis de sua letra, um com

(1) Alude Macedo Soares a D. João como um "exemplar perfeito do gênero dos príncipes da Renascença" segundo a expressão de Oliveira Martins. Sua perfeição aliás era "sui generis" e não impediu de assassinar pessoalmente um primo importuno como o duque de Viseu. Mas no caso vertente, a propósito da recepção de Colombo em Vale Paraíso (9 de março de 1493), pois a caravela espanhola entrou pelo Tejo acossado pelos temporais, D. João II se mostrou à altura da situação: "El-Rei correto e fidalgo, diz Capistrano (O Descobrimento do Brasil, pág. 229), o navegante orgulhoso de seu feito, transbordante de sua superioridade, a côrte humilhada, indignada, azêda do bom êxito da empresa tanto como dos ares de triunfo e da vitória do tecelão e filho de tecelão assunto a almirante de Castela. Alguns dos mais zelosos ofereceram-se para matá-lo. Tudo se passaria lisamente, segundo as leis do brio e do bom gôsto..."

a palavra *paz*, outro com a palavra *guerra*, dando-lhes a escolher o que quisessem. A dezesete séculos de intervalo, parodiava assim o rei luso o senador romano Fábio Cunctator! “A embaixada del Rei meu primo, dizia êle, não tinha pé nem cabeça nas pessoas dos embaixadores e na conclusão dela”.

Mas o português não desanimou: enviou Rui de Sousa, senhor de Sagres com um filho seu e o licenciado Aires de Almada, do Conselho Real, à Espanha, afim de dirimir o dissídio. A Côrte dos Reis Católicos se achava então em Valladolid, os embaixadores lusos encontraram os negociadores castelhanos (Gutierrez de Cardenas e o Dr. Rodolfo Maldonado) na aldeia de Tordesillas, à beira do rio Douro, perto de Simancas e no caminho direto da Castela à Galiza.

Aí foi assinada, a 7 de junho de 1494, a *Capitulacion de la particion del mar Oceano*, conhecida sob o nome de Tratado de Tordesillas.

“Como se vê, a *marcação* do papa Alexandre VI, diz Macedo Soares, foi confirmada na *demarcação* de Tordesillas, deslocado o meridiano de 100 léguas para 370 léguas; iniciada a contagem nas ilhas de Cabo Verde e não mais de Cabo Verde e Açores; e declarada expressamente a zona da dominação portuguesa” (pág. 60).

A êste propósito, o autor não se furtou a citar uma maliciosa ironia de Capistrano: “O arreglo foi meramente formal e teórico, ninguém sabia o que dava ou recebia, e se ganhava ou perdia com êle no ajuste de contas”.

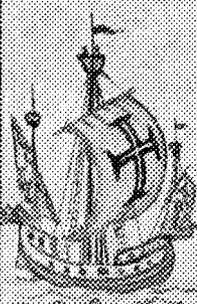
Foi entretanto um belo esforço da diplomacia portuguesa, um feito notável: atenuar o efeito das Bulas espanholas. Também pouco depois da morte do Bórgia, cuidava Portugal de obter de Júlio II uma legitimação de suas conquistas diplomáticas (Bula *Ea quoe*, de janeiro de 1506).

A “capitulação” de Tordesillas é bem do tipo de “tratados dinásticos” ao qual se refere o autor. São nada menos de 12 páginas maciças que ocupa no livro de Macedo Soares o seu texto em letra menor. As fórmulas consagradas, as repetições e enumerações, os nomes e títulos minuciosos revelam uma diplomacia mais preocupada com a forma do que com o fundo, cujo teor está em dez ou doze linhas apenas. O texto consta de duas declarações, uma dos Reis Católicos, outra análoga, do Rei de Portugal; segue a “escritura de assento e capitulação e concórdia” que se refere ao novo meridiano e às navegações, dando um prazo de vinte dias para que os navios respectivos que, por ventura, estejam navegando fora dos domínios delimitados, se retirem pacificamente para as suas zonas competentes, e um prazo de dez meses para a demarcação.

Parece-me difícil explicar a boa vontade que levou à conclusão do Tratado de Tordesillas apenas pelo receio que aos Reis Católicos podia inspirar o poder marítimo de Portugal, o prestígio da realeza restaurado por D. João II e a coragem física dêste digno representante da casa de Aviz, revelada nas campanhas afonsinas em Castela. Havia um interesse dinástico: os reis portugueses da casa de Aviz tiveram a aliança matrimonial com princesas espanholas como princípio geral de política exterior, desde de D. Duarte que se casara com Leonor de Aragão, até D. Manoel que casou nada menos de três vêzes com três princesas castelhanas. Os monarcas ibéricos eram, por fim, todos parentes e suas brigas eram brigas de família.

A verdadeira significação desta política é encontrada no segundo casamento de D. Afonso V, tornando-se êste rei cunhado dos Reis Católicos e ameaçando assim o trono de Isabel com os direitos de sua esposa, D. Juana, a chamada Bertranda. Se tivessem vencido em Touro, em 1476, os portugueses, a União ibérica se processaria com a Castela unida não ao Aragão mas sim a Portugal. Também foi esta a idéia de D. João II casando o filho com a filha de Fernando e Isabel; foi igualmente a grande aspiração de Manoel, o Venturoso, casando com a viúva do Príncipe D. Afonso, Isabel, e, depois de viúvo, com a

Mar do Norte



Castela
Portugal
Castela
Roma

Trópico de Câncer

Antilhas del Rei de Castela

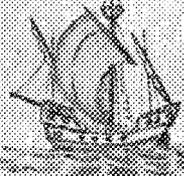
Linha divisória entre as terras de Portugal e as de Castela

370 Léguas

Linha Equatorial

Terra del Rei de Castela

Terra del Rei de Portugal



Mar do Sul

Trópico de Capricórnio

Linha de Demarcação entre as terras atribuídas a Portugal e a Castela. pelo Tratado de Cordesillas. 7 de Junho de 1494



irmã dela, Maria de Castela, para ser genro duas vezes dos Reis Católicos, para lhes ser parente, aliado e não vassalo. Mas coube a Juana, a Louca, a sucessão e não ao perseverante Aviz... e assim foram tôdas as coroas parar sôbre a cabeça de Carlos Quinto! Acasos da História... Política dinástica que espelham bem os tratados, dinásticos também.

III. Fronteiras do Brasil em 1640

Macedo Soares, neste capítulo ao qual dá como sub-título (Parte I) "O Recuo do Meridiano de Demarcação", mostra que a Linha de Tordesillas foi antes uma fronteira simbólica que um limite concreto, mas rende justiça aos esforços que, de parte e doutra, foram feitos por Portugal e Castela para executar o pacto.

O prazo de fixação era de dez meses; mas a medição das 370 léguas não era fácil com o aparelhamento científico da época. Teve de ser várias vezes prorrogado o prazo, até, por fim, descuidarem por completo de tão difícil tarefa: houve pelo menos boa vontade e o símbolo foi respeitado; é possível que se a realização concreta tivesse sido imediata, contestações e violações teriam surgido. Há dispositivos às vezes, que ganham em ficar imprecisos.

Houve porém razões que o autor enumera e, citando uma página de Roberto Simonsen, na sua magistral *História Econômica do Brasil*, êle explica (o que muitas vezes é um fato mal compreendido pelos estudiosos da história), a importância capital que tinham na alimentação da época e nos cuidados pessoais, a pimenta, o cravo, a canela, a noz moscada, as especiárias em geral e os óleos aromáticos, a cânfora, o sândalo e os perfumes. Representavam, estes produtos por motivos de dieta necessária e quasi de higiene, no comércio medieval, o que são hoje o trigo, a carne, o arroz, o carvão, o petróleo e o fumo. Ora, tôda a atenção dos povos colonizadores estava concentrada no comércio que semelhantes produtos proporcionavam às respectivas metrópoles. Verificada, no Novo Mundo, a ausência de tais riquezas e de quem as produzisse, era natural que as forças vivas dos ibéricos, já tão limitadas em homens, visassem o Oriente e "esquecessem" o Ocidente, a não ser para utilizá-lo como passagem.

Foi de fato a passagem de trinta portugueses, chefiados por Fernão de Magalhães, porém a serviço de Carlos Quinto, que provocou uma renovação das tentativas de fixar a Linha de Tordesillas.

E' conhecida a História: pela primeira vez era alcançado "*El Levante por El Poniente*" e Magalhães descobria, para os espanhóis, as ilhas Molucas, operando assim a primeira circunavegação da Terra.

Não levaram menos de cinco anos as negociações diplomáticas suscitadas pela descoberta das Molucas. Uma conferência reunida em Badajós, em 1524, na qual "*estuvieron muchos dias mirando globos, cartas y relaciones, y alegando cada qual de su derecho*", não deu resultado. Os espanhóis estavam em condições de inferioridade, pois o estreito do extremo sul do Continente era de difícil frequentação e, de outro lado, o Cabo das Tormentas estava guardado pela armada lusa.

Entretanto, interesses muito mais prementes solicitavam então a atenção e as atividades de Carlos Quinto, já Imperador. Inimigos lhe surgiam de todos os lados: Francisco I de França, os Estados italianos, o Papa Clemente VII, talvez o indeciso Henrique VIII — era a Santa Liga ou Liga Clementina — tudo enfim o levava a aceitar, embora vitorioso, a paz de Cambrai, em 1529.

O Português, era então o "nosso" D. João III; mais avisado e prudente, não se tinha deixado envolver nos emanhamentos europeus. Mais econômico e mais rico, não teve dúvida em comprar as Molucas, dando 350.000 ducados a seu imperial cunhado, arruinado... de glórias.

Macedo Soares reproduz a súmula da *Escritura de Saragoça* que estipula as condições do negócio: uma venda com cláusula de retrovenda — o imperador estava com pressa, pois, ratificou-a imediatamente em Lrida, 7 dias depois. Lisboa, não; esperou, são ratificou quatorze meses depois.

O autor, em seguida, amenisa, na medida do possível, a árida controversia que se estabeleceu a respeito do Meridiano de Tordesillas que devia fixar oficialmente, até 1750, a fronteira luso-castelhana na América. Cita Pôrto Seguro e HARRISSE, cita os mapas de Cantino, de Jaime Frrer, da Junta de Badajós, de Diogo Ribeiro, lembrando os diversos alvitres propostos, sendo o meridiano 42 30'  oeste de Greenwich e o 49 45' dois extremos sugeridos. As indeterminações resultavam da deficiência de mapas, da imperfeição dos instrumentos astronmicos do tempo, da indecisão sôbre a ilha ponto de partida da medição, da própria légua adotada, lusa ou espanhola, e resultavam, ainda mais talvez, das conveniências políticas dos povos interessados.

Por fim, o ano de 1580, o ano da morte de Camões e de sua gloriosa Pátria! Entramos nos sessenta anos da Catividade. Período triste para Portugal, mas para o Brasil período de intensa atividade interna, de importância decisiva, embora despercebida pelo mundo exterior. Foi o trabalho surdo, ignorado mas eficiente dos bandeirantes que dilataram a Pátria enquanto o Nordeste, reduzido quasi a seus próprios recursos, se defendia e, defendendo-se, forjava a nacionalidade, unindo as três raças num comum esforço contra o Batavo invasor.

“Durante sessenta anos, até 1640, esteve o Brasil sob o domínio de Espanha, diz Macedo Soares, e em consequência, indistintas as fronteiras portuguesas e espanholas na América do Sul. E essa circunstância foi indubitavelmente favorável à atual formação territorial do Brasil... Por atuação da própria nova Metrópole foi estendida para o Norte a colonização e criadas mais três capitnias... Pedro Teixeira fez a sua conhecida entrada pelo *Amazonas*, tomando posse em 1639, para a coroa de Portugal, do vasto território amazonense... (pág. 92).

Em 1640, estava definitivamente “recuado” o Meridiano de Tordesilas, e não era a política do Conde-Duque de Olivares, a braços com a insurreição catal, com a hostilidade de Richelieu (Rocroy foi em 1643), com um rei débil e péssimas finanças, que ia recuperar as léguas perdidas no sertão tropical.

O Embaixador Macedo Soares, no mapa que mandou organizar para a ilustração de nossas fronteiras no momento da Restauração de Portugal, marcou em pequenos arcos vermelhos os “empurrões” sucessivos que, de 1590 a 1638, foram dados ao “meridiano” famoso. Aí ficam registados os nomes gloriosos de Fernão Dias, de Raposo, de Pedro Teixeira e de tantos heróis do Bandeirismo que criaram o Brasil de nossos dias.

IV. Fronteiras entre a colônia portuguesa e a francesa — tratado de Utrecht — 1713

Muitos problemas de delimitação territorial, em tôdas as fronteiras do país, legou a diplomacia portuguesa ao Brasil Independente, mas seria uma injustiça não reconhecer que todos foram por ela discutidos e, na medida do possível, dotados de soluções provisórias, de acôrdo com os recursos e as informações da época. O trabalho do Embaixador Macedo Soares é um tributo prestado a estes esforços da velha Metrópole.

Aliás, não deixa de ser lógico que assim fôsse: pois as Américas, exploradas por povos europeus nelas desembarcados, deviam forçosamente conhecer um povoamento da faixa litoral para o interior, e, quando conhecido êste interior, viriam os grupos de penetração a se encontrar; são então devia fatalmente se impor a questão da delimitação. Havia, pois, aí uma questão de sequência his-

tórica. Enquanto uma fronteira não é "viva" ou "sensível", como diz Macedo Soares na sua Introdução, ela não impõe a necessidade de ser delimitada; é mais o espírito de previsão que atua então sobre os grupos humanos interessados. Aliás, a fronteira *linear* é um conceito moderno, quasi contemporâneo. No nosso caso, não seria exagêro dizer que as nossas fronteiras são em extensão, resultando de pulsações sucessivas, mas tendendo a solidificação num futuro mais ou menos próximo.

De fato, a primeira tentativa de solidificação da fronteira colonial se efetuou no norte do território, entre o império colonial português e o império colonial francês.

Antes, porém, de descrever as peripécias das negociações relativas às Guianas, o autor lembra os fatos principais que se deram durante estes setenta anos de recuperada independência, sob o regime dos Braganças.

Durante a Regência de Luiza de Gusmão, foi negociado o casamento da Infanta D. Catarina com o rei da Inglaterra, Carlos II. Custou a Portugal êste matrimônio: Tânger, Bombaim, privilégios em Goa, em Diu, em Pernambuco, na Baía e no Rio de Janeiro, direitos sobre Gale, em Ceilão. Em compensação, garantiam as fôrças inglesas os direitos de Portugal em "quaisquer outras praças" e forneciam-lhe homens e cavalos para terminar a guerra da Espanha. A aliança britânica valeu pelo menos a paz de Haia com a Holanda (1661) e a paz de Lisboa com a Espanha (1668).

Macedo Soares explica, em seguida, as pretensões que a previsão da morte de Carlos II da Espanha fizera brotar no fim do século XVII. Deu-se então a chamada "Guerra de Sucessão".

El-Rei D. Pedro II, um dos menos dotados entre os soberanos portugueses e apesar das circunstâncias infelizes do seu acesso ao trono, foi entretanto um monarca firme e decidido. Muito foi criticado o tratado de Methwen que assinou com a Inglaterra, mas nas suas relações com Luiz XIV e a Espanha foi avisado e patriota. Macedo Soares se refere a nada menos de cinco tratados assinados de 1700 a 1703 por Pedro II e diretamente ou indiretamente envolvendo a nossa Guiana (1).

O primeiro neutralizava as terras entre o *Amazonas* e o *Oiapoque*. O terceiro confirmava, em 1701, o primeiro, apesar dos dispositivos internacionais do segundo tratado. O quarto garantia o testamento do rei espanhol Carlos II em

(1) Em relação ao que se deu no território da Guiana, anteriormente a estas datas (1700-03) eis o que consta nas notas do Barão do Rio Branco, comentando as palavras de E. Reclus sobre o antigo "Território Contestado" (pgs. 472 e seguintes):

"Os portugueses estabeleceram-se no Pará em 1616, e, por ordem do Rei da Espanha e Portugal, começaram desde logo a desalojar os estrangeiros que haviam fundado fortes e feitorias no Amazonas e seus afluentes. Esses estrangeiros eram *ingleses* e *holandeses* (sic). Não havia franceses estabelecidos no Amazonas. O aparecimento de um ou outro navio francês que em fins do século 16.º e princípios do 17.º foi negociar com os índios desta região, não constitue um título em favor da França. Navios portugueses já iam a essas paragens antes mesmo de 1542, isto é, antes da viagem de Orelana. Em 1623, os portugueses do Pará tomaram o porto holandês de Gurupá; em 1625, dois portos holandeses no Xingü e outros ingleses na margem setentrional do Amazonas, isto é, na Guiana... Os franceses só se estabeleceram em Caiena e nas costas vizinhas — que nenhuma relação tem com o Amazonas — em 1664, expulsando então daí os holandeses.

E' certo que antes da conquista definitiva de Caiena pelos franceses, em 1572, os Reis de França, a partir de 1604, fizeram várias concessões compreendendo o território entre o Amazonas e o Orenoco, mas essas concessões sobre papel, não seguidas de ocupação efetiva, não podiam invalidar os direitos do Rei da Espanha e Portugal, direitos baseados no descobrimento e na ocupação.

Foi só em fins do século XVII que M. de Ferrolles conseguiu induzir o govêrno francês a reclamar como limite meridional da Guiana francesa o Amazonas e a reclamar também o Maranhão..."



Neste artístico mapa da "Restauração de Portugal — 1640", está marcada a "Linha de Tordesillas" de 1494 ainda então em vigor teoricamente. Os arcos interrompidos traduzem os sucessivos "empurrões" por meio dos quais, durante o domínio espanhol, conseguiram os lusos-brasileiros o "reco do Meridiano"

favor de Filipe V — mas sob condição da França enviar as forças de garantia a Portugal. O quinto tratado, o de 1703, é a entrada de Portugal na coligação ao lado de Inglaterra e contra Filipe V e Luiz XIV — com a promessa de cessão a Portugal das cidades espanholas de Badajós, Alcântara, Tui, Vigo, etc. Tomava El-Rei esta atitude porque as forças prometidas não lhe tinham sido enviadas.

Foram os tratados de Utrecht que terminaram este “imbroglio” da sucessão espanhola.

As negociações abertas em 1712 levaram a assinatura de vários tratados, dos quais dois interessavam especialmente o Brasil: os de 11 de abril de 1713 e de 6 de fevereiro de 1715. No primeiro, a França renunciava formalmente a todo e qualquer direito e pretensão sobre a propriedade das terras “chamadas do Cabo do Norte e situadas entre o Rio Amazonas e o de Oiapoque” (art. 8). As duas margens do Amazonas eram, além disso, confirmadas “propriedades, domínio e soberania” de Portugal, sem pretensão francesa ulterior sobre a navegação e uso do dito rio.

A fronteira assim estabelecida não foi mais, no decorrer do século XVIII, objeto de discussões diplomáticas, mas nem por isso deixaram incursões de se produzir.

“Os tratados celebrados desde 1797 até 1802, diz Rio Branco, não interpretavam o de Utrecht de 1713; fixavam limites diferentes, impostos pela França. Os tratados de Paris (1797), de Badajós (1801), de Madrid (1801) nem foram ratificados. No Congresso de Amiens, apesar de Portugal não estar representado, foi reproduzido entretanto o artigo V do Tratado de Badajós.

Ao chegar ao Rio, o príncipe Regente Dom João declarou “nulos e de nenhum vigor todos os tratados que o Imperador dos franceses o compeliu a concluir, e particularmente os de Badajós e de Madrid de 1801 e o de Neutralidade de 1804”.

Em 1809, um corpo de tropas brasileiras do Pará, auxiliado por uma divisão naval portuguesa e uma corveta inglesa, operou a conquista da Guiana francesa. Depois do Congresso de Viena, uma Convenção passada em Paris, a 28 de agosto de 1817, reproduzida nos seus cinco artigos por Macedo Soares, restituiu a Guiana francesa até o Oiapoque, “conforme ao sentido preciso ao art. 8 do Tratado de Utrecht”. Foi deste ponto de partida que, 80 anos mais tarde, o Brasil independente representado por Rio Branco, retomou vitoriosamente a questão.

V. Fronteiras entre os domínios de Portugal e da Espanha — 1970

Não é sem uma certa emoção que o brasileiro de hoje lê a página de sua história que se refere ao Tratado de Madrid. Relata este pela primeira vez a configuração territorial, com poucas diferenças, do Brasil atual, sendo o pacto a fixação jurídica desta configuração. Em segundo lugar, é a consagração da obra nacional durante séculos levada a bom êxito pelos Bandeirantes, que “dilataram” a Pátria e colocaram, pelo seu perseverante esforço, as nações diante de uma realidade objetiva: a ocupação efetiva do território. Por fim, não pode deixar de orgulhar-se também o coração humano diante deste exemplo dado por duas nações rivais: um acôrdo baseado na justiça e na sinceridade. Não era apenas (2) um simples tratado dinástico; era um progresso moral sobre todos os conchavos políticos da época.

(2) De fato, D. José, Príncipe do Brasil e D. Fernando, Príncipe das Astúrias tinham casado, o primeiro com a Infanta de Espanha D. Maria Vitória, e o segundo com a Infanta de Portugal, D. Maria Bárbara (esta última, barbaramente feia).

Por isso, inicia o autor o seu capítulo "Fixação Jurídica da Configuração Territorial do Brasil", citando as opiniões que emitiram a este respeito Cantillo, Roberto Southey e Rio Branco.

A propósito do Tratado de Madrid de 1750, relata Macedo Soares a vida de seu principal inspirador, Alexandre de Gusmão, cuja atuação é explicada e devidamente apreciada. Ele evitou entretanto, de lembrar o "verso da medalha", isto é, os três anos da vida de Alexandre de Gusmão que seguiram a negociação de Madrid e precederam sua morte (1753). Foram três anos amargurados. Mal compreendido e mesmo atacado, foi afastado com brutalidade, perdeu a casa num incêndio e morreu crivado de dívidas (3), êle que tinha obtido para D. João V e seus sucessores o título de "Fidelíssimo" e trocado um presídio remoto, foco de contrabandistas, contra o reconhecimento de uma fronteira dilatada e concessões inestimáveis. Acertadamente chamou-o Araujo Jorge de "avô dos diplomatas brasileiros".

Passando ao estudo do tratado de limites, analisa o autor a linha determinada pelos artigos 3 a 9. Do *Monte Castilhos Grande* e seu regato atlântico, partia a fronteira seguindo o separador d'águas entre a *Lagoa Mirim* e o *Rio Negro* até as cabeceiras do rio *Ibicuí*. Seguia este rio até o rio *Uruguai* e seguia o *Uruguai* até o *Pepirí* e o correspondente afluente do *Iguassú*, na vertente oposta. Seguia o *Iguassú* e depois o *Paraná*; subia o *Igurei* até as nascentes e, passando à vertente oposta, descia o mais próximo afluente do rio *Paraguai*, que passava a seguir até os *Pântanos*, à bôca do *Jaurú*. Daí uma linha reta encontrava o *Guaporé* e descia o rio até o *Madeira* que descia também. Em meio de seu curso, era o *Madeira* abandonado por uma linha que cortava o *Purús* e o *Juruá*, até encontrar o *Javari* e seguia este rio até o *Amazonas*. Pelas primeiras bôcas do *Japurá*, subia este último rio até a *Cordilheira dos Montes*, separáveis de águas do *Amazonas* e do *Orenoco*, até os confins para leste dos domínios das suas monarquias com terras estrangeiras (Guianas).

"Os acidentes da Natureza, conclue F. Raja Gabaglia (As Fronteiras do Brasil — págs. 55-56) passaram a ser de preferência adotados como limites e, salvas mútuas concessões inspiradas por conveniências comuns para a linha ficar menos sujeita a controvérsia, ficou cada parte com o que possuía na ocasião. Foi a adoção do *uti possidetis*".

E', pois, o Tratado de Madrid a origem dos nossos 16 mil e tantos quilômetros de fronteiras terrestres, constituídas na sua maior parte por álveos fluviais e no restante por *divortium aquarum* e umas poucas linhas geométricas. Estas fronteiras não eram, como não são, de modo algum, barreiras, obstáculos, isoladoras ou protetoras. No conceito geográfico moderno, poderíamos defini-las: "fronteiras esboçadas, convencionais e de referência".

O Tratado de 1750 revogou definitivamente o acôrdo de Tordesillas que, já havia muito, não era mais respeitado; revogou, porém, referindo-se literalmente a tôdas as dificuldades de regular uma demarcação por linhas meridia-

(3) Os ataques ao Tratado de Madrid foram feitos em Madrid e em Lisboa. Na Espanha, consideravam-no como uma fraqueza de Fernando VI; em Lisboa foi um golpe aos comerciantes que, pela Colônia do Sacramento, mantinham comércio de contrabando. As razões patrióticas, invocadas contra a cessão da Colônia do Sacramento, foram discutidas na *Impugnação* que escreveu então Alexandre de Gusmão. Ele justificava a entrega da praça, diz Araujo Jorge, "alegando as dificuldades com que Portugal lutara até então para sustentar a sua guarnição, as constantes lutas a que dera lugar, a sua vizinhança de Buenos Aires, o perigo de sua situação em plenos domínios castelhanos e separada das terras do Brasil pelos descampados da Banda Oriental..."

(4) Em sua *Impugnação* provou Alexandre de Gusmão que Portugal ganhou em "ter o governo espanhol reconhecido pertencêrem à coroa portuguesa as margens orientais do rio Guaporé, retirando dali suas aldeias que já começavam a penetrar no interior do país, encontrando-se com os mineiros dos sertões de Cuiabá, e pretendiam proibir aos portugueses a navegação do rio" (G. Resende Silva — *A Fronteira do Sul*, pg. 336).

nas e pelas suas outras insuficiências e omissões. Macedo Soares faz ressaltar os dois princípios da mais alta importância que, para os interesses do Brasil, estabeleceu este ato diplomático. O primeiro, de ordem moral, procurando afastar das colônias da América as calamidades de possíveis guerras — o segundo, estabelecendo na ordem jurídica a fórmula do *uti possidetis*, princípio êsse que foi precioso para o Brasil, na solução pacífica ulterior de tôdas as suas questões de limites. (Art. III do Tratado).

O autor termina o seu interessante capítulo sobre 1750 com referências ao papel desempenhado pelo Capitão General Gomes Freire de Andrade na *Comissão de demarcação do Sul*, cujos primeiros marcos foram colocados até 1753.

O Tratado de Madrid que, se não vigorou muito tempo, pois já em 1761 o *Tratado de El Pardo* o vem anular e as lutas posteriores ainda mais o vieram desmentir, o Tratado de Madrid, decisivo na nossa história, não foi entretanto senão um episódio do reinado de D. Fernando VI da Espanha, o segundo rei Bourbon daquele país.

Disseram, talvez injustamente, que era uma concessão feita por um monarca fraco a seu sogro D. João V de Portugal de quem desposara a filha, a Infanta D. Bárbara. Na realidade, o acôrdo com Portugal era um elo na corrente longa de acordos pacíficos com a Inglaterra, com a Sardenha, com a Austria, com Roma, que o rei espanhol procurava constituir em favor de seu país, até então, levado por influências e ambições francesas e italianas. Por fim, um rei tímido, melancólico, mas profundamente pacífico e patriota, tentava, pela primeira vez na Espanha, uma política espanhola.

Infelizmente, morria em 1759 este pobre monarca, sucumbido com a perda de sua esposa portuguesa, falecida no ano anterior. Como prova o tratado de El Pardo, as cousas iam rapidamente mudar.

VI. O tratado de Santo Ildefonso — 1777

O autor relata o acolhimento do tratado de 1750 em Madrid e em Lisboa, explicando os ataques vários que fizeram a seus dispositivos e a oposição que à sua execução foi feita pelos padres da Companhia de Jesús e pelos comerciantes portugueses e ingleses da Colônia do Sacramento. Os próprios demarcadores foram atacados pelos índios guaraníes, guiados pelos jesuítas, organizadores das Sete Missões. Deu isso ensejo a uma campanha militar organizada contra as Missões por Gomes Freire, em 1756. Nem por isso deixaram de aparecer as dificuldades.

Com as mudanças políticas que acompanharam o advento de D. José em Portugal e de Carlos III na Espanha, foi de tal modo alterada a situação e o pensamento político de 1750 que os dois governos foram levados a redigir o tratado de El Pardo de 1761.

A política européia dos Bourbons da França, da Espanha e da Itália, criando o *Pacto de Família*, levou Portugal novamente a hostilidades contra a Espanha, aliado à Inglaterra. Um benefício disso resultou logo: recuperou a Colônia do Sacramento.

Durante cerca de quinze anos durou a luta entre espanhóis e portugueses. Venciam uns na América e eram vencidos na Europa; em outros períodos invertiam-se os papéis: mas eram os acontecimentos peninsulares que ditavam conquistas e cessões. D. Pedro Zeballos, empreendedor e ativo, invadiu a Colônia do Sacramento e o Rio Grande do Sul e apossou-se da ilha de Santa Catarina.

Em Portugal, porém, deu-se a "viradeira" com a subida ao trono de D. Maria I e a saída de Pombal do governo. Poucos meses depois era assinado com a Espanha o Tratado de Santo Ildefonso (1777).



Mapa do "Tratado de Santo Ildefonso" de 1777, que veio modificar as divisas meridianas do "Tratado de Madrid" de 1750. Ambas as demarcações são reproduzidas neste mapa para serem confrontadas do rio "Pequiri" para o sul. O segundo tratado, como é fácil verificar, nos privou dos territórios ditos das "Sete Missões"

Macedo Soares organizou um mapa interessante do extremo sul (Colônia do Sacramento e Uruguai) onde se deram as principais alterações territoriais estipuladas no tratado. Por aí verifica-se que, pela primeira vez, a *Lagoa Mirim* passava a ser fronteira meridional do Brasil, sem ser todavia seguido o rio *Jaguaraão* que ficava sendo espanhol. A linha do *Ibicuí* também era abandonada e perdíamos as Sete Missões (que aliás eram nove). A partir do *Pepiri-guassú* não havia alterações.

O Tratado de Santo Ildefonso era de 25 artigos, como o de Madrid, mas sete artigos separados o completavam. Era um pacto de aliança, um acôrdo comercial e uma convenção de limites, ao mesmo tempo.

Além da modificação em território riograndense, o tratado de 1777 em muitos pontos repete o de 1750. Os artigos IX, X, XI e XII do segundo, reproduzem quasi os artigos VI, VII, VIII e IX do primeiro.

Carlos Calvo, citado pelo autor, salienta as vantagens que trouxe à Espanha o novo tratado pelo qual, devolvendo apenas a ilha de Santa Catarina, o Rei Católico estabelece os seus domínios sôbre as duas margens do Prata, ocupando a Colônia do Sacramento e incorporando, além disso, as Missões e a bacia do Rio *Ibicuí*. O Visconde de S. Leopoldo o qualificou de "leonino e capcioso"; Machado de Oliveira de "lesivo e prejudicial aos interesses da Coroa de Portugal".

Foi, entretanto, pontualmente observado e executado pelos portugueses e devia ser válido até a nova guerra entre as duas monarquias peninsulares, vinte e quatro anos depois (1801).

Ligada à França de Bonaparte, a Espanha de Carlos IV foi levada à guerra com Portugal, em fevereiro de 1801. Em duas semanas nossa então Metrópole foi invadida, perdendo Olivença. Na América, entretanto, foram mais felizes os lusos: Sebastião Xavier da Veiga Cabral cercou os espanhóis no Cerro Largo: os Sete Povos das Missões foram conquistados e fortificaram-se os portugueses no *Arroio Chuí*, onde ficou definitivamente fixada a fronteira do Brasil.

O Tratado de Badajós de 6 de junho de 1801 foi então assinado; o teor do tratado foi julgado insuficiente por Bonaparte, mas pouco depois, a paz de Amiens, vinha desafogar um pouco a atmosfera européia. Só mesmo em 1807 veio Napoleão a se ocupar mais atentamente de Portugal... e sabemos o que nos valeu essa atenção: hospedar a Côrte portuguesa.

VII. A incorporação da província cisplatina

A Colônia do Sacramento fôra fundada à margem do Prata por ordem d'El-Rei Dom Pedro II, em 1680. "Parece claro o intuito de Lisboa, diz Calógeras, em fixar o limite entre as duas nacionalidades ibéricas pelo estuário do *Prata* e o vale do *Paraguai* acima. Fronteira natural, traçada grosseiramente de Sul a Norte, era fácil de assinalar, respeitar e defender". E por isso, durante cerca de dois séculos Portugal e Brasil tiveram uma política platina!

Era, no XVII século, uma tentativa audaciosa aquele estabelecimento de colônia militar na Banda Oriental, entre pontos ocupados por espanhóis. Era em previsão do alastramento que fatalmente teria a colonização portuguesa pela costa meridional, em virtude do princípio de continuidade territorial.

Depois de alternativas de perdas e reconquistas sucessivas, chegou no tempo de D. João, Regente e Rei, a oportunidade de uma ocupação que parecia definitiva.

Assim a explica Oliveira Lima: "A ocupação tinha por motivos verdadeiros facultar ao Brasil sua fronteira natural ao sul e tornar bem irremediável a desagregação espanhola em andamento. Uma vez consumada tal desagregação

reduziria a metrópole, privada de seus melhores recursos, a potência muito subalterna e colocaria os desunidos e débeis fragmentos do império colonial rival à mercê da compacta e disciplinada expansão portuguesa no futuro”.

Durante o período agitado da organização nacional das populações platinas, a ocupação da Cisplatina, embora temporária, teve como consequência impedir que um grande e poderoso bloco espanhol se formasse em nossas fronteiras. E assim, como disse Calógeras, “através mil dificuldades e óbices inúmeros, a teimosia mansa e bonancheirona de D. João VI havia vencido” (5).

As tradições políticas do passado colonial levaram a nossa monarquia a um intervencionismo no Prata que a geração atual tem alguma dificuldade em explicar, tão estranhas nos parecem tais tradições políticas. Hoje, menos do que nunca, é o Brasil uma potência platina e só perderíamos em entrar, no que, parodiando Washington, poderíamos qualificar de “*River Plate entanglements*” (6).

O Embaixador Macedo Soares que, em seus discursos diplomáticos, no período de 1934 a 1936, bem revelou a moderna e mais segura orientação do Brasil nestas questões, traça uma rápida mas simpática silhueta de José Artigas “o generoso caudilho”, “pai dos pobres”, “cavaleiro andante do liberalismo”. E’ reconfortante esta referência sob a pena do ilustre diplomata ao grande vencido de Tacuarembó.

Ao lembrar a história da Incorporação, sente-se nas entrelinhas uma ligeira ironia por parte do autor. Feliz o povo que, como o do Brasil, tão consciente de seus destinos e da sua missão, pode sereno e sorridente reler semelhante página de seu passado!

Quanto ao ponto de vista uruguaio, não deixa de ser interessante a opinião de um sociólogo, Alberto zum Felde, em seu *Proceso Histórico del Uruguay*: “El Congreso, reunido por Lecor, sancionando la anexión de la Banda Oriental al Imperio portugués es la expresión de una fatalidad. El país no tiene vida propia; sin población, sin ganadería, sin agricultura, sin comercio, sin rentas, sin ejércitos, la incorporación es un imperativo... Es menester una fuerza que garantice el orden, que respete las libertades civiles, que levante de su prostración las energías productoras... Los ciudadanos orientales dejarán de vivir en su país en calidad de desterrados y de rebeldes, siendo considerados como ciudadanos del Imperio... Pocas veces, lo que se llama vulgarmente “sentido práctico”, ha dirigido tan exclusivamente los actos y los sentimientos de un pueblo”.

Mais adiante explica o mesmo sociólogo porque não durou o domínio luso: “Sin profesores, sin escuelas, sin industrias, sin artes, no se conquista un país: se ocupa militarmente, nada más. La civilización es lo que conquista realmente”.

(5) O tratado da *Incorporação* da Província Cisplatina, a 31 de junho de 1821 (D. João VI já havia embarcado para Portugal) define em seu artigo II os limites da nova unidade incorporada: o Rio da Prata, o Rio Uruguai, o Rio Quaraím, a Cochilha de Santa Ana, o Rio Tacuarembó Grande, as cabeceiras do Rio Jaguarão, a Lagoa Mirim, o Rio Chuí.

(6) A este propósito, dizia Pedro Calmon numa recente conferência no Itamarati (26 de maio de 1939): “Fôra esta um êxito pessoal de D. João VI. Mas uma consequência do *sistema português*, cujo ponto de partida tinha uma data remota 1679 e um toponimo trágico: Colônia do Sacramento. Deveras o sistema português atenuara-se em 1750, ou infletira, em virtude de uma intromissão providencial: o *sistema brasileiro* de Alexandre de Gusmão... Realmente há dois sistemas em confronto...” E mais adiante diz o mesmo historiador: “Mas D. João sonhava com a margem oriental do Prata, onde seus avós tinham mandado levantar uma fortaleza quatro vézes investida e posta abaixo — sôbre um raso Talude do rio imenso... Aliás, encontraremos adiante uma analogia que o moderniza. Quando em D. Pedro II reviveu a malícia plácida do Rei Velho...”

VIII. Fronteiras do Brasil em 1822 — *Uti Possidetis* — A independência

Macedo Soares, depois de ter feito uma resenha das oscilações da nossa linha de fronteiras (página 195), cita uma afirmação de Hildebrando Acioli: "ao se tornarem independentes as antigas colônias da Espanha e Portugal na América do Sul, não havia nenhum ato internacional vigente que definisse os limites entre o Brasil e os países vizinhos".

Era pois necessário, como explica o autor, na ausência de textos jurídicos, adotar um critério para a solução de nossas questões de limites. A descoberta não era mais um título decisivo; a ocupação nominal já não criava direitos; as Bulas de nada serviam tampouco. Era exigida, a partir do XVIII século, uma presença real e prolongada da região descoberta e o exercício efetivo da soberania.

Por isso, foram os novos Estados levados a procurar normas nas instituições do Direito Romano. As nacionalidades tiveram de adotar dispositivos do direito da posse e propriedade privada. Foi o *uti possidetis, ita possideatis* que o direito das gentes passou a invocar em terras do Novo Mundo. Era um critério justo e razoável que assim entrava no direito público para constituir um princípio de solução nos conflitos de jurisdição territorial. Dispensava qualquer outro título a "posse mansa e pacífica". Manifestou-se neste sentido o jurisconsulto hispano-americano Andrés Belo, invocado por Rio Branco na questão das Missões.

Aliás, os Tratados do XVIII século, como lembra o autor, sempre se referiam aos "territórios que atualmente possui" cada uma das partes do acôrdo — 1750 e 1777.

Mas, nas questões de limites na América do Sul, o *uti possidetis* veio a ser ainda objeto de distinções entre a situação "de direito" e a situação "de fato". Embora havendo nisso certa contradição, o ponto de vista era uma referência ao ano de 1810. Isto é, a situação era referida às condições de limites que existiam no momento da Revolução libertadora das Colônias contra a Metrópole, e não a "posse imemorial". As delimitações administrativas de 1810, segundo o direito comum da Metrópole, eram pois tomadas como bases.

Já para o Brasil, o caso era um tanto diverso: só dispunha do *uti possidetis* — posse real e efetiva, herdada com a própria independência.

Por isso, ficaram as nossas questões de limites em parte ligadas ao reconhecimento da nossa independência. Macedo Soares narra sumariamente, a êste propósito, as negociações que, nas côrtes da Europa, Paris, Londres, Viena e Santa Sé e nos Estados Unidos tiveram os nossos diplomatas que levar a efeito. Ficou ligado a esta página interessante de nossa História Diplomática o nome de Oliveira Lima que, em 1901, escreveu o seu "Reconhecimento do Império".

Durante três anos, pugnou na Europa a jovem diplomacia brasileira. O ponto vital em que se desenrolava então o drama do reconhecimento era Londres, onde Caldeira Brant, depois Marquês de Barbacena, representava o Imperador e onde Canning prestava seus bons ofícios de mediador.

"A demora das negociações, diz Macedo Soares, levou D. João VI a concordar em mandar ao Rio de Janeiro, como seu plenipotenciário, o diplomata inglês Sir Charles Stuart, que trouxe a famosa Carta Patente de 13 de maio".

Os documentos relativos à Independência são reproduzidos na obra em apêço: a Carta Patente de D. João VI, legitimando a separação política do Império, mas ressalvando a sucessão do Imperador à Coroa de Portugal. — O Tratado da Paz e Aliança de 25 de agosto de 1825 entre Brasil e Portugal. — A Convenção adicional de 29 de agosto estipulando o pagamento de 2 milhões esterlinos ao govêrno de Portugal. — A Carta de Lei, ou ratificação de 15 de novembro.

Conclusão: As razões do "Brasil-Uno" (7) A obra de Macedo Soares que acabamos de analisar, já recebeu da imprensa do país o merecido acolhimento. Foi a expressão de um reconhecimento profundo ao antigo Chanceler por parte da opinião pública, não só do esforço que fez nas suas pesquisas como do modo pelo qual o fez, apresentando com tanta perfeição de forma e arte o seu valioso trabalho.

Não cabe a esta *Revista* fazer referências à personalidade do Embaixador Macedo Soares, pois ao seu patriótico discortino deve ela nada menos do que a sua própria existência. Mas algumas referências à sua obra lembraremos aqui, em maneira de conclusão.

"Pela primeira vez, diz Jaime de Barros, aparece uma obra de conjunto sobre os antecedentes históricos e a ação diplomática na fixação de nossas fronteiras no período colonial". Abraão Ribeiro declarou, no *Diário da Noite*, de S. Paulo, que com obras deste vulto "atingiremos a plenitude da consciência nacional". Referindo-se à categoria da obra histórica realizada, Werneck Sodré diz que é "daquelas que se constituem, desde logo, como fundamentais". Plínio Barreto, no *Diário Carioca*, aconselha de cuidarmos "seriamente desses trabalhos, não só para nos elevarmos aos nossos próprios olhos, como também para mostrarmos a certos imperialismos atrevidos que jamais seremos presa fácil de quem quer que seja". A Cardilo Filho impressionou "a graça da linguagem, o imprevisto da cultura humanística". Feijó Bitencourt ponderou: "Essa esplêndida tese conclue por uma lição: O Direito que deve fundamentar as questões internacionais".

São de Maurício de Medeiros na *Gazeta* de S. Paulo, estas linhas reconfortantes sugeridas pela leitura meditada: "O passado deve servir para inspirar os responsáveis pelo presente, para que o futuro não o desminta. Tanto quanto se pode concluir desse estudo, sente-se que a unidade do Brasil não resulta de nenhum artifício. Pequenas mutilações ou ampliações aqui e ali, e temos hoje, alguns séculos mais tarde, o mesmo Brasil que os colonizadores fundaram. Se já atravessamos o período propriamente formador sem fragmentações maiores, hoje, com os sistemas de rápida comunicação que a Ciência criou, não creio que haja mais perigo de separação. Semelhante perigo só poderia resultar de criações artificiais transitórias, como demonstrações de descontentamentos passageiros. Mas a reação unitária se faria sentir imediatamente e o mesmo bloco do Brasil-Colonial se refaria por um fenômeno de auto-regeneração quasi fisiológica do grande aglutinado nacional".

Concluamos, pois, com o decano da Imprensa: "*Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*" passou a constituir o primeiro tomo de uma obra mais ampla que todos temos o direito de esperar da inteligência, erudição e patriotismo do Dr. José Carlos de Macedo Soares..."

D. de C.

(7) A expressão é do artigo de Maurício de Medeiros na *Gazeta* de S. Paulo (3 de agosto de 1939).

“LA GÉOGRAPHIE PSYCHOLOGIQUE”

Por *Georges Hardy*

Eis um livro que provocará grande interêsse. Ele o merece por muitos títulos.

Em primeiro lugar, pela própria personalidade do autor. Georges Hardy é ao mesmo tempo um geógrafo abalisado, um esclarecido e ativo membro da alta administração da Educação Nacional em França, e um “colonialista” que, durante vinte e cinco anos, dedicou-se a assuntos humanos nas colônias francesas, especialmente na África Ocidental e na África do Norte.

Em segundo lugar, pelo seu objeto, que consiste em confrontar a Geografia propriamente dita, essencialmente objetiva e material, — pois ela trata dos aspectos da superfície terrestre — com a alma humana, múltipla e diversa. “Se o estudo dos fatos materiais”, diz o autor, “que constitue a tarefa familiar à Geografia — a habitação, a estrada, a exploração dos recursos do solo, do sub-solo e das águas — é levado ao extremo, já não será mais possível a esta ciência limitar-se às relações entre a natureza e os homens em carne e osso; ela é fatalmente conduzida, por pura probidade científica, a ultrapassar o limiar da alma” (pág. 11). A Geografia Psicológica nada mais é, nessas condições, do que “o coroamento indispensável da Geografia Humana”.

Por último, pela finalidade que o autor indica a uma tal Geografia, a saber: não somente enriquecer o campo dos conhecimentos humanos para a satisfação dos intelectuais, mas também colaborar eficazmente na “compreensão mútua” dos povos, desenvolver em nós mesmos, apurar, manter “sempre desperto, o senso psicológico, com tôda a indulgência e germes de simpatia que êle contém” (pág. 183). Ideal seguramente nobre, neste mundo humano, nesta Torre de Babel, onde “se fazem juízos insensatos sôbre os sentimentos e as intenções do aliado ou do adversário” e onde “*on se cherche les uns les autres en s'indignant*”.

O capítulo primeiro, intitulado “Objeto e método”, é digno de meditação. Nele esforça-se o autor em reduzir às suas finalidades e dimensões exatas esta Geografia Psicológica, cuja tarefa consiste em “determinar a localização dos fenômenos de psicologia coletiva na superfície do planeta e, nos devidos casos, a contribuição desses fenômenos nas relações entre o homem e a natureza” (pág. 14). Definição acertada. Mas êle não dissimula a dificuldade que há em conservar um valor científico em tais pesquisas. Os geógrafos tem-se mostrado até agora extremamente circunspectos nesse domínio, por temor de cair “num determinismo e num finalismo ingênuos” ou “na imaginação, na fantasia, nos truismos e na falsa ciência” dos geógrafos improvisados. E’ certo que, desde Homero e Heródoto, nenhuma descrição verdadeira da Terra silenciou a respeito da côr psicológica própria de cada paisagem humana; entre parêntese, é de se admirar um pouco de não se ver aparecer, entre outros nomes de importância, o de Elisée Reclus, em cujos trabalhos essa preocupação transparece incessantemente. Mas, além dos casos tão frequentes, em que dominou o conceito literário, diferente de uma época para outra, no conjunto tem havido a preocupação do Homem Universal, entidade abstrata, à qual tem-se querido reduzir as diferenças entre povos, consideradas como simples “*nuances*”; as “ciências do homem”, que o positivismo favoreceu, perpetuaram a ilusão unitária. Não competirá à Geografia dar-lhes uma base concreta e estável, êste “contacto do solo, sobretudo de um certo solo, bem determinado, que impede o espírito de divagar”, como diz A. Siegfried?

Georges Hardy enumera alguns "erros de orientação" que impediram a Geografia Psicológica de tomar a forma definitiva duma disciplina científica. A maior parte desses erros nasceu da tirania da História; outros, de preocupações políticas, de preocupações de ordem moral, de ambições excessivas conduzindo a sínteses prematuras; ou da ilógica necessidade de explicar antes de ter observado, analisado e descrito, e de formular leis antes de ter coordenado e verificado a matéria. Essa muito antiga ciência é ainda pueril. Já é tempo para ela de indagar, antes de saber se o caráter dos homens depende ou não do meio físico, quais são, com precisão e em sua individualidade, os fatos incontestáveis de psicologia coletiva. Atitude prudente e paciente. O que é, antes de tudo, necessário, é fazer o inventário dos hábitos de uma dada coletividade, "esforçando-se em deduzir a sua significação mental e moral: hábitos corporais, hábitos materiais, como a habitação, o vestuário, a higiene, os gêneros de vida, os meios de transporte, — hábitos morais, hábitos sociais, hábitos propriamente psíquicos" (pág. 31). Sem abster-se das "sínteses de reconstituição", ou, em outras palavras, dos quadros de conjunto, nem, conforme a oportunidade, das "sínteses explicativas" patenteadoras das relações entre os fatos observados, a Geografia Psicológica, ainda se iniciando e tateando como ciência verdadeira, não pode pretender ser um "conhecimento abstrato das relações gerais entre os fatos", ou, em outros termos, das leis. Não é o caso de toda a Geografia Humana?

E' nessas bases que G. Hardy estabelece seu original ensaio. A primeira parte, intitulada "*Os fatos de expressão*", é uma espécie de catálogo de tipos de hábitos que exprimem a psicologia dos grupos humanos. Ele os classifica, conforme já tinha adiantado no início da obra, em: hábitos corporais, hábitos materiais (alimentação, vestuário, habitação, higiene e medicina, transportes, horizontes de trabalho), hábitos morais, hábitos sociais, hábitos psíquicos. A matéria é extremamente rica, haurida das observações diretas do autor, ou em obras as mais diversas. Ele não pretende, certamente, esgotar o assunto, mas sim dar exemplos destinados a mostrar em que sentido podem ser dirigidas as pesquisas. Seria fácil multiplicar esses exemplos. Trata-se, em suma, de todas as observações possíveis sobre as manifestações exteriores do pensamento, dos sentimentos, da mentalidade dos diversos grupos humanos, desde os gestos de polidez até a organização social, passando pela concepção da habitação, das formas de casamento, dos ritmos religiosos, em resumo, tudo o que interessa à antropologia e à sociologia, mas também, sem dúvida alguma, à Geografia Humana, embora não seja sempre fácil relacionar diretamente ao solo todos os fatos desta ordem. Um trabalho de triagem deve ser feito no inverosímil "*bric-à-brac*" dos fatos de psicologia coletiva.

Os fatos a considerar devem em qualquer caso traduzir-se por um "minimum" de "fatos de superfície"; é preciso que eles tenham provocado, em suma, uma transformação da paisagem. Donde a segunda parte do estudo, a mais original e a mais fecunda, e que se intitula: "*A paisagem psicológica e os quadros de investigação*". Essa noção não é, sem dúvida, absolutamente nova. Sem que seja preciso lembrar Michelet e suas intuições mal controladas, há descrições de Vidal de La Blache que são impregnadas duma "psicologia" bem penetrante. O autor lembra, por outro lado, um curioso artigo de L. Aufrère (*Annales de Géographie*, 15 set. 1936) que insiste sobre o valor geográfico da "paisagem espiritual", transfigurada pelos monumentos humanos. Os quadros de investigação podem ser, conforme o caso, étnicos, nacionais, regionais, urbanos, técnicos ou econômicos, sociais ou religiosos. O essencial é que a investigação seja objetiva e segura. Mas haveria, pergunta o autor, "uma psicologia especial não somente às regiões, mas também aos diferentes tipos de regiões, ao que se poderia chamar os quadros naturais"? A floresta densa, a savana, o delta, a estepe, a "bocage", a montanha, não teriam imposto aos seus ocupantes grupos de há-

bitos comuns? Eis-nos justamente no centro dos problemas. No conjunto as respostas parecem dever ser afirmativas, e há de fato “paisagens psicológicas”, variadas, com “nuances”, mas distintas. Será importante precisar-lhes a noção.

Um último capítulo aborda a questão das *Explicações* possíveis, isto é, a parte propriamente científica, e a mais delicada, destes estudos. Limitando-se mesmo apenas aos hábitos coletivos bem caracterizados e bem localizados, quantas influências se entrecruzam! O autor passa em revista as principais fontes de influência para as quais mais comumente se apela: o “primitivo do espírito humano”, segundo a expressão de Renan, e é preciso confessar que êle parece bastante convencional, — a raça, conceito obscuro do qual se abusa tão rápida e perigosamente, — o meio físico, que age incontestavelmente, mas em condições por vêzes difíceis de se estabelecer e das quais não temos ainda “sinão generalizações apressadas e frequentemente abusivas”, — a História, que ganha, no domínio das explicações, o que perde o meio físico, — as condições demográficas ou “determinismo do número” (R. Michaud). Estas diversas influências estão longe de agirem simultaneamente, mas é raro que o façam isoladamente, elas se combinam, complicando-se ainda mais a análise das mesmas. Supondo-a completa, poder-se-á pensar que de eliminação em eliminação chegar-se-á aos “caracteres de origem irreductível”, isto é, a uma confissão final de ignorância bastante decepcionante. Mas o esforço merece ser tentado.

Este rápido resumo não pode mostrar sinão o esqueleto de um livro extremamente vivo pela sua riqueza em anotações pitorescas. Êle constituiria desde logo, uma coleção sugestiva de costumes os mais diversos; nenhum dos breves comentários que os sublinham carece de sabor, nem tão pouco as inúmeras citações de viajantes, sociólogos, romancistas. Eis, a propósito dos hábitos de higiene: “o exame dos utensílios destinados à limpeza, das instalações sanitárias, dos objetos de *toilette*” é dum interesse indubitável: uma geografia da escôva de dentes, entre outras, provocaria surpresas, e que não seriam sempre favoráveis à velha Europa”. Eis R. Michaud confrontando a mímica do Americano com a do Latino: o primeiro “proíbe a si mesmo os mil e um gestos, graças aos quais o Latino esgota quotidianamente o transbordamento de sua sensibilidade e que o conserva enfim numa normal psicológica tonificante. Êle armazena e acumula seus sentimentos, êle os solta por meio de explosões, socos, tiros, acessos de neurastenia ou de loucura”. Ou ainda, eis Salvador de Madariaga insistindo, a propósito da psicologia comparada dos ingleses, franceses e espanhóis, “sôbre as três palavras *fair-play*, *droit* e *el honor*, que lhe parecem estar respectivamente no centro dessas almas coletivas”.

Como em todos os livros desta coleção, a ilustração é abundante e digna de atenção. Ela se compõe exclusivamente de fotografias da África do Norte, particularmente familiar ao autor, que “quis dêste modo demonstrar que qualquer país tomado ao acaso se prestaria facilmente ao gênero de pesquisa” que êle propõe.

E certamente a bela seleção de vistas que êle nos oferece, é satisfatoriamente demonstrativa, desde o “*kateb*” (escriba) de Bou Saada caligrafando uma surata do Corão, ao “*méchoui*” (divisão do carneiro assado por ocasião de uma festa mussulmana), ao cemitério Cabila, à festa das mulheres indígenas e à fazenda-escola de Bertheaux.

Talvez não seja bem exato afirmar que o “primeiro país considerado” se prestaria tão bem quanto qualquer outro. A tarefa da Geografia Psicológica, com efeito, parece extraordinariamente difícil nos velhos países muito evoluídos, como a maior parte dos países europeus: não somente a separação das condições naturais, que é a marca das civilizações adiantadas, faz facilmente per-

der-se o contacto com a terra, mas a extraordinária multiplicidade das influências humanas no correr dos tempos torna delicada a análise e quasi impossível a síntese.

Na realidade, é sempre a meada do passado que se recusa a deixar-se desembaraçar. Nós temos o hábito de agrupar uma porção de atos diversos sob a rubrica "influências históricas", mas é uma etiqueta tão ilusória quanto cômoda. Seria necessário, antes de tudo, um conhecimento do passado que é inútil esperar ser suficiente na maioria dos casos. Um "hábito coletivo" não terá bem estabelecido seu balanço científico, sua ficha, se assim quiserem chamar, sinão quando, depois de o ter localizado na cena atual, puder-se ascender à sua origem no tempo e no espaço, seguir suas transformações, suas alterações, suas bifurcações. Não há dúvida que existem aí empolgantes assuntos de estudos, a serem seguidos por "équipes" de pesquisadores pertencentes a disciplinas diversas. A Geografia, obra de síntese, mais do que qualquer outra, só terá a ganhar com isso, pois fica entendido que geografia física, geografia biológica, geografia humana com a geografia psicológica como coroamento, não são afinal de contas sinão os elementos solidários da única verdadeira geografia, a *Geografia* simplesmente falando, cuja unidade seria perigoso comprometer.

Será por ventura necessário acrescentar aquí que o Brasil, pela diversidade de seus tipos étnicos e sociais, pela possibilidade que oferece de seguir, com uma suficiente precisão, a fixação, a adaptação e as transformações de populações diferentes, em épocas que se conservam acessíveis à nossa observação, constitue um dos campos mais indicados para trabalhos fecundos do tipo daqueles que G. Hardy sugere?

André Gibert.

A PROPÓSITO DOS TOPÔNIMOS INDÍGENAS

O problema toponímico do Brasil, parte integrante da sua questão geográfica, é uma das cousas nacionais menos resolvidas do país, já por não fazer parte, talvez, do programa de geografia dos vários Departamentos de Ensino, já por não estar na consciência da nossa mocidade.

Devido a êsse alheamento global do nosso povo aos primitivos senhores da terra e a tudo que lhe dissesse respeito, estiveram sempre os nossos índios à mercê de detratores vulgares, como esteve o seu idioma, chamados os primeiros, de brancos, bárbaros, infantís, egocêntricos, e o segundo, de pobre, sem verbos auxiliares, sem voz passiva, sem flexões, sem adjetivos, sem sonoridade, sem dignidade enfim, o que nos levaria fatalmente à vergonha de uma tal descendência e ao repúdio de um tal idioma com pretensões a nacional. E pode-se afirmar, que a detração venceu em grande parte, mal grado o esforço de homens de vários séculos, como Ivo D'Evreux, Luiz Figueira, Montoya, Martius, Vegas, Spix, Padre Seixas, Gonçalves Dias, Tastevin, Batista Caetano, Barbosa Rodrigues, Simpson, Lacerda, Couto de Magalhães, Mendes de Almeida, Teodoro Sampaio e finalmente Plínio Airoso, procurando com maior ou menor eficiência demonstrar o êrro de tais apreciações.

Desprezada a língua, não era possível, porém, que continuasse desprezada a toponímia brasileira, a linguagem geográfica do país, "onde poderia ser reconhecido o finíssimo engenho dos sábios da raça" como diria o venerando

Mendes de Almeida; onde a precisão denominatória, a engenharia gramatical, o poder de observação, e a preponderância do rigor científico, bastariam para enaltecer a inteligência daqueles, que chamados "bárbaros", não tinham encontrado, como não encontraram até hoje, competidores no mesmo terreno, entre os civilizados de tôdas as latitudes, como para reabilitar a sua língua.

Isso é que nos tem levado a defender a necessidade do estudo da toponímia brasileira, fazendo-a incluir no programa nacional de geografia, mas com sua feição verdadeira e não envolta, na fantasia da tradução fácil e sem base, que só a desmerece e mareja. Esse é o intuito principal dêste trabalho, e, bem pagos estaríamos, se um dia êsse nosso ideal se concretizasse em realidade.

Mas, uma vez que levamos o caso para tal terreno, devemos confessar, que a toponímia indígena, por força de incompreensões por sua vez incompreensíveis e das fantasias a que aludimos, continua como uma nebulosa, apesar dos esforços daqueles que a teem tratado, e, se assim permanece, deve-se isso apenas ao fato de não terem encaminhado o seu estudo para o terreno da prova material, da experimentação geográfica, do reconhecimento topográfico, do confronto local e da investigação histórica, como complemento identificatório do pronunciamento filológico.

A questão toponímica, limitou-se quasi sempre, e não queremos individualizar, à investigação de gabinete dos americanistas, à pesquisa lexicográfica dos etimologistas tupís, aos filólogos enfim, sem o complemento preconizado. Daí as falhas, as lacunas verificadas, e a não resolução do problema. Se houve exceções, e felizmente elas existiram em bom número, certamente desapareceram no lagamar das traduções livres, de gabinete, assimiladas na desorientação do espirito público, atordoado entre tantas versões, cada qual arrastando um nome mais ilustre em sua responsabilidade.

Limitada a questão à simples indagação filológica, o ponto de partida para a elucidação do quadro extensissimo das denominações brasileiras, logicamente, foi sempre saber-se o valor de cada som bárbaro representado pelos valores isolados de nosso abecedário ou pelos nossos grupos consonantes, com a decomposição parcial ou total dos vocábulos estudados, com a desaglutinação dos elementos gramaticais indígenas, e por fim, pela reaglutinação de todos os elementos já deturpados ou elididos, produzindo as corruptelas em uso.

Como ponto de partida, tal operação estaria certíssima, porém, como ponto de partida e de chegada, como solução final, como fizeram e ficou sendo, tornava-se muito errada, salvo nos casos flagrantes, porque, ficava-lhe faltando o elemento subsidiário, complementar, acima prescrito, que seria, por assim dizer, o remate, a prova dos nove, a identificação definitiva do produto obtido anteriormente, para que, em caso negativo, fôsse feita nova pesquisa filológica, até poder-se dar à tradução etimológica um valor topográfico correspondente.

Ivo D'Evreux deixou aos brasileiros um depoimento importantíssimo. Disse êle, em sua "*Viagem ao norte do Brasil nos anos de 1613 a 1614*", firmado na autoridade de quem esteve entre os aborígenes brasileiros naquela época remota, que êles "eram muito sábios na formação dos nomes locais, que deviam designar os característicos físicos da cousa nomeada, reunindo-se para isso em assembléias noturnas, de que participavam os maiores da tribo, e que, tais nomes só eram aceitos após demorada deliberação". Disse mais o famoso padre, que "resultavam muitas vezes de tais assembléias, nomes idênticos ou quasi idênticos, na forma e no som, para lugares vários, significando porém diferentemente". Isto é muito importante, e não foi tomado jamais em conta, pelos responsáveis pela interpretação toponímica brasileira. Tenha-se em vista, por exemplo, a repetição notada do *Paquetá* de Santos com o *Paquetá* do Rio de Ja-

neiro, ambos de significação diversa; do *Caniú* de Santos com o *Caniú* de Pernambuco, significando diversamente, e outros mais.

Ora, sabendo-se a importância que os indígenas brasileiros davam ao problema da denominação da terra, denominação que seria o seu roteiro natural, o seu guia geográfico, uma vez que não conheciam astronomia e não usavam estradas, temos nós, preliminarmente, a obrigação restrita, de procurar êsse sentido geográfico de quasi todos os vocábulos deixados.

Dizemos "de quasi todos", porque, muitos deles tiveram uma característica transitória, que o tempo portanto fez desaparecer ou pelo menos enfraquecer diante dos nossos olhos, exigindo mais estudo e sobretudo atenção. Referimo-nos aos topônimos fundados na tradição ou na lenda ou ainda na característica vegetal ou animal por falta de melhor relêvo topográfico do lugar denominado. Assim, fundados na lenda, são os que tiveram por base os duendes ou espíritos da raça, como *Curupira*, *Caapóra*, *Anhanga*, *Boitatá*, *Saci*, *Jurupari*, *Uiára*, etc., a exemplo do morro do *Curupira* no município de S. Vicente e do *Anhangabaú* em S. Paulo além de outros. Fundados na tradição, são os que se basearam nas virtudes e peculiaridades ou fatos do lugar, e os mais importantes que conhecemos são: "*Embaré*", que se refere às altas virtudes curativas da praia assim denominada, virtudes que ainda hoje se revelam, diariamente, perante a medicina contemporânea; *Piassaguera*, que significando: "*passagem do caminho antigo*" se refere à mudança oficial feita em 1553, pelos civilizados, do primitivo caminho de Piratininga, que por ali passava, para o segundo e novo caminho, chamado "do Padre José", com a extinção do outro; *Boracea*, nome da quinta praia a contar da Bertioga para S. Sebastião, cujo nome alude ao fato de se realizar ali, no primeiro século brasileiro, a dança da guerra dos Tamoios, em sua descida de Ubatuba contra a Bertioga, Santos e S. Vicente. Como tal praia, era a última etapa da grande excursão que representavam aquelas trinta léguas de canoa, a bom remar, para o exercício da vindita contra os brancos, nela realizavam os Tamoios, a famosa *Poracé* ou *Poracéa*, e assim, seu nome, significa pura e simplesmente: "*a praia da Poracé ou da dança da guerra*".

Bem se vê por aí, que, quem desconhecer tais detalhes históricos e científicos, não poderá jamais realizar uma tradução plausível desses topônimos, que servem apenas de exemplos para os demais da mesma natureza. Essa é a identificação que preconizamos, e sem a qual não se poderá, de modo algum, conhecer a toponímia brasileira, bela, rica e interessante, como se verifica.

Muitos topônimos do gênero poderíamos citar, como *Goió* e *Guaibe*, que, em sua pureza só puderam ser encontrados nos velhos documentos da primeira colonização e em mapas velhíssimos, sendo o primeiro desconhecido da maioria dos americanistas e o segundo, deturpado por quasi todos para *Guaimbê*, para que pudesse ser ligado a idéia inferior, superficial e falsa do cipó corriqueiro desse nome.

Estes dois topônimos tiveram sua origem na tradição conservada pelas tribus, segundo a qual, um fenômeno císmico, ocorrido no mais perdido dos séculos, separara violentamente as ilhas de São Vicente e Santo Amaro da terra firme, que é o que significam os seus nomes, autorizados pela realidade topográfica local, permitindo o pronunciamento geonômico da etimologia apurada, quer pelos sintomas geológicos evidentes, quer pela analogia científica, quer pela indução dos aspectos superficiais potamográficos da região interessada.

Como pois, poderiam ser bem traduzidos êsses topônimos, sem o conhecimento pleno, minucioso, dos lugares denominados? E neste mesmo passo segue a questão.

A denominação dos lugares pela característica vegetal ou animal, francamente transitória, é mais frequente do que as anteriores, mas também só a em-

pregavam os nossos indígenas, quando falhavam completamente outros detalhes geográficos mais fortes. Os topônimos incluídos neste caso, são sempre muito fáceis de identificar, mas é sempre necessária também a sua identificação "*in loco*" para que se não produzam as confusões do gênero de *Guaimbê*. Os exemplos são muitos, mas citaremos os mais eloquentes da nossa vizinhança: *Urubu-quichaba*, a ilha que fica na baía de Santos, junto à praia, significando: "*cama, pouso, ou paradeiro de urubús*", e que, realmente, sempre foi pouso noturno e diurno de centenas e até milhares dessas aves, até bem pouco tempo atrás, como testemunham os velhos moradores do lugar; *Caraguatatuba*, com o significado de "*abundância de caragatás*" onde a vegetação principal, característica, predominante sempre foi realmente o caragatá de tôdas as espécies: *Boituva*, cidadezinha de S. Paulo, com o significado de "*abundância de cobras*", onde certamente elas existiam em grande quantidade; *Buriquioca*, nome do morro único de Bertoga, o arrabalde histórico de Santos, com a significação de "*pouso, morada ou paradeiro dos macacos*", e que, realmente, por ser a única elevação florestal numa extensão de mais de dez quilômetros de varjão virgem, com alguns quatro ou cinco de largura, isolado das serras por dois rios largos, devia ter sido ao tempo, enormemente frequentado pelos símios de tôdas as espécies que viviam nas florestas locais. E como estes, outros muitos topônimos, mas todos com uma justificativa visível, verificável ou lógica, e jamais invisível, improvável ou ilógica.

F. Martins dos Santos

A EXTENSÃO DOS NOSSOS RIOS

A falta de crítica que campeia na nossa corografia tradicional, manifesta-se também nos dados sobre a extensão dos nossos rios, dos quais relativamente poucos tem sido levantados. De exemplo sirva o *Uruguai*, pertencente a uma região que se supõe das melhores conhecidas do país. Atribuem-lhe os autores geralmente a extensão de 1.400 ou 1.600 km; alguns tiram a média, indicando 1.500 km.

Uma medição, sumaríssima, porém, a mais rudimentar deixaria patente que estes dados, de forma alguma, podem corresponder à realidade. Mesmo num mapa de escala mínima, de 1:10.000.000, e tomando em conta apenas a linha pura, portanto sem *nenhum desenvolvimento*, o *Uruguai-Pelotas* fornece uns 1.450-1.500 km; assim, supondo apenas um aumento de 1/3 deste valor, resultaria um comprimento real de uns bons 2.000 km.

Quer dizer, a extensão verdadeira do *Uruguai* deve de muito ultrapassar os dados geralmente aceitos; pois assim já o demonstra o simples raciocínio. A medição, porém, do rio em mapas de escala maior forneceu o resultado seguinte:

Os dois cursos, por cuja confluência se forma o *Uruguai*, a saber o *Pelotas* e o *Canoas*, medem este 465-495, e aquele uns 305 km. Da referida confluência até a barra do *Peperi Guassú* vão 516 km (221 km entre esta barra e a do *Passo Fundo*, conforme a medição realizada pela Comissão Mista Argentino-Brasileira). Para o trecho entre o *Peperi Guassú* e o *Quaraí* apuramos 695 km sobre a "*Carta de parte da fronteira entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Argentina*". Acrescentando os 530 km, nos quais o *Uruguai* contorna

Em outro artigo talvez tenhamos ensêjo de examinar a questão do verdadeiro curso superior do Uruguai.

a República vizinha sua homônima, obtemos que, em certos casos, o aumento produzido pelo desenvolvimento do rio é de 50,100 % e mais, conforme a natureza do respectivo curso d'água.

Teremos, então, a extensão total de 2.046 km, para a hipótese de o *Pelotas* ser o curso superior, e de 2.206 - 2.236 km, se, mais acertadamente, considerarmos como tal o *Canoas*.

Propomos estes números não como absolutamente certos e definitivos, pois somente o levantamento exato será capaz de fornecê-los —, senão apenas como mais próximos da realidade.

Qual foi, porém, a origem daqueles números errados que teem passado de um autor para outro? Para esclarecer esta questão basta remontar aos primeiros que indicaram as dimensões do *Uruguai*. Todos êles dão-lhe a extensão de 250 leguas, número redondo forçosamente resultado de mera avaliação, porque naquele tempo o curso verdadeiro do rio e os seus pormenores eram em grande parte completamente desconhecidos. Isso vê-se claramente no mapa do Rio Grande do Sul, da autoria do Visconde de S. Leopoldo, no qual grandes trechos do alto *Uruguai* aparecem em branco.

Quando foi da adoção do sistema métrico, a transformação das léguas em quilômetros deu três números diferentes, conforme o tamanho da légua suposta, a saber: 1.650 km no caso de légua de sesmaria brasileira; 1.545 km se légua portuguesa, de 18 ao grau; e 1.391 km se légua geográfica (marítima ou náutica), de 20 ao grau.

Resumindo: os dados correntes sôbre a extensão do *Uruguai* baseiam-se numa antiga avaliação em léguas, oriunda dum período em que o rio era mal conhecido, de modo que não é de admirar que fiquem sensivelmente afastados da realidade.

Dai a regra de cada vez que se não tenha à mão o resultado de um levantamento exato, os dados sôbre a extensão de um rio serem controlados por uma medição sôbre o melhor mapa de que se possa dispor. O que acontece com o *Uruguai*, com tôda a probabilidade dar-se-á com muitos outros dos nossos rios.

Algumas palavras sôbre o modo de medir a extensão de um curso d'água, que se seguem agora, não significam, certamente, o autor atribuir-se funções de professor para colegas que entendem disso mais que êle, mas simplesmente para deixar aquí reunidas algumas regras que andam geralmente esparsas pelos livros, sendo uma ou outra também fruto do muito exercício que as circunstâncias lhe impuseram.

1 — *Instrumentos*. Os vários tipos de curvímetros são na prática igualmente bons, se manejados com cuidado; em casos muito complicados, de curvas pequenas e acumuladas, o instrumento mais simples, o compasso, talvez seja o melhor. Sempre que se deve trabalhar com um curvímetro novo, é útil verificar, numa boa régua, o funcionamento exato do aparelho, para compensar eventuais defeitos do mesmo.

Se acontece que a rodinha do curvímetro só com grande dificuldade ou imperfeitamente pode seguir o desenvolvimento intricado de um trecho composto de curvas muito pequenas, vale a pena copiá-lo em escala maior no caso de se dispor de um bom pantógrafo.

2 — *Material cartográfico*. De suma importância para a exatidão do resultado de uma medição é a escala: 1 mm de diâmetro de uma curva representa 500 mts num mapa de 1:500.000, e 1 km num de 1:1.000.000 (carta internacional)! Dai provém que frequentemente boa parte do desenvolvimento real de

um rio deve desaparecer nas cartas geográficas, mesmo no caso de serem baseadas em levantamentos exatos.

Como comprovação, citamos um exemplo mencionado num conhecido manual de geografia (Wagner, *Lehrbuch der Geographie*, 9.^a edição, I parte, pg. 461). A medição do *Severn*, desde a nascente até Shrewsbury, forneceu os seguintes dados:

extensão		diferença	
em mapas de 1:	63.360	131,6 km	
" " " 1:	633.600	110,2 km	21,4 km — 16,3%
" " " 1:1.	584.000	100,6 km	31,0 km — 23,6%
" " " 1:2.	660.000	93,3 km	38,3 km — 29,1%

Estas porcentagens constituem, naturalmente, só um exemplo particular, e nunca um paradigma geral para todos os casos. Pois nunca será demais repetir que cada rio é um caso individual que *pode* portar-se como um outro, vizinho ou não, mas de forma alguma sempre o faz.

No caso vertente, da influência da escala, podem perfeitamente coexistir na mesma região rios, dos quais uns não aparecem de modo algum com a extensão alterada em cartas de 1:500.000 e até de 1:1.000.000, ao passo que para outros a influência da escala diferente é manifesta; haja vista a rede do *Amazonas*.

Quer dizer, que antes de medir o comprimento de um rio, é indispensável verificar seu hábito geral, se é inclinado a serpentear ou não. Isso vale também para os trechos diferentes do mesmo rio, sobretudo se for de certa extensão. Atravessando, por exemplo, uma zona de rochas areníticas, o curso mostrará normalmente menos voltas do que no caso de o rio percorrer uma região constituída de rochas cristalinas quer ácidas, quer básicas.

Como regra para a prática, tomando cada vez em consideração as circunstâncias acima expostas, pode-se admitir um aumento até de 10% sobre a extensão medida em cartas de 1:500.000, até de 15%, em se tratando de cartas de 1:1.000.000.

Sendo conhecido por levantamento a extensão de um determinado trecho ou dele existir uma carta parcial em escala grande, o comprimento total do rio pode ser obtido com bastante exatidão, apurando a diferença porcentual entre a extensão do referido trecho quer levantada, quer apurada na carta parcial, e a medida sobre a carta geral do mesmo rio, e aplicando-se depois esta mesma diferença à extensão total verificada na carta geral.

O exemplo acima citado é bastante antigo, por datar de 1848. Seria interessante procedesse o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica a algumas séries de medições de rios nossos, sobre mapas das escalas mais usadas, afim de apurar novamente a influência da diminuição da escala.

Padre Geraldo Pauwels

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL



ARPOADORES DE JACARÉS

A GRAVURA representa uma cena muito típica das fazendas de gado em Marajó: — a caça ao jacaré.

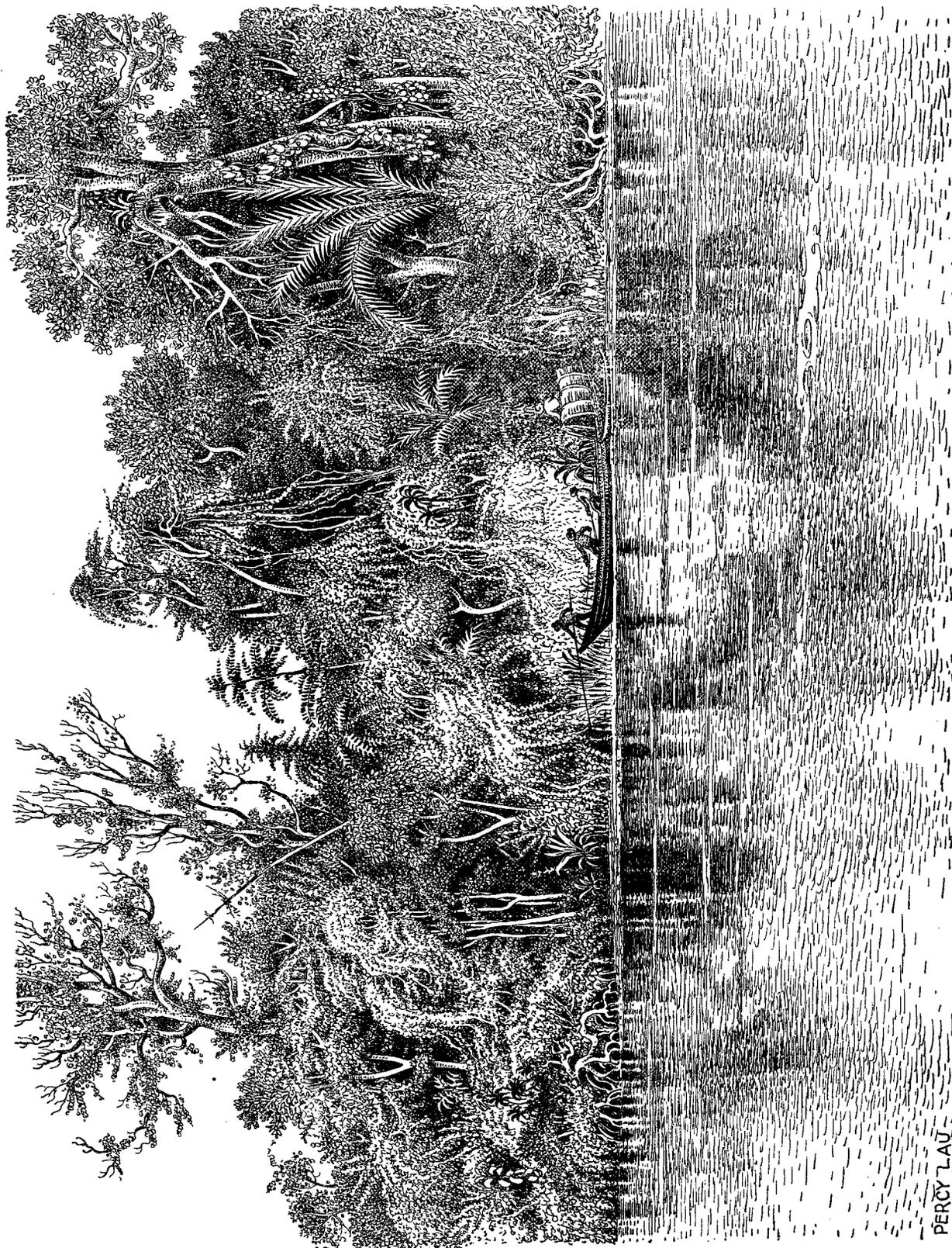
Os terrenos baixos e alagados em certa parte do ano, bem como as lagôas razas, constituem um ambiente muito favorável a esses animais, que se reproduzem em quantidade espantosa.

Se bem que se encontre a hevea nas matas da grande ilha, a principal atividade ali é a criação do gado vacum. Para isso concorre a excelência das pastagens naqueles imensos campos naturais. O gado de Marajó é exportado para outros pontos da Amazônia e para as Guianas.

Praticando aquela criação, tem o fazendeiro marajoara dois grandes inimigos naturais: as enchentes, que às vezes alagam os campos obrigando o rebanho a procurar os têsos, e os jacarés que dizimam os bezerrinhos. Atacando, assim, os bezerros, os jacarés dão anualmente aos fazendeiros de gado um grande prejuízo e, daí, a prática das grandes caçadas, em que se eliminam, às vezes, centenas daqueles animais.

A caça com o arpão, à maneira do que se faz com o pirarucú e outros peixes grandes, é muito usada em Marajó e contitue um método peculiar à Amozônia, devendo ser, sem dúvida, de origem indígena.

O jacaré é visado mais como inimigo do gado do que como um perigo para os habitantes da ilha.



PERCY LAU

TRECHO DE UM RIO NA AMAZÔNIA

*M*OSTRA-NOS a gravura, à beira-rio, na região amazônica, um típico aspecto da floresta equatorial ou *HYLOEA* brasileira.

A planície amazônica, de clima quente e úmido, com sua abundante rede hidrográfica e rico sólo aluvionar, oferece condições extremamente favoráveis ao desenvolvimento de pujante vegetação.

No desenho encontra-se um trecho de floresta marginal, com o seu aspecto característico: Tódo o espaço é ocupado por diversos andares de vegetação, entremeados de cipós, formando massa densa e sombria, da qual se destacam árvores gigantescas de quarenta e mais metros de altura. A vegetação avança para o rio, protegendo as margens contra a erosão. A floresta equatorial se caracteriza ainda pela grande riqueza em espécies vegetais, variedade essa que dificulta a sua exploração econômica.

Observa-se na gravura um batelão que sobe o rio, levando a reboque uma pequena canôa. Esta embarcação recebe dos habitantes o nome pitoresco de "montaria", denominação bastante expressiva, pois mostra a extraordinária importância desse meio de transporte. O papel que é representado pelo animal de sela nos transportes do Brasil Central e Meridional, é na Amazônia exercido pela embarcação fluvial, sendo assim explicável essa curiosa denominação de "montaria".

Note-se ainda como os tripulantes tiram partido da vegetação marginal, servindo-se dela como ponto de apoio para impelir a embarcação por meio de ganchos e forquilhas.

NOTICIÁRIO

GENERAL RONDON PROCLAMADO "CIVILIZADOR DO SERTÃO"

Em hora de feliz *inspiração*, houve por bem a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia votar a Resolução n.º 51, que, apreciando os feitos do General Cândido Mariano da Silva Rondon, sintentizou-os no título, cabalmente justificado, que lhe conferiu, de "Civilizador do Sertão".

Os aplausos, de que se fez eco a imprensa carioca, assim como as dos Estados, evidenciaram, sem demora, o acerto da iniciativa, que, atendendo aos imperativos da consciência nacional, veiu premiar com expressiva recompensa o insigne geógrafo, encanecido nas selvas impérvias, que mais dilatadas distâncias palmilhou e maiores reconhecimentos realizou no território brasileiro.

E por ter sido homologada com louvores gerais a justa homenagem, revestiu-se de especial significação a cerimônia encantadora, a que proporcionou adequado cenário o salão de conferências do Palácio do Itamarati, especialmente cedido para a reunião em que lhe fôsse entregue o original da referida Resolução, caligrafado em pergaminho.

A assistência de escol a que a presença feminina imprimia a graça, que lhe é privativa, completava-se com o còro orfeónico, dirigido pelo maestro Vila Lóbos, que tão artisticamente concorreu para acariciar o sentimento patriótico dos ouvintes, exaltado pela palavra sábia do professor E. Roquete Pinto. Coube-lhe a incumbência de interpretar as intenções justiceiras da Assembléa Geral, que se espelhavam cabalmente no excepcional diploma, cujos dizeres resumiam a gratidão nacional para com o sertanista, que devotara tóda a sua atividade a devassar os segredos da Natureza brasileira. E tanto forcejava por lhe entrar na intimidade, que não perdia ensêjo de angariar a companhia de algum naturalista, ou fôsse botânico, ou zoólogo, quando não cuidasse de preferência de geologia ou de problemas correlatos.

E, — particularidade merecedora de referência, por lhe indicar a superioridade intelectual e moral —, de todos os sabedores, com que varou os sertões, de índoles tão diversas e preferências desencontradas, nenhum houve que, desconhecido a princípio, não se lhe tornasse amigo por fim.

E' que se lhe emparelhava a grandeza dalma com a segurança dos conhecimentos científicos de que necessitava para o pontual desempenho de sua missão civilizadora.

Explorador sagaz, não encontraria parceiro de igual resistência, que se devotasse, desde jovem, à mesma tarefa de devassar as regiões misteriosas, virgens das pegadas civilizadas.

Engenheiro, empenhado em dilatar a rede telegráfica brasileira, nenhum êmulo envolveu maior extensão territorial na malha civilizadora das vias de transmissão de pensamento.

Paladino dos humildes, não somente se fez defensor dos selvícolas, cuja proteção afinal promoveu, e sustentou por longos anos, como ainda soube captar a estima e dedicação dos obreiros mais modestos, cuja eficiência estimulava amistosamente.

E assim conseguiu realizar, com o simples auxílio dos patriotas, e no ermo, obra admirável, que mereceu os mais rasgados elogios de um professor de energia — T. Roosevelt — acostumado, aliás, às realizações grandiosas do seu povo, a quem as máquinas multiplicam as facilidades de atuar.

Além do que realizou materialmente, em trabalhos porfiados, rompe da obra fecunda do General Rondon a prova eloquente da capacidade construtiva dos brasileiros, quando racionalmente utilizada.

A mesma gente, que a outrem se afigurassem indolente e inidónea para os empreendimentos de maior vulto, transfigurava-se pela ação catalítica do chefe incomparável, e investia contra os mais ásperos obstáculos, para superá-los sem demora, como se lhe estuasse nas véias o sangue generoso dos heróis.

Porque, em verdade, a campanha civilizadora, estirada por quarenta anos, define-se como desigualável cruzada de silenciosos heroísmos, em que se pôs de manifesto a eficiência dos que a empreenderam, desajudados dos meios mecânicos usados em outras paragens.

Para o sadio nacionalismo do professor E. Roquete Pinto, teria especial significação tal aspecto da atuação do General Rondon, comprobatória da energia racial patriótica, capaz de tão assinalados feitos, que o orador testemunhou em circunstâncias apropriadas a cuidadosas observações.

Com o depoimento pessoal, podia enaltecer a obra rondônica, decantada, em seguida, pela musa de Bastos Tigre, que se inspirou no maravilhoso acervo de coleções magníficas entregues ao Museu Nacional pela Comissão Rondon, em suas várias fases.

Em ode glorificadora, lembrou a epopéia sertanista, não mais destinada a repetir as aventuras ambiciosas dos bandeirantes, substituídas pelo idealismo dos abnegados cumpridores de pacíficas missões.

E para que não faltasse o encanto da eloquência feminina, coube à poetisa Ana Amélia Carneiro de Mendonça, ao oferecer-lhe formosas flores, enaltecer a colaboração da mulher brasileira, ali personificada na discreta senhora, inspiradora e conselheira de seu digno espôso, a quem assiste com exemplar carinho e dedicação admirável, reconhecidos e proclamados pelo glorioso engenheiro militar, quando, em comovidas expressões de gratidão, lhe transferiu o diploma recebido, pois que lhe competia, a seu ver, mais do que a êle próprio, a homenagem, com que a Assembléa Geral o penhorou sobremaneira.

E por último, a leitura de interessante síntese lembrou as suas operações de campo, desenvolvidas por amplas regiões, outrora figuradas nos mapas como desconhecidas e hoje integradas exatamente na cartografia nacional, graças aos trabalhos geográficos das comissões chefiadas pelo General Rondon, a quem, pois, assentou à justa o título de "Civilizador do Sertão".

COMISSÃO DE UNIFORMIZAÇÃO DA CARTOGRAFIA BRASILEIRA



No dia 8 de julho de 1939, presentes os delegados federais e estaduais à 3.^a Sessão Ordinária de Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, empossou-se, solenemente, a Comissão constituída pela "Resolução" n.º 27, de 19 de julho de 1938, para o estudo das bases de um plano de uniformização da cartografia brasileira.

A Comissão se compõe dos seguintes técnicos, designados pelos Ministros e Chefes de Governo respectivos: — Comandante Antônio Alves Câmara Júnior, diretor do Serviço Hidrográfico da Armada; prof. Alirio Hugueney de Matos, catedrático de *Geodésia* e *Astronomia de Campo*, da Escola Nacional de Engenharia, da Universidade do Brasil; capitão Cristóvão Falcão Castelo Branco, técnico do Serviço Geográfico e Histórico do Exército; engenheiro Benedito Quintino dos Santos, diretor do Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais e engenheiro Valdemar Lefèvre, diretor do Instituto Geográfico do Estado de S. Paulo.

O retardamento dêste ato foi motivado, principalmente, por necessidades decorrentes das atividades geográficas no país. Com efeito, o delegado do Serviço Geográfico e Histórico do Exército, durante alguns meses, esteve desempenhando missão técnica no Estado do Rio Grande

do Sul; ao passo que, os dois diretores de serviços geográficos estaduais, nesse período, tiveram suas atenções absorvidas com as reformas ampliadoras de suas repartições e, sobretudo, com a execução do decreto-lei nacional n.º 311, que determinou a revisão do quadro territorial dos Estados e obrigou a elaboração dos respectivos mapas municipais, encargo este que os Governos dos dois referidos Estados, mui acertadamente, centralizaram nas repartições geográficas estaduais.

Presidida pelo engenheiro Euzébio de Oliveira, a reunião teve a presença do general Cândido da Silva Mariano Rondon, consagrado "*Civilizador do Sertão*"; general Alípio di Primio, que foi durante longos anos diretor do Serviço Geográfico do Exército; almirante Raúl Tavares, conhecido estudioso da geografia nacional e ex-diretor de Navegação da Armada; prof. José Carneiro Filipe, presidente da Comissão Censitária Nacional; engenheiro Lauro Sampaio, diretor do Serviço Geográfico do Estado da Baía; dr. Carlos Lindenberg, secretário de Agricultura do Estado de Espírito Santo; engenheiro Virgílio Correia Filho, renomado historiador e geógrafo; coronel Jaguaribe de Matos, cartógrafo chefe da Comissão Rondon; prof. J. C. Junqueira Schmidt, da Comissão de Redação desta "Revista" e numerosos técnicos e delegados à Assembléia Geral do C. N. G.

O prof. Alirio de Matos foi o orador oficial da Comissão, tendo, em seu interessante discurso de apresentação, mostrado os aspectos fundamentais da missão afeta à mesma.

Usaram ainda da palavra os seguintes senhores: — General Rondon, general Alípio di Primio, coronel Jaguaribe de Matos e engenheiro Cristóvão Leite de Castro, que fizeram oportunos comentários sobre as questões técnicas e administrativas referentes ao problema da uniformização da cartografia brasileira.

IX CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

O Conselho Nacional de Geografia, pela Resolução n.º 42, de 7 de julho de 1939, de sua Assembléia Geral, deliberou prestar o seu concurso à realização dos Congressos Brasileiros de Geografia, que, em número de oito, já foram realizados sob os auspícios da tradicional Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Contando com a cooperação do Conselho, a Sociedade resolveu reencetar a série desses certames, promovendo a realização do IX Congresso, na Cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, de 7 a 16 de setembro de 1940.

A Sociedade constituiu a Comissão organizadora do IX Congresso Brasileiro de Geografia, cuja composição é a seguinte:

Presidente — Ministro Bernardino José de Sousa.

Vice-Presidente — Dr. Euzébio Paulo de Oliveira.

Secretário-Geral — Dr. Cristóvão Leite de Castro.

1.º Secretário — Dr. Alexandre Emílio Somier.

2.º Secretário — Comte. César Feliciano Xavier.

Tesoureiro — General Raúl Correia Bandeira de Melo.

Vogais — Dr. Carlos Miguel Delgado de Carvalho — Dr. Mário Rodrigues de Sousa — General Alípio Di Primio — General José Vieira da Rosa — Comte. Luiz Alves de Oliveira Belo.

O Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, Dr. Nereu Ramos, pela resolução n.º 6.780, de 31 de agosto de 1939, constituiu a Comissão Executiva local, que se compõe dos seguintes membros:

Dr. Altamiro Guimarães, Secretário da Fazenda e Agricultura e presidente do Diretório Regional, nesse Estado, do Conselho Nacional de Geografia; *José do Carmo Flores*, diretor do Departamento de Estatística e engenheiro geógrafo; *Vitor Antônio Peluso Júnior*, diretor de Terras e Colonização, membros do referido Diretório Regional; *Mauro Ramos*, prefeito da Capital; desembargador *Henrique Fontes*, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina; desembargador *Érico Enes Tôrres*, diretor da Faculdade de Direito; Dr. *Ivo d'Ármino*, presidente da Academia Catarinense de Letras; *João Batista Pereira*, presidente da Associação de Imprensa; *Carlos da Costa Pereira*, diretor da Biblioteca Pública; *Valmor Wendhausen*, presidente da Associação Cultural "Luiz Delfino"; Dr. *Heitor Blum*, assistente-técnico da Secção Legal do Departamento de Administração Municipal; professores *Dr. Wilma Dias*, pe. *Dr. Godofredo Schrader* e *Irmã Maria Teresa Kock*, respectivamente, lentes de geografia da Escola Normal do Instituto de Educação de Florianópolis, do Ginásio Catarinense e da Escola Normal do Colégio "Coração de Jesus", equiparada à daquele Instituto.

O excelentíssimo Dr. Getúlio Vargas, eminente Chefe da Nação, em audiência especial dada à Comissão Organizadora, aceitou o título de Presidente de Honra do IX Congresso Brasileiro de Geografia.

Os dignos Chefes dos Governos dos Estados, Território do Acre e Distrito Federal, cientificados da realização do Congresso, manifestaram seu apoio para o êxito do certame.

A Comissão Organizadora aprovou o Regulamento do Congresso e o programa das teses oficiais, que publicamos:

REGULAMENTO

Art. 1.º — O Nono Congresso Brasileiro de Geografia, promovido pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, com a colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em virtude da Resolução n.º 42, de 7 de julho de 1939, realizar-se-á de 7 a 16 de setembro de 1940, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Para a sua organização e realização haverá duas Comissões que trabalharão acoradamente: a Comissão Organizadora, com sede no Rio de Janeiro e a Comissão Executiva, com sede em Florianópolis.

Art. 3.º — A Comissão Organizadora delineará as bases do Congresso e o seu Regulamento. A Comissão Executiva terá a seu cargo as tarefas da sua realização na cidade de Florianópolis.

Art. 4.º — A inscrição no respectivo Boletim e o pagamento da quota de adesão são condições essenciais para a participação no Congresso e gozo de suas regalias.

Art. 5.º — A quota de adesão é de vinte e cinco mil réis (25\$000) para cada congressista, distribuindo-se cartões nominativos e estritamente pessoais, aos que efetuarem tal pagamento. Serão considerados membros protetores do Congresso todas as pessoas ou instituições que contribuírem com a quota de quinhentos mil réis (500\$000) ou mais, e honorários todos os Institutos Históricos e Geográficos e Sociedades de Geografia do país, que aderirem ao certame.

Art. 6.º — As inscrições e quotas serão enviadas diretamente à Comissão Organizadora.

Art. 7.º — Todo congressista terá direito, em qualquer sessão, de propor, discutir e votar.

Art. 8.º — Fica o Congresso dividido em 8 Secções, assim distribuídas:

- a) Geografia matemática — Cartografia.
- b) Geografia física.
- c) Biogeografia — (Geografia Botânica e Zoológica).
- d) Geografia Humana.
- e) Geografia Econômica.
- f) Explorações geográficas e Geografia Histórica.
- g) Metodologia geográfica. Regras e nomenclatura.
- h) Monografias regionais. Estudos especiais da Corografia Catarinense e da cidade de Florianópolis.

Art. 9.º — A Comissão Organizadora elaborará o programa das teses que constituirão o objetivo primordial do Congresso. Além das teses oficiais poderão os congressistas apresentar trabalhos a respeito dos vários aspectos geográficos do Brasil e de seus Estados.

Art. 10 — As memórias apresentadas devem ser inéditas, datilografadas ou impressas, enviadas à Comissão Organizadora até 30 de julho de 1940.

Art. 11 — As Sessões do Congresso serão plenas e de comissões. As plenas serão cinco, das quais duas solenes, de abertura e de encerramento, aos 7 e 16 de setembro respectivamente; as outras realizar-se-ão nos dias 8, 12 e 15 de setembro para discussão e votação de pareceres, moções, indicações e comunicações. As sessões de comissões efetuar-se-ão em todos os dias do Congresso, de acordo com as necessidades dos trabalhos.

§ único — Aos seis de setembro haverá uma Sessão plena preparatória para apresentação de credenciais, constituição de Mesa diretora do Congresso e distribuição da marcha dos trabalhos.

Art. 12 — Na Sessão plena do dia 8 serão eleitas, por proposta do Presidente, as Comissões técnicas para estudo e parecer dos trabalhos apresentados. As Comissões serão cinco: a primeira estudar os trabalhos referentes à secção "a" (art. 8.º); a segunda os das secções "b" e "c"; a terceira os das secções "d" e "e"; a quarta os das secções "f" e "g"; a quinta os da secção "h". As Comissões terão um Presidente que designará o relator para cada tese e um Secretário que fará o relato dos debates.

Art. 13 — A Comissão Executiva distribuirá na Sessão preparatória de 6 de setembro o programa impresso das atividades do Congresso, inclusive as excursões geográficas.

Art. 14 — Simultaneamente com o Congresso efetuar-se-á uma Exposição de Geografia e Cartografia do Brasil, cuja organização compete à Comissão Executiva. Esta Exposição constará de três partes:

- a) obras nacionais de Geografia;
- b) cartas geográficas do Brasil e de seus Estados e Municípios;
- c) fotografias, telas, aparelhos geográficos, instrumentos de ensino, etc.

Art. 15 — Não só nas memórias, mas também em todas as orações, discussões, moções e indicações do Congresso só será usada a língua nacional.

Art. 16 — As Comissões Organizadora e Executiva, como órgãos diretores do Congresso, entenderão as suas atribuições até a conclusão dos trabalhos, inclusive a publicação dos Anais, que serão gratuitamente distribuídos às pessoas ou instituições que houverem aderido ao Congresso.

Art. 17 — As Comissões Organizadora e Executiva atenderão nas suas tarefas ao preceituado na Resolução n.º 42, de 7 de julho de 1939 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 18 — Os recursos financeiros da Comissão Organizadora constarão:

- a) das quotas de adesão nos termos do art. 5.º deste Regulamento;
- b) dos donativos e auxílios que lhe forem feitos por Institutos, Sociedades, ou pessoas devotadas ao progresso cultural do Brasil;
- c) dos subsídios que lhe forem concedidos pelos Poderes Federais, Estaduais e Municipais.

§ único — A Comissão Organizadora prestará contas à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, publicando-as afinal nos Anais do Congresso.

Art. 19 — Compete à Comissão Organizadora decidir os casos não previstos neste Regulamento e bem assim expedir as instruções necessárias aos trabalhos do Congresso.

Art. 20 — Na Sessão plena de 15 de setembro será escolhida pela Assembléa do Congresso a sede do Décimo Congresso Brasileiro de Geografia que se realizará em 1943, constituindo-se de logo as Comissões Organizadora e Executiva.

Art. 21 — O Excelentíssimo Senhor Presidente da República fica desde já aclamado Presidente de Honra do Congresso.

Art. 22 — Serão Presidentes de Honra da Comissão Central, os Presidentes da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; da Comissão Executiva o Interventor do Estado de Santa Catarina; e do Nono Congresso Brasileiro de Geografia o Presidente da República. Outras honrarias poderão ser conferidas pela Assembléa Geral do Congresso em sua primeira reunião.

TESES OFICIALMENTE RECOMENDADAS

SECÇÃO A

GEOGRAFIA MATEMÁTICA — CARTOGRAFIA

- I — Carta geográfica, corográfica e topográfica no caso brasileiro: características. Projeção mais conveniente a cada uma delas.

SECÇÃO B

GEOGRAFIA FÍSICA

- I — A faixa marítima do Brasil. Estudo de um trecho característico do litoral.
 II — As águas continentais do Brasil. Estudos especiais de uma de suas bacias fluviais ou lacustres.
 III — Estudo do relevo brasileiro. Seus tipos dominantes. Sugestões para uma classificação orográfica do Brasil.
 IV — Tipos de clima do Brasil: sua classificação. Estudos especiais de um clima local.

SECÇÃO C

BIOGEOGRAFIA (Geografia botânica e geografia zoológica)

- I — Proteção da Natureza: "dever de conservar as riquezas inexploradas da Terra". A proteção da natureza:
 a) — quanto ao solo e sub-solo;
 b) — quanto à flora;
 c) — quanto à fauna;
 d) — quanto aos indígenas e sertanejos;
 e) — quanto aos sítios e paisagens.
 II — A proteção da natureza no Brasil: leis e regulamentos. Comentários e sugestões. Os parques nacionais existentes: descrição e relevância.
 III — Monumentos naturais do Brasil: tectônicos, topográficos, botânicos, zoológicos, etnográficos, paleontológicos. Necessidade de seu cadastro.

SECÇÃO D

GEOGRAFIA HUMANA

- I — *Interpretação antropogeográfica de uma serra ou de um maciço montanhoso determinado.* Situação, limites naturais. Costas, vertentes e elevações. Origem geológica. Conhecimento científico. População e sua distribuição. Valor hidrográfico e clima. Valor econômico. Habitat: induções sociogeográficas econômicas e profissionais; hábitos e costumes. A entidade geográfica (obstáculo, barreira ou ligação). Sua integração social na região geográfica ambiente.
 II — *Alimentação e abastecimento de uma região do país.* Condições mesológicas: solo e clima. Tipo social da população: origem e desenvolvimento. Regime alimentar, produtos típicos: dieta das diferentes classes sociais. Pratos locais. Origem dos gêneros alimentícios importados. Transportes. Exportação local de especialidades. Mercados e sua localização geográfica.
 III — *Estudo funcional de um centro urbano.* Condições geográficas e topográficas que influíram na formação da cidade. Histórico geograficamente interpretado. Condições climáticas. Desenvolvimento e urbanização: distribuição dos quarteirões residenciais. Função comercial e função industrial. Interdependência do centro e da região em que se acha.
 IV — *Estudo de habitat rural num vale, numa planície ou num planalto (constituindo unidade geográfica).* Descrição geográfica sumária. Densidade da população. Habitat aglomerado ou habitat disperso. Causas do tipo do habitat. Clima, águas, materiais de construção locais: a casa. Recursos. O povoado e sua cultura; intercâmbio e influências. Função econômica e integração no meio geográfico ambiente.
 V — *Funções regional, industrial e comercial de um pórtio marítimo, fluvial ou lacustre.* Descrição sumária da posição geográfica do pórtio. Histórico de sua fundação e de seu desenvolvimento para servir à região. Sua interlândia. Recursos industriais: zonas a que serve e donde tira suas matérias primas. Natureza e importância relativa de suas comunicações. Fatores favoráveis e desfavoráveis ao seu comércio. Estatísticas indispensáveis à interpretação do caso.
 VI — *Pesquisa de uma mistura étnica entre elementos exclusivamente nacionais ou entre nacionais e estrangeiros, numa determinada área do país.* Delimitação geográfica da área. Elementos em presença e sua importância relativa. Histórico dos contactos principais. Influências no povo, na língua, na religião e nos costumes. Instituições de assimilação ou acomodação. Estatística comentada e explicada dos casamentos. Tipos sociais. Grau de integração da população.
 VII — *Observação antropogeográfica de uma zona de fronteiras vivas, de preferência cidade ou vila do Sul ou de Sudoeste.* Descrição sumária das condições geográficas e das facilidades de comunicações. Tipos sociais: ocupações, usos e costumes. A língua falada. Influências estrangeiras explicadas e justificadas geograficamente. Fase de nacionalização e assimilação. Principais problemas de ordem econômica, condicionados pela posição geográfica. Relações com o país e com o estrangeiro.
 VIII — *Inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante: observações localizadas ou generalizadas.* Escola do tipo (origem, precedentes estrangeiros, categoria social). A sua localização geográfica. Atitude do imigrante-tipo em relação ao trabalho: facilidade ou dificuldade de colocação na zona. Seus conceitos médios sobre propriedade, família, religião e sobre a necessidade de educação. — Sua higiene pessoal e coletiva. O tipo como cidadão assimilável ou não. Exemplos. — Argumentos. Sua atitude em matérias internacionais.

- IX — *Observação de mobilidade social em geografia humana, com exemplos circunstanciados.* Estudo de duas zonas geográficas que se prestem à observação do fenômeno da migração interna. Causas da mobilidade, suas feições principais, suas modalidades e aceleração. Consequências do deslocamento. Análise detalhada das condições que determinam o fenômeno e, se prejudicial, estudo dos meios de atenuá-lo — Multiplicação de exemplos e analogias.
- X — *Estudo regional de uma zona geograficamente delimitada.* Descrição geográfica, especialmente do clima, do declive e das águas correntes. Feições da casa de morada: material de construção, origem deste material e seu transporte. Planta da casa tipo e sua explicação em relação ao clima, à profissão local, aos usos e costumes. Distâncias da casa aos centros vizinhos. Suas dependências. A propriedade. Os moradores.

SECÇÃO E

GEOGRAFIA ECONÔMICA

- I — *Descrição geográfica, econômica e social de uma rede ferroviária ou de um de seus ramais.* Estudo da área geográfica, sua ocupação pelas populações, transportes primitivos. Histórico da via férrea (resumido). Estado atual da rede, sua importância comercial — estatística. — As concorrências que sofre e seus serviços. Obstáculos. Influências na densidade da população, seu progresso, suas cidades e seu desenvolvimento econômico. Conclusão crítica.
- II — *Observação de um centro antropogeográfico em via de industrialização.* Justificação do centro observado. Tipo de população, a afluência e as instalações, gênero de vida — os adventícios. A indústria regional, suas matérias primas e a transformação industrial. Mão de obra, produção e condições de trabalho. Usos locais. A integração deste centro na indústria nacional. Força motriz. Estatísticas. Mercados visados. Distribuição geográfica.
- III — *Estudo regional de uma cultura de importância comercial, em progresso ou em declínio.* Área, terras e clima da referida cultura. Distribuição geográfica no país e no mundo. Os mercados consumidores e sua atitude. Causas locais de prosperidade ou de declínio. Os transportes, a mão de obra, as qualidades tipos comerciais. Histórico da cultura — situação presente e futuro provável na economia nacional.
- IV — *Monografia sobre um trecho ou uma linha de navegação fluvial.* Estudo geográfico da região que percorre o rio navegável. Condições técnicas, medição, profundidades, etc. O passado e o futuro da zona. Relêvo vizinho e margens, vegetação e recursos. As populações ribeirinhas, alimentação, habitat e indústrias. As cidades-portos, sua vizinhança dos grandes centros e as ligações ferroviárias e rodoviárias. Navegação: empresas e embarcações; transportes e comércio. Estatísticas.
- V — *Estudar um problema rodoviário em função do meio geográfico e do meio social em que se apresenta.* Descrição sumária da topografia do percurso e condições técnicas essenciais (declives, obras de arte, conservação, etc.). Histórico da rodovia; situação anterior. Zonas servidas, produtos transportados; povoações e cidades em formação ou desenvolvimento. Efeitos sobre a estrutura social e econômica da região. Estatística (veículos e mercadorias). Lugar ocupado no plano rodoviário estadual ou interestadual.
- VI — *Estudo a respeito dos mananciais de energia do Brasil.* A força hidráulica: aproveitamento atual e possibilidades. Estatísticas indispensáveis. Os combustíveis minerais.

SECÇÃO F

EXPLORAÇÕES GEOGRÁFICAS E GEOGRAFIA HISTÓRICA

- I — As explorações geográficas no Brasil do século XIX. Idem no século XX. Trabalhos da Comissão Rondon e das Comissões de Fronteiras. Trabalhos individuais.
- II — Desenvolvimento dos estudos geográficos no Brasil desde os fundadores até os dias atuais.

SECÇÃO G

METODOLOGIA GEOGRÁFICA. REGRAS E NOMENCLATURA

- I — O ensino da Geografia e o seu desenvolvimento gradual desde a escola primária. Prática e sugestões.
- II — Estudos da toponímia brasileira. Influência dos contingentes português, tupi e africano nos topônimos do Brasil. Sua origem e explicação. Conservação ou restauração dos nomes antigos.

SECÇÃO H

MONOGRAFIAS REGIONAIS

Sugestões para a organização de um esquema-tipo de monografias municipais.

RODOLFO VON IHERING

17-7-1883 — 15-8-1939

O falecimento, em setembro último, na cidade de São Paulo, do notável naturalista Rodolfo von Ihering, consternou profundamente o meio científico brasileiro, dado o valor do ilustre extinto.

Filho da cidade de Taquara, no Rio Grande do Sul, o ilustre cientista exerceu, com proficiência, a direção do *Serviço de Psicultura*, do Ministério da Agricultura, em missão do qual percorreu, demoradamente, o nordeste brasileiro e a amazônia, encarregado que era de fomentar a criação de peixes nos grandes açudes da I. F. O. C. S.

Profundo conhecedor de nossa fauna, sobre ela muito escreveu, em linguagem sóbrio, porém atraente. Pelo livro e pela imprensa vulgarizou conhecimentos sobre os nossos animais, cuja vida e hábitos tornou familiares às crianças, através de úteis e abalizados escritos destinados à infância brasileira.

Descendente de uma família de homens de letras, era filho do conspícuo zoólogo Hermann von Ihering — um dos organizadores do Museu Paulista —, e neto do grande jurista do século XIX, Rodolfo von Ihering. De seu progenitor herdou o gosto pelas pesquisas zoológicas, tendo, com o mesmo, colaborado em alguns trabalhos.

Cursou o Ginásio do Estado bandeirante e fez, na Universidade de Heidelberg, um curso de Ciências Naturais. De volta, ingressou no Museu Paulista, onde iniciou a sua vida pública, tendo sido, posteriormente, o seu diretor.

No último número desta Revista escreveu von Ihering um interessante artigo denominado "*Ensaio geográfico sobre o vocabulário zoológico popular do Brasil*", utilizando, como disse, o material coligido para o "*Dicionário dos Animais do Brasil*", — cuja publicação prometia para breve —, e as minuciosas observações de suas viagens ao setentrão pátrio.

De sua numerosa bagagem científica constam o "*Dicionário Zoológico Brasileiro*", "*Os Animais do Brasil*" e o "*Atlas da Fauna Brasileira*".

O Conselho Nacional de Geografia perdeu um grande amigo: Além de colaborador de sua Revista, von Ihering acompanhava, carinhosamente, as atividades da instituição e, nos últimos dias de sua vida, procurou interessar o Conselho na elaboração de trabalhos referentes às riquezas naturais do Brasil, à sua flora e à sua fauna, sob sua assistência.

Prova eloquente, que hoje constitui documento de mais alta valia, é o plano que Rodolfo von Ihering apresentou, em fins de agosto passado e a seguir transcrito, certamente um dos últimos, senão o último trabalho da lavra do eminente professor.

— "O Vol. I do Recenseamento do Brasil de 1920 trata nas páginas 35 a 275 da "Geologia, Flora e Fauna" do país. Preliminarmente, 248 páginas são de todo insuficientes para permitir desenvolvimento adequado a assunto tão amplo. De resto, a exposição não condiz com o objetivo geral, que obriga a um retrospecto e a uma estatística.

O estudo de obras análogas, que aliás não conheço, deverá orientar um novo trabalho destinado ao Recenseamento de 1940. Lembro-me ter visto a obra sobre "Geologia" do "2.º Censo, de 1898, da República Argentina" e sei que ainda hoje esse trabalho de Ameghino tem valor como fonte de consultas.

Nunca foi publicado trabalho análogo no Brasil e, por vários motivos, seria sumamente desejável sua elaboração, para que houvesse uma obra de conjunto, capaz de dar informação o quanto possível completa sobre as riquezas naturais do país.

Para que os capítulos sobre botânica e zoologia possam ser eficientemente consultados, impõe-se a organização de dois índices, a saber: o dos *nomes vulgares*, do conhecimento do povo em geral e o dos *nomes científicos*, que, somente eles permitem determinação segura das espécies e consulta por parte daqueles interessados que não conheçam nosso idioma.

Trata-se de um conjunto de 70 a 80.000 espécies (aproximadamente); os vertebrados contribuem com uma fração mínima para esse total (talvez 6 a 7.000), mas são estes os que mais de perto interessam ao homem. Os insetos representam talvez 2/3 daquele total, mas o "Catálogo dos Insetos Nocivos" de Costa Lima, arrolou em sua 3.ª edição (1936) somente 1.749 espécies, quando é certo que esse número representa talvez apenas a décima parte de todos os insetos que precisamos combater, como inimigos das nossas atividades.

É indispensável o perfeito conhecimento dessas questões. O que mais tem dificultado essa tarefa a quem se disponha trabalhar, é a falta de uma revisão geral, a metodização, que só os algarismos coordenados podem fornecer.

Conjuntamente deve ser feito o fichário da bibliografia, não só nacional como estrangeira, das obras que tratam das espécies brasileiras. Há tempos avaliei a bibliografia referente aos peixes brasileiros, em 5.000 publicações; outro tanto existirá para as aves. No já citado trabalho de Costa Lima estão arrolados 1.311 publicações brasileiras referentes a insetos nocivos; imensamente mais numerosas serão as contribuições sobre o mesmo assunto, publicadas em revistas estrangeiras.

Quem poderá se orientar em tão vultosa bibliografia, sem que haja um fichário geral e que possa ser consultado por todos os interessados?

Assim foram mencionados apenas alguns exemplos esparsos, referentes ao que deverá ser feito com relação à zoologia.

E a botânica? Está nas mesmas condições de difícil orientação, por falta de arrolamentos.

Urge, pois, organizar e metodizar, para que, na base de fichários completos, se possa prosseguir o trabalho com mais ordem e portanto maior eficiência.

Vários são os interessados em que tais estudos sejam levados avante: o Ministério da Educação e Saúde (Museu e Escolas), o da Agricultura (animais úteis e nocivos, caça e pesca), e também os Conselhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Estes últimos esperarão, comodamente, pelo que deveria ser feito e não se faz?

PLANO DE ALGUNS TRABALHOS QUE DESDE LOGO PODERÃO SER ATACADOS

Para 1940-41. Elaboração de um tratado, o quanto possível completo, sobre os chamados "Três reinos" da natureza do Brasil.

I — Fauna do Brasil.

- a) Parte histórica
- b) Os estudos realizados
- c) Parte sistemática; catalogação das espécies conhecidas
- d) Aspectos econômicos

II — *Flora do Brasil.*

Os mesmos 4 capítulos supra.

III — *Mineralogia.*

Idem.

IV — *Geologia e Paleontologia.*

Idem.

O desenvolvimento que se queira dar a estes 4 livros, depende apenas das possibilidades materiais (datilógrafos e impressão).

Para o futuro.

Fichário das espécies animais e vegetais:

a) para as diagnoses

b) para o habitat, geografia e ecologia.

Album iconográfico — Coleção de cópias fotográficas das ilustrações referentes a cada uma das espécies brasileiras da flora e fauna.

Mapas biogeográficos, sob os seus vários aspectos (geografia, geologia, clima, valor econômico, etc.).

Mapas paleogeográficos.

EXEMPLOS DE DADOS ESTATÍSTICOS

Sabemos que há:

230	espécies de aves	na Alemanha
312	" "	" " em Portugal
823	" "	" " nos Estados Unidos
887	" "	" " na República Argentina
1.620	" "	" " no Brasil

Com relação a todos os outros grandes grupos (12 ao todo), não temos dados, nem mesmo aproximados, para igual confronto.

Tenho, sob forma de fichários, o material preparado para mandar simplesmente copiar a catalogação de dois grandes grupos (Peixes e Moluscos) e com pouco trabalho estarão prontos também três outros (Mamíferos, Repteis e Anfíbios).

Desta forma em 1-2 anos teremos 6/12 prontos e ao mesmo tempo muito material coligido para mais 1 ou 2 grupos".

E', pois, com o mais profundo pesar que a REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA regista a sua morte.

RELATORIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

ATIVIDADES DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Relatório lido pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na cerimônia da abertura dos trabalhos das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística, realizados no dia 1.º de julho de 1939, na capital da República.

Ilustrados Conselheiros,
Exmas. Senhoras,
Meus Senhores.

PREÂMBULO

Pela terceira vez um alto pensamento de construção nacional conclamou os mais graduados dirigentes dos nossos serviços geográficos e estatísticos para virem à capital da República, não apenas com uma investidura administrativa, mas portadores das mais expressivas credenciais políticas decorrentes do pacto inter-governamental de 11 de agosto de 1936, afim de examinar a situação geral daqueles serviços, verificar a eficiência das atividades do Instituto que os coordena em um grande sistema, tomar as contas desta magnífica instituição e fixar as diretrizes das novas campanhas brasileiras em prol do melhor conhecimento da nossa terra e da nossa gente.

E aqui vos encontráis, mandatários da União Federal ao lado dos delegados dos Governos Estaduais, também representantes dos Governos Municipais, para inaugurar solenemente os nossos trabalhos em sessão conjunta da 3.ª Assembléia dos Conselhos Nacionais de Geografia e de Estatística.

Neste empolgante ambiente em que as inteligências e os corações estão voltados para a imagem radiosa da grande Pátria brasileira, que vos conta entre os seus mais esforçados lidadores, já trocastes as saudações de estilo entre as ordens governamentais aqui solidarizadas, e, de ala para ala, entre as duas "bandeiras", que irmanadas à sombra do mesmo lábaro, procuram penetrar e revelar todos os planos e ângulos da vida nacional.

E', pois, chegado o momento de ouvirdes desta presidência, como preâmbulo indispensável aos labores que vão ocupar o vosso tempo e o vosso espírito, o resumo da obra que, a partir da nossa última reunião, realizou a instituição admirável, de que sois os mais altos dirigentes, implantada e vigilantemente cuidada pelo patriotismo clarividente do estadista que, nesta hora difícil, dirige os destinos do País.

—o—

Senhores Delegados!

Nossas atividades, tanto no setor da geografia como no campo da estatística, decorreram, durante o ano a que se refere este relato, num confortador ambiente. De confiança e colaboração por parte da opinião pública. De apoio e prestígio, no que toca aos poderes oficiais.

Dêsse prestígio e dêsse apoio foram manifestações confortadoras as palavras amigas e confiantes dirigidas ao nosso Instituto, por ocasião do seu 3.º aniversário, pelo Chefe da Nação e pelos seus esclarecidos delegados à testa dos Governos regionais.

Também exprime decidido apoio dos elementos oficiais a constante cooperação que temos obtido de todos os Ministérios, cujos eminentes titulares já se tornaram credores da nossa maior gratidão. Revela igualmente o mesmo espírito de colaboração a atitude de simpatia e de boa vontade que teem invariavelmente mantido para conosco os dignos chefes de vários setores da administração pública. Dentre êles, seja-nos lícito destacar, num comovido preito cívico de veneração e gratidão, a figura ímpar de construtor do Brasil — o General Cândido Rondon.

Doutra parte, a colaboração e a confiança da opinião pública, também não nos teem faltado, mercê de Deus. Aí estão os resultados dos nossos inquéritos que dependem exclusivamente da boa vontade de grupos mais ou menos numerosos de cidadãos. Aí está a atitude, mais do que de simpatia, porque de firme e esclarecida cooperação, que devemos à Igreja Católica, atitude que bem se pode resumir na magnífica circular que S. Excia. o preclaro prebitero da Paraíba, D. Moisés Coelho, acaba de baixar ao seu clero e fiéis, merecendo palavras de solidariedade e aplauso das figuras mais representativas do Episcopado Brasileiro, à frente do qual esse vulto admirável de patriota, de apóstolo e de santo, que é S. Eminência o Cardeal D. Sebastião Leme.

E eis aí, ainda, meus senhores, o concurso desinteressado e multiforme vindo dos quatro cantos da Pátria, que nobilíssimamente — porque desinteressada e só visando o bem público — a generosa imprensa brasileira vem prestando à larga obra publicitária, informativa, vulgarizadora e de educação, que os serviços geográficos e estatísticos do país reclamam constantemente sob pena de ineficiência e de fracasso.

A todos os dirigentes, portanto, do Poder Público ou de organizações privadas, a todas essas forças sociais e políticas que souberam compreender e estão amparando a grande obra do Instituto, os nossos vibrantes agradecimentos, expressos menos em palavras do que no propósito inabalável de levarmos por diante, vitoriosamente, a grande missão de cultura, de progresso e de construção do Brasil, de que o nosso Instituto há de ser, graças ao vosso esforço, o mais fiel dos depositários.

—o—

Confortados por essa grata evocação e predispostos à compreensão por êsse ato de fé e de propósito, recarreguemos a largos traços o que fizemos no ciclo solar que nesta hora encerramos, colhendo na visão dêsse panorama a inspiração e as diretrizes para nova arrancada.

E comecemos pelos serviços do próximo recenseamento, seara onde as nossas sementeiras foram mais recentes e os trabalhos de cultura estão exigindo cuidados mais desvelados.

II — OS SERVIÇOS CENSITÁRIOS

O recenseamento de 1940 é, sem dúvida, senhores delegados, a campanha de maior envergadura e de mais sérias responsabilidades, já atribuída ao aparelho estatístico-geográfico brasileiro.

Declarando nossa lei estatutária que os censos nacionais ficavam sob a responsabilidade do Instituto, as iniciativas preliminares tomadas a esse respeito constaram da Resolução n.º 50, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, a qual deu lugar ao decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938, que regulou o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940 e deu outras providências.

Constituída a Comissão que deveria orientar o serviço censitário e a cuja frente, como seu presidente, a confiança do Chefe do Governo em boa hora colocou o eminente professor e cientista que é o dr. José Carneiro Filipe, iniciaram-se os respectivos trabalhos a 27 de maio de 1938, tendo como Secretário Geral o engenheiro e competente estatístico dr. Otávio Alexander de Moraes, auxiliado por uma escolhida equipe de técnicos. Mais tarde, porém, o decreto-lei n.º 796, de 19 de outubro, incorporara à Comissão, segundo o que ela mesma propôs, o Secretário do Conselho Nacional de Geografia, o Diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e três representantes, respectivamente, dos Ministérios Militares e das Relações Exteriores. Em virtude disso, ficaram compondo a Comissão os representantes ministeriais que constituem a Junta Central do Conselho Nacional de Estatística, o representante do Conselho Nacional de Geografia e mais três ilustres brasileiros, cujos nomes declino com o mais vivo aprêço: os senhores Elmano Cardim, figura que tanto honra o jornalismo brasileiro à frente do *Jornal do Comércio*, trazendo-nos a colaboração da imprensa; o Padre Leonel Franca, expoente do Clero Católico e elemento destacado do Conselho Nacional de Educação; e Lourival Fontes, brilhante publicista e diretor do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural.

O orçamento geral do recenseamento, submetido à aprovação do Governo em 8 de junho de 1938, obteve aprovação e na sua conformidade já foi atribuída ao Instituto a verba anual correspondente a 1939.

De iniciativa da Comissão, pela sua Resolução n.º 11, de 27 de agosto, ficaram aprovadas as bases para a elaboração do decreto-lei regulando os Recenseamentos Gerais do Brasil. Esse ato legislativo veiu a ser o decreto-lei n.º 989, de 21 de dezembro de 1938.



Os dois órgãos do censo — o deliberativo e o executivo — já realizaram extensa obra de planificação dos instrumentos de coleta da operação de 1940, tomando ao mesmo tempo as medidas preliminares indispensáveis. Graças às providências adotadas, a tipografia do Instituto, cuja imediata organização ficara autorizada pelo decreto n.º 237, teve sua capacidade aumentada em termos de poder realizar facilmente os trabalhos gráficos do censo.

Todos os órgãos executivos do Instituto, auxiliados pelas verbas do Recenseamento, alargaram suas atividades, tendo em vista o desenvolvimento e a atuação dos trabalhos que devem servir de preparação ou complemento às indagações censitárias.

A campanha das coordenadas geográficas, sobretudo, com as investigações suplementares que realizará, é, conforme veréis mais adiante, uma iniciativa de fecundos resultados que o Instituto vai dever à acertada orientação dos trabalhos do Censo.

A par disso, porém, mediante entendimento com o Serviço Meteorológico, está a Comissão executando um plano para aproveitar o acervo precioso de dados em poder daquele Serviço e até agora sem possibilidade de apuração. Do que resultará a determinação de melhores normas da climatologia brasileira e um registro mais minucioso das características do ano climatérico de 1940.

Por outro lado, tendo a Comissão verificado que a campanha do levantamento do comércio inter-estadual deveria oferecer base insubstituível para o controle dos censos agrícola e industrial, entrou em entendimento com a Junta Central do Conselho de Estatística para o fim de tomar em mãos, como de fato tomou, a intensificação e a coordenação dos respectivos trabalhos.

Junta-se ainda ao ativo das realizações da Comissão Censitária Nacional a organização de dois largos inquéritos preparatórios do Censo, a serem realizados ainda este ano, — um sobre a vida econômica e outro sobre a situação social e cultural dos municípios brasileiros.

Registe-se, finalmente, que foi de iniciativa da Comissão o ato que instituiu o Serviço de Coordenação Geográfica, como órgão técnico para os trabalhos de cartografia geográfica de que o recenseamento carecer, providência esta cujo extraordinário alcance verificaremos em outro passo desta exposição.

III — OS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

Passando ao exame das organizações permanentes do Instituto, começemos pelo campo de mais recente exploração.

Quer a expansão do sistema subordinado ao Conselho de Geografia, quer o desenvolvimento das suas atividades, ficaram nitidamente previstos e regulados nas Resoluções da nossa última Assembléa Geral.

E auspiciosamente já podemos verificar que, tanto pelo senso prático do programa traçado, quanto pela capacidade realizadora do sistema, é hoje uma grata realidade tudo quanto se incluiu em julho de 1938 no esquema dos nossos objetivos imediatos.



Ressalta, em primeiro lugar, a criação do órgão executivo central do Conselho, que tivesse a seu cargo os trabalhos de coordenação geográfica.

A Comissão Censitária Nacional, pela sua Resolução n.º 10, de 25 de agosto de 1938, manifestou o seu justificado interesse pela imediata criação do órgão que a Assembléa Geral do Conselho de Geografia, apoiada pelo Conselho de Estatística, havia preconizado em julho. E mercê da boa vontade com que o Governo tem recebido nossas sugestões, e especialmente pelo largo e compreensivo espírito de cooperação do dr. Fernando Costa, titular da Agricultura, já em 13 de outubro, pelo decreto-lei n.º 782, instituiu-se em forma provisória o Serviço de Coordenação Geográfica, articulado intimamente com o Serviço Nacional do Recenseamento, mas sob a dependência direta do Conselho de Geografia. O novel departamento, entretanto, vai rapidamente assumindo a eminente função que lhe deve competir, a título definitivo. O recente decreto-lei n.º 1.360, de 20 de junho findo, mudando-lhe o nome para melhor ajustá-lo à sistemática racionalizadora da estrutura do Instituto, transformou-o no Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, atribuindo-lhe o duplo destino de órgão executivo único do Conselho de Geografia

e de elemento do núcleo de "repartições centrais" em que se apóia o Conselho de Estatística, devendo caber-lhe como tal, ao encerrarem-se os trabalhos do Recenseamento, a representação do Ministério da Viação, como seu centro de coordenação estatística.

O Regulamento do Serviço foi baixado com a Resolução n.º 31, de fevereiro deste ano, do Diretório Central. E sua solene instalação teve lugar no dia 15 de março, ficando por agora investido de quádrupla função: Secretaria Geral do Conselho, repartição federal de estatística fisiográfica, departamento técnico da Comissão Censitária Nacional e Gabinete de cartografia estatística do Instituto.



Se voltarmos agora as vistas para a diretriz que traçastes relativamente à melhoria ou criação dos serviços geográficos regionais, não é menos animadora a perspectiva que se nos oferece.

As vossas sugestões encontraram éco nos patrióticos propósitos dos Governos Regionais, de cujos esclarecidos chefes, ainda neste passo, obteve o Instituto a melhor acolhida.

Ao instituir-se a segunda das alas do Instituto, o aparelho geográfico do país, não aludindo aos excelentes serviços dos ministérios militares, reduzia-se a três ou quatro órgãos regionais. A geografia em geral não oferece utilidades imediatas, de modo que os trabalhos de levantamentos territoriais, custosos por natureza, são sujeitos a protelações e por vezes a completo esquecimento. O pronunciamiento do Conselho agitou o problema, equacionando-o em face das nossas possibilidades. O Conselho agiu diligentemente, fez-se compreender pelos Governos Estaduais, e grandes passos já foram dados rumo aos objetivos que traçastes.

Não é pouco, senhores, o que já conseguimos. Os Estados de São Paulo e Minas ampliaram os departamentos geográficos que já possuíam, melhorando-os em instalação, organização e aparelhamento. A Baía dotou de melhores recursos o seu modesto Serviço Geográfico. Alguns Estados, como Santa Catarina e Maranhão, dispuseram-se a criar os respectivos órgãos geográficos, cujos estudos já estão sendo efetuados. Nas demais Unidades da Federação prevaleceu o alvitre da criação de uma simples secção de geografia, ora no Departamento de Estatística, ora em outra repartição técnica (diretoria de Terras e Colonização ou análoga), dando-se assim um primeiro passo para o aparelhamento geográfico regional. E o certo é que esses órgãos mais ou menos desenvolvidos, uns menos, outros mais aparelhados, já estão trabalhando, ou vão começar a trabalhar com denodo e eficiência, pois grande é a tarefa que a Nação espera dos seus esforços e não é pequena a responsabilidade que já lhes cabe para que venha a ter, como de mister, cabal execução, o programa nacional que o Governo da República traçou com o decreto-lei n.º 311, já correntemente e com felicidade denominado a "lei geográfica do Estado Novo".



O nosso Instituto, porém, meus senhores, não congrega somente as atividades oficiais senão que, também, as das instituições privadas que possam colaborar nos seus objetivos. Ora, sendo assim, da ala geográfica do nosso sistema não poderiam estar ausentes as associações culturais de mais destacada atuação em prol da ciência geográfica brasileira.

A integração, no Conselho, das magnas associações nacionais de cultura geográfica — o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Ciências, o Clube de Engenharia e a Associação de Geógrafos Brasileiros — fôra por vós deliberada sob a mais feliz inspiração. E não tardou que, sob gratos auspícios, no próprio decurso dos trabalhos da Assembléa Geral que a deliberara, precisamente a 18 de julho de 1938, tivesse lugar a marcante e tão expressiva solenidade em que aqueles sodalícios se ligaram definitivamente à nossa grande família.



Passando a considerar, senhores, não mais a expansão, mas a atuação do nosso sistema, não menos promissores os fatos que podemos jubilosamente relembra.

O alvitre, lançado pelo Conselho Nacional de Estatística, com a vossa integral solidariedade, de uma lei orgânica nacional relativa à sistematização do parcelamento territorial do país, deu ao Brasil o admirável diploma a que há pouco me referi — a "lei geográfica do Estado Novo".

Essa lei, cuja execução ficou mais diretamente sob a vossa responsabilidade, já está cumprida nos seus objetivos essenciais.

Essa primeira fase foi u'a magnífica realização cívica e nacionalista, desenvolvida sob as vistas solícitas do vosso Conselho, com a colaboração esclarecida do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e das associações regionais suas co-irmãs.

Fixado pela primeira vez, no país, um quadro territorial de caráter nacional e de feição orgânica, foi êle instalado solenemente em tôdas as cidades brasileiras, no mesmo dia e na mesma hora, em ambiente festivo e sob inédito ritual cívico, de impressionante imponência. No histórico 1.º de janeiro de 1939 alguma cousa de belo, de grandioso e de definitivo se inscreveu nos anais da Pátria Brasileira, significando indelevelmente, mais uma vez, os seus altos ideais de progresso, de ordem e de unidade nacional.

Mas, senhores delegados, a execução integral da lei n.º 311 requer ainda um trabalho ingente e iterativo que vos cabe orientar com o concurso dos governos estaduais e municipais, trabalho que é exatamente a parte fundamental dos vossos objetivos em relação à cartografia do território pátrio.

Esse trabalho está vigorosamente lançado, e já agora sob a responsabilidade técnica das administrações estaduais, devendo estar concluídos até o fim do corrente ano, como alguma cousa bem mais que simples esboços informativos, os mapas municipais brasileiros que serão a contribuição essencial, a um só tempo, para a execução do recenseamento de 1940 e para a revisão da Carta Geral do Brasil ao milionésimo.

Orientando esse esforço já tendes em atividade duas comissões técnicas que estão pondo em obra o alto valor científico de notáveis especialistas.

Uma delas é a Comissão de Uniformização da Cartografia Brasileira, cujos membros foram designados oficialmente pelas autoridades competentes, os chefes de governos estaduais e ministros de que dependem. São êles: Prof. Alfredo de Matos, catedrático de geodésia e astronomia de campo da Universidade do Brasil; cap. Cristóvão Falcão Castelo Branco, do Instituto Geográfico Militar; comte. Antônio Alves Câmara Junior, da Diretoria de Navegação da Armada; eng. Benedito Quintino dos Santos, diretor do Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais; e eng. Valdemar Lefèvre, diretor do Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo.

A segunda das Comissões aludidas é a que ficou prevista na Resolução n.º 39 da vossa Assembléa Geral, para a orientação dos trabalhos de atualização da Carta Geográfica do Brasil ao milionésimo. Foi constituída, sob aprovação expressa do Senhor Presidente da República, empossando-se a 18 de maio último. Compõe-na provetos profissionais: eng. Cristóvão Leite de Castro, diretor do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica (onde os trabalhos serão executados), — como presidente; eng. Euzébio de Oliveira, diretor do Serviço Geológico; prof. Alirio de Matos, como consultor técnico de cartografia do Instituto; eng. Gérson de Faria Alvim, presidente da Comissão Técnica de Cartografia do Conselho; major Adir Guimarães, chefe do Grupo Gráfico do Serviço Geográfico Militar.

A atuação dessas Comissões, porém, tem o Conselho procurado juntar a ação direta, nos Estados, de delegados seus. Para isso temos utilizado a competência e a dedicação de dois operosos técnicos, os engenheiros Pedro Grande e Oscar Carrascosa, cuja atuação, ora simplesmente coordenadora, ou estimuladora, ora diretamente realizadora, já foi de excelentes resultados na Baía, em Sergipe, no Rio Grande do Norte, no Piauí e no Maranhão.

Complementarmente aos trabalhos dos mapas municipais e ao labor dessas comissões e desses técnicos, foi deliberada e já está lançada, com o seu financiamento satisfatoriamente resolvido graças ao concurso do Conselho de Estatística e da Comissão Censitária Nacional, a campanha das coordenadas geográficas das sedes municipais, que se destina a ser um dos mais interessantes e úteis empreendimentos científicos do Instituto.

Mas como essa campanha carecia de operadores competentes e experimentados, cujo recrutamento não seria fácil, foi organizado um curso de especialização para os engenheiros que, por designação dos governos estaduais ou de *motu-próprio*, se candidatassem aos respectivos trabalhos de campo. Esse curso, sem dúvida uma valiosa iniciativa técnica e cultural, está sendo ministrado neste momento pelo prof. Alirio de Matos, que, como já disse, professa a cadeira a que se prende aquela matéria e dispõe, portanto, da autoridade científica necessária para a orientação desses nossos trabalhos.

Além disso, o vosso esforçado secretário geral, durante sua viagem de estudos à Europa, em setembro do ano passado, quando foi comissionado pelo Governo, sob proposta do vosso Diretório Central, para participar do 6.º Congresso Internacional de Fotogrametria de Roma, realizou estudos sobre os modernos métodos aerofotogramétricos, visando especialmente a sua aplicação nas campanhas geográficas do Instituto. E também examinou nessa viagem o problema da futura impressão da Carta do Brasil, com a preocupação de encontrar uma solução que permitisse executar-se tal trabalho no próprio país.



Apesar dos largos traços deste bosquejo, ainda não esgotamos a série das realizações do Conselho de Geografia.

Por sugestão, que aceitastes, da Comissão Censitária Nacional, resolvestes empreender, de par com a campanha dos mapas dos municípios e utilizando o concurso dos vossos Diretórios municipais, a elaboração não só do Dicionário Geográfico Toponímico Brasileiro, mas ainda de uma coletânea das efemérides brasileiras.

O Diretório Central planejou esses interessantes empreendimentos que já estão sendo executados pelo Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.

Quanto ao Dicionário, o plano estabeleceu uma pesquisa progressiva compreendendo três graus: 1.º o "Vocabulário Geográfico", limitado para cada verbete à consideração da espécie geográfica e localização municipal; 2.º o "Pequeno Dicionário Geográfico", apresentando os principais característicos dos acidentes e localidades; 3.º o "Grande Dicionário" em que cada verbete é estudado minuciosamente, sob a forma de verdadeira monografia, ilustrado por fotografias, desenhos e mapas.

No que concerne à Coletânea de Efemérides estabeleceu-se igualmente um plano progressivo em duas gamas de intensidade das pesquisas: 1.º a "Coletânea de Datas", onde apenas se faz o enunciado do acontecimento; 2.º a "Coletânea de Efemérides", em que o acontecimento é apreciado em suas características principais.



Para encerrar com chave de ouro, meus senhores, esta brevíssima resenha das atividades do Conselho de Geografia, desde a sua última reunião a esta data, deixei para o fim a referência à *Revista Brasileira de Geografia*.

Magazine trimestral, já a cargo do nosso *Serviço Gráfico*, saiu seu primeiro número, como previstes, em janeiro. Com a mesma pontualidade apareceu o segundo em abril, e está sendo impresso o n.º 3 de julho. Tem a responsabilidade da sua redação os conceituados cientistas, professores Carlos Miguel Delgado de Carvalho, Silvio Fróis de Abreu e José Carlos Junqueira Schmidt.

Essa publicação oficial era de indiscutível necessidade e o seu aparecimento foi o mais oportuno possível. Bem redigida, de excelente aspecto material, otimamente ilustrada, com a sua matéria resumida em francês, espanhol, italiano, inglês, alemão e esperanto, sua distribuição foi feita largamente, no país e no estrangeiro, logrando a melhor acolhida. Comentários os mais animadores tem ela merecido da imprensa e são sem número as cartas que a encomiam ou pedem a sua remessa. Além disso, sua distribuição fora do país deu ensejo a um movimento de intercâmbio que está enriquecendo valiosamente a Biblioteca do Instituto.

IV — OS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

E' tempo, agora, senhores, de nos voltarmos para os nossos trabalhos nas oficinas da estatística.

O aparelho que o Instituto movimenta nesse setor já estava virtualmente integrado quando da vossa última reunião. Para que sua eficiência se normalizasse e em toda a sua estrutura prevalessem os princípios básicos da Convenção Nacional de Estatística, fazia-se sentir a necessidade de reajustamentos mais ou menos profundos, além de uma certa expansão ou readaptação em alguns órgãos atrofiados ou mal conformados, que estavam visivelmente aquém das suas responsabilidades técnicas e culturais.

O Governo do Estado de São Paulo deu-nos nesse sentido um eloquente exemplo de largueza de vistas e senso de conformidade com os compromissos assumidos, retocando de modo inteiramente satisfatório a recém-decretada reforma do seu órgão central de estatística.

Também o Rio Grande do Sul deliberou efetuar uma remodelação profunda do aparelho estatístico estadual, e levou avante o seu propósito confiando a planificação e a execução da reforma a um delegado do Instituto posto à disposição do Estado enquanto julgada indis-

pensável essa assistência mais direta. E a reforma não somente revigorou as atividades da antiga repartição de estatística, agência técnica de nobres tradições, como instituiu vários órgãos especializados que faltavam ao sistema estatístico regional, sobrelevando entre eles a Diretoria de Estatística Educacional, única no Brasil, ao lado do órgão congênere do Ministério da Educação, e cuja eficiência se está afirmando vitoriosamente aos cuidados de um esforçado companheiro, Ernesto Pelanda, que já exerceu com o melhor espírito de cooeração o mandato de representante do seu Estado em anteriores reuniões desta Assembléa Geral.

Mas a Baía, também, e Minas Gerais, e o Paraná, e o Espírito Santo, e Goiás, e Mato Grosso, e Sergipe, e o Ceará, e o Amazonas, para só citar as Unidades onde as reformas foram mais profundas e a expansão dos recursos oferecidos ao Instituto mais sensível, reorganizaram — ora todo o sistema, ora o seu órgão central, ou criaram órgãos especializados, como acaba de fazer o Amazonas, um exemplo que merece ser imitado, porque exprime sacrificio e o propósito decidido de colaborar na construção definitiva da estatística brasileira.



No plano municipal, como fato marcante, vem em primeiro lugar o enriquecimento do quadro dos órgãos autônomos de estatística das metrópoles brasileiras, como centros destinados a uma atuação técnica muito mais profunda em virtude, a um só tempo, do seu menor âmbito de ação, dos seus mais amplos recursos e da maior receptividade do meio a pesquisas mais rigorosas e mais desenvolvidas.

Dêses laboratórios de pronunciada especialização, de cujas experiências e trabalhos tanto deve esperar a geografia humana, a economia e a sociologia brasileiras, só existia, ao criar-se o Instituto, o Departamento de Cultura (Secção de Estatística e Documentação) da cidade de São Paulo, a que logo depois da Convenção de 11 de agosto se juntou, ressurgindo do seu passado glorioso, a repartição de estatística do Distrito Federal. Depois vieram outras, em graus variáveis de autonomia e de recursos. Merecem citadas as de Maceló, Salvador, João Pessoa, Niterói, Manaus e, por fim, a de Recife, que se está aparelhando promissoramente sob a chefia de um experimentado batalhador da estatística pernambucana, Sousa Barros, a quem o Instituto já devia reconhecimento pela dedicada e compreensiva atuação em prol de várias das nossas campanhas. Solidarizem-se com êsse movimento Belo Horizonte e Pôrto Alegre, e não tardará o momento auspicioso em que as 22 metrópoles brasileiras, ou sejam os nossos centros demográficos e políticos mais importantes, estarão dotadas de perfeitos serviços estatísticos.

Acompanhando essa evolução vemos Mato Grosso, por uma Convenção dos Prefeitos sob a presidência de S. Excia. o Interventor Federal, determinar que nas sedes municipais mais populosas devem existir — não apenas agências, mas organizações melhor aparelhadas, isto é, secções ou divisões de estatística. Vemos ainda numerosos municípios de maiores possibilidades elevarem suas agências a repartições de estatística e publicidade. E vemos, mais, melhorar cada dia, em extensão e profundidade, a obra de investigação e cultura levada a efeito pela rede geral de centros municipais de estatística, controlados pelos Agentes Itinerantes, como sabiamente previu e determinou a Convenção de 1936. Porque aderem dia a dia a êsse movimento municípios retardatários, outros aperfeiçoam aos poucos sua incipiente organização de pesquisa social; enquanto os Estados promovem convenções inter-municipais de estatística, fazem cursos de especialização para os agentes comunais e mobilizam, de maneira cada vez mais eficiente, os inspetores ou agentes itinerantes.

De quanto é empolgante êsse movimento tivemos a experiência durante o congresso de agentes municipais fluminenses, cuja visita, acompanhados pela Junta Regional, à Junta Central do Conselho de Estatística, pôs assim em presença, pela primeira vez, e no mais elevado espírito de solidariedade e confraternização, os três planos em que se desenvolve a ação do Instituto — o federal, o estadual e o municipal.

Já havendo o Rio Grande do Sul resolvido de modo que se pode considerar definitivo, o problema dos agentes itinerantes e municipais, e se forem bem sucedidos, como esperamos, os esforços que a direção do Instituto emprega para obter que o acompanhem nesse benemérito propósito, dois ou três dos Estados de mais folgadas receitas — digamos, São Paulo, Minas e Baía, e o exemplo será contagioso e a nossa vitória em ponto tão transcendente e fundamental como é, sem dúvida, o da eficiência da rede dos órgãos informativos locais, estará integralmente assegurada.



Merece também assinalado o trabalho de orientação técnica e de cultura que os órgãos centrais e regionais do Conselho de Estatística vem realizando.

A Junta Central tem dado escrupuloso exemplo às suas co-irmãs das diferentes unidades da Federação. São sempre acontecimentos de marcada projeção cultural, técnica e social as reuniões que, com o seu concurso, esta presidência tem promovido, tais como a que homenageou os delegados ao 3.º Congresso de História Nacional e as em que temos recebido a visita de vários chefes dos Governos Regionais, ou a da direção do Conselho Federal de Economia e Finanças, do Serviço do Domínio da União e do Serviço Meteorológico, ou a da Comissão Nacional do Salário Mínimo.

Algumas das Juntas Regionais já tem acompanhado galhardamente êsse movimento de tão larga eficácia na formação da mentalidade e do ambiente favoráveis à obra do Instituto. Mas podemos e devemos esperar que a totalidade delas, ciosas da sua elevada missão coordenadora, não só realizem com regularidade suas sessões quinzenais, mas se empenhem também nessa atuação incentivadora da cultura especializada no terreno estatístico e da mútua compreensão e solidariedade entre as várias forças sociais que podem colaborar nas atividades do Instituto, pois só assim êste obterá o clima e o prestígio para o lançamento e a vitória das grandes campanhas que lhe cumpre liderar.



O Curso de Informações que realizamos em julho do ano passado, vai repetir-se agora, aos cuidados de mestres não menos provetos que os conferencistas de 1938. São eles: o economista e estatístico, de renome mundial, Prof. Giorgio Mortara, hoje dedicadamente ao serviço do nosso Instituto e cuja colaboração no preparo do censo de 1940 os nossos técnicos não se tem cansado de enaltecer e admirar; o dr. André Braga, também um dos especialistas do Serviço Censitário; e o Padre Hélder Câmara, técnico de Educação, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Ao primeiro deles, aliás, o Prof. Mortara, devemos não somente o respeito a que faz jus seu valor como cientista, mas também a nossa gratidão pela generosa oferta da sua biblioteca ao Instituto, tornando-nos possuidores de mais de 12 mil volumes, que formam o maior centro bibliográfico brasileiro de rigorosa especialização técnica, informativa e científica no domínio da estatística.

Por outro lado, o Curso Teórico-Prático de Estatística, ora organizado de maneira sistemática, e prelecionado por dois experientados profissionais, os professores Alexander de Moraes e Brandão Maldonado, constitue, como tereis ocasião de verificar, uma realização de largos resultados assim no aperfeiçoamento técnico do funcionalismo de estatística, como no estabelecimento de relações de mútuo conhecimento e confraternização entre os diferentes quadros profissionais que, distribuídos por todo o país, colaboram no levantamento da estatística nacional.

Ainda sob o ponto de vista da atuação cultural do Instituto, não deixemos de assinalar a larga obra publicitária, — além da que é feita pelo noticiário e pelos comunicados de imprensa, — que temos realizado, primeiramente, pelo Anuário Estatístico do Brasil e suas 23 Sinopses, cujo terceiro número, preparado pelo Instituto, já está prestes a aparecer, e ainda através publicações especiais — boletins, anuários sobre assuntos particularizados, revistas, etc., que veem divulgando em edições mimeografadas ou impressas, a Secretaria Geral do Instituto e os vários órgãos executivos do nosso sistema, já os da órbita federal, já os do sistema regional, já mesmo os do plano municipal. Registe-se particularmente a excelente e numerosa bibliografia doutrinária que está surgindo no país, ora sob os auspícios diretos do Instituto, ora inspirados ou propiciados pelo movimento de interesse que temos criado em nossos meios técnicos e culturais em relação aos assuntos de estatística, assegurando o necessário círculo de leitores para esse gênero de literatura científica.

Completando a resenha de tão fecundo esforço de cultura, registemos com o destaque merecido, o concurso que os órgãos do Instituto tem levado a numerosíssimos certames (congressos, exposições, conferências, missões culturais), bem assim a divulgação instrutiva e a propagação que os Departamentos de Estatística realizam com os mais eficazes resultados, apresentando nas suas sedes, dia a dia mais caprichosamente instaladas e organizadas, excelentes serviços de informações e bem ordenadas salas expositivas. Tão sugestiva tem sido essa obra, que um brilhante espírito de homem público, dirigente esclarecido de um próspero Estado, já me declarou o seu entusiasmo pela obra do seu governo em matéria de estatística sob a inspiração e com a colaboração direta do I. B. G. E. — passe a abreviatura que nos está popularizando — afirmando que no seu Departamento de Estatística tinha a "sala de visitas" da sua administração.

Mas não encerremos essa ordem de considerações sem aludir à participação do nosso Instituto, pela primeira vez, nos trabalhos de uma Assembléa Internacional de Estatística. Essa reunião foi a de Praga, realizada em setembro de 1938.

A cargo do Conselho Nacional de Estatística ficara a escolha da delegação brasileira. A Junta Central escolheu três figuras destacadas no nosso meio técnico, a saber: eng. Plínio Cantanhede, atuário e estatístico, presidente do Instituto dos Industriários, e os estatísticos engs. Jorge Kingston e Lauro Sodré Viveiros de Castro, respectivamente assistentes da Diretoria de Estatística da Produção e do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho. A nossa delegação, já pelo valor dos seus membros, já pelos elementos que levava para documentar as muitas realizações do Brasil no que respeita aos serviços estatísticos, estava em condições de nos assegurar uma atuação brilhante no Congresso de Praga. Os contencimento internacionais, que todos conheceis, motivaram o encerramento antecipado da Assembléa, o que pouco mais permitiu aos nossos representantes do que recolher documentos sobre os trabalhos projetados para a reunião e distribuir as publicações e esquemas de que foram portadores.

Ainda assim o relatório dos delegados do Brasil foi bastante instrutivo e nele se comprova a agradável impressão que nos vários círculos da Assembléa causaram os fatos que caracterizam o desenvolvimento da estatística brasileira depois da criação do Instituto.



Estendamos agora, meus senhores, uma visada rápida sobre a parte técnica dos nossos trabalhos, relacionados com os levantamentos da estatística brasileira.

Como sabeis, esse trabalho se distribue pelos três planos administrativos da República: o federal, o estadual e o municipal. E numa grande parte convergem nele as atividades dos órgãos estatísticos dos municípios, dos Estados e da União, cuja harmonia o Instituto processa diferenciando as respectivas responsabilidades no decurso das diversas fainas.

Temos motivos de regozijo no vulto e na significação dos resultados já conseguidos. E a melhor prova disso se encontrará nos volumes do Anuário Estatístico do Brasil para 1938 e nas suas 23 separatas, trabalho esse já em adiantado preparo. Mas como devemos confessar nossas deficiências no mesmo espírito de sinceridade que anima o reconhecimento das nossas realizações, é-nos foroso consignar que ainda estamos longe de uma situação normal no que respeita à coleta, à crítica e à apuração das estatísticas que devem ser necessariamente obra cooperativa dos três planos das nossas atividades.

Ainda é insuficiente, em primeiro lugar, a atuação das Agências municipais de estatística. Os titulares dessas Agências precisam ser selecionados segundo um nível de cultura bem superior ao que em regra se verifica atualmente. Mas para isso é mister obviamente que também seja melhorado o seu padrão de vencimentos. Não resolve nosso problema o recurso, adotado por alguns Estados, de se constituírem agentes de estatística ora os seus próprios prefeitos, ora os secretários ou funcionários outros das Prefeituras Municipais. Porque as Agências de Estatística devem ficar a cargo de funcionários privativos, trabalhando em tempo integral e com adequada remuneração. Nada impedindo, porém, seja dito de passagem, o aproveitamento da atividade dos Agentes no serviço de propagação, informações e publicidade do Governo municipal, pois que isso constitue objetivo normal daqueles órgãos do Instituto.

Só por meio dessas providências teremos a coleta municipal feita no devido tempo e em condições satisfatórias, sem as grandes lacunas e as incoerências que tanto prejudicaram a coleta de 1938.

Por outro lado, os departamentos regionais carecem de especializar seu funcionalismo na crítica dos formulários recebidos dos municípios e movimentar livremente, como está previsto na Convenção de Estatística, os corpos de agentes itinerantes, verdadeiros instrutores dos agentes municipais, e revisores dos respectivos serviços. Sem uma e outra dessas providências os resultados das nossas campanhas não atingirão seus objetivos nem compensarão os sacrifícios a que o Governo Federal se dispôs ao instituí-las, premiando os agentes e subvencionando os departamentos regionais.



Finalmente, não devem as repartições federais descuidar sua missão educativa e orientadora, sob pretexto de que o material recebido dos Estados, por mal criticado e revisto, seja inaproveitável. Imperioso é que se empenhem antes em mostrar meticulosa e pacientemente os de-

feitos que carecerem de remédio, melhorando, por uma crítica e revisão minudentes, os informes recolhidos, e aproveitando-os sempre, malgrado as informações acaso insanáveis, mediante prudentes ressalvas e os recursos supletivos ou de apuração parcial, que a boa técnica oferece.

Assim, pois, façamos votos por que, prevenidos por estas palavras de franqueza e confiança do vosso Presidente, e animados pelas muitas e esplêndidas vitórias já conseguidas, possais incluir em breve no rol das realizações do Instituto, a da perfeita eficiência das coletas anuais que fornecem a matéria prima para as nossas elaborações.

Para que assim aconteça, veem esta presidência e a Junta Central empregando os melhores esforços, mantendo estreito contacto com os órgãos regionais do Instituto e sugerindo ou encaminhando as medidas necessárias. Para facilitar esse trabalho de progressivo ajustamento das várias peças do sistema aos seus objetivos, valemo-nos, em primeiro lugar, do cordial encontro e da grata convivência desta Assembléa Geral.

Mas utilizamos ainda, além do curso dos estagiários, já aludido, as visitas de um nosso técnico às repartições regionais e a designação de funcionários especializados à disposição dos Governos dos Estados para o fim de, ora como diretores em comissão, ora como assistentes, auxiliarem durante algum tempo a reorganização dos serviços que nos solicitam esse modo particular de colaboração, sem dúvida um dos mais felizes e eficientes recursos postos ao nosso alcance pela Convenção de 1936.

Como nosso Delegado Geral tem prestado excelentes serviços, — que, aliás, tendes podido apreciar tão bem quanto esta presidência — o estatístico Rúbem Gueiros. Sua atuação tem sido não somente prudente, hábil e dedicada, mas ainda de notável significação técnica, como se pode ver através das leis e regulamentos de sua autoria, a que devemos a adiantada organização de que já desfrutam presentemente numerosos dos nossos sistemas regionais. Na qualidade de delegados especiais, estão em proveitosa atividade, prestando seu concurso a vários departamentos, os senhores: João de Mesquita Lara, como diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Acre; Adelino Vasconcelos, que exerceu primeiramente a comissão de diretor do Departamento de Estatística Geral de Goiás e serve como assistente e eventual diretor do Departamento do Ceará; Manoel Martins Junior, como assistente do Departamento do Rio Grande do Norte; Eduardo de Almeida Barbosa, como diretor do Departamento de Sergipe; Antônio Paulino Limpo Teixeira de Freitas, ora terminando a sua comissão à testa da Secção de organização do Departamento da Bahia; Marcelo Aroucha, que concluiu a contento do respectivo Governo a reorganização do Departamento do Paraná; José do Carmo Flores, como diretor do Departamento de Estatística e Publicidade, e Fais Barreto, como reorganizador do serviço de estatística educacional, ambos em Santa Catarina; Pedro Barreto Falcão, como diretor geral de Estatística no Rio Grande do Sul; Eduardo José Gonçalves, como organizador e assistente da Diretoria de Estatística e Publicidade de Mato Grosso; José Mário Cunha, como reorganizador das estatísticas educacionais e culturais de Minas Gerais.

V — CONCLUSÃO

Eis, meus senhores, o breve e singelo relato que vos devia o vosso Presidente.

Aí estão os fatos que exprimem as realizações do aparelho incomparável de pesquisa estatística e geográfica que o Governo da República colocou sob a orientação das vossas vistas esclarecidas e do vosso patriotismo.

E aí estão, também, sucintamente enumerados, os novos objetivos a atingir, que reclamam vossas providências e a mais desvelada atenção.

No exposto encontrareis por certo motivos para um erguer de corações, pela certeza de que o nosso Instituto conseguiu cumprir galhardamente a sua missão no ano decorrido.

Mas sentireis ao mesmo tempo o peso de uma enorme responsabilidade: a de manter a instituição em plena eficiência no decurso dos árduos labores que vai enfrentar em a nova campanha a que neste momento ela se lança.

O vosso Presidente está tranqüillo, porque confia em vós. E confia em vós porque sabe o que pode esperar dos vossos altos predicados intelectuais e morais. Mas sobretudo porque já lhe ficou a certeza de que, movidos por um nobre idealismo, vos revelareis sempre dignos colaboradores da grande obra de "boa vontade" que é esta "Casa do Brasil".

Sim, meus senhores. Havelis sido integralmente "homens de boa vontade" e por isso estareis à altura da grande missão administrativa, cívica, cultural e política que o Brasil vos confiou.

Como homens de boa vontade não vos temeis das dificuldades, não desanimais ante as incompreensões; não receais os pequenos fracassos; não vos deixeis levar pela vaidade, nem pelos impulsos de melindres incompatíveis com os interesses da nossa causa, que reclama grandeza de alma e espírito de sacrifício; nem fareis de natural diversificação das vossas idéias, — que são riqueza do sistema, — o antagonismo dos esforços. Antagonismo que importa na condenação irrevogável da obra dos que não sabem compreender, transigir, cooperar, ou mesmo, sendo preciso, esquecer e perdoar.

Continuai, assim, senhores delegados. Isto vos pede, isto espera de vós o Brasil que estais corajosamente ajudando a construir. Velai pela intangibilidade desse espírito de cooperação, desse espírito de serviço, desse espírito de união nacional. Sem ele, o vosso esforço resultaria vão, e dele amanhã só restariam desoladas ruínas. Com ele, a vossa tarefa continuará gloriosa, fecunda, cheia de beleza. Porque a beleza, a fecundidade e a glória só existem e só subsistem nos climas em que reina a harmonia, o sentimento de comunidade e a cooperação.

Que esse espírito, que é agora o vosso, seja perenemente, a bem do Brasil, a própria alma da nossa bela instituição.

Esses os votos cuja realização nos será a maior alegria.

E para encerrar condignamente, senhores Delegados, a expressiva solenidade em que iniciamos os trabalhos da 3.^a reunião ordinária desta Assembléa Geral, recordando a obra magnífica de brasilidade levada a efeito pelo imponente sistema de cooperação inter-governamental que dirigis, exprimamos o nosso reconhecimento cívico e as homenagens do nosso patriotismo ao bera inspirado fundador deste Instituto, ao estadista esclarecido que desveladamente, num interesse nunca esmorecido, tem acompanhado todas as nossas lutas, pondo a sua eminente autoridade a serviço da nossa causa, para afastar-nos as dificuldades, para prestigiar-nos as iniciativas, para assegurar-nos, numa palavra, não apenas os meios materiais, mas sobretudo as forças morais sem as quais não seria viável no Brasil uma campanha como esta que estamos vitoriosamente realizando.

De pé, meus senhores, e numa vibrante salva de palmas, exaltemos, mais uma vez, o admirável pensamento político, de unidade e consciência nacional, que o Presidente Getúlio Vargas concretizou no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL

Relatório lido na cerimônia de encerramento, em 25 de julho de 1939, pelo Secretário Geral do Conselho, Eng.º Cris-tóvão Leite de Castro.

Senhor Presidente,
Senhores Delegados,
Minhas Senhoras e
Meus Senhores.

Mantendo com segurança o ritmo das suas atividades, o Conselho Nacional de Geografia encerra hoje os trabalhos da 3.ª sessão ordinária da sua Assembléia Geral. Mais uma vez funcionou o supremo órgão do Conselho, para que se firmassem diretrizes às suas atividades. Mais uma vez os Governos da União e das Unidades Federadas credenciaram delegados, para que se combinassem aqui planos de ação a serem desenvolvidos pelas suas administrações em proveito das realizações geográficas do Instituto. Mais uma vez congregaram-se técnicos de todos os quadrantes, responsáveis por atividades geográficas exercidas em vários setores, para que se fixassem normas seguras e acertadas a serem adotadas uniformemente no país.

E efetivamente assim foi: em ambiente sereno, impregnado de suave cordialidade, os delegados federais e estaduais, técnicos abalisados, estudaram problemas da Geografia do Brasil e, com prudência e superioridade, assentaram medidas proveitosas.

Não conheço, senhores, paisagem mais bela e mais saudável, para o espírito e para o coração, do que o ambiente desta Assembléia: em seu clima de altura, respira-se aqui ar puro, de idealismo sadio; em sua luminosidade montanhosa, aclaram-se aqui, à luz de espíritos cultos, problemas da mais alta transcendência e complexidade; em sua atmosfera vitalizante, congregam-se aqui vontades na realização pronta e eficiente de iniciativas orgânicas; em sua posição de culminância, há aqui elevação de vistas e visão panorâmica do conjunto.

Compreende-se assim que, à guisa de um determinismo clima-psicológico, nesse ambiente a Assembléia tenha produzido bastante e bem.



Merecem especial registo neste relato, as visitas com que altas personalidades homenagearam a Assembléia.

O Comte. Ernani do Amaral Peixoto, digno Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, esteve presente a uma das reuniões; respondendo a calorosa e sincera saudação, esse jovem homem de Estado, em discurso eloquente e feliz, exaltou a obra orgânica e nacionalista do Instituto, confirmou que o seu Governo continuaria a prestar-lhe todo apoio e anunciou que na reforma do aparelho administrativo do Estado do Rio, em estudos, seria incluída a criação de um serviço geográfico.

Dias depois, comparecia o honrado Interventor Federal no Estado da Baía, dr. Landulfo Alves de Almeida, que, na intimidade dos nossos trabalhos, recolhendo manifestação viva do apreço e regosijo, salientou brilhantemente o sentido patriótico das realizações do Instituto, para as quais, naquele Estado, ele dispensava especial atenção e continuaria a dispensá-la cada vez mais.

Rafael Xavier, o nosso Rafael, companheiro da primeira hora, um dos fundadores do Instituto e iniciador do serviço de estatística territorial, donde nasceu o órgão central do Conselho Nacional de Geografia — o Serviço de Coordenação Geográfica, hoje Serviço de Geografia e Estatística — proporcionou-nos, com a sua visita radiosa, horas de um convívio feliz de amigos.

E, na intimidade, trocamos saudações, em alegres visitas, o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Estatística e a Comissão Censitária Nacional, os três órgãos dirigentes das atividades da instituição magna — o glorioso Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Por feliz coincidência, ainda, no dia em que nos dispúnhamos a estudar o complexo e empolgante problema das divisas interestaduais, recebíamos a visita de alta e ilustre personalidade, desejosa de melhor orientar-se sobre a delimitação da zona da sua jurisdição espiritual — era um príncipe da Igreja Católica, o eminente Bispo de Caratinga, D. João Cavati que, numa verdadeira associação de sentimentos, como que vinha cobrir de bênçãos os nossos trabalhos, tão voltados para o bem e a tranquilidade da Pátria comum.



Os relatórios das atividades dos Diretórios do Conselho, referentes ao período 1938-1939, lidos perante a Assembléia, revelaram de um lado a situação animadora em que se encontra a instituição e, por outro lado, quanto se trabalha por toda parte em benefício da Geografia do Brasil.

O Diretório Central, através de resoluções hábeis, prudentes e cuidadas, vem resolvendo eficientemente problemas técnicos e administrativos, e, no intervalo das sessões da Assembléia, dirigindo eficaz e acertadamente as atividades do Conselho.

Os Diretórios Regionais, constituídos nas capitais das Unidades Políticas, funcionam satisfatoriamente, colaborando com eficácia na execução das campanhas do Conselho, cada qual agindo no seu âmbito.

Os Diretórios Municipais de Geografia, hoje, constituem uma extensa rede de órgãos locais, que cobre toda a imensa superfície do país. Com efeito, segundo as informações recebidas pela Secretaria do Conselho, já estão instalados os seguintes: Alagoas — 33 (completo), Amazonas — 27, Baía — 150 (completo), Ceará — 79 (completo), Espírito Santo — 26, Goiaz — 42, Maranhão — 66, Mato Grosso — 5, Minas Gerais — 266, Pará — 14, Paraíba — 41 (completo), Paraná — 49

(completo), Pernambuco — 66, Piauí — 47 (completo), Rio de Janeiro — 50 (completo), Rio Grande do Norte — 42 (completo), Rio Grande do Sul — 29, Santa Catarina — 44 (completo), São Paulo — 253, Sergipe — 38, Território do Acre — 7 (completo). Total — 1.374.

Ao todo 1.374 Diretórios Municipais de Geografia de que o Conselho dispõe pelo Brasil afora! Isso significa que 87% dos 1.572 Municípios brasileiros constituíram um órgão próprio para colher informações e dados da corografia local, necessários aos estudos e pesquisas do Conselho.

Por outro lado, a atividade geográfica exercida no país no período 1938-1939, de julho a julho, conforme demonstram os relatórios, foi extraordinária.

Alvitrou-se que êsse período constituiria o ANO DA GEOGRAFIA, e efetivamente assim aconteceu.

E' que a "lei geográfica do Estado Novo", o notável decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, impondo a sistematização da divisão territorial do país, atribuiu aos poderes públicos — regionais e locais — tarefas essencialmente geográficas, seja na fixação do quadro territorial de cada Unidade Política, com a descrição sistemática das divisas intermunicipais e interdistritais, seja no levantamento dos mapas municipais.

E o que os relatórios refletiram foi exatamente a agitação, a atividade, em tórno da execução dessa lei nacional, na multiplicidade dos seus aspectos: as dificuldades que surgiram, os imprevistos que dificultaram a marcha, os elementos que decidiram o êxito, a campanha como se planejou, os técnicos como atuaram, os recursos que possibilitaram os trabalhos realizados, os resultados afinal obtidos.

Foi o ano da Geografia, sem dúvida.

Aos Governantes, homenagem seja prestada, em agradecimento.

Porque, efetivamente, em uma compreensão larga, os Chefes dos Governos estaduais, sem exceção, empenharam-se vivamente na execução da lei 311: constituíram recursos especiais, baixaram os atos legislativos necessários, mobilizaram técnicos selecionados, criaram serviços especializados, ativaram as administrações municipais, acompanharam de perto a marcha dos trabalhos, prestigiando os seus dirigentes, estimulando-os, atendendo-lhes às solicitações, acatando as suas decisões e facilitando a sua atividade.

Aos técnicos, aplauso caloroso seja dado. Porque a tarefa era ingente e êles a cumpriram. As dificuldades eram enormes e êles as venceram. O entretchoque dos interesses municipais era por vèzes demasiadamente tenso e êles o suportaram. A deficiência dos dados corográficos era angustiosa e êles a supriram. A missão exigia sacrifícios, em vigílias, em incompreensões, em dissabores e êles tudo deram, de corpo e alma, patrióticamente.



A Assembléa aprovou 25 Resoluções, nas 20 reuniões realizadas.

São elas:

- Resolução n.º 40 — Aprova um voto de louvor ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares pela publicação da notável obra "Fronteiras do Brasil no regime colonial", de acentuado cunho geográfico.
- Resolução n.º 41 — Exprime congratulações aos Chefes dos Governos da União e das Unidades Federadas pela assinatura das leis gerais fixando a divisão territorial do País e pela comemoração nacional do Dia do Município, a 1.º de janeiro do ano corrente.
- Resolução n.º 42 — Prescreve a colaboração do Conselho na realização dos Congressos Nacionais de Geografia, sob os auspícios da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.
- Resolução n.º 43 — Dispõe sôbre a publicação de mapas rurais para as escolas, e de coletâneas de fotografias.
- Resolução n.º 44 — Exprime agradecimentos ao Conselho Nacional de Estatística e à Comissão Censitária Nacional.
- Resolução n.º 45 — Determina providências quanto à remessa dos órgãos que publicam os atos oficiais dos Governos da União e das Unidades Federadas para as Secretarias dos Diretórios Regionais e Central, do Conselho.
- Resolução n.º 46 — Fixa o orçamento do Conselho para o exercício de 1940.
- Resolução n.º 47 — Aplauda uma iniciativa do Departamento Geral de Estatística do Estado de Minas Gerais e faz uma recomendação.
- Resolução n.º 48 — Dispõe sôbre a terminação do mandato dos Consultores Técnicos do Conselho.
- Resolução n.º 49 — Aprova um voto de congratulações ao Departamento dos Correios e Telégrafos pelo eficiente serviço proporcionado quando se processou a divisão territorial no País.
- Resolução n.º 50 — Elege os membros das Comissões Técnicas Permanentes.
- Resolução n.º 51 — Atribua ao grande geógrafo e explorador brasileiro General Cândido Mariano da Silva Rondon o título de *Civilizador do Sertão*.
- Resolução n.º 52 — Renova o apêlo formulado pela Assembléa quanto à criação dum serviço geográfico em cada Unidade Federada.
- Resolução n.º 53 — Dispõe sôbre a elaboração de monografias corográficas dos territórios das Unidades Federadas.
- Resolução n.º 54 — Prescreve a referência ao nome do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nas publicações das repartições e instituições integradas no seu sistema geográfico.
- Resolução n.º 55 — Aprova os atos dos Diretórios do Conselho, relativos ao período de 1.º de julho de 1938 a 30 de junho de 1939, e consigna aplausos e recomendações.
- Resolução n.º 56 — Aprova as contas do Conselho e encarece um reforço das suas verbas no corrente exercício.
- Resolução n.º 57 — Dispõe sôbre o estudo de um plano de elaboração de monografias corográficas municipais.
- Resolução n.º 58 — Dispõe sôbre a realização de inquéritos junto aos Diretórios Municipais, por intermédio dos Diretórios Regionais, destinados a coleta de elementos para a elaboração do Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro e da Coletânea de Efemérides Brasileiras.

- Resolução n.º 59** — Constitue uma Comissão Técnica Especial para o estudo das bases da organização do "Arquivo Cartográfico Brasileiro" e das medidas legislativas necessárias à fiscalização oficial da publicação de mapas referentes ao território nacional e dos livros e estudos sobre Geografia do Brasil destinados a escolas.
- Resolução n.º 60** — Estabelece normas para o recebimento, aprovação e exposição dos mapas municipais que as Prefeituras apresentarão até 31 de dezembro do corrente ano, em observância à lei nacional n.º 311.
- Resolução n.º 61** — Sugere normas quanto à nomenclatura das localidades brasileiras.
- Resolução n.º 62** — Propõe um sistema provisório de divisas interestaduais, determina a organização de um Atlas de limites e promove a regulamentação do art. 184 da Constituição.
- Resolução n.º 63** — Determina o estudo da divisão regional do Brasil e das suas Unidades Federadas e a elaboração de uma obra de divulgação sobre a região amazônica em geral e o rio Amazonas em especial.
- Resolução n.º 64** — Dispõe sobre a impressão da Carta Geográfica do Brasil, ao milionésimo, e de outros mapas.

Sob bons signos iniciou a Assembléa a série das suas Resoluções, louvando a obra notável do eminente Embaixador Macedo Soares. Glória ao mérito! Historiador e geógrafo, esse fino homem de letras e de ciências enfeixou em volume, artisticamente impresso, páginas brilhantes, em estilo e em profundidade, apresentando estudos magníficos sobre a nossa Geografia histórica. Quanto privilégio para nós do Conselho Nacional de Geografia termos por supremo diretor tão nobre figura da cultura geográfica do país!

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a tradicional Sociedade que tão assinalados serviços tem prestado à pesquisa geográfica, encerra, no seu rico patrimônio cultural, a glória da iniciativa da realização dos Congressos Nacionais de Geografia. Nesses certames, tão proveitosos, mobilizam-se técnicos e estudiosos, para uma demonstração de cultura e de atividade. A Assembléa bem compreendeu o magno assunto, e homenageando a douta Sociedade, deliberou que o Conselho prestasse a sua colaboração plena no sentido da realização periódica, trienalmente, desses importantes certames e encareceu a organização, em 1940, do projetado Congresso em Florianópolis. A iniciativa da Assembléa apresenta um aspecto feliz — é que a Sociedade de Geografia está integrada no Conselho, ao qual se incorporou solenemente durante os trabalhos da sessão da Assembléa de 1938 — e assim, a realização dos Congressos com o concurso do Conselho, estabelecerá uma corrente de mútua colaboração em benefício do conhecimento geográfico do país.

A deficiência de mapas sobre o Brasil, sobretudo para fins escolares, é no momento, a bem dizer, completa.

Não há mapas, e como divulgar sem eles o conhecimento do território brasileiro?

Por isso muito bem se houve a Assembléa ao prover à publicação de mapas murais, que sirvam, a um tempo, para fins administrativos e escolares, divulgando-se assim a Geografia do Brasil, pelas escolas, repartições e escritórios, à luz de dados exatos e atualizados.

A elaboração de monografias corográficas, referentes não só ao território das Unidades Federadas, como também ao dos Municípios, naturalmente cada qual com a feição que lhe é própria, mereceu da Assembléa a devida atenção, e os estudos empreendidos a levaram à conclusão de que o Conselho deve entregar-se ao preparo dessas interessantes e valiosas colaborações, com o concurso dos Diretórios Regionais e Municipais, que por sua vez se articulam com serviços públicos especializados e com personalidades dedicadas a estudos geográficos das regiões respectivas.

O preparo do Dicionário Geográfico e Toponímico Brasileiro e a organização da Coletânea das Esmérides Brasileiras, importantíssimos encargos sugeridos pela Comissão Censitária Nacional e superiormente planejados pelo Diretório Central, examinados agora pela Assembléa, constituíram objeto de deliberação, pela qual ficou determinada a mobilização dos órgãos do Conselho em torno desses empreendimentos, mediante a realização de inquéritos, monografias, estudos, pesquisas, coleta de dados e fotografias, de tal modo que, conforme se planejou, muito brevemente saiam as suas primeiras publicações.

Importante, sem dúvida, estoutra deliberação da Assembléa, no sentido de ser estudada a organização de um "Arquivo Cartográfico Brasileiro", com o qual se estabeleça a coleta compulsória de todos os mapas referentes a levantamentos territoriais que se executarem no país. A obrigatoriedade dos serviços públicos e particulares, bem como dos próprios profissionais, de fornecerem ao Conselho cópia dos desenhos representativos dos trabalhos de campo, pelos mesmos executados, não pode ser interpretada como inoportuna e ilegítima. É oportuna, porque o Governo criou o Conselho Nacional de Geografia para, segundo palavras textuais da lei: "reunir e coordenar os estudos sobre a Geografia do Brasil e promover a articulação dos serviços oficiais, federais, estaduais e municipais, instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem de Geografia do Brasil, no sentido de ativar uma cooperação geral para conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio". É legítimo, porque território é patrimônio da Nação e o seu conhecimento interessa diretamente ao poder público.

As Prefeituras, em cumprimento da lei nacional 311, deverão apresentar, até 31 de dezembro próximo, sob pena de cassação da autonomia municipal, os mapas dos respectivos territórios. Uma série de problemas se apresenta com referência ao recebimento desses diplomas e a seguir, quanto ao seu exame e aprovação. A Assembléa examinou-os, um a um, e baixou normas pelas quais se regulará, em sua fase final, a execução da obrigação municipal de preparo do mapa.

Muitos outros assuntos foram objeto de deliberação da Assembléa. Neste breve relato não cabem maiores minúcias.

Entretanto, duas iniciativas são merecedoras de considerações.

A primeira se refere à impressão da Carta Geográfica do Brasil, ao milionésimo, cuja edição atualizada está cometida ao Conselho, no plano dos trabalhos do Recenseamento de 1940.

Em 1922, quando se festejou o Centenário da nossa Independência Política, o Clube de Engenharia empreendeu, com o apoio do Governo, uma das mais significativas comemorações — a publicação da Carta Geográfica. Entretanto, a independência política não encontrou paralelo na independência cartográfica, e a nossa Carta Geográfica foi impressa em Berlim.

Passam-se os tempos.

Agora, trata-se da impressão da segunda edição. O Conselho, ao qual foi o problema entregue, promoveu os estudos necessários. Por sua iniciativa, foi um técnico à Europa estudar minuciosamente a questão, e também, constituiu-se, com aprovação expressa do Senhor Presidente da República, a Comissão Executiva Central da Carta, formada por cinco técnicos reconhecidamente especializados em assuntos cartográficos, que já estão realizando valiosos estudos.

Por fim, a Assembléa ora reunida, examinando a documentação coligida, determinou que a nova Carta seja impressa no País. Isso, senhores, significa que o Conselho se sente com elementos seguros para afirmar que no Brasil se poderá contar com instalação cartográfica especializada, capaz de executar mapas de precisão, em condições nunca inferiores às da impressão da Carta de 1922.

A segunda iniciativa digna de especial menção é a campanha aprovada pela Assembléa, no sentido do Instituto promover a solução definitiva e pronta da importantíssima questão das divisas interestaduais.

Uma decisão impõe-se desde logo: a fixação de um sistema de linhas divisórias, para uso dos serviços do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1940, cujos trabalhos de execução serão iniciados em futuro muito próximo.

Além disso, cumpre ser regulada a execução do artigo 184 da Constituição em vigor, afim de que, efetivamente, segundo normas prefixadas, seja conduzida a breve prazo, a definitiva solução das dúvidas porventura ainda existentes nos limites interestaduais.

O empenho do Govérno da República no sentido de pôr termo a essas dúvidas é manifesto, tanto assim que o artigo 43 do decreto-lei n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, obrigou aos Intervenitores e Governadores a apresentação, dentro do prazo de 180 dias, dos documentos referentes às remanescentes divergências de fronteiras.

Mas não basta. Da apresentação unilateral das dúvidas até à solução efetiva das mesmas, vai um passo largo. Há a apreciação das alegações apresentadas isoladamente pelos governos estaduais, um a um; há o exame dos documentos, para confronto das divergências sobre um mesmo trecho de limites, porventura encaminhadas por mais de um govérno estadual; há esclarecimentos a serem promovidos; há o importante reconhecimento do terreno questionado, que de preferência deveria ser realizado por uma comissão mista, da qual participassem os governos interessados e o da União. Todas essas operações são indispensáveis para a devida definição e caracterização das dúvidas.

Se essas persistirem, apesar dos confrontos, exames, reconhecimentos e entendimentos, procedidos segundo normas adequadas, então, sim, já bem caracterizadas, deverão ser encaminhadas ao Serviço Geográfico do Exército que, nesse caso, usando de atribuições expressas e exclusivas, nos termos do citado artigo 184 da Constituição, resolverá em definitivo as divergências, traçando, sem audiência dos governos interessados, ou seja, a seu único critério, a linha que finalmente e definitivamente deverá prevalecer.

—o—

Senhor Presidente,
Senhores Delegados.

Ecoam ainda aos nossos ouvidos as vibrações da tarde esplendorosa de ontem. No Salão de Conferências do tradicional Itamarati vivemos momentos de inesquecível emoção e de inexcedível beleza. Em uma festa de inteligência, de arte e de coração, proclamamos Civilizador do Sertão, o nobre General Rondon. Figura de soldado, defendendo a integridade da Nação; figura de sertanista, devassando regiões desconhecidas; figura de indianista levando a fraternidade; figura de geógrafo, reconhecendo paisagens inéditas; figura de progressista, implantando comunicações; o General Rondon, meus senhores, é sobretudo a figura — símbolo!

Símbolo da abnegação, símbolo do patriotismo, símbolo do amor à ciência, símbolo do amor ao próximo.

Seja êle o nosso exemplo.
Tudo fez pela Geografia e pelo Brasil.
Imitêmo-lo!

DECRETO-LEI N.º 522, DE 28 DE JUNHO DE 1938

Prorroga até 21 de dezembro o prazo para fixação dos novos quadros para a Divisão territorial

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. único — Fica prorrogado até 31 de dezembro do corrente ano o prazo concedido no art. 16, parágrafo 1.º, do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março último, para fixação dos novos quadros da Divisão Territorial que deverão entrar em vigor a 1.º de janeiro de 1939. A partir desta última data serão contados os períodos de quinquênios a que se refere o parágrafo 3.º do citado artigo.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.
(Publicado no D. O. de 1-7-1938).

GETÚLIO VARGAS
Valdemar Falcão

DECRETO-LEI N. 782, DE 13 DE OUTUBRO DE 1938

Transforma provisoriamente a Secção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, no Serviço de Coordenação Geográfica, com as funções de secretaria geral do Conselho Nacional de Geografia e órgão dos serviços geográficos da Comissão Censitária Nacional.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, Considerando que, entre os trabalhos preparatórios do Recenseamento Geral da República, para 1940, já iniciados, constam importantes encargos de natureza geográfica, afetos ao Conselho Nacional de Geografia, um dos órgãos de superior direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (art. 9.º do Decreto-lei n.º 237, de 2 de fevereiro de 1938);

Considerando que o órgão técnico executivo central do Conselho Nacional de Geografia é a Secção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, à qual cabem os referidos trabalhos censitários de natureza geográfica (Resolução n.º 39, de 20 de julho de 1938, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia);

Considerando o pronunciamento da Comissão Censitária Nacional, no sentido de ser a referida Secção elevada urgentemente, em organização de emergência, à categoria de "Órgão central" incumbido da coordenação dos serviços geográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, como tal, responsável pelos trabalhos censitários de caráter geográfico, cuja execução cumpre ser facilitada (Resolução n.º 10, de 25 de agosto de 1938, da Comissão);

Decreta:

Art. 1.º — A Secção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, com a denominação de Serviço de Coordenação Geográfica, passa a constituir, provisoriamente, durante a execução do Recenseamento de 1940, o "órgão central" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (art. 3.º do Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934) no sistema dos serviços geográficos.

Parágrafo único — A direção do Serviço cabe ao chefe da aludida Secção, na sua qualidade de Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia (§ 2.º, art. 2.º, do Decreto n.º 1.527, de 24 de março de 1937) com as vantagens atribuídas às respectivas funções.

Art. 2.º — Os funcionários efetivos e extranumerários da Diretoria de Estatística da Produção atualmente em exercício na Secção de Estatística Territorial ficam considerados à disposição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como elementos do quadro do Serviço de Coordenação Geográfica, equiparados aos requisitados na forma do art. 31 do Decreto n.º 24.609.

Art. 3.º — Todo o material permanente e de consumo ora à disposição da Secção de Estatística Territorial, fica cedido ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mediante inventário, para ser utilizado no Serviço de Coordenação Geográfica.

Art. 4.º — O Serviço de Coordenação Geográfica será regulamentado pelo Conselho Nacional de Geografia, ouvida a Comissão Censitária Nacional.

Art. 5.º — O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística entrará oportunamente em entendimento com o Ministério da Agricultura, no sentido de tornar definitiva, na forma prevista no art. 7.º do Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934, e de acordo com as Resoluções n.º 68, de 4 de julho último e n.º 28, de 19 do mesmo mês, respectivamente do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia, a transformação ora realizada, como medida de emergência necessária à execução dos serviços censitários.

Parágrafo único — Enquanto não se realizar o acôrdo aqui previsto, onde se defina a colaboração permanente que o novo Serviço deva prestar aos serviços da Diretoria de Estatística da Produção, fica assentado que a referida Diretoria requisitará ao órgão central do Conselho Nacional de Geografia os trabalhos de cartografia e de estatística territorial de que carecer.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

R'º de Janeiro, 13 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.
(Publicado no D. O. de 14-10-1938).

GETÚLIO VARGAS
Fernando Costa

DECRETO-LEI N.º 846, DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938

Institue o "Dia do Município", regula a sua celebração e dá outras providências.

O Presidente da República:

Considerando que, segundo Decreto-lei já baixado pelos Governos Estaduais, a inauguração dos novos quadros circunscricionais (judiciário-administrativos) deverá obedecer, nos respectivos âmbitos de jurisdição, ao ritual elaborado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

Considerando que, segundo esse ritual, as solenidades inaugurais deverão realizar-se de modo inteiramente uniforme em todas as sedes municipais, revestindo-se do triplice caráter — histórico, jurídico e cultural, o que lhes dará um alto significado na vida municipal do país, e assumindo também uma bela expressão nacionalista;

Considerando a proposta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apoiada pelo Conselho Nacional de Geografia, para que a data de 1 de janeiro de 1939, em que terão lugar essas solenidades na forma da parte final do art. único do Decreto-lei n.º 522, de 28 de junho de 1938, seja oficialmente consagrada à exaltação do papel do Município na organização da Pátria Brasileira; e

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Decreta:

Art. 1.º — Fica instituída a festa nacional do "Dia do Município" a ser celebrada a 1 de janeiro dos anos de milésimo 9 e 4.

Art. 2.º — A festa cívica do "Dia do Município" consistirá:

a) — nas cerimônias de inauguração quinquenal dos quadros territoriais, a realizarem-se em todas as sedes municipais, na conformidade da legislação regional que prescreveu para essas solenidades as normas assentadas pelo Conselho Nacional de Geografia;

b) — nos festejos populares que os Governos Municipais organizarem para esse fim;

c) — nas sessões cívicas que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro deliberou promover sob os auspícios dos Governos da União, do Distrito Federal, dos Estados e do Acre e com o concurso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e demais instituições culturais, públicas e privadas, que a esse alto objetivo cívico queiram emprestar sua solidariedade.

Art. 3.º — As sessões cívicas a que se refere a alínea c) do artigo precedente, visarão exaltar o papel político, social e económico dos Municípios, exprimindo, bem assim, em relação às comunidades municipais, não somente a solidariedade das órbitas superiores da organização político-administrativa do Estado Brasileiro, mas também o aprêço das elites dirigentes da Nação.

Art. 4.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de novembro de 1938; 117.º da Independência e 50.º da República.
(Publicado no D. O. de 12-12-1938).

GETÚLIO VARGAS
Francisco Campos

DECRETO-LEI N.º 1.093, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1939

Prorroga até 31 de dezembro o prazo fixado no art. 13 do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando as razões expostas na Resolução n.º 24, do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, relativamente aos levantamentos dos mapas municipais de que cogita o Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938;

Considerando a procedência das representações dos Governos Regionais, quanto à impossibilidade de executar-se, até março próximo, um trabalho topográfico que corresponda realmente às exigências técnicas fixadas para os mesmos levantamentos, resolve:

Artigo único — Fica prorrogado até 31 de dezembro do corrente ano o prazo estabelecido no art. 13 do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1939, 118.º da Independência e 51.º da República.
(Publicado no D. O. de 7-2-39).

GETÚLIO VARGAS
Francisco Campos

DECRETO-LEI N.º 1.360 DE 20 JUNHO DE 1939

Estabelece disposições padronizadoras para o núcleo das Repartições Centrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º — As "Repartições Centrais" a que se refere o § 1.º do art. 3.º do Decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934, do Instituto Nacional de Estatística, transformado posteriormente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, continuam, no que respeita à administração, subordinadas diretamente aos respectivos Ministros, passando a denominar-se:

— a do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política;

— a do Ministério da Educação, — Serviço de Estatística da Cultura e Assistência Médico-Social;

— a do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho;

— a do Ministério da Fazenda, — Serviço de Estatística Económica e Financeira;

— a do Ministério da Agricultura, — Serviço de Estatística da Produção.

Art. 2.º — O Serviço de Coordenação Geográfica instituído pelo Dec. n.º 782, de 13 de outubro de 1938, passa à denominação de Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, que, como uma das Repartições Centrais do Instituto, constituir-se-á não só o órgão executivo central do Conselho Nacional de Geografia, como o órgão de estatística geral incumbido do setor fisiográfico ou territorial.

§ 1.º — Até a conclusão dos trabalhos do Recenseamento Geral da República, de 1940, o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica continuará na situação e com as atribuições que lhe conferiu o Decreto-lei n.º 782 citado, diretamente articulado com a Comissão Censitária Nacional.

§ 2.º — Findos, entretanto, os trabalhos da Comissão Censitária, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística proporá ao Governo o ato pelo qual o referido Serviço passe a constituir o órgão de coordenação estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas.

§ 3.º — Entre as medidas a serem tomadas ao efetivar-se a transferência do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica para o Ministério da Viação e Obras Públicas, incluir-se-á a constituição de uma secção de Estatística dos transportes e comunicações, a que fiquem atribuídos não só os levantamentos originários como os trabalhos de coordenação relacionados com o programa daquele Ministério.

Art. 3.º — Ao arquivo do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política ficam efetivamente incorporados os remanescentes do arquivo geral do antigo Departamento Nacional de Estatística que ficaram sob a guarda da repartição de Estatística do Ministério da Justiça.

Art. 4.º — Os Regimentos dos Serviços de Estatística, a serem baixados por decreto executivo, deverão padronizar tanto quanto possível, tendo em vista a organização peculiar ao respectivo Ministério, a constituição dos referidos serviços.

Art. 5.º — A síntese da estatística geral da República e a consequente elaboração e publicação do Anuário Estatístico do Brasil, a que se referem o artigo 3.º, § 1.º, n.º I e o artigo 17.º, do Decreto n.º 24.669, de 6 de julho de 1934, são transferidos para a Secretaria Geral do Instituto.

Parágrafo único — Dêsse encargo a Secretaria Geral se desincumbirá sob a responsabilidade direta da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística e com o concurso solidário de todos os órgãos deliberativos ou executivos (centrais e filiados) do Instituto.

Art. 6.º — Ficam elevados, do padrão N ao padrão P, os vencimentos dos cargos de Diretor, em comissão, dos Serviços de Estatística, a que se refere o artigo 1.º d'este Decreto-lei.

§ 1.º — Nos decretos de nomeação dos atuais ocupantes desses cargos será feita a apostila correspondente ao disposto neste artigo.

§ 2.º — Aos ocupantes efetivos de tais cargos continua assegurada a efetividade que, como Diretores, padrão N, dos respectivos quadros, lhes era garantida.

Art. 7.º — O Ministério da Fazenda promoverá a abertura do crédito necessário para fazer face, no atual exercício, ao aumento de despesa resultante desta lei.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1939, 118.º da Independência e 51.º da República.

(Publicado no D. O. de 22-6-39).

GERÚLIO VARGAS
Francisco Campos
Fernando Costa
Gustavo Capanema
Valdemar Falcão

INDICADOR DO ANO I — 1939

DA REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, COMPREENDENDO OS
NÚMEROS 1, 2, 3 E 4, RESPECTIVAMENTE DE JANEIRO, ABRIL,
JULHO E OUTUBRO DE 1939

ÍNDICE ANALÍTICO

NÚMERO DE JANEIRO

Apresentação, pelo Emb. J. C. de Macedo Soares, presidente do I. B. G. E., pág. 3.
Resolução n.º 18, de 12-7-1938, da A. G. do C. N. G., que "provê a publicação da *Revista Brasileira de Geografia*, pág. 7.

ARTIGOS

Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia, pelo Sec. Ger. do mesmo, pág. 9.
Geografia Humana do Brasil — 1.º cap. — "Os elementos da natureza e a luta dos homens",
c/il., pelo Prof. P. Deffontaine, pág. 19.
Esbôço das Regiões Naturais do Estado da Baía, c/il., pelo Prof. S. Fróis Abreu, pág. 68.

COMENTÁRIOS

Alterações nos Tipos de Povoamento no Est. de S. Paulo, art. do Prof. Preston E. James no
"The Geographical Review", vol. XXVII, n.º 3, com. pelo Prof. Delgado de Carvalho, pág. 77.
Mapas Municipais, c/il., pela Red., pág. 80.

NOTICIÁRIO

Relatório do Presidente do I. B. G. E. lido a 1.º de julho de 1937, ao se instalarem os trabalhos
das AA. GG. dos CC. NN. de G. e E., pág. 95.
Relatório do Secretário Geral do C. N. G., lido na sessão de encerramento da 1.ª Sessão de A. G.
do C. N. G., pág. 104.
Regulamento do C. N. G., pág. 123.

LEGISLAÇÃO

Decreto n.º 24.609, de 6-6-1934, que "cria o Inst. Nac. de E. e fixa disposições orgânicas para
a execução e desenvolvimento dos Serviços Estatísticos, pág. 129.
Decreto n.º 1.022, de 11-8-1936, que "aprova e ratifica a Convenção Nacional de Estatística, pág. 134.

NÚMERO DE ABRIL

ARTIGOS

Geratrizes Memoráveis da Geografia do Brasil, pelo Cel. Jaguaribe de Matos, pág. 3.
Geografia Humana do Brasil — 2.º cap. — "O efetivo humano e sua distribuição" e 3.º cap. —
"As duas grandes cidades: Rio de Janeiro e São Paulo", c/il., pelo Prof. P. Deffontaine,
pág. 20.
O Recôncavo da Baía e o Petróleo de Lobato, c/il., pelo Prof. S. Fróis Abreu, pág. 57.
Geografia dos Transportes no Brasil, c/il., pelo eng. Moacir F. Silva, pág. 84.

COMENTÁRIOS

O Atlântico, ob. de Ed. Le Danois, c/il., com. pelo Prof. Delgado de Carvalho, pág. 98.

NOTICIÁRIO

Instalação do Serviço de Coordenação Geográfica, pela Red., pág. 112.
Relatório do Presidente do I. B. G. E., lido a 1.º de julho de 1938, ao se instalarem os trabalhos
das AA. GG. dos CC. NN. de G. e E., pág. 113.
Relatório do Secretário Geral do C. N. G., lido na sessão de encerramento da 2.ª Sessão de
A. G. do C. N. G., pág. 119.
O Congresso Internacional de Geografia de Amsterdam, pelo Cel. Renato Rodrigues Pereira, pág. 126.
População do Brasil em 31 de dezembro de 1938, estimativa da Diretoria de Estatística Geral do
Ministério da Justiça, pág. 135.

LEGISLAÇÃO

Decreto-lei n.º 218, de 26-1-1938, que "muda o nome do Inst. Nac. de E. e do C. B. G.", pág. 136.
Decreto-lei n.º 237, de 2-2-1938, que "regula o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da
República em 1940 e dá outras providências", pág. 137.
Decreto-lei n.º 311, de 2-3-1938, que "dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras
providências", pág. 147.

NÚMERO DE JULHO

ARTIGOS

Subsídios para o Estudo de um Ciclo Climatológico do Sueste Brasileiro, c/il., pelo eng. J. de
Sampaio Ferraz, pág. 3.
Geografia Humana do Brasil — 4.º cap. — "Geografia econômica", c/il., pelo Prof. P. Def-
fontaine, pág. 16.
Geografia dos Transportes no Brasil — 2.º cap. — "Penetração", c/il., pelo eng. Moacir F.
Silva, pág. 60.
Ensaio Geográfico sobre o Vocabulário Zoológico Popular do Brasil, c/il., pelo Dr. Rodolfo von
Ihering, pág. 73.

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

Rio Branco, com. il. pela Red., pág. 89.
Eliséu Reclus, com. il. pela Red., pág. 92.

COMENTÁRIOS

- Geografia das Fronteiras*, ob. de Jacques Ancel, com. il., pelo Prof. Delgado de Carvalho, pág. 95.
Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi pelo Dr. Gustavo Dodt, com. pelo Prof. S. Fróis Abreu, pág. 111.
Estatística Regional de Plantas Úteis, com. pelo Prof. A. J. de Sampaio, pág. 115.
"Le Matto-Grosso", ob. de R. Courteville, com. pelo eng. Virgílio Correia Filho, pág. 118.

NOTICIÁRIO

- Dicionário Geográfico Brasileiro*, pela Red., pág. 128.
Uma campanha de levantamento de coordenadas geográficas, pela Red., pág. 130.
Carta geográfica do Brasil, pela Red., pág. 133.
Centro de estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, pela Red., pág. 134.
Aumentou a temperatura do mundo?, pela Red., pág. 135.
Resoluções da 2.ª Sessão de A. G. do C. N. G., pág. 136.

NÚMERO DE OUTUBRO

ARTIGOS

- Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil no Estado do Pará*, c/il., pelo Dr. Gastão Cruls, pág. 3.
Observações sobre a Guiana Maranhense, c/il., pelo Prof. S. Fróis Abreu, pág. 26.
Geografia dos Transportes no Brasil — 3.º cap. — "Interiorização", pelo eng. Moacir F. Silva, pág. 55.
O Problema da Colonização Permanente no Sul do Brasil, c/il., pelo Prof. Preston E. James, pág. 70.

VULTOS DA GEOGRAFIA DO BRASIL

- Barão Homem de Melo*, com. il., pela Red., pág. 85.
Orville A. Derby, com. il., pela Red., pág. 88.

COMENTÁRIOS

- Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*, ob. do Emb. Macedo Soares, com. il. pelo Prof. Delgado de Carvalho, pág. 91.
"La Géographie Psychologique", ob. de Georges Hardy, com. pelo Prof. André Gibert, pág. 110.
A Propósito dos Topônimos Indígenas, pelo dr. F. Martins dos Santos, pág. 113.
Extensão dos nossos Rios, pelo Padre Geraldo Pauwels, pág. 116.

TIPOS E ASPECTOS DO BRASIL

- Arpoadores de Jacarés*, com. il., pela Red., pág. 119.
Trecho de um rio na Amazônia, com. il., pela Red., pág. 121.

NOTICIÁRIO

- General Rondon proclamado "Civilizador do Sertão"*, pela Red., pág. 123.
Nono Congresso Brasileiro de Geografia, pela Red., pág. 125.
Comissão de Uniformização da Cartografia Brasileira, pela Red., pág. 124.
Rodolfo von Ihering, pela Red., pág. 128.

RELATÓRIOS, RESOLUÇÕES E LEIS

- Relatório do Presidente do I. B. G. E.*, lido a 1.º de julho de 1939, ao se instalarem os trabalhos das AA. GG. dos CC. NN. de G. e E., pág. 131.
Relatório do Secretário Geral do C. N. G., lido na sessão de encerramento da 3.ª Sessão de A. G. do C. N. G., pág. 138.
Decreto-lei n.º 522, de 28-6-1938, que "prorroga até 21-12 o prazo para fixação dos novos quadros para a Divisão Territorial", pág. 141.
Decreto-lei n.º 782, que "transforma provisoriamente a Secção de Estatística Territorial, na Diretoria de Estatística da Produção, no Serviço de Coordenação Geográfica, com as funções de sec. ge. do C. N. G. e órgão dos serviços geográficos da C. C. N.", pág. 141.
Decreto-lei n.º 846, de 9-11-1938, que "institue o "Dia do Município", regula a sua celebração e dá outras providências", pág. 142.
Decreto-lei n.º 1.098, de 4-2-1939, que "prorroga até 31 de dezembro o prazo fixado no art. 13 do Dec.-lei n.º 311, de 2 de março de 1938", pág. 143.
Decreto n.º 1.360, de 20-6-1939, que "estabelece disposições padronizadoras para o núcleo das Repartições Centrais do I. B. G. E., e dá outras providências", pág. 143.
Indicador do Ano I da "Revista Brasileira de Geografia", pág. 145.

ÍNDICE ALFABÉTICO

- Alterações nos Tipos de Povoamento no Est. de S. Paulo, art. do prof. Preston E. James no "The Geographical Review", vol. XXVII, n.º 3, com. pelo prof. Delgado de Carvalho, n.º I, pág. 77.
 Apresentação, art. pelo Emb. Macedo Soares, n.º I, pág. 3.
 A Propósito dos Topônimos Indígenas, com. pelo dr. F. Martins Santos, n.º IV, pág. 113.
 Arpoadores de Jacarés, com. il. pela Red., n.º IV, pág. 119.
 Atlântico (O), ob. de Ed. Le Danois, com. il. pelo prof. Delgado de Carvalho, n.º II, pág. 98.
 Aumentou a temperatura do mundo?, not. pela Red., n.º III, pág. 135.
 Campanha de levantamento de coordenadas geográficas, not. pela Red., n.º III, pág. 130.
 Carta geográfica do Brasil, not. pela Red., n.º III, pág. 133.
 Cartografia do Brasil (vid. Comissão de Uniformização da)
 Centro de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, not. pela Red., n.º III, pág. 134.
 Ciclo Climatológico do Sueste Brasileiro (vid. Subsídios para o Estudo de um)
 Colonização Permanente no Sul do Brasil (vid. Problema da)
 Comissão de Uniformização da Cartografia Brasileira, not. pela Red., n.º IV, pág. 124.
 Congresso Internacional de Geografia de Amsterdam, not. pelo Cel. Renato Rodrigues Pereira, n.º II, pág. 126.
 Congresso Brasileiro (vid. Nono Congresso Brasileiro de Geografia).
 Conselho Nacional de Geografia (vid. Histórico da Criação do)
 Dec. n.º 24.609, de 6-7-1934, que "cria o Inst. Nac. de E. e fixa disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos", n.º I, pág. 129.
 Dec. n.º 1.022, de 11-8-1936, que "aprova e ratifica a Convenção Nac. de Estatística", n.º I, pág. 134.

- Dec. n.º 218, de 26-1-1938, que "muda o nome do Inst. Nac. de E. e do C. B. G.", n.º II, pág. 136.
- Dec.-lei n.º 237, de 2-2-1938, que "regula o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940 e dá outras providências", n.º II, pág. 137.
- Dec.-lei n.º 311, de 2-3-1938, que "dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências", n.º II, pág. 147.
- Dec.-lei n.º 522, de 28-6-1938, que "prorroga até 21 de dezembro o prazo para fixação dos novos quadros para a divisão territorial", n.º IV, pág. 141.
- Dec.-lei n.º 782, de 13-10-1938, que "transforma provisoriamente a Secção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, no Serviço de Coordenação Geográfica, com as funções de sec. ger. do C. N. G., e órgão dos serviços geográficos da C. C. N.", n.º IV, pág. 141.
- Dec.-lei n.º 846, de 9-11-1938, que "institue o "Dia do Município", regula a sua celebração e dá outras providências", n.º IV, pág. 142.
- Dec.-lei n.º 1.098, de 4-2-1939, que "prorroga até 31 de dezembro o prazo fixado no art. 13, do Dec.-lei n.º 311, de 2 de março de 1938", n.º IV, pág. 143.
- Dec.-lei n.º 1.360, de 20-6-1939, que "estabelece disposições padronizadoras para o núcleo das Repartições Centrais do I. B. G. E. e dá outras providências", n.º IV, pág. 143.
- Descrição dos rios Parnaíba e Gurupí pelo dr. Gustavo Dodt, com. pelo prof. S. Fróis Abreu, n.º III, pág. 111.
- Dicionário geográfico brasileiro, not. pela Red., n.º III, pág. 128.
- Elisée Reclus, com. il. pela Red., n.º III, pág. 92.
- Ensaio Geográfico sobre o Vocabulário Zoológico Popular do Brasil, art. II. do dr. Rodolfo von Ihering, n.º III, pág. 73.
- Esbôço das Regiões Naturais do Estado da Baía, art. II. do prof. S. Fróis Abreu, n.º I, pág. 68.
- Estatística Regional de Plantas Úteis, com. pelo prof. A. J. Sampaio, n.º III, pág. 115.
- Extensão dos Nossos Rios, com. pelo Padre Geraldo Pauwels, n.º IV, pág. 116.
- Fronteiras do Brasil no Regime Colonial, ob. do Emb. Macedo Soares, com. il. do prof. Delgado de Carvalho, n.º IV, pág. 91.
- General Rondon, proclamado "Civilizador do Sertão", not. pela Red., n.º IV, pág. 123.
- Geografia das Fronteiras, ob. de Jacques Ancel, com. il. pelo prof. Delgado de Carvalho, n.º III, pág. 95.
- Geografia do Brasil (vid. Geratrizes Memoráveis da)
- Geografia dos Transportes no Brasil, art. II. do eng. Moacir F. Silva, n.º II, pág. 84.
- Geografia dos Transportes no Brasil, 2.º cap. — "Penetração", art. II. do eng. Moacir F. Silva, n.º III, pág. 60.
- Geografia dos Transportes no Brasil, 3.º cap. — "Interiorização", art. II. do eng. Moacir F. Silva, n.º IV, pág. 55.
- Geografia Humana do Brasil, 1.º cap. — "Os elementos da natureza e a luta dos homens", art. II. do prof. P. Deffontaines, n.º I, pág. 19.
- Geografia Humana do Brasil, 2.º cap. — "O efetivo humano e sua distribuição" e 3.º cap. — "As duas grandes cidades: Rio de Janeiro e S. Paulo", art. II. do prof. P. Deffontaines, n.º II, pág. 20.
- Geografia Humana do Brasil, 4.º cap. — "Geografia Econômica", art. II. do prof. P. Deffontaines, n.º III, pág. 16.
- Geratrizes Memoráveis da Geografia do Brasil, art. do Cel. Jaguaribe de Matos, n.º II, pág. 3.
- Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia, art. pelo Sec. Ger. do mesmo, n.º I, pág. 9.
- Homem de Melo (Barão), com. il. pela Red., n.º IV, pág. 85.
- Impressões de uma Visita à Comp. Ford Ind. do Brasil no Estado do Pará, art. II. do dr. Gastão Cruis, n.º IV, pág. 3.
- Indicador do Ano I (1939) da R. B. G., n.º IV, pág. 145.
- "La Géographie Psychologique", ob. de Georges Hardy, com. pelo prof. André Gibert, n.º IV, pág. 110.
- "Le Matto-Grosso", ob. de R. Courteville, com. pelo eng. Virgílio Correia Filho, n.º III, pág. 118.
- Mapas Municipais, com. il. pela Red., n.º I, pág. 80.
- Nono Congresso Brasileiro de Geografia, not. pela Red., n.º IV, pág. 125.
- Observações sobre a Guiana Maranhense, art. II. do prof. S. Fróis Abreu, n.º IV, pág. 26.
- Orville A. Derby, com. il. pela Red., n.º IV, pág. 88.
- Petróleo de Lobato (vid. Recôncavo da Baía e o)
- Plantas Úteis (vid. Estatística Regional de)
- População do Brasil em 31 de dezembro de 1938, estimativa elaborada pela Diretoria de Estatística Geral do Ministério da Justiça, n.º II, pág. 135.
- Problema da Colonização Permanente no Sul do Brasil, art. II. pelo prof. Preston E. James, n.º IV, pág. 70.
- Recôncavo da Baía e o Petróleo de Lobato, art. II. pelo prof. S. Fróis Abreu, n.º II, pág. 57.
- Regiões Naturais (vid. Esbôço das Regiões Naturais do Estado da Baía)
- Regulamento do Conselho Nacional de Geografia, n.º I, pág. 123.
- Relatório do Presidente do I. B. G. E., lido a 1.º de julho de 1937, ao se instalarem os trabalhos das AA. GG. dos CC. NN. de G. e E., n.º I, pág. 95.
- Relatório do Presidente do I. B. G. E., lido a 1.º de julho de 1938, ao se instalarem os trabalhos das AA. GG. dos CC. NN. de G. e E., n.º II, pág. 113.
- Relatório do Presidente do I. B. G. E., lido a 1.º de julho de 1939, ao se instalarem os trabalhos das AA. GG. dos CC. NN. de G. e E., n.º IV, pág. 131.
- Relatório do Secretário Geral do C. N. G., lido na sessão de encerramento da 1.ª Sessão de A. G. do C. N. G., n.º I, pág. 104.
- Relatório do Secretário Geral do C. N. G., lido na sessão de encerramento da 2.ª Sessão de A. G. do C. N. G., n.º II, pág. 119.
- Relatório do Secretário Geral do C. N. G., lido na sessão de encerramento da 3.ª Sessão de A. G. do C. N. G., n.º IV, pág. 138.
- Resoluções da 1.ª Sessão de A. G. do C. N. G., n.º I, pág. 109.
- Resoluções da 2.ª Sessão de A. G. do C. N. G., n.º III, pág. 136.
- Resolução n.º 18, de 12-7-1938, que "provê a publicação da R. B. G.", n.º I, pág. 7.
- Rio Branco (Barão de), com. il. pela Red., n.º III, pág. 89.
- Rio na Amazônia (vid. Trecho de um)
- Rios Parnaíba e Gurupí, pelo dr. Gustavo Dodt (vid. Descrição dos)
- Rodolfo von Ihering, not. pela Red., n.º IV, pág. 128.
- Serviço de Coordenação Geográfica (vid. Instalação do)
- Subsídios para o Estudo de um Ciclo Climatológico do Sueste Brasileiro, art. II. pelo eng. J. de Sampaio Ferraz, n.º III, pág. 3.
- Temperatura (vid. Aumentou a temperatura do mundo?)
- Topônimos indígenas (vid. A propósito dos)
- Trecho de um rio na Amazônia, com. il. pela Red., n.º IV, pág. 121.
- Vocabulário Zoológico Popular do Brasil (vid. Ensaio Geográfico de um)

ÍNDICE DE AUTORES

- A. J. SAMPAIO, prof.
Estatística Regional de Plantas Úteis, not., n.º III, pág. 115.
- ANDRÉ GIBERT, prof.
"La Géographie Psychologique", ob. de Georges Hardy, com., n.º IV, pág. 110.
- ASSEMBLEIAS GERAIS DO C. N. G.
Resoluções da 1.ª Sessão, n.º I, pág. 109.
Resoluções da 2.ª Sessão, n.º III, pág. 136.
Resolução n.º 18, de 12-7-1938, que "provê a publicação da R. B. G.", n.º I, pág. 7.
- CRULS, (vid. Gastão, dr.)
- CRISTÓVÃO LEITE DE CASTRO, eng.
Relatório lido na sessão de encerramento da 1.ª Sessão de A. G. do C. N. G., n.º I, pág. 104.
Relatório lido na sessão de encerramento da 2.ª Sessão de A. G. do C. N. G., n.º II, pág. 119.
Relatório lido na sessão de encerramento da 3.ª Sessão de A. G. do C. N. G., n.º IV, pág. 138.
- DELGADO DE CARVALHO (C. M.), prof.
Alterações nos Tipos de Povoamento no Est. de S. Paulo, art. de Preston E. James, com., n.º I, pág. 77.
Atlântico (O), ob. de Ed. Le Danois, com. il., n.º II, pág. 98.
Fronteiras do Brasil no Regime Colonial, ob. do Emb. Macedo Soares, com. il., n.º IV, pág. 91.
Geografia das Fronteiras, ob. de Jacques Ancel, com. il., n.º III, pág. 95.
- F. MARTINS SANTOS, dr.
A Propósito dos Topônimos Indígenas, com., n.º IV, pág. 113.
- FRÓIS ABREU (vid. Sílvio, prof.)
- GASTÃO CRULS, dr.
Impressões de uma Visita à Cia. Ford Ind. do Brasil no Estado do Pará, art. il., n.º IV, pág. 3.
- GERALDO PAUWELS, Padre
Extensão dos Nossos Rios, com., n.º IV, pág. 116.
- JAGUARIBE DE MATOS, Cel.
Geratrizes Memoráveis da Geografia do Brasil, art., n.º II, pág. 3.
- J. C. DE MACEDO SOARES, Emb.
Apresentação, art., n.º I, pág. 3.
Relatório lido ao se instalarem os trabalhos das AA. GG. dos CC. NN. de G. e E. (1937), n.º I, pág. 95.
Relatório lido ao se instalarem os trabalhos das AA. GG. dos CC. NN. de G. e E. (1938), n.º II, pág. 113.
Relatório lido ao se instalarem os trabalhos das AA. GG. dos CC. NN. de G. e E. (1939), n.º IV, pág. 131.
- J. DE SAMPAIO FERRAZ
Subsídios para o Estudo de um Ciclo Climatológico do Sueste Brasileiro, n.º III, art. il., pág. 3.
- LEITE DE CASTRO (vid. Cristóvão)
- MACEDO SOARES (vid. J. C. de)
- MOACIR F. SILVA, eng.
Geografia dos Transportes no Brasil, 1.º cap. "O Meio", art. il., n.º II, pág. 84.
Geografia dos Transportes no Brasil, 2.º cap. "Penetração", art. il., n.º III, pág. 60.
Geografia dos Transportes no Brasil, 3.º cap. "Interiorização", art. il., n.º IV, pág. 55.
- PAUWELS (vid. Geraldo, Padre)
- P. DEFFONTAINES
Geografia Humana do Brasil, 1.º cap. "Os elementos da natureza e a luta dos homens", art. il., n.º I, pág. 19.
Geografia Humana do Brasil, 2.º cap. "O efetivo humano e sua distribuição", e 3.º cap. "As duas grandes cidades: Rio de Janeiro e S. Paulo", art. il., n.º II, pág. 20.
Geografia Humana do Brasil, 4.º cap. "Geografia Econômica", art. il., n.º III, pág. 16.
- PRESTON E. JAMES
O Problema da Colonização Permanente no Sul do Brasil, art. il., n.º IV, pág. 70.
- REDAÇÃO
Arpoador de Jacarés, com. il., n.º IV, pág. 119.
Aumentou a temperatura do mundo?, not., n.º III, pág. 135.
Campanha de levantamento de coordenadas geográficas (Uma), not. n.º III, pág. 130.
Carta Geográfica do Brasil, not., n.º III, pág. 133.
Centro de Estudos do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica, not., n.º III, pág. 134.
Comissão de Uniformização da Cartografia Brasileira, not., n.º IV, pág. 124.
Dicionário Geográfico Brasileiro, not., n.º III, pág. 128.
Elisée Reclus, com. il., n.º III, pág. 92.
Gal. Rondon proclamado "Civilizador do Sertão", n.º IV, pág. 123.
Homem de Meio (Barão), com. il., n.º IV, pág. 85.
Indicador do Ano I da "Revista Brasileira de Geografia", n.º IV, pág. 145.
Instalação do Serviço de Coordenação Geográfica, not., n.º II, pág. 112.
Mapas Municipais, com. il., n.º I, pág. 80.
Nono Congresso Brasileiro de Geografia, n.º IV, pág. 125.
Orville A. Derby, com. il., n.º IV, pág. 88.
Rio Branco (Barão de), com. il., n.º III, pág. 89.
Rodolfo von Ihering, not., n.º IV, pág. 128.
Trecho de um rio na Amazônia, com. il., n.º IV, pág. 121.
- RENATO RODRIGUES PEREIRA, Cel.
Congresso Internacional de Geografia de Amsterdam, not., n.º II, pág. 126.
- RODOLFO VON IHERING, dr.
Ensaio Geográfico sobre o Vocabulário Zoológico Popular do Brasil, art. il., n.º III, pág. 73.
- SECRETARIA GERAL DO C. N. G.
Histórico da Criação do Conselho Nacional de Geografia, art., n.º I, pág. 9.
- SÍLVIO FRÓIS ABREU, prof.
Descrição dos rios Parnaíba e Gurupi pelo dr. Gustavo Dödt, com., n.º III, pág. 111.
Esboço das Regiões Naturais do Estado da Baía, art. il., n.º I, pág. 68.
Observações sobre a Guiana Maranhense, art. il., n.º IV, pág. 26.
Reconhecimento da Baía e o Petróleo de Lobato (O), art. il., n.º II, pág. 57.
- VIRGÍLIO CORREIA FILHO, eng.
"Le Matto-Grosso", ob. de R. Courteville, com., n.º III, pág. 118.
- VON IHERING (vid. Rodolfo)